

# Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE

Volume 8

## Políticas públicas e movimentos sociais

Silvana Martins de Araujo  
José Luiz Cirqueira Falcão  
Larissa Lara  
Pedro Athayde  
Organizadores

SÉRIE  
**CBCE**  
40 ANOS

  
edufnrn

Ciências do Esporte, Educação Física  
e Produção do Conhecimento  
em 40 Anos de CBCE

**Reitor**

José Daniel Diniz Melo

**Vice-Reitor**

Henio Ferreira de Miranda

**Diretoria Administrativa da EDUFRN**

Graco Aurélio Câmara de Melo Viana (Diretor)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

---

**Conselho Editorial**

Graco Aurélio Câmara de Melo Viana (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Anna Cecília Queiroz de Medeiros

Cândida de Souza

Fabrcio Germano Alves

Francisco Dutra de Macedo Filho

Gilberto Corso

Grinaura Medeiros de Moraes

José Flávio Vidal Coutinho

Josenildo Soares Bezerra

Kamyla Álvares Pinto

Leandro Ibiapina Bevilaqua

Lucélio Dantas de Aquino

Luciene da Silva Santos

Marcelo da Silva Amorim

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Marta Maria de Araújo

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Sibele Berenice Castella Pergher

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Tiago de Quadros Maia Carvalho

---

**Editoração**

Helton Rubiano de Macedo

**Revisão**

Caule de Papiro

(Ricardo Alexandre de Andrade Macedo -

Joyce Urbano Rodrigues)

**Diagramação**

Caule de Papiro

(Rejane Andréa Matias Alvares Bay)

**Capa**

Unijui (Alexandre Sadi Dallepiane) e

Caule de Papiro

Silvana Martins de Araujo  
José Luiz Cirqueira Falcão  
Larissa Lara  
Pedro Athayde  
*Organizadores*

Ciências do Esporte, Educação Física  
e Produção do Conhecimento  
em 40 Anos de CBCE

Volume 8

Políticas públicas e movimentos  
sociais



Natal, 2020

## Projeto da Direção Nacional do CBCE

*Gestões 2017 a 2019 e 2019 a 2021*

Vicente Molina Neto – Presidente  
Pedro Fernando Avalone Athayde – Diretor de GTTs/Vice-Presidente  
Larissa Lara – Diretora Científica  
Romilson Augusto dos Santos – Diretor das Secretarias Regionais  
Elisandro Schultz Wittizorecki – Diretor Administrativo  
Victor Julierme da Conceição – Diretor Financeiro

*Gestão 2017 a 2019*

Mauro Myskiw – Vice-Presidente  
Allyson Carvalho de Araújo – Diretor de Comunicação

*Gestão 2019 a 2021*

Christiane Garcia Macedo – Diretora de GTTs  
Silvan Menezes dos Santos – Diretor de Comunicação

*Editores da Coleção*

Larissa Lara  
Pedro Fernando Avalone Athayde

Coordenadoria de Processos Técnicos  
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Políticas públicas e movimentos sociais [recurso eletrônico] / organizadores Silvana Martins de Araújo...[et al.]. – Natal, RN : EDUFRN, 2020.

208 p. : il., PDF ; 817 Kb. – (Ciências do esporte, educação física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE ; 8)

Modo de acesso: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/1/6222>

ISBN 978-65-5569-032-3

1. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. 2. Educação física – Brasil. 2. Esportes – Brasil. I. Araújo, Silvana Martins.

RN/UF/BCZM

2020/19

CDD 796.0981

CDU 796(81)

Elaborado por Gersonide de Souza Venceslau – CRB-15/311

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN  
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário  
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil  
e-mail: [contato@editora.ufrn.br](mailto:contato@editora.ufrn.br) | [www.editora.ufrn.br](http://www.editora.ufrn.br)  
Telefone: 84 3342 2221

# Sumário

## PARTE 1

Apresentação.....7

*Silvana Martins de Araujo*

### Capítulo 1

O conceito bourdieusiano de subcampo: apontamentos estruturantes para investigações e análises das políticas públicas de esporte no Brasil.....13

*Taiza Daniela Seron Kiouranis*

*Wanderley Marchi Júnior*

### Capítulo 2

Panorama geral do debate acadêmico internacional sobre o direito ao esporte.....29

*Felipe Canan*

*Fernando Augusto Starepravo*

### Capítulo 3

Direita, volver! Forças no Esporte e... na Educação: a militarização da sociedade brasileira em marcha.....43

*Frederico Guirra*

*Lino Castellani Filho*

### Capítulo 4

A globalização e o ocaso do esporte ou o fundo do poço e a água de esgoto.....59

*André Malina*

*Eduardo Reis Pieretti*

### Capítulo 5

Políticas públicas de esporte e lazer: muito para ensinar e mais ainda para aprender sobre democracia.....75

*Ednaldo da Silva Pereira Filho*

*Matheus Francisco Saldanha Filho*

## Capítulo 6

Fetichismo do legado e legado do fetichismo: programa vilas olímpicas na cidade do Rio de Janeiro depois dos grandes eventos.....89

*Marcelo Paula de Melo*

## Capítulo 7

GTT de Políticas públicas do CBCE e as intersecções com o CBCE-DF e o Avante-UnB: memórias, histórias, lutas e produção do conhecimento..105

*Roberto Lião Junior*

*Edson Marcelo Húngaro*

*Fernando Henrique Silva Carneiro*

*Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo*

## PARTE 2

Apresentação.....133

*José Luiz Cirqueira Falcão*

## Capítulo 8

Movimentos sociais populares: desafios e perspectivas na conjuntura atual...137

*Leni Hack*

*Dinairan Dantas Souza*

## Capítulo 9

Democracia e corporativismo estatal no Brasil: os desafios das organizações populares nas lutas sociais.....151

*Nair Casagrande*

## Capítulo 10

A educação do campo no Brasil: do golpe de 2016 à base nacional comum curricular.....171

*Ailton Cotrim Prates*

## Capítulo 11

A educação física nas escolas básicas do campo: em defesa da socialização e da apropriação do saber escolar.....185

*Tiago Nicola Lavoura*

Sobre os Autores.....199

Sobre os Organizadores.....205

# PARTE 1

## Apresentação

Essa obra é uma produção acadêmica comemorativa dos 40 anos do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), cujo objetivo é ser referência a pesquisadores no âmbito das Ciências do Esporte e da Educação Física no Brasil em relação a temas representativos do campo acadêmico e que compõem os Grupos de Trabalho Temático (GTTs) da instituição. Conta com a colaboração de renomados pesquisadores que contribuíram/ contribuem com os grupos de trabalho temático junto ao CBCE, bem como retoma e registra parte da história/memória do CBCE ao longo de 40 anos, a partir de atores sociais que integraram o processo de surgimento da instituição, de seu desenvolvimento e/ou consolidação.

De acordo com as análises de Damasceno (2013), a opção do CBCE ao criar os GTTs por temáticas foi impulsionada pela substituição da lógica disciplinar pela lógica interdisciplinar, “criando a possibilidade de manutenção dos GTTs para além da vigência de cada Conbrace, o que estabelece uma relação mediada com a produção teórico-acadêmica e com a intervenção político-científica” (DAMASCENO, 2013, p. 110).

Esta decisão provocou um avanço na história do CBCE, pois os GTTs possibilitaram o suporte teórico, político e científico para a entidade, ampliando as possibilidades de circulação, difusão e debates em torno da produção acadêmica nas diferentes temáticas.

A importância atribuída aos GTTs do CBCE foi destacada por Castellani Filho (2007) ao caracterizá-los como: polos aglutinadores de pesquisadores com interesses comuns em temas específicos; polos de reflexão, produção e difusão de conhecimento acerca do referido tema e polos sistematizadores do processo de produção de conhecimento com vistas à parametrização das ações políticas das instâncias executivas do CBCE.

Nessa perspectiva, o Grupo de Trabalho Temático Políticas Públicas do CBCE foi criado em 1997, então denominado Educação Física/Esporte e Política Pública, por ocasião da realização do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) realizado na cidade de Goiânia-GO,



quando foi definida uma nova estrutura organizativa e difusora do Colégio, abrangendo onze (11) GTTs, com o intuito de qualificação da entidade e da Educação Física.

Linhares e Pereira Filho (1999) foram pioneiros em apreciar o estabelecimento do GTT Educação Física/Esporte e Políticas Públicas do CBCE, alertando que “a consolidação desse campo temático apresenta-se como um convite ao diálogo com o conhecimento que vem sendo produzido acerca das relações, das tensões e das contradições que se estabelecem entre a sociedade e o Estado” (LINHARES; PEREIRA FILHO, 1999, p. 37).

Segundo os autores, esse diálogo foi inaugurado por Manhães em 1986, com a publicação do livro Política de Esporte no Brasil e, posteriormente, outros pesquisadores dedicaram-se aos estudos relativos aos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas com distintas demarcações teóricas, devido a própria compreensão de políticas públicas ser permeada de interpretações polêmicas, na medida em que variam as concepções de Estado, sociedade, esfera pública, esfera governamental, dentre outras.

Dessa forma, o reconhecimento da pluralidade e do direito à divergência apontava para o aprofundamento do debate acadêmico e político, sem “desprezar o fato de que as políticas públicas desenvolvidas nos sistemas capitalistas precisam ser compreendidas no bojo dos conflitos de interesse que se estabelecem entre o capital e o trabalho” (LINHARES e PEREIRA FILHO, 1999, p. 38).

Na época, os referidos autores já reconheciam que o campo das políticas públicas que se delineava para a comunidade científica envolvida com a educação física, o esporte e o lazer apresentava três eixos temáticos orientadores da investigação: a necessidade de denúncia, a necessidade de intervenção como estratégia de democratização das relações Estado/Sociedade e a necessidade de construção da ideia de direito de cidadania com fundamento nas demandas sociais apresentada pelos movimentos social, sindical e político-partidário.

A contribuição mais significativa da identificação dos eixos orientadores da produção do conhecimento no campo das políticas públicas na área foi o reconhecimento que “esses debates caracterizaram-se como um movimento para a compreensão da Educação Física, do Esporte e do Lazer como práticas sociais e, portanto, práticas humanas historicamente construídas e capazes de se legitimarem como direitos sociais” (LINHARES e PEREIRA FILHO, 1999, p. 42), considerando a educação física, o esporte e o lazer como políticas sociais relacionadas à questão da cidadania.

De lá para cá, outros estudos dedicaram-se a analisar a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil.

Registra-se o trabalho de Húngaro *et al.* (2009), que realizaram um Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. Os autores investigaram o “estado da arte” das comunicações orais apresentadas no GTT de Políticas Públicas dos Conbraces ocorridos em 1997, 1999, 2001, 2003 e 2005. Tiveram como principais categorias de análise: a titulação dos pesquisadores, o tipo de produção científica com as principais temáticas abordadas, como também, a concentração dos estudos nas diferentes regiões do país, constatando a predominância no Sul e Sudeste. Os autores identificaram ausência de estudos sobre metodologia de avaliação de políticas sociais e sobre financiamento.

Amaral e Pereira (2009) escreveram um terceiro trabalho dedicado a analisar a produção relativa às políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. Elegeram para o estudo os periódicos: Movimento, RBCE e Motrivivência, além dos artigos apresentados no GTT de Políticas Públicas nos Conbraces, no período de 1999 a 2009, tendo como foco os aspectos metodológicos e a dimensão política. Os autores também detectaram lacunas nas pesquisas analisadas, tais como: avaliação e impactos das políticas, normas e legislações, políticas de Estados, dentre outras.

Mais recentemente, verificando a escassez de estudos do tipo “Estado da Arte” sobre política pública de esporte e lazer no Brasil, Starepravo (2013) faz opção de realizar um panorama da produção científica na área, no período de 2005 a 2009, sob a orientação teórica de Pierre Bourdieu. Utilizou como elementos constitutivos da análise: os pesquisadores, grupos de pesquisas, órgãos de apoio às pesquisas, instituições de pesquisas, eventos científicos, as publicações e os órgãos de administração de esporte. O autor reconhece que a criação do Ministério do Esporte, em 2003 e, particularmente, a estruturação da Rede Cedes potencializaram as pesquisas sobre políticas públicas de esporte e lazer no país.

De maneira mais significativa, Starepravo (2013) enfatiza que “o principal fórum de discussão sobre políticas públicas de esporte e lazer, o GTT de Políticas Públicas do CBCE mostrou avanço quantitativo na área, materializado no aumento da produção científica circulante no grupo, especialmente nos Conbraces” (STAREPRAVO, 2013, p. 137).

A propósito, após um longo período de discussão interna sobre a “natureza científica” dos GTTs do CBCE, o de Política Pública está delimitado atualmente com a seguinte ementa: Estudos dos processos de formulação, adoção e avaliação das políticas públicas de educação física, esporte e lazer.

Estudos das concepções, princípios e metodologias de investigação adotados na consecução de políticas públicas, voltados para a apreensão da produção de bens e serviços públicos relativos à educação física, esporte e lazer.

Assim, é com a finalidade de cumprir o papel de socialização do conhecimento produzido na área, reconhecendo a pluralidade de concepções, que se apresenta os artigos que comporão a primeira parte deste volume.

O primeiro deles, denominado ‘O conceito bourdieusiano de subcampo: apontamentos estruturantes para investigações e análises das Políticas Públicas de Esporte no Brasil’, de autoria de Taiza Daniela Seron Kiourranis e Wanderley Marchi Júnior, tem como objetivo apresentar o conceito de subcampo proposto por Pierre Bourdieu e indicar possibilidades de sua utilização em estudos e pesquisas na área das políticas públicas de esporte no Brasil. O referido conceito, aliado aos estudos de políticas públicas de esporte, pode ser útil ao desvendar a estrutura do espaço social das políticas públicas e suas consequências na definição e no estabelecimento dos problemas/prioridades sociais e dos planos de ação para a promoção e desenvolvimento do esporte.

Felipe Canan e Fernando Starepravo apresentam um ‘Panorama geral do debate acadêmico internacional sobre o direito ao esporte’, apontando que apesar da existência de orientações e diretrizes internacionais formalizadas e da constitucionalização do direito ao esporte em alguns países, existe ainda uma carência científica a respeito da discussão sobre tal direito. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi identificar o panorama geral do debate internacional sobre o direito ao esporte no que diz respeito às formas como tal direito tem sido entendido e às suas características técnico-jurídicas. A partir de um debate de caráter teórico e exploratório da literatura internacional sobre o direito ao esporte foram criadas categorias relativas à forma como a literatura interpreta o direito ao esporte: 1) explicativa ou dogmática; 2) funcional-utilitarista; 3) crítico-culturalista. Enquanto na primeira observa-se discussões sobre os elementos constitutivos do direito ao esporte, nas demais inexistente tal perspectiva, tratando o esporte de maneira positiva, romântica e em muito reprodutivista do senso comum a respeito do esporte e seus possíveis benefícios à sociedade (funcional-utilitarista) ou o esporte enquanto um direito social em razão de uma perspectiva culturalista que o entende como fenômeno humano historicamente construído e, portanto, fenômeno cultural que deve ser garantido às pessoas especialmente no âmbito do lazer (crítico-culturalista).

‘Direita, volver! Forças no Esporte e... Na Educação: A militarização da sociedade brasileira em marcha’ é o terceiro artigo. Escrito por Frederico Guirra e Lino Castellani Filho analisa o processo de militarização da socieda-

de brasileira a partir das interrelações presentes nas políticas governamentais educacional e esportiva, explicitadas no contexto do início do Governo Bolsonaro, nascido do golpe ao estado democrático de direito brasileiro gestado no período posterior ao processo eleitoral à presidência da república, em 2014, e concluído em 2016 com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

O quarto trabalho de autoria de André Malina e Eduardo Reis Pieretti é intitulado ‘A globalização e o acaso do esporte ou o fundo do poço e a água de esgoto’. A partir dos elementos que compõem novas formas de globalização e de reordenamento de blocos de países em conjunto com interesses permeados pela lógica do modo de produção, os autores buscam problematizar o modo como governos que almejam um lugar na globalização tendem a lidar com as políticas esportivas

‘Políticas Públicas de Esporte e Lazer: muito para ensinar e mais ainda para aprender sobre democracia’ de Ednaldo Pereira Filho e Matheus Saldanha Filho exorta reflexões sobre a qualidade da democracia e aborda as vertentes culturalistas e institucionalistas nas políticas públicas de esporte e lazer. Resgata as experiências das Conferências Nacionais de Esporte em confronto com análises críticas produzidas nos Conbraces e finaliza com o alerta da necessidade de uma agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer.

O sexto artigo, escrito por Marcelo Paula de Melo é intitulado ‘Fetichismo do legado e legado do fetichismo: Programa Vilas Olímpicas na Cidade do Rio de Janeiro depois dos grandes eventos’. O texto aborda a problemática dos chamados legados sociais dos grandes eventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. Especialmente, aborda as condições de atendimento à população, pós Jogos Olímpicos Rio 2016, do principal programa esportivo da Prefeitura do Rio de Janeiro, o Programa Vilas Olímpicas. Concluiu que, a despeito de toda menção laudatória ao chamado legado dos Jogos, a situação desse Programa foi drasticamente piorada após o grande evento.

E finalmente, fechando a primeira parte deste volume, os autores Roberto Lião Junior, Edson Marcelo Húngaro, Fernando Henrique Silva Carneiro e Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo apresentam o artigo ‘GTT de Políticas públicas do CBCE e as intersecções com o CBCE-DF e o Avante-UnB: memórias, histórias, lutas e produção do conhecimento’ com o caráter de ensaio. Tem como objetivo problematizar a produção do conhecimento sobre políticas públicas de educação física, esporte e lazer por pesquisadores do Distrito Federal, ao mesmo tempo em que busca resgatar as memórias, as histórias e as lutas travadas no Distrito Federal. Para analisar a produção do conhecimento foram buscadas produções aca-

dêmico-científicas de pesquisadores do Distrito Federal em formato de tese, dissertação, artigo e apresentação no CONBRACE. No que se refere aos dois aspectos apontados nos objetivos foi possível perceber que houve protagonismo do Avante-UnB, do PPGEF-UnB e do CBCE-DF. O surgimento do PPGEF-UnB e do Avante-UnB foi de fundamental importância para o crescimento quantitativo e qualitativo das produções de pesquisadores do Distrito Federal sobre políticas públicas de educação física, esporte e lazer.

Portanto, é com imenso prazer que convidamos os leitores e leitoras a apreciarem essa obra representativa do fazer científico do GTT Políticas Públicas, como fruto da luta por um CBCE comprometido com a construção de um Brasil justo e democrático, em tempos de retrocesso político.

São Luís, abril de 2019.

*Silvana Martins de Araujo*

## Referências

- AMARAL, S. C. F.; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. v. 31, n. 1. Campinas: Autores Associados, 2009.
- CASTELLANI FILHO, L. CBCE: partilhando sua história. In: CARVALHO, Y. M. de; LINHALES, M. A. (org.). *Política Científica e produção do conhecimento em educação física*. Goiânia: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2007. p. 107-137.
- DAMASCENO, L. G. A. *Educação Física na formação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Campinas: Papyrus, 2013. 224 p.
- HÚNGARO *et al.* Balanço inicial da produção do GTT de políticas públicas do CBCE (1997-2005): avanços, ausências e perspectivas. In: HÚNGARO, E. M.; SOUZA, W. L. L. de (org.). *Cultura, educação, lazer e esporte: fundamentos, balanços e anotações críticas*. Santo André: Alpharrabio, 2009, p. 93-124.
- LINHALES, M. A.; PEREIRA FILHO, J. R. Intervenção, conhecimento e mudança: a Educação Física, o Esporte e o Lazer. In: GOELLNER, S. V. (org.). *Educação Física/ Ciência do Esporte: intervenção e conhecimento*. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999. p. 37-47.
- STAREPRAVO, F. A. A produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. In: STAREPRAVO, F. A. *Esporte, política e ciência: a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil*. Curitiba: Crv, 2013. p. 29-133.

# O conceito bourdieusiano de subcampo: apontamentos estruturantes para investigações e análises das políticas públicas de esporte no Brasil

*Taiza Daniela Seron Kiouranis  
Wanderley Marchi Júnior*

## Introdução

A contribuição de Pierre Bourdieu no campo acadêmico da Educação Física/Esporte é notória e significativa. Inúmeros trabalhos têm sido realizados na área, nos últimos anos, tendo como base teórico-metodológica os estudos do sociólogo francês. Dentre os conceitos bourdieusianos mais conhecidos, discutidos e empregados estão: campo, *habitus* e capital, que são conceitos centrais de sua teoria. No entanto, o conceito de subcampo também tem sido muito útil para compreender e analisar o campo esportivo, suas dinâmicas e polaridades, e por isso o tomamos nesse texto como objeto central de discussão.

Neste capítulo, utilizamos o conceito de subcampo, e toda potência que lhe subjaz, para compreender e suscitar reflexões sobre a dinâmica do espaço político-esportivo no tocante às Políticas Públicas de Esporte no Brasil. Para isso, propomos aproximações entre o subcampo bourdieusiano e o trabalho de Subirats *et al.* (2008), cujo entendimento sobre o que são Políticas Públicas, em nossa análise, articula-se ao que Bourdieu apontou sobre a dinâmica do espaço social:

Uma série de decisões ou de ações, intencionalmente coerentes, tomadas por diferentes atores, públicos e às vezes não públicos – cujos recursos, nexos institucionais e interesses variam – a fim de resolver de maneira pontual um problema politicamente definido como coletivo. Este conjunto de decisões e ações dá lugar a atos formais com um grau de obrigatoriedade variável, tendente a modificar a conduta de grupos sociais que, se supõe, originaram o problema coletivo a resolver (gru-

pos-objetivo), no interesse de grupos sociais que padecem os efeitos negativos do problema em questão (beneficiários finais) (SUBIRATIS *et al.*, 2008, p. 36, tradução nossa).

Desse modo, o objetivo central desse texto é apresentar o conceito de subcampo proposto por Pierre Bourdieu e indicar possibilidades de sua utilização em estudos e pesquisas na área das Políticas Públicas de Esporte no Brasil. Assim sendo, inicialmente, apresentamos o conceito de campo e, depois, introduzimos o conceito de subcampo. Quando necessário, mobilizamos brevemente outros conceitos fundamentais de sua teoria, tais como *habitus* e capital. Em seguida, trazemos um esquema analítico de Políticas Públicas identificando convergências entre as propostas teóricas para o estudo sobre Políticas Públicas de Esporte.

Esse texto surgiu também das inquietações dos autores: O que é um subcampo para Pierre Bourdieu e como ele emprega esse conceito em suas obras? O que surge primeiro: o campo ou o subcampo? Como surge o campo e o subcampo? Qual o grau de autonomia de um subcampo frente a um campo? Questões que buscamos responder ao longo do texto. Esperamos que nossas contribuições possam ser relevantes aos pesquisadores da área, de modo que o conceito de subcampo seja mais uma ferramenta para estudos e pesquisas que tratem de Políticas Públicas de Esporte, mesmo por aqueles que não têm ou nunca tiveram contato com a teoria sociológica bourdieusiana.

## O campo, o subcampo e o espaço social

Para o sociólogo Pierre Bourdieu, o campo se estabelece como um conceito bastante caro para a construção e na apropriação de sua teoria sociológica, não é por acaso que ela se tornou conhecida como a Teoria dos Campos. O conceito é empregado por Bourdieu para interpretar a constituição e o funcionamento de um espaço social, assim, campo é diferente de sociedade, já que na sociedade é possível identificar diferentes campos, ou microcosmos sociais, que correspondem aos diferentes domínios sociais existentes (cultural, político, econômico, entre outros) e que são distintos e sobrepostos. Essa noção é relevante à medida que nos oferece um modelo de análise capaz de ampliar e refinar o nosso olhar para a leitura do mundo social e das relações sociais.

Embora existam algumas analogias para o conceito de campo em Pierre Bourdieu, dentre elas o campo onde se joga futebol, o campo da ficção científica e o campo de forças da física, (THOMPSON, 2008), o campo bourdieusiano, ao mesmo tempo em que apresenta elementos im-

portantes dessas analogias, não é estritamente equivalente a nenhum deles, o campo “[...] não é o produto de um ato de criação deliberado e segue regras, ou melhor, regularidades que não são explícitas nem estão codificadas” (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 151, *tradução nossa*).

Bourdieu elaborou sua primeira noção de campo a partir da obra *Wirtschaft und Gesellschaft*, de Max Weber, criticando, inicialmente, a visão interacionista weberiana das relações entre os agentes e, posteriormente, construindo um campo formado por uma “*estrutura de relações objetivas*” capaz de elucidar a forma concreta das relações descritas por Max Weber em forma de uma “*tipologia realista*” (BOURDIEU, 1989, p. 66, grifo no original). Para Bourdieu (1999, p. 81, grifo no original) a análise da “*lógica das interações*” seria subordinada ao processo de “*construção da estrutura das relações objetivas entre as posições*”. Segundo Bourdieu (1989), as correntes formalista e reducionista, até aquele momento, ocultavam as relações objetivas entre os agentes do campo social, então, era necessário revelar essas relações para identificar os tipos de interações produzidas nos diferentes campos.

Quando Bourdieu (1996b) aborda um espaço social ele está se referindo à apreensão do mundo de forma relacional, rompendo com uma visão substancial de pensar o mundo social. Além disso, o entendimento da estrutura das relações é fundamental para a compreensão da noção de campo, pois é a estrutura que determina a condição de realização de uma determinada função no campo (BOURDIEU, 1996b).

O campo, para Bourdieu e Wacquant (2005, p. 150, *tradução nossa*), se configura como uma rede objetiva de posições, que são objetivamente definidas “[...] por sua situação presente e potencial (*situs*) na estrutura de distribuição de espécies de poder (capital), cuja posse ordena o acesso a vantagens específicas que estão em jogo no campo, assim como por sua relação objetiva com outras posições [...]”, sendo que essas podem ser de dominação, subordinação, homologia e outras. Desse modo, afirmar que o esporte é o ópio do povo<sup>1</sup>, não esclarece grande coisa sobre a *estrutura* da mensagem esportiva, pois, se há um foco nas funções sociais do campo esportivo se escondem outros elementos fundamentais como, a lógica interna de objetos culturais, a estrutura e os grupos de agentes que produzem esses objetos (BOURDIEU, 1996b).

---

<sup>1</sup> Bourdieu (1996b) utilizou como exemplo a religião, possivelmente, para criticar a visão marxista. Nós fizemos a adaptação ao esporte, uma vez que no Brasil o Futebol já foi considerado dessa forma, embora a tese de que o “futebol é o ópio do povo” já tenha sido superada/debatida, entre outros, por DaMatta (1982), Daolio (2003), Souza (2014).



Assim, o campo, para Pierre Bourdieu, deve ser compreendido por meio da noção de sistemas de relações sociais entre posições ocupadas por agentes, trata-se de um espaço estruturado de posições “cujas propriedades dependem das posições nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” (BOURDIEU, 2003, p. 119), permitindo “uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas [...]” (BOURDIEU, 1996b, p. 50), atribuindo mutabilidade ao espaço social.

Essa mutabilidade mostra que o campo é ao mesmo tempo um campo de forças e um campo de lutas, “no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (BOURDIEU, 1996b, p. 50). Roger Chartier (2002, p. 140) contribui afirmando que o campo tem regras, princípios e hierarquias próprias, “são definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e constituídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros”. Essas regras ou normatizações específicas, presentes nos diferentes campos, regulam as ações individuais e coletivas dentro do campo ao mesmo tempo em que são criadas e modificadas por essas ações.

As especificidades do campo foram denominadas por Bourdieu (1996b, p. 127) de *nomos*, “um princípio comum de visão e de divisão [...] um dos elementos constitutivos do nosso *habitus*, uma estrutura mental que, tem sido inculcada em nossas mentes socializadas de uma certa maneira, é ao mesmo tempo individual e coletiva”. No século XIX, por exemplo, o campo artístico tinha como *nomos* “a arte pela arte”. É por isso que a lógica do economicismo de aplicação do *nomos* econômico a todos os campos não é condizente com a proposta bourdieusiana, ou seja, o que está em jogo no campo econômico não é necessariamente o que está em jogo em outros campos.

E embora cada campo tenha *nomos* particulares, aceitos e legitimados pela evolução histórica de processos de lutas singulares, o estabelecimento de uma teoria geral só é possível porque, segundo Bourdieu (2003, p. 119) existem leis gerais dos campos, por isso, “sempre que se estuda um novo campo [...] descobrimos propriedades específicas, próprias de um campo particular, ao mesmo tempo que fazemos progredir o conhecimento dos mecanismos universais dos campos”. Desse modo, uma análise primordial de qualquer campo passa pela identificação dos mecanismos genéricos de funcionamento, comum a todos os campos, que são: as lutas entre domi-

nantes e dominados, a disposição para a luta (reconhecimento dos interesses específicos, estar pronto para o jogo/*illusio*) e a presença da *doxa*/opinião consensual.

Em sociedades altamente diferenciadas, os diferentes campos sociais estão organizados de modo a estabelecerem uma relação relativamente autônoma (BOURDIEU; WACQUANT, 2005), ao mesmo tempo em que possuem suas lógicas e necessidades específicas, internas, também estabelecem relações e provocam repercussões e resultados em outros campos que lhes são relacionais. Assim, em termos de campo esportivo a ideia de autonomia relativa nos ajuda a compreender a sua relação com outros campos sociais, como midiático, político ou educacional. Assim, toda ação no campo esportivo tem repercussões em outros campos que lhe são afetos, desse modo, uma análise exclusivamente interna do campo esportivo resultaria equivocada.

Outro elemento fundamental para compreender a existência, a consolidação e a conservação de um campo, é o aspecto histórico. Ao estudar a história de diferentes campos, Pierre Bourdieu refinou o conceito (CHARTIER, 2002). Dentre as amigadas intelectuais de Bourdieu, Chartier (2002) destaca Georges Duby e Louis Marin, além da apropriação das obras de Michael Baxandal, Robert Darnton, dos marxistas ingleses, Edward Palmer Thompson, Eric John Ernest Hosbsbawn e Christopher Hill, que contribuíram para o “aprofundamento do sentido histórico de Bourdieu que vai finalmente deste modelo quase sem história — o de Lévi-Strauss — a um modelo da história contemporânea que dá sentido à descrição sincrônica que se alarga ao século XIX” (CHARTIER, 2002, p. 164). Segundo Chartier (2002), as produções culturais, para Pierre Bourdieu, possuem raízes, todo campo possui uma história e a qualidade das relações deste campo, bem como, os capitais em jogo, o *habitus*, o consenso e a definição dos dominantes e dos dominados, têm sua gênese na história desse campo.

Em relação às fronteiras do campo, Bourdieu e Wacquant (2005) alertam que seus limites estão sempre em jogo, assim não há uma resposta *a priori*, mas somente a partir de uma investigação empírica. As barreiras/limites do campo estão posicionadas onde os efeitos do campo terminam e por isso a construção empírica de um campo não se realiza por imposição. “Somente estudando cada um desses universos se pode equilibrar até que ponto estão constituídos, onde terminam, quem está dentro e que não está e se constituem ou não um campo” (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 155, *tradução nossa*).

Uma análise em termos de campo pressupõe basicamente três momentos: a definição da posição do campo frente ao campo de poder, ou seja, se ocupa uma posição dominada ou dominante, por exemplo; a identificação das estruturas objetivas das relações entre as posições dos agentes e instituições que ocupam o campo e que estão em luta por legitimidade; e a análise dos *habitus* dos agentes, ou seja, a aquisição de sistemas de disposições adquiridos por meio de internacionalização de determinadas condições sociais e econômicas (BOURDIEU; WACQUANT, 2005).

Com relação ao conceito de subcampo, nota-se que, embora apareça em inúmeras obras, não houve (não identificamos nas obras consultadas) uma tentativa de Pierre Bourdieu em explicá-lo detalhadamente. De modo geral, observamos que o conceito aparece empregado pelo sociólogo ao abordar questões relativas ao campo social, quando houve a necessidade de explicar os mecanismos de funcionamento do espaço social ou de um campo de produção cultural.

Dentre as obras consultadas que mais trouxeram elementos para compreender o conceito de subcampo, destacam-se *Coisas Ditas*, *Razões práticas* e *As regras da arte*. Na obra *Coisas ditas*, Bourdieu (2004) emprega o conceito para descrever o processo de investigação sociológica no campo esportivo. Nessa obra, o subcampo é apontado por Bourdieu como um subespaço de forças presente no espaço social, sendo exemplificado pelos esportes de combate, e tendo a luta, o judô e o *aikidô* como três pontos desse mesmo subcampo (ou subespaço). Assim, que um subcampo está subordinado a um determinado campo.

Em *Razões práticas* e em *As regras da arte*, Pierre Bourdieu apresenta dois esquemas também esclarecedores sobre a disposição do campo e do subcampo no espaço social. Desses esquemas, pode-se extrair diversos aspectos do conceito de campo e subcampo e suas relações, entre eles, o fato de que o subcampo se situa dentro de um campo de produção cultural, que por sua vez está inserido em um campo de poder e em um espaço social.

Além das obras acima citadas, nossas considerações sobre o subcampo (Quadro 1) partem da interpretação dos usos desse conceito por Bourdieu nas seguintes obras: *Os usos sociais da ciência* (BOURDIEU, 2004) e *Homo academicus* (BOURDIEU, 2008). O conceito de subcampo foi apresentado junto com o conceito de campo, pois em nosso entendimento, não é possível abordar um sem o outro, e porque entendemos que o subcampo está no campo e pertence a ele.

Quadro 1 – Características comuns e específicas do campo e do subcampo

<b>ASPECTOS COMUNS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Situam-se dentro de um espaço social e de um campo de poder;</li> <li>• Possuem estrutura de relações objetivas, regras, hierarquias próprias e polos opostos (posição dominante e posição dominada);</li> <li>• São espaços de forças e de lutas;</li> <li>• São influenciados por capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos;</li> <li>• Funcionam como um espaço relativamente autônomo;</li> <li>• Congregam agentes portadores de capital e <i>habitus</i> específicos;</li> <li>• Um polo não é, necessariamente, dominante em todos os aspectos, ou seja, pode-se haver um polo economicamente dominante e simbolicamente dominado ou, ainda, simbolicamente dominado, mas economicamente dominante;</li> <li>• O espaço social, as posições e o campo de poder são mutáveis.</li> </ul>	
<b>ASPECTOS PARTICULARES</b>	
<b>Campo</b>	<b>Subcampo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possui leis de funcionamento universal;</li> <li>• Apresenta um princípio comum de visão e divisão (<i>nomos</i>);</li> <li>• Tende a se organizar em torno da oposição entre posições dominantes e dominadas;</li> <li>• Espaço onde se dá a origem das lutas;</li> <li>• As lutas fazem a história do campo, e da estrutura dele se originam as mudanças contínuas do campo;</li> <li>• Os polos do campo são seus subcampos opostos ou setores/gêneros do campo (ARDA, p. 246).</li> <li>• Exemplos de campo: da Arte, Acadêmico, Político, Esportivo, da Educação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Está inserido dentro de um campo de produção cultural;</li> <li>• É um subespaço no espaço social/campo;</li> <li>• Apresenta um capital simbólico específico;</li> <li>• Os polos do subcampo podem ser os mesmos presentes no campo ou setores/gêneros do subcampo;</li> <li>• O polo de um subcampo pode se tornar mais próximo de um polo de outro subcampo do mesmo campo, do que do seu polo oposto;</li> <li>• Exemplos de subcampo: do teatro, da literatura, da pintura, da produção pura/restrita, da grande produção, dos esportes de combate, do esporte escolar, político-esportivo.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelos autores, com base em BOURDIEU (1996a; 1996b; 2004a; 2004b; 2008).

Respondendo às questões iniciais desse texto, notamos que o subcampo é tratado por Bourdieu como um conceito secundário frente aos conceitos de campo, *habitus* e capital, sendo sua utilização fundamental, em alguns casos, para compreender o espaço social e o funcionamento do campo. Além disso, parece que, o campo surge primeiro, tendo em vista que é nele que se engendram as lutas que darão origem ao campo de produção cultural, basta pensar: é possível que surjam lutas em torno de questões políticas do esporte (subcampo político-esportivo) sem que antes tenha se estruturado um campo do esporte? Todo campo e subcampo apresentam autonomia relativa frente a outros campos e surgem da história das lutas de seus agentes, para se definir isso é preciso traçar a sociogênese desses espaços.

Observando o exposto até agora, notamos que campo e subcampo são metáforas espaciais, onde estão em jogo capitais diversos, posições e poder. Embora possa haver perpetuação de estruturas dominantes, elas não são, necessariamente, imutáveis, mas se formam e se deformam a partir das lutas entre os agentes em seu interior. O subcampo está situado em um campo de produção cultural, pertence a ele e se especializa nas particularidades desse campo, ainda que possua seu próprio capital simbólico. Assim, concepções como “contexto” e “meio” tem outro peso frente ao conceito de campo e subcampo propostos por Pierre Bourdieu, pois não retratam suficientemente o aspecto conflituoso desse espaço social.

## **O subcampo político-esportivo brasileiro e o espaço das Políticas Públicas de Esporte**

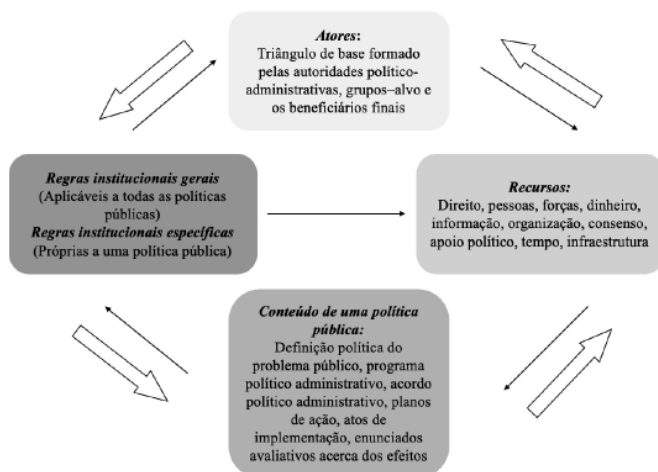
Assim como Starepravo (2011), partimos da ideia da existência de um subcampo político-esportivo no Brasil, o qual foi definido pelo autor como “subcampo político/burocrático” do Esporte. Entendido dessa maneira, o referido subcampo está situado dentro do campo esportivo e volta-se para produção (e reprodução) de práticas culturais relacionadas à discussão, desenvolvimento e implementação de ações políticas de esporte, nos âmbitos educacional, de alto rendimento e de participação/lazer.

No Brasil, o campo esportivo começou a se estruturar a partir do século XIX, com a entrada das primeiras práticas esportivas. Mas foi apenas a partir da década de 1930 que o Estado começou a atuar mais fortemente sobre a gerência do esporte, iniciando um movimento de intervenção estatal, e, conseqüentemente, de estruturação de um subcampo político-esportivo (STAREPRAVO, 2011). Desde então, o esporte passou a ser, também, assunto do Estado, com o surgimento de diferentes instituições Estaduais (dentre elas: Conselho Nacional do Esporte – CND; Divisão de Educação

Física do MEC; Departamento de Educação Física e Desportos – DED; Ministério do Esporte e Turismo, Ministério do Esporte) e regulamentações (Decreto-Lei nº 3.199/1941; Lei 6.251/1975 e Decreto regulamentador 80.228/1977; Lei 8.672/1993 e Decreto regulamentador 981/1993; Lei 9.615/1998 e Decreto regulamentador 7.984/2003; Lei 13.155/2015).

Não é nosso objetivo aqui traçar toda a história do subcampo político-esportivo (para isso recomenda-se a leitura de BUENO (2008), LINHALES (1996), MANHÃES (2002), MEZZADRI (2000) e STAREPRAVO (2011)), mas mostrar como o conceito de subcampo (assim também com o de campo) de Pierre Bourdieu pode ser útil para o entendimento, a discussão e a investigação do espaço das políticas públicas de esporte no Brasil. Para isso, tomamos como base o esquema analítico (Figura 1) de Subirats *et al.* (2008), os quais apresentam elementos para compreensão e resposta aos questionamentos fundamentais sobre a legitimidade, a eficácia e a continuidade ou sustentabilidade das ações públicas.

Figura 1 - As chaves de análise de políticas públicas



Fonte: SUBIRATS *et al.* (2008, p. 30, tradução nossa).

Quando se discute o tema Políticas Públicas pressupõe-se que há por trás o Poder Público, o Poder do Estado ou o Poder Político, e isso é fundamental para as discussões que queremos fomentar aqui em termos de subcampo político-esportivo, pois para Subirats *et al.* (2008, p. 35, tradução nossa), “não é o poder político como tal, mas sim sua utilização para resolver problemas coletivos que constitui o objeto essencial de análise de políticas públicas”, ou seja, as interações, alianças e conflitos entre os dife-

rentes atores (públicos, parapúblicos<sup>2</sup> e privados) na resolução de problemas sociais. Nesse sentido, quando o Poder Político é mal utilizado, determinadas Políticas Públicas podem se constituir apenas como um instrumento de exercício do poder e de dominação de um grupo social sobre outro, e não como uma ação coletiva para solucionar ou amenizar um problema social (SUBIRATS *et al.*, 2008).

Ao tomarmos o esporte de rendimento, o esporte educacional e o esporte participação como polos do subcampo político-esportivo, nos questionamos: como o Poder Político tem sido utilizado para fomentar ações públicas nesses setores? O que tem sido privilegiado, negligenciado e realizado de forma geral? Dentre alguns trabalhos que mostram esse cenário destacam-se os estudos de Bueno (2008) que ao estudar a Política Pública de Esporte no Brasil identifica o predomínio do Esporte de Rendimento e o trabalho de Castro (2016), que identificou as lacunas na distribuição de recursos das políticas federais de esporte e lazer do Ministério do Esporte durante o período de 2004 a 2011.

Subirats *et al.* (2008) consideram que existe um espaço de política pública, o qual não é neutro, é mais ou menos estruturado, é formado e preenchido por diferentes tipos de atores públicos e privados, que se relacionam verticalmente (níveis governamentais distintos) e horizontalmente (mesmo nível governamental) e que pertencem a diferentes organizações e possuem interesses opostos, é determinado pela lógica do estado de direito, possuem fronteiras difíceis de determinar. De uma maneira mais simples, em um espaço de políticas públicas é possível identificar:

[...] um núcleo de atores que fora de um possível conflito tem um interesse (quase) vital em não perder sua posição e, portanto, pretendem controlar, inclusive limitar, o acesso a esse espaço a diferentes atores. Essa “comunidade política” [...] se subdivide com frequência em diferentes coalisões [...] que, ao mesmo tempo que lutam por fazer valer seus próprios interesses ou ideias, buscam da mesma forma diferenciar-se dos indivíduos e grupos que operam no exterior desse espaço [...].

Por regra geral, os espaços das políticas públicas mudam pouco em sua composição. Com o tempo, uma coalisão minoritária pode tornar-se dominante, ou a relação de poder entre os atores centrais e locais podem

---

<sup>2</sup> Atores privados aos quais o Estado delega algumas de suas prerrogativas, passando assim a pertencerem, de forma indireta, ao sistema político-administrativo (SUBIRATS *et al.*, 2008).

sofrer modificações, mas é raro que a composição dos atores e, conseqüentemente, sua diferenciação do resto do sistema se questione ou se modifique de maneira fundamental (SUBIRATS *et al.*, 2008, p. 56).

Considerando o exposto, o conceito de subcampo de Bourdieu pode contribuir para as discussões em termos de Políticas Públicas de Esporte, ampliando o entendimento das relações entre os agentes/atores envolvidos na proposição de ações políticas, através da identificação da gênese dessa estrutura e de suas formas de operação que dão forma às ações políticas. Assim, de acordo com Subirats *et al.* (2008), as características institucionais e o conteúdo de qualquer ação pública são decorrentes das interações entre as autoridades político-administrativas e os grupos sociais que estão envolvidos com os efeitos negativos de um problema coletivo determinado. Segundo Subirats *et al.* (2008, p. 29, tradução nossa, grifo nosso), em uma ação pública,

o “**jogo**” de tais **atores** dependem não só de seus **interesses respectivos**, mas também dos **recursos que conseguem mobilizar** para **defender suas posições** com relação aos objetivos, aos instrumentos e aos processos de elaboração de uma ação pública. Assim, tal dinâmica ou jogo pode dar-se tanto na definição do conteúdo da política pública (aspectos conceituais e substantivos) como na forma (aspectos operacionais que incluem procedimentos, organização...) que se leva a cabo ou se implementa.

A ideia de que há um “jogo” de interesses, atores e posições ideológicas, vai ao encontro do que apresentamos anteriormente sobre a dinâmica do campo e do subcampo na perspectiva teórica de Pierre Bourdieu. Subirats *et al.* (2008) acrescentam ainda que, os atores envolvidos devem considerar as oportunidades e obstáculos possíveis perante as regras institucionais vigentes, as quais constituem as regras constitucionais que se aplicam a todas as políticas públicas e que, predeterminam as regras específicas de uma política determinada, devido ao princípio da hierarquia normativa.

Essas regras específicas terão, por sua vez, uma influência direta sobre o acesso que um determinado ator terá ao **espaço da política pública de que se trata** e também ao tipo de recurso que poderá utilizar. Embora essas **regras específicas pré-estruturam notadamente os jogos dos atores**, temos que ser conscientes de que **as próprias regras são**, de fato, **o resultado (parcial) de uma negociação sobre a própria formulação da política na qual intervieram** (ou podiam ter intervindo) **os atores envolvidos nos resultados substantivos que se pretendem conseguir com essa política** e, portanto, são **suscetíveis de mudança ou adaptação**” (SUBIRATS *et al.*, 2008, p. 29, tradução nossa, grifo nosso).



Desse modo, para Subirats *et al.* (2008), toda ação política parte do (re)surgimento ou reconhecimento de um problema social, e todo problema social é uma construção social e política, pois esses problemas e sua aceitação como tais dependem sempre da percepção, representação, interesses e recursos de diferentes atores públicos e privados que interferem no processo. Apoiados em Schattschneider (1960), os autores acrescentam que uma resposta institucional a um problema social não é linear ou mecânica frente a um problema colocado como importante ou que sofre pressão objetiva, mas se estrutura frente a um exercício redistributivo, onde há atores ganhadores e perdedores, e no centro de uma mobilização com visões arbitrárias (SUBIRATS *et al.*, 2008).

Por atores, Subirats *et al.* (2008) entendem o indivíduo (p.e.: secretário de ministro do esporte, deputado, jornalista esportivo), vários indivíduos (p.e.: uma secretaria esportiva), uma pessoa jurídica (p.e.: empresa privada de esporte, clube esportivo) ou um grupo social (p.e.: professores de educação física, técnicos esportivos, atletas). Inspirados na concepção de ator de Talcott Parsons (apresentada em BOURRICAUD, 1977), os autores entendem que o conceito de ator é amplo, permitindo que se analise todos atores envolvidos no problema coletivo específico, tanto os que se envolvem intensamente e com mais recursos (poderíamos pensar em capitais) até aqueles que, apesar de estarem envolvidos com o problema, estão à margem das intervenções, em posição passiva – por uma questão voluntária, pela carência de recursos, ou por não tomar conhecimento de algumas consequências da política. De qualquer modo, a despeito da quantidade de recursos ou formas de organização predominantes, em termos de política pública não existem “não atores” (SUBIRATS *et al.* 2008), da mesma forma que no subcampo político-esportivo não existem “não agentes”, todos tem sua participação e posição no campo e subcampo com base nos capitais que dispõe.

Outro elemento central na análise de Subirats *et al.* (2008) são os recursos das políticas públicas. Os autores apontam dez tipos e acenam para a possibilidade de haver outros: a) Direito: recurso jurídico; b) Pessoal: recurso humano; c) Dinheiro: recurso econômico; d) Informação: recurso cognitivo; e) Organização: recurso interativo; f) Consenso: recurso confiança; g) Tempo: recurso cronológico; h) Infraestrutura: recurso patrimonial; i) Apoio político: recurso maioria; Força: recurso violência. De forma geral, os recursos identificados acima estão relacionados com capitais apontados por Pierre Bourdieu, especialmente o capital econômico, o social e o cul-

tural, pois é a partir deles que os atores irão agir no espaço das Políticas Públicas. No entanto, essa aproximação requer uma análise mais detalhada e cuidadosa, identificando ainda outros elementos da teoria bourdieusiana.

## Conclusão

Considerando a proposta para este capítulo, apresentamos o conceito de subcampo de Pierre Bourdieu, destacando seus aspectos principais em relação com o conceito de campo. Em seguida, trouxemos a proposta teórica de análise de Políticas Públicas de Subirats *et al.* (2008) para tecer relações com os conceitos bourdieusianos adotados. Identificamos que na literatura estudada é possível tratar as Políticas Públicas sob a perspectiva de “espaço”, essa constatação permitiu que mobilizássemos as duas abordagens teóricas ampliando o olhar sobre os estudos e pesquisas nessa área.

O conceito de subcampo, empregado no âmbito dos estudos sobre Políticas Públicas de esporte, pode ser útil para descrever o histórico de lutas do subcampo político-esportivo, seu processo de surgimento e consolidação, identificando os polos de produção e reprodução de práticas culturais (esporte educacional, esporte de alto-rendimento e esporte de participação/lazer), os agentes dominantes e dominados, as desigualdades e as prioridades, além de contribuir para a compreensão de como se estrutura o campo de poder no qual essas ações são engendradas e como a estrutura desse espaço tem consequências sobre a definição e o estabelecimento dos problemas/prioridades sociais e dos planos de ação.

A proposta teórica de Bourdieu pode alargar as análises sobre Políticas Públicas ao empregar o conceito de dominação, que se fundamenta em uma estrutura objetiva de posições no espaço social. Uma vez que essa estrutura irá influenciar toda e qualquer ação social e política, tais como as Políticas Públicas de Esporte no Brasil, a teoria sociológica torna-se uma ferramenta política ao desvelar os mecanismos de funcionamento do subcampo, oferecendo meios para que os agentes dominados possam contestar as legitimidades das práticas, propor mudanças e equilibrar a balança de poder.

Enquanto agentes da Educação Física e do Esporte nossa luta se concretiza dia-a-dia em nossas práticas pedagógicas ou quando reforçamos posições e estruturas ou combatemos e denunciemos práticas relativas ao campo de produção da cultura de movimento. No processo educativo (no seu sentido *lato*) e, também, em nossa atuação social e profissional, conscientizar-se de nossas posições (individual e coletiva) nos campos e subcampos, dos quais fazemos parte, é o primeiro passo para a emancipação humana e a transformação cultural e social.

## Referências

- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 1996a.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. Campinas/SP: Papirus, 1996b.
- BOURDIEU, P. Gênese e Estrutura do Campo religioso (Apêndice I: Uma interpretação da teoria da religião de Max Weber). In: MICELLI, S. (org.). *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999. p. 27-98.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. 1ª reimpressão: São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004b.
- BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Uma invitación a la sociología reflexiva*. Buenos Aires: Siglo Vientiuno editores, 2005.
- BUENO, L. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo/SP, 2008.
- CASTRO, S. E. de. *Políticas Públicas para o esporte e lazer e o ciclo orçamentário brasileiro (2004-2011): prioridades e distribuição de recursos durante os processos de elaboração e execução orçamentária*. 2016. 382 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2016.
- CHARTIER, R. Pierre Bourdieu e a história (Debate com José Sérgio Leite Lopes). *Topo I*, Rio de Janeiro, mar. 2002, pp. 139-182.
- DAMATTA, R. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DAMATTA, R. et al. *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- DAOLIO, J. O drama do futebol brasileiro: uma análise socioantropológica. In: DAOLIO, J. *Cultura: educação física e futebol*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LINHALES, M. A. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação (Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte/MG, 1996.
- MANHÃES, E. D. *Políticas de esportes no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MEZZADRI, F. M. *A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais*. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2000.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.). *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

SOUZA, J. *O “Esporte das multidões” no Brasil: entre o contexto de ação futebolístico e a negociação mimética dos conflitos sociais*. 2014. 432f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2014.

STAREPRAVO, F. A. *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. 2011. 422f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2011.

SUBIRATS, J; KNOEPFEL, P; LARRUE, C.; VARONNE, F. *Análisis y gestión de políticas públicas*. 1. ed. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 2008.

THOMSON, P. Field. In: GRENFEIL, M. *Pierre Bourdieu: Key Concepts*. Stocksfield/UK: Acumen, 2008. p. 67-81.



# Panorama geral do debate acadêmico internacional sobre o direito ao esporte<sup>1</sup>

*Felipe Canan  
Fernando Augusto Starepravo*

## Introdução

A existência da ideia de direito ao esporte vem se delineando desde, ao menos, o início do século XX, como pode ser observado nos exemplos do Movimento Esportivo Alemão dos Trabalhadores (KRÜGER, 2014), dos esforços do Barão de Coubertin e da instituição por ele presidida, denominada União Pedagógica Universal, em criar espaços gratuitos para prática esportiva (SOLAR CUBILLAS, 2015), ou do processo constituinte mexicano de 1917, no qual ventilou-se a inclusão de tal direito na Constituição (PACHOT ZAMBRANA, 2008).

Entretanto, além de num primeiro momento tal direito não passar de uma ideia pontual ensaiada em contextos isolados, somente viria a ser defendido com alguma profundidade e em nível institucional internacional no final da década de 1960, anos após o fim da Segunda Guerra Mundial.

O direito ao esporte foi ventilado em âmbito institucional inicialmente pelo Manifesto Mundial do Esporte, publicado em 1968 pelo então Conselho Internacional de Educação Física e Esporte (1968) e depois ratificado pela Carta Europeia de Esporte para Todos publicada em 1976 pelo Conselho da Europa (1976) e pela Carta Internacional da Educação Física e do esporte publicada em 1978 pela UNESCO (1978). Esses documentos tinham o condão de servir de orientação ou diretriz para políticas esportivas internacionais e internas dos Estados-membros das respectivas instituições e outros que quisessem os levar em consideração.

---

<sup>1</sup> Uma versão mais completa e ampliada de tal discussão foi por nós desenvolvida na tese de Canan (2018).

No mesmo ano de publicação da Carta Europeia de Esporte para Todos surgiram as primeiras Constituições nacionais a reconhecerem expressamente o esporte como direito, primeiramente em Cuba e depois Portugal (PACHOT ZAMBRANA, 2008). Posteriormente, até o ano de 2018, mais 12 países estabeleceram expressamente o esporte como um direito em sua Constituição nacional, somando um total de 14 países com o reconhecimento constitucional de tal direito (CANAN, 2018).

O problema é que, apesar da existência de orientações/diretrizes internacionais formalizadas por documentos construídos por organizações intergovernamentais (com a participação de representantes de Estado, portanto) e da constitucionalização do direito ao esporte em alguns países, existe ainda uma carência científica a respeito de tal direito. Como coloca Pachot Zambrana (2016, p. 119),

La positivación constitucional del derecho al deporte es contrastable con el hecho de que no se ha producido suficiente desarrollo teórico-jurídico alrededor del mismo, tratándose más bien de un derecho que hasta el momento ha sido objeto más de glosas retóricas que de una construcción técnico-jurídica. Siendo así la dogmática particular del derecho constituye una deuda que desde lo académico no ha sido solventada suficientemente con relación a los elementos configuradores del derecho [...] (PACHOT ZAMBRANA, 2016, p. 119).

Corroborando a lacuna da literatura apontada por Pachot Zambrana (2016), ele próprio e Castilla (2015), Flores Fernández (2014; 2015), González Acevedo (2006) e Paípe (2015) argumentam que é necessário ter clareza a respeito do direito ao esporte para que se possa cimentar as bases de políticas esportivas operativas e efetivas que gerem seu exercício e garantia. Como consequência, ocorre o que Toledo (2014) chama, no caso brasileiro, de baixa institucionalidade do direito ao esporte, pois que apresenta fragilidades normativas que resultam na ausência de políticas estatais e subsunção à ampla discricionariedade dos operadores do direito. Nesse sentido é que se encontra a importância do campo acadêmico-científico respaldar tais operadores, contribuindo na reflexão sobre o direito ao esporte e colaborando para criação de leis e políticas concretas e menos suscetíveis de interpretações diversas e variações completas em sua aplicação.

Não obstante a lacuna na literatura relativa a características técnico-jurídicas ao direito ao esporte, trabalhos do próprio Pachot Zambrana (2008; 2016), além de outros com caráter semelhante como os Castilla (2015) e Flores Fernández (2014; 2015) indicam a existência de discussões acadêmicas a respeito. Tendo em conta a constatação prévia de existência de alguma literatura sobre a temática e a necessidade do meio científico-a-

cadêmico oferecer um respaldo técnico-jurídico embasado cientificamente aos operadores do direito ao esporte, visando que tal direito possa ser entendido, explicado e, somente a partir daí tornado uma realidade, nesse texto objetivou-se identificar o panorama geral do debate internacional sobre o direito ao esporte no que diz respeito às formas como tal direito tem sido entendido e às suas características técnico-jurídicas.

## Procedimentos metodológicos

O presente ensaio apresenta caráter teórico e exploratório. De acordo com Demo (2002), a pesquisa teórica visa aprimorar fundamentos teóricos a partir da revisão/reconstrução de conceitos, ideias e ideologias, polêmicas, entre outros, em busca de oferecer condições para intervenção. A pesquisa exploratória, por sua vez, segundo Gil (2008) objetiva gerar maior familiaridade e compreensão de um tema ou problema pouco explorado, também tendo em vista sua aplicação prática. Em razão da abordagem, a pesquisa apresenta caráter qualitativo.

Para informar a discussão inicialmente foi realizada uma busca sistemática na literatura, pela qual buscou-se nas bases eletrônicas de dados *SciELO*, *Pubmed*, Portal Periódicos da Capes, Biblioteca Virtual em Saúde, *Google Acadêmico*, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Teses Capes e Portal Domínio Público – artigos científicos e teses e dissertações relacionadas ao debate acerca do direito ao esporte. Considerando o próprio caráter da pesquisa, de identificação de um panorama sobre o debate acerca da temática e também a pequena quantidade de trabalhos a respeito, não foi estabelecido um recorte temporal para seleção dos materiais.

Utilizou-se os descritores “direito ao esporte”; “direito ao desporto”; “right to sport”; e “derecho al deporte”. O critério de inclusão foi que o trabalho apresentasse algum tipo de compreensão sobre o significado e/ou abrangência do direito ao esporte, circunscrito a algum ordenamento jurídico específico ou situado no campo do ideal, do objetivado, ainda que o objeto do estudo não necessariamente fosse o de discutir o direito ao esporte. Trabalhos que apenas citavam o direito sem apresentar uma compreensão minimamente fundamentada a respeito foram descartados. A consulta, realizada no ano de 2017, identificou 24 artigos e 11 teses/dissertações, sendo selecionados a partir do critério de inclusão 12 artigos e uma tese.



Em busca de uma identificação mais completa do panorama e dado o fato de que poucos trabalhos selecionados a partir da revisão sistemática discutiam características técnico-jurídicas do direito ao esporte optou-se por abranger a seleção de materiais para além de trabalhos arrolados pelas bases de dados. Nesse esforço complementar a busca abrangeu materiais diversos além de teses e artigos, tais como livros e capítulos de livros, somando um total de 63 trabalhos que, conjugados aos anteriormente selecionados, compuseram as fontes de dados, num total de 76 trabalhos.

A partir da leitura cuidadosa de todos os trabalhos foram criadas categorias relativas exclusivamente à forma como cada um aborda e interpreta o direito ao esporte: a primeira, denominada explicativa ou dogmática, a segunda funcional-utilitarista, com estudos oriundos especialmente da área de Direito e a terceira e última, denominada crítico-culturalista, com predomínio de estudos da Educação Física. Cabe ressaltar que a categorização não se deu *a priori* e não diz respeito a qualquer tipo de linhagem doutrinária ou epistemológica preexistente.

## Resultados e discussão

Pachot Zambrana (2016), ao tratar de “desenvolvimento técnico-jurídico” do direito ao esporte, está se referindo essencialmente ao que entende como “elementos constitutivos” de tal direito. No rol desses elementos encontram-se a natureza jurídica, a titularidade, o objeto, o núcleo essencial e os limites ao exercício do direito ao esporte. De uma maneira bastante geral, pode-se entender que a natureza jurídica é diretamente ligada às dimensões dos direitos fundamentais, podendo o fundamento jurídico encontrar-se na abstenção ou na ação estatal. A titularidade refere-se àqueles que podem usufruir o direito e cobrar dos destinatários sua garantia. Os destinatários consequentemente são aqueles que têm a obrigação de garantir o direito aos titulares. O objeto refere-se ao bem jurídico a ser garantido. O núcleo essencial trata-se do mínimo de proteção dos direitos fundamentais contra o Estado ou outros destinatários ou, em outros termos, do essencial que deve ser garantido e não pode ser obstaculizado por qualquer destinatário. Os limites dizem respeito às possibilidades que os destinatários têm de restringir a garantia do direito. Justamente a forma como estes elementos se aplicam ao direito ao esporte é o ponto falho da literatura indicado por Pachot Zambrana (2008; 2016).

Tendo essa carência na literatura em mente, a questão que foi levada em consideração quando da leitura dos trabalhos selecionados foi a abrangência ou não de discussões sobre os elementos constitutivos. Essa questão

permitiu a primeira categorização dos trabalhos, dividindo-os entre aqueles que discutiam tais questões e aqueles que abordavam o tema do direito ao esporte sob outra perspectiva. A categoria de trabalhos que discutem em alguma medida características técnico-jurídicas do direito ao esporte e que foi especialmente selecionada para análise e interpretação no presente artigo foi denominada compreensiva ou dogmática. Tal denominação deve-se ao fato de que buscam refletir sobre o objeto e compreender e/ou construir seu desenvolvimento técnico-jurídico, ao que se denomina dogmática, entendendo que ela ainda não se encontra existente ou ao menos suficiente.

Sob tal perspectiva identifica-se um quadro de predominância de autores de língua espanhola e em segundo plano de língua portuguesa. Como aponta Canan (2018), à exceção do Egito é no bloco ibero-americano (Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, México, Nicarágua, Portugal, República Dominicana e Venezuela) e da África lusófona (Angola, Cabo Verde e Moçambique) que se encontram as únicas Constituições que preveem o direito ao esporte e, em regra, os textos constitucionais mais abrangentes sobre o esporte em geral. O fato de ser um direito constitucionalizado possivelmente influencia para que haja discussões técnico-jurídicas a respeito especialmente em alguns desses países.

O direito ao esporte parece pouco fazer parte da preocupação acadêmica de autores de origem não espanhola ou portuguesa, mas isso não significa necessariamente que não estudem políticas e ações de democratização esportiva. No contexto anglo-saxão, mesmo sem um direito formalmente reconhecido pela Constituição ou por lei, vez que países dessa origem adotam Constituições sintéticas ou mesmo não as adotam, questões relativas à democratização esportiva são identificadas a partir da lógica do *sport for all*, ou seja, de políticas de esporte/atividade física para todos.

Inclusive para Castilla (2015), Cazorla Prieto (2013), Fachada (2017), Flores Fernández (2014; 2015), González Azevedo (2006), Miranda (2011), Pachot Zambrana (2008; 2016), Paipe (2015), Pessanha (2001), Real Ferrer (1989), Santos e Freitas (2015) e Serrano Lucero (2011) a previsão constitucional mostra-se um passo importante, mas não único para aquisição de institucionalidade do direito ao esporte. Um ordenamento jurídico concreto, a adoção de documentos esportivos internacionais e/ou políticas bem orientadas são também fatores importantes. Praticamente todos os trabalhos abordam, por exemplo, documentos esportivos internacionais, sobretudo a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte (UNESCO, 1978) e realizam em alguma medida um exercício de direito

constitucional esportivo comparado. Com base em tais fontes tecem considerações e discussões gerais sobre o conceito de esporte, a relação entre Estado e esporte e o direito ao esporte.

Quadro 1 – Autores compreensivos ou dogmáticos e suas considerações gerais sobre o direito ao esporte

<b>Autor</b>	<b>Considerações gerais sobre o direito ao esporte</b>
Cazorla Prieto (2013) <sup>2</sup>	Esporte não se trata de uma necessidade básica, mas serve para transformação de um bem-estar quantitativo em um bem-estar qualitativo, em conjunto a questões como a cultura, defesa dos consumidores, qualidade de vida, entre outros. Mais importante que a previsão do direito ao esporte é a previsão do direito à educação física.
Real Ferrer (1989)	Direito público do esporte não se esgota na intervenção direta, mas também no estabelecimento dos marcos onde o campo privado atuará, preservando o interesse geral. Esporte é uma atividade de interesse público em duas direções: fator fundamental da formação e do desenvolvimento integral da personalidade, que deve chegar ao maior número de pessoas; e código nacionalista, devendo-se buscar a equiparação a potências esportivas.
Pessanha (2001)	Esporte é um bem cultural fundamental e associa-se a direitos sociais, o que acaba lhe conferindo também o caráter de direito social.
Pachot Zambrana (2008; 2016)	Reconhecimento do esporte como direito fundamental não é consensual, mas regulação estatal do esporte como atividade social e benéfica para o indivíduo sim. Esporte é um novo direito de caráter social e deve ser considerado um direito fundamental devido à sua importância para o indivíduo e para sociedade, sem ser condicionado a outros direitos (reconhecido pela sua própria natureza). Pertence ao gênero de direitos econômicos, sociais e culturais, especialmente os de caráter cultural. Não é direito de solidariedade porque direitos dessa natureza partem de problemáticas globais que necessitam de um enfoque transnacional para sua concretização. Esporte-espetáculo/profissional merece regulação pública, mas não se trata do direito em si. O direito ao esporte não deve ser garantido apenas pelo Estado, mas também estender-se às instituições esportivas privadas, que não podem contrariá-lo.

<sup>2</sup> A data referenciada trata-se da 2ª edição da obra, cuja 1ª edição é de 1979, sendo Cazorla Prieto um autor de referência internacional e atemporal no que diz respeito ao estudo das relações entre esporte e Estado.

<p>Miranda (2011)</p>	<p>Esporte é direito porque é um fator autônomo de melhoria de condições materiais de existência. É direito social porque trata-se do meio escolhido pelo constituinte para efetivação do direito ao lazer e porque contribui para sustentação do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.</p>
<p>Flores Fernández (2014; 2015)</p>	<p>Esporte e cultura física são direitos individuais e sociais. Individual porque o indivíduo deve ter liberdade de escolha da prática sem ser obstaculizado pelo Estado (exige abstenção estatal). Social porque contribui para qualidade de vida, dignidade e igualdade humanas e porque o Estado deve assumir um papel de garantidor e promotor do direito, assegurando condições de acesso a todos (exige prestações estatais). Educação física encontra-se na base do direito ao esporte e se ela não for garantida, dificilmente ele será. Políticas públicas de esporte devem ter como paradigma ou meta os documentos internacionais.</p>
<p>Castilla (2015)</p>	<p>Esporte é comumente considerado mais uma atividade que merece regulação estatal do que um direito. Direito ao esporte é jovem e de todos, mas atletas devem ter proteção diferenciada/especial. Estado deve gerar condições necessárias para acesso de todos à prática e não deve impedir de maneira injustificada o desenvolvimento de atividades esportivas. Tem caráter de direito social e individual.</p>
<p>Santos; Freitas (2015)</p>	<p>Direito ao esporte é previsto na Constituição Federal enquanto direito social, pois está inserido na Ordem Social e políticas públicas de esporte nos três níveis do federalismo são uma resposta à tal previsão. Como a Constituição Federal não delimita qual manifestação esportiva compõe o direito, todas elas são abrangidas. A formação integral e não o caráter funcional-utilitarista é que justifica o direito ao esporte. Democratização esportiva demanda aumento da variedade de opções de prática e não somente aumento do número de beneficiários.</p>
<p>Fachada (2017)</p>	<p>Direito ao esporte tem perfil de direito social, pois que demanda prestações estatais em razão de sua função para o desenvolvimento da sociedade, e de direito individual, no sentido de garantia de liberdade de prática e, sobretudo autonomia às instituições esportivas privadas. O direito ao esporte propriamente dito não abarca o esporte de rendimento, pois este visa o desenvolvimento do próprio esporte e não da sociedade.</p>

Fonte: Cazorla Prieto (2013), Real Ferrer (1989), Pessanha (2001), Pachot Zambrana (2008; 2016), Miranda (2011), Flores Fernández (2014; 2015), Castilla (2015), Santos e Freitas (2015) e Fachada (2017). Elaboração: o autor.

Percebe-se que todos os trabalhos listados no Quadro 01 são oriundos da área do Direito, ainda que Santos e Freitas (2015) sejam provenientes da área da Educação Física. Considerando a pequena quantidade de trabalhos que estudam o direito ao esporte sob a perspectiva compreensiva ou

dogmática e que dentre eles há repetição de autores não é possível afirmar que representam a abordagem hegemônica do direito ao esporte enquanto objeto científico.

Em termos de conteúdo, somente Pachot Zambrana (2008; 2016) realiza de fato um exercício didático-metodológico de análise técnico-jurídica tendo em conta os elementos constitutivos do direito. Com uma abertura bastante abrangente das arestas de inclusão dos trabalhos podem ser entendidos como técnico-jurídicos também Castilla (2015) e Flores Fernández (2014; 2015). Os demais autores listados no Quadro 01 tecem discussões em busca de algum tipo de compreensão sobre o direito ao esporte, mas sem algum tipo de sistematização técnico-jurídica. Enquadram-se quase que exclusivamente no adjetivo “compreensivos” que dá o nome à categoria de trabalhos, pouco discutindo com uma sistematização mínima os elementos constitutivos do direito. Diferentemente de Pachot Zambrana (2008; 2016), Flores Fernández (2014; 2015) e Castilla (2015), seu objeto de estudo principal não é o direito ao esporte. Deles, apenas Santos e Freitas (2015) têm como objeto central o direito ao esporte, mas a partir de uma perspectiva mais compreensiva do que dogmática.

Cada autor parte de um ordenamento jurídico estatal específico, mas estende suas interpretações à tentativa de compreensão e/ou construção técnico-jurídica do direito ao esporte em geral. Cazorla Prieto (2013) e Real Ferrer (1989) partem do ordenamento espanhol, Pessanha (2001) do português, Pachot Zambrana (2008; 2016) do cubano, Flores Fernández (2014; 2015) e Castilla (2015) do mexicano e Miranda (2011), Santos e Freitas (2015) e Fachada (2017) do brasileiro.

A síntese da compreensão e construção técnico-jurídica do direito ao esporte a partir da categoria de trabalhos em pauta é apresentada na sequência. Não significa que todos os autores têm acordo em todos os pontos, mas tão somente que o exercício interpretativo aqui realizado levou em conta o teor geral dos trabalhos tendo em conta os posicionamentos mais prevalentes.

A busca pela compreensão e/ou construção técnico-jurídica do direito ao esporte comumente inicia por uma tentativa de definição ou admissão de um posicionamento a respeito de um conceito de esporte. De um modo geral, o fenômeno é concebido em um sentido abrangente, comumente dividido entre esporte para todos e esporte profissional. O esporte para todos, que se associa à ideia de cultura física, isto é, de práticas corporais em geral e não restritas às competitivas e institucionalizadas subdivide-se em esporte

competitivo não profissional, educação física escolar e práticas corporais não competitivas. O esporte profissional é dividido em profissional e paraprofissional, o primeiro espetacularizado e o segundo não.

Quanto aos titulares do direito ao esporte há coerência entre os autores em compreender que se trata de toda e qualquer pessoa, ainda que considerem a necessidade de ações específicas para grupos determinados. O destinatário é o poder público, que abrange essencialmente o Estado e a organização esportiva privada e/ou associativismo. Entende-se que a organização esportiva privada não apenas não pode contrariar o direito ao esporte, como deve ser parceira do Estado em sua garantia. As escolas, ainda que se enquadrem no conceito de poder público, são especialmente destacadas em razão de ofertarem a educação física.

No propósito de tentar compreender e identificar bases estruturais para materialização do direito ao esporte, os autores expressam ou tacitamente dão especial atenção ao seu objeto e núcleo essencial. O objeto é tratado sob uma perspectiva abrangente, basicamente contemplando a garantia de liberdade de prática e a garantia de acesso ao esporte em todas suas manifestações a todas as pessoas. O esporte para todos, exceto no que diz respeito à educação física escolar, é entendido essencialmente como uma obrigação estatal de não fazer, ou seja, como uma área cuja postura do Estado é de abstenção, garantindo liberdade de prática e organização aos particulares. Correspondentemente há uma obrigação prestacional do poder público em relação à oferta da educação física escolar e à disponibilização de infraestrutura para possibilitar a prática livre e espontânea. A regulação e incentivos ao esporte profissional/paraprofissional, essencialmente justificados pela representação nacional, são tratados como obrigação do Estado pela maioria dos autores, mas não compõem o direito ao esporte.

O núcleo essencial do direito ao esporte depende da forma como se pensa na estruturação de sua garantia. Praticamente todos os autores consideram expressamente a educação física escolar como o contexto mais democrático e/ou mais importante para geração de acesso à prática esportiva, mas alguns deles (CAZORLA PRIETO, 2013; PESSANHA, 2001; PACHOT ZAMBRANA, 2008; 2016; FLORES FERNÁNDEZ, 2015) entendem-na como responsabilidade do setor educacional, sendo contemplada pelo direito à educação e não o direito ao esporte. Isso não significa que não seja também uma forma de garantia do direito ao esporte, mas sim que o setor esportivo pode voltar-se a outros âmbitos da prática esportiva, dos quais prevalece o esporte para todos (competições não profissionais e práticas corporais não competitivas), deixando a educação física escolar sob a responsabilidade do setor educacional.

Tendo em conta tal perspectiva, emergem duas possibilidades de se pensar o núcleo essencial do direito ao esporte a partir da categoria de autores compreensivos ou dogmáticos: se o poder público é tratado como um todo, sem considerar divisões setoriais administrativas, o núcleo essencial encontra-se primeiramente na educação física escolar e secundariamente nos demais âmbitos esporte para todos. Se a divisão administrativa setorial for considerada, a educação física escolar passa a ser responsabilidade do setor educacional e o núcleo essencial do direito ao esporte sob incumbência do setor esportivo passa a ser os demais âmbitos do esporte para todos. Tais âmbitos, enquanto núcleo essencial, são abordados sob dois pontos complementares: a garantia de liberdade de prática e a criação de infraestrutura de uso comum. Serviços de oferta de prática esportiva para além da educação física escolar são pouco mencionados pelos autores, o que confronta fortemente o posicionamento hegemônico da produção científico/acadêmica brasileira sobre políticas de esporte, que defende uma atuação positiva do Estado.

Quanto aos limites do direito, entende-se que abrange tudo o que não diz respeito à educação física escolar, garantia de liberdade de prática e oferta de infraestrutura para o esporte para todos. Limitações de ordem econômica que não firam o núcleo essencial e/ou que sejam justificáveis em razão de força maior também podem ser levadas em conta como limites possíveis à garantia/exercício do direito ao esporte.

Em relação à natureza/dimensão jurídica entende-se que o esporte se trata de um direito social recente, de caráter cultural e/ou voltado ao desenvolvimento humano/social qualitativo. Em outros termos, é um direito social surgido após terem sido minimamente resolvidas, ao menos nas sociedades mais desenvolvidas, necessidades de vida ou morte. Por tal razão, soa contraditório que o direito ao esporte seja constitucionalmente previsto mais em países em desenvolvimento do que em países desenvolvidos.

Esse caráter secundário do direito ao esporte que faz com que o mesmo não seja enquadrado dentro do mínimo existencial, mas não impede que seus titulares possam contrapor alegações dos destinatários no sentido de que o direito deixaria de estar sendo garantido em decorrência da reserva do possível, principalmente se o limite imposto estivesse alcançando o núcleo essencial (educação física escolar e/ou outros âmbitos do esporte para todos).

Tendo em conta esse teor geral dos trabalhos compreensivos ou dogmáticos sobre o direito ao esporte e apesar de, num esforço de inclusão para fortalecer o diálogo, três trabalhos nacionais (MIRANDA, 2011; SANTOS; FREITAS, 2015; FACHADA, 2017) terem sido incluídos na análise mesmo não tratando especificamente das características técnico-jurídicas de tal

direito, prevalecem em âmbito brasileiro trabalhos que, mesmo sob perspectivas distintas e até opostas buscam defender, justificar e reivindicar o direito ao esporte, mas sem discuti-lo com alguma profundidade.

Em relação aos trabalhos que negligenciam as discussões sobre os elementos constitutivos do direito, identificou-se que a temática do direito ao esporte é abordada essencialmente por duas grandes áreas acadêmicas, a Educação Física e o Direito. Nessa última prevalece uma acepção funcional-utilitarista (segunda categoria elencada) que se mostra positiva, romântica e em muito reprodutivista do senso comum a respeito do esporte e seus possíveis benefícios à sociedade. Defende-se que o esporte gera educação, saúde, segurança, trabalho e riqueza, serve como meio disciplinador da juventude, tira os jovens das drogas e criminalidade, gera valores de convivência e cidadania, entre outros, como se fosse um fenômeno mágico e independente do contexto em que se manifesta. Além disso, serve à representação nacional e os grandes atletas representam exemplo para a sociedade, proporcionando o efeito-imitação.

O direito ao esporte não é justificado como um fim em si mesmo e passa a ser legitimado como um meio para outros fins. Percebe-se aqui um esforço de justificação para que se entenda o esporte como um direito fundamental, mas não uma discussão a respeito do direito. Isto é, parte-se do pressuposto de que o esporte é um direito fundamental e a partir daí busca-se justificar sua fundamentalidade pelo viés funcional-utilitarista, sem haver uma discussão sobre suas características técnico-jurídicas. A preocupação encontra-se em justificá-lo e não em entendê-lo e operacionalizá-lo.

No caso da área da Educação Física, os trabalhos são particularmente encontrados na subárea de Políticas Públicas de Esporte e Lazer e, diferentemente do que ocorre na área do Direito, procura-se, explícita ou implicitamente, contrapor o caráter funcional-utilitarista do esporte, defendendo-o enquanto construção humana e manifestação cultural, fator que lhe confere por si só a importância social e o caráter de direito social. Em outras palavras, percebe-se uma linha mestra de discussões pautadas em um assentimento prévio de que o esporte se trata um direito social em razão de uma perspectiva culturalista que o entende como fenômeno humano historicamente construído e, portanto, fenômeno cultural que deve ser garantido às pessoas especialmente no âmbito do lazer (terceira categoria).

Ao mesmo tempo é comum um teor crítico que desaprova a atuação do Estado em razão de não garantir satisfatoriamente o direito social, preterido por ações voltadas ao esporte de alto rendimento. Enquanto na área do Direito há a defesa e justificação do esporte enquanto direito fundamental sem necessariamente levar-se em conta o campo das políticas para



sua garantia, na área da Educação Física prevalece um clima de crítica às políticas implementadas, insuficientes para garantia do que os autores assumem como um direito social. Em nenhuma das áreas existe uma discussão mais aprofundada sobre as características técnico-jurídicas do direito, ou, de outro modo, sobre critérios e formas de materializar seu exercício e sua garantia.

### Considerações finais

Entender e/ou contribuir para construção técnico-jurídica do direito não significa desprover de importância discussões de outro caráter. A partir delas, inclusive é possível se ter clareza que o amplo espectro de entendimentos e posicionamentos não necessariamente precisa ser antagônico. Conceber o esporte como manifestação cultural e, por isso, com importância em si próprio não significa que, dependendo do contexto não sirva como ferramenta a outros direitos ou fins. O próprio perfil dos direitos sociais é o de interdependência em busca da dignidade da pessoa humana e geração de cidadania.

Mas ao mesmo tempo, estudos de natureza funcional-utilitarista ou crítico-culturalista mostram-se insuficientes e até certo ponto repetitivos, pouco avançando em questões relativas ao como exercer e garantir o direito ao esporte. Tais questões são especialmente discutidas em trabalhos que buscam compreender e estabelecer o conteúdo de cada elemento constitutivo do direito, especialmente o núcleo essencial.

A tentativa de compreensão e estabelecimento de tais elementos não significa dar uma resposta pronta e definitiva à materialização do direito ao esporte e desconsiderar mudanças sociais, contextuais e da discricionariedade dos operadores do direito. Significa sim afirmar que o campo acadêmico-científico ainda se mostra insuficiente para informar cientificamente tal materialização, mas que ao menos já vem engatinhando no sentido de orientar a construção de um eixo central para uma política de Estado com segurança jurídica e concretude em relação aos elementos constitutivos do direito ao esporte.

A partir da noção geral tecida a respeito do panorama do debate internacional sobre o direito ao esporte percebe-se o quanto ainda é necessário avançar academicamente sobre o tema. Além da baixa quantidade de trabalhos na categoria compreensiva ou dogmática, não se pode perder de vista a limitação temporal de boa parte deles. Embora ainda contribuam para discussão acadêmica da temática podem encontrar-se desatualizados em relação a ordenamentos jurídicos mais recentes. Também se encontra

a limitação relativa à especificidade do tema estudado por cada autor, pois a minoria deles efetivamente tem com seu principal objeto a compreensão ou construção técnico-jurídica do direito ao esporte.

Por tais razões, as interpretações aqui tecidas caracterizam-se muito mais de um ponto de partida do que de um ponto de chegada em busca de contribuir para que as lacunas acadêmicas em relação ao direito ao esporte sejam minoradas. Entretanto, fique claro, trata-se de um ponto de partida, mas que no âmago de tentar subsidiar a materialização concreta do exercício e da garantia do direito ao esporte já avança em relação às categorias hegemônicas de trabalhos na literatura nacional a respeito.

## Referências

CANAN, F. *Compreendendo o direito ao esporte no Brasil: constitucionalização, teleologia e dogmática*. 2018. 503 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

CASTILLA, K. El derecho humano a la práctica del deporte. Una propuesta desde y para la Constitución mexicana. *Fair Play - Revista de Filosofía, Ética y Derecho del Deporte*, v. 3, n. 2, p. 96-133, 2015.

CAZORLA PRIETO, L. M. *Deporte y Estado*. Segunda Edición. Revista Aranzadi de Deporte y Entretenimiento (Monografía). Cizur Menor: Thomson Reuters, 2013.

DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

FACHADA, R. T. *Direito desportivo: uma disciplina autônoma*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

FLORES FERNÁNDEZ, Z. El Contenido esencial del Derecho al Deporte. Perspectiva constitucional en Latinoamérica. *Lex Social - Revista Jurídica de los Derechos Sociales*, v. 4, n. 2, p. 105-120, jul./dic. 2014.

FLORES FERNÁNDEZ, Z. El derecho al deporte en México. In: FLORES FERNÁNDEZ, Z. (coord.). *El derecho deportivo desde una perspectiva comparada – los casos de España, México, Argentina, Cuba, Brasil e Mozambique*. Azcapotzalco: Editorial Flores, 2015. p. 33-61.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ ACEVEDO, E. ¿Es el deporte, la recreación y la educación física en Colombia, un derecho fundamental? 2006. 29 f. Ensayo (Especialización). Instituto Universitario de Educación Física de La Universidad de Antioquia, Medellín, 2006.

KRÜGER, M. The German Workers' Sport Movement between Socialism, Workers' Culture, Middle-Class Gymnastics and Sport for All. *The International Journal of the History of Sport*, v. 31, n. 9, p. 1098-1117, mar. 2014.

MIRANDA, M. N. *O direito no desporto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

PACHOT ZAMBRANA, K. L. *El derecho al deporte, la constitución y las normas de ordenación del deporte en Cuba*. 2008. 174 f. Tesis (Doctorado). Universidad de Oriente, La Habana, 2008.

PACHOT ZAMBRANA, K. L. El derecho constitucional al deporte en la doctrina y el derecho comparado. *Cuestiones Constitucionales - Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, n. 35, p. 119-150, jul./dic. 2016.

PAIPE, G. Derecho a la práctica deportiva em Mozambique: una mirada hacia la realidad. In: FLORES FERNÁNDEZ, Z. (coord.). *El derecho deportivo desde una perspectiva comparada – los casos de España, México, Argentina, Cuba, Brasil e Mozambique*. Azcapotzalco: Editorial Flores, 2015. p. 175-198.

PESSANHA, A. *As federações desportivas – contributo para o estudo do ordenamento jurídico desportivo*. Coimbra: Coimbra Editora, 2001.

REAL FERRER, G. *Principios y fundamentos del derecho público del deporte*. 1989. 949 f. Tese (Doutorado). Universidad de Alicante, San Vicente del Raspeig, 1989.

SANTOS, E. S.; FREITAS, A. L. C. O direito ao desporto: justiça social e políticas públicas. *Direitos Fundamentais & Justiça*, ano 9, n. 30, p. 139-157, jan./mar. 2015.

SERRANO LUCERO, M. A. *El derecho al deporte en Chile: fundamentos y antecedentes para su consagración constitucional*. 2011. 98 f. Tesis (Graduación). Departamento de Derecho Público de la Universidad de Chile, Santiago, 2011.

SOLAR CUBILLAS, L. V. El “deporte para todos”, cuestión de Estado. El deporte para todos en Europa y en España (I) 1/2. *Revista Española de Educación Física Y Deportes*, n. 209, año LXVII, 2º trimestre, 2015. p. 65-91

TOLEDO, R. M. *As políticas públicas e o direito “social” ao esporte: uma análise a partir do estado do Paraná (1995-2010)*. 2014. 293 f. Tese (Doutorado). Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

UNESCO. *International Charter of Physical Education and Sport*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1978.

# Direita, volver! Forças no Esporte e... na Educação: a militarização da sociedade brasileira em marcha

*Frederico Guirra  
Lino Castellani Filho*

Entreguemos ao Exército todos os poderes para que, no setor de Educação Física, ponha em prática em todo o território nacional a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um evangelho salutaríssimo à nação. Para nos pôr a salvo das tormentas, organizando a nossa defesa, o Exército glorioso precisa de um 'Homem Brasileiro', com todas as letras maiúsculas, bem maiúsculas. Confiantes, entreguemo-nos a ele, porque só ele dispõe dos elementos necessários a um renascimento de vigor físico indispensável à organização bélica de uma Pátria, ainda que a mais pacífica, como a nossa. Seja o Brasil, no tocante à Educação Física, uma Escola de Educação Física do Exército (CASTELLANI FILHO, 1991, p. 87).

## Introdução

### No princípio, foi assim...

Restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica [...] vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas...<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Excertos do discurso de posse de Jair Messias Bolsonaro como Presidente da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1º de janeiro de 2019.

Nos dez primeiros dias do governo Bolsonaro, continuou-se a conviver com a dificuldade de separar as notícias verdadeiras das falsas, seguindo o padrão presente em todo o processo eleitoral, padrão esse de significativa importância para o próprio desfecho daquela acirrada disputa<sup>2</sup>.

O que, de fato, vem caracterizando o início desse governo é a confirmação de estar em curso medidas que colocam em xeque avanços significativos obtidos pela sociedade brasileira em seu mais recente processo de redemocratização, pós-ditadura civil-militar do período 1964/84.

Nesse cenário, a Educação tem papel estratégico.

Somos testemunhas dos ataques que avassalam a Educação Pública.

Sim. O desmonte da Educação brasileira está a pleno vapor. Não de agora, é certo, pois sinais evidentes do que hoje presenciamos já se faziam presentes na *Conferência Mundial de Educação Para Todos* realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, repercutida em terras tupiniquins por ocasião do governo FHC, em 1994, quando da realização da *Conferência Nacional de Educação Para Todos*.

O certo é que o mencionado desmonte foi interrompido no processo eleitoral de 2002. Não por muito tempo, todavia.

Mais recentemente, o documento *Pátria Educadora*, da lavra de Mangabeira Unger, por dentro da Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE) do Governo Federal, em 2015, - já nos momentos de execução do Golpe ao Estado Democrático de Direito brasileiro, por conta do fim do pacto com a burguesia nacional, financeira e industrial -, discrimina pormenorizadamente o que viria a seguir no campo da Política Educacional.

A (*contra*) *reforma do Ensino Médio*, a *Base Nacional Comum Curricular*, a *proposta governamental de formação e avaliação do professor*, embaladas na lógica da mercantilização da educação, seja visando seu *empresariamento*, colocando-a ainda mais a serviço de uma formação profissional subalternizada ao *mercado* e desqualificadora da possibilidade de formação humana compatível com a consciência crítica necessária à autonomia do pensar e do agir.

Tudo nos termos da Emenda Constitucional 55/2016, originária da PEC/55, apelidada de *PEC do fim do mundo* e/ou *PEC da maldade*, que engessa investimentos na Educação e Saúde (e não só isso) por um período de 20 anos.

---

<sup>2</sup> O portal, disponível em: <http://www.e-farsas.com/melhorias-em-10-dias-do-governo-bolsonaro-o-que-e-verdade-e-o-que-e-mentira.html>. Acesso em: tem nos ajudado a superar o desafio das Fake News.

Desde então, a Comissão Especial da Câmara Federal de Deputados busca aprovar o *PL 867/2015*, apensado ao de *nº 7180, de 2014*, tradutor do malfadado “Escola sem Partido” por meio do qual quer-se impor mordada obscurantista aos professores do país, contando com respaldo das forças reacionárias, eleitoras do candidato vitorioso à presidência do país, não sem brava luta dos setores sociais resistentes à barbárie.

É certo. A Educação Pública brasileira está sob contínuo ataque. E não se trata de crise, pois o que está acontecendo com ela é parte de um projeto de sociedade contra o qual nos colocamos.

Projeto de sociedade esse que Jair Messias Bolsonaro prometeu esmerar-se para consolidar.

## A equipe de Governo

O Governo Bolsonaro supera, em seu início, no quesito presença de militares na Esplanada, os dos Generais Geisel e Médici, de tristes lembranças.

Na *Ciência & Tecnologia*, encontramos o Tenente-coronel reformado da Força Aérea, que se “cacifou” para o cargo por ser o primeiro e único brasileiro a ir para o espaço. Literalmente. Algo parecido com indicar o Pelé para Ministro do Esporte por ter sido eleito o atleta do século XX. Ou o Zico. Ou o Bernard e sua “jornada nas estrelas”. Sim, já vimos isso acontecer por aqui...

E, falando dele, *Esporte*, seu status de Ministério, obtido em 2003, deixa de existir, indo parar, na condição de *Secretaria Especial*, no *Ministério da Cidadania e Ação Social*, ao lado da *Cultura*, outra área rebaixada na estrutura do governo recém-empossado, e da *Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas*, Senad.

Nessa condição, teve nomeado para comandá-la o General Marco Aurélio Costa Vieira<sup>3</sup>.

Já na *Educação*, Ricardo Vélez Rodrigues, se não é militar é professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e nome indicado por Olavo de Carvalho.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2018/11/30/bolsonaro-escolhe-general-para-comandar-secretaria-de-esporte/?cmpid=copiaecola>.

Na Educação, básica e superior, na Ciência & Tecnologia, nada de “céu de brigadeiro” à frente. Isso para aqueles que defendem projetos societários comprometidos com a construção de condições próprias às teses emancipadoras da condição humana.

No Esporte, assim como na Educação, a sombra da militarização está à espreita, em intermitente tocaia, armada – sejamos justos – bem antes da chegada de Jair Messias à presidência do país, por ocasião do segundo mandato de FHC à frente do Governo brasileiro. Rever o desenvolver das “Forças no Esporte”<sup>4</sup> nesses anos recentes e na Educação no atual momento, faz-se urgente e necessário para qualquer intenção de resistir à lógica de militarização da sociedade brasileira.

Os estudos de Guirra, Castellani Filho, (2016), mostram que mesmo o sonho olímpico não se realizando, tornou-se factível afirmar que a reinserção do Esporte Militar na estratégia esportiva brasileira se configurou como bem-sucedida. Os reflexos também se estenderiam a um dos principais programas de formação de base para o alto rendimento nacional, o PST – Forças no Esporte.

O *The day after* dos Jogos do Rio, coincidiu com significativas e profundas mudanças no cenário político e econômico nacional, motivadas principalmente pelo golpe ao estado democrático brasileiro, trazendo cortes orçamentários significativos ao Ministério do Esporte. Esses cortes, porém, não impediram que o Governo Federal lançasse, no ano de 2017, o Programa *Esporte e Cidadania para Todos*, objetivando a ênfase no esporte como fator de desenvolvimento social, dentro do *Programa Emergencial de Ações Sociais para o Rio de Janeiro*. Assim como no *Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte* -, os militares também se apresentam como parceiros, utilizando o mesmo discurso de formar para a cidadania, por meio do esporte, da ordem e da disciplina, em áreas de vulnerabilidade social.

O cenário acima delineado faz emergir o principal objetivo deste estudo, demonstrar que, a partir do golpe de 2016, agora balizado por uma das contrarreformas propostas pelo Governo Temer, a do Ensino Médio, tanto o *PST – Forças no Esporte* - quanto o *Esporte e Cidadania* estariam concatenados com o crescimento das escolas militares, direcionando os

---

<sup>4</sup> PAAR – *Programa Atletas de Alto Rendimento*, (GUIRRA; CASTELLANI FILHO, 2015), o crescimento do investimento no *Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte* (GUIRRA; CASTELLANI FILHO, 2017), e a criação e o desenvolvimento do *Programa Segundo Tempo – Paradesporto* (GUIRRA; CASTELLANI FILHO, 2018), Os artigos aqui mencionados derivam de Tese de doutorado do primeiro autor, sob orientação do segundo, apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp, defendida em 2014 sob o título “*V Jogos Mundiais Militares no Brasil e a reinserção do esporte militar na política esportiva nacional*. Campinas, SP: 2014”.

jovens participantes desses programas para tais instituições, como parte do processo de preparação da juventude brasileira para sua inserção no mercado de trabalho, de forma acrítica, alienada e servil, dotada de qualificação técnica meramente suficiente para assumir funções subalternizadas.

## A militarização da Educação

A transformação de escolas públicas em escolas denominadas *cívico-militares* antecede a chegada de Bolsonaro à presidência, embora até então as experiências tenham se dado em nível estadual.

Goiás é o exemplo mais acabado desse processo. Reportagem da Revista Época digital de julho de 2018, assinada por Patrik Camporez, diz contar Goiás, àquela época, *com 46 escolas, com 53 mil alunos, sob administração da Polícia Militar. [...] De 2013 para cá, 30 escolas foram retiradas da administração civil da Secretaria de Educação e foram transferidas para a PM.*<sup>5</sup>

Ainda segundo a reportagem, desde então, não só houve sinalização de ampliação de escolas públicas militarizadas em Goiás, como sua expansão para outros estados brasileiros, de norte a sul do país. A região sudeste era exceção com promessa de militarização de escola pública no Estado do Espírito Santo. Um levantamento feito por ÉPOCA descobriu que, *de 2013 a 2018, o número de escolas estaduais geridas pela Polícia Militar saltou de 39 para 122 em 14 estados da Federação. Em 2019, outras 70 escolas deverão ser colocadas sob a gestão de militares nesses estados.*

Nessa altura, o MEC apenas acompanha o processo de militarização da educação básica em curso, afirmando ter estados e municípios, autonomia para fazê-lo.

O Governo Bolsonaro não precisou de um mês para sinalizar ter a intenção de dar celeridade ao processo de transformação de escolas públicas em escolas cívico-militares.

A crítica à sua concepção de política educacional veio, como não poderia deixar de ser, do campo progressista – entidades acadêmicas comprometidas com a educação pública, à frente -, mas também de onde não se esperava.

Um coletivo de escolas brasileiras de elite encaminhou, logo no segundo dia de Governo, carta ao Ministro da Educação. Nela, expressando o intuito de [...] *contribuir para a atual discussão sobre a educação escolar bra-*

---

<sup>5</sup> Matéria publicada na Revista época. Disponível em: <https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretex-to-de-enquadrar-os-alunos-22904768>.



*sileira [...], afirma ser preciso começar por esclarecer [...] que o problema de nossas escolas não é ideologias de esquerda em sala de aula, mas a incapacidade do sistema de conseguir que os alunos aprendam... Antes podemos nos lembrar da ausência de apreço que se tem, no Brasil, pela escola e a pouca valorização que se dá ao professor, à sua ação e formação[...]*

Sobre o projeto ‘*Escola sem Partido*’, alerta que [...] *não está atualizada com as pedagogias contemporâneas, discutidas e estudadas em todos os países do mundo*<sup>6</sup>.

No mesmo dia 02 de janeiro de 2019, o Governo Federal encaminha para publicação no D.O.U., o *Decreto nº 9.465*. Sua publicação acontece três dias depois, dia 05. Com eficácia prevista, em seu artigo 10, para vigorar a partir do dia 30 do mesmo mês traz, no artigo 16 de seu anexo I<sup>7</sup>, a criação da *Subsecretaria de fomento às Escolas Cívico-militares*, detalhando em seus incisos, sua competência<sup>8</sup>.

Em nota, o MEC se posicionou sobre o tema:

*O Brasil apresenta altos índices de criminalidade. Neste contexto, o Ministério da Educação buscará uma alternativa para formação cultural das futuras gerações, pautando a formação no civismo, na hierarquia, no respeito mútuo sem qualquer tipo de ideologia tornando-os desta forma cidadãos conhecedores da realidade e críticos de fatos reais.*

*A presença de militares na gestão administrativa terá como meta a resolução de pequenos conflitos que serão prontamente gerenciados [...]. Os militares contribuirão com sua visão organizacional e sua intrínseca disciplina; os civis com seus conhecimentos pedagógicos, todos juntos farão parte desta proposta de estrutura educacional.*<sup>9</sup>

O Governo do Distrito Federal recém-empossado não quis aguardar o início da vigência do Decreto em questão.

Conforme matéria publicada pelo Sindicato de Professores do DF, Sinpro/DF, em sua plataforma eletrônica, o Governador, com o pretexto de combater a violência escolar, anunciou, no dia 11 de janeiro [...] *a intervenção*

---

<sup>6</sup> A Carta ao Ministro da Educação está disponível no endereço: [escolascritique.com.br/2019/01/02/carta](http://escolascritique.com.br/2019/01/02/carta).

<sup>7</sup> Decreto nº 9.465 de 02 de janeiro de 2019.

<sup>8</sup> Anexo I – Estrutura Regimental do Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-9465-janeiro-2019-ensino-militar.pdf>.

<sup>9</sup> Disponível em: [https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/01/24/no-mec-militares-devem-comandar-financiamento-hospitais-e-ensino-superior.htm?utm\\_source=chrome&utm\\_medium=webale](https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/01/24/no-mec-militares-devem-comandar-financiamento-hospitais-e-ensino-superior.htm?utm_source=chrome&utm_medium=webale).

<sup>9</sup> Acompanhando a nota do MEC, segue esclarecimentos sobre o Decreto nº 9.685/19, fornecidos pelo Ministro de Educação. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/01/o-que-se-sabe-sobre-a-militarizacao-das-escolas-proposta-por-bolsonaro-cjqh7ysd-q0p9j01pixvus15oj.html>.

*militar em quatro escolas públicas do DF. O projeto piloto, que faz parte do programa SOS Segurança, terá parceria com a Polícia Militar e será implantado no Centro Educacional 1 da Estrutural, CED 3 de Sobradinho, CED 308 do Recanto e CED 7 de Ceilândia*<sup>10</sup>.

Sob o título *10 pontos sobre a militarização das Escolas no DF*<sup>11</sup>, o Professor da Rede de Ensino do DF e Pesquisador do *Grupo de Pesquisas em Políticas Públicas de Educação, Educação Física, Esporte e Lazer, Avante*, da FEF/UnB, Felipe Passos, questiona em nome de muitos – quiçá da maioria – dos professores (não só) do DF. Em tom irônico diz, logo no início, ser [...] *muito revelador o governador anunciar essa militarização num plano de segurança pública (SOS Segurança). Será que, neste caso, estamos diante de uma política de educação ou de segurança pública?* E mais, sugere de o governador *incorporar a pasta da educação na Segurança Pública, até porque educação é uma questão de polícia, lógico!*

Sua pertinente reflexão expõe o que está em jogo. Seu 10º ponto pergunta, retoricamente: *Será que é esse o caminho? Ou será que o caminho é ampliar o orçamento das escolas e começar a reformar e construir novas escolas e mais modernas? [...] Sobre as forças de segurança, penso que o seu maior papel na sociedade é proteger, dar segurança e ir atrás dos criminosos, mas devem fazer isso, utilizando toda a sua expertise, dos MUROS DA ESCOLA PARA FORA!*

## **Direita volver! O “Forças no Esporte” no front da preparação da juventude brasileira para o mercado de trabalho**

No dia 03 de janeiro de 2019, o site GaúchaZH<sup>12</sup> trouxe matéria intitulada *O que se sabe sobre a militarização das escolas proposta por Bolsonaro: Em decreto publicado na quarta-feira, Ministério da Educação prevê que escolas estaduais e municipais possam aderir a modelo inspirado nos colégios militares*. Nela, como já citado, MEC justifica a presença dos militares na gestão das escolas públicas, às questões afeitas à disciplina e à ordem, restando para os professores, os conhecimentos pedagógicos, balizados por uma educação militar e nos moldes do projeto da *Escola Sem Partido*.

<sup>10</sup> “GDF ANUNCIA INTERVENÇÃO MILITAR EM QUATRO ESCOLAS PÚBLICAS DO DF”. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/gdf-anuncia-intervencao-militar-em-quatro-escolas-publicas-do-df/>.

<sup>11</sup> Disponível: <https://blogdopedrotatu.blogspot.com/2019/01/espaco-vivo-artigo-de-opinioao.html?m=1>.

<sup>12</sup> Matéria encontrada no link: Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/01/o-que-se-sabe-sobre-a-militarizacao-das-escolas-proposta-por-bolsonaro-cjqh7ysdq0p9j01pixvus15oj.html>.

Na mesma matéria, encontramos uma fala do atual Ministro da Educação Ricardo Vélez, que muito nos chamou a atenção, principalmente pelo que deixa escapar em suas entrelinhas quando questionado sobre a militarização das escolas públicas, [...] *traz como benefício a disciplina, a possibilidade de crianças terem orientação de educação para cidadania que é muito importante. Não vejo como negativo isso. [...] uma “gestão cívico-militar” ocorrerá em escolas já estabelecidas e representará uma “racionalização”*.

Vejamos: racionalizar a educação em áreas com alto índice de vulnerabilidade social, por meio de um ensino pautado nos moldes militares, tendo como importante atrativo programas socioesportivos do Governo Federal, parece-nos uma combinação perfeita para a formação de corpos acrícos, dóceis, e desprovidos de qualquer capacidade de lutar por uma sociedade com melhores condições de vida. Para Vélez, tais fatos soam como imprescindíveis para o resgate dos valores da tradicional família brasileira, destruídos pelos ideais comunistas. É a concepção militar de educação que fará renascer esses valores, pautada em uma educação rigorosa, pelo amor a Deus e à Pátria - “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Para um melhor entendimento do cenário acima delineado, faz-se necessário mostrar como a reinserção do esporte militar na lógica esportiva brasileira contribuiu para o esporte de competição nacional, como também, de sua contribuição para a formação da juventude brasileira, via *Programa Segundo Tempo-Forças no Esporte* e o *Projeto Esporte e Cidadania para Todos*.

A partir da realização dos V Jogos Mundiais Militares, no Brasil, em 2011, uma série de ações muito bem articuladas dariam, ao esporte de competição nacional, um suporte logístico jamais encontrado no país, que uniria condições para treinamento, assistência médica, competições do calendário civil e militar, e, principalmente, um soldo, que seria pago de acordo com sua patente (GUIRRA, CASTELLANI FILHO, 2016).

Essas ações integrariam então o PAAR – Programa Atletas de Alto Rendimento, iniciado em 2008, e que se tornou um dos principais programas do esporte de alto rendimento nacional, fato comprovado pelos importantes resultados alcançados:

- 1º lugar nos V JMMs em 2011, no Rio de Janeiro;
- Pan-Americano de Guadalajara, 2011, os militares conquistaram 40 medalhas das 141 do Time Brasil;
- Em Londres - 2012, os atletas militares conquistaram 5 das 17 medalhas do Time Brasil;
- 3º lugar no Pan-Americano de Toronto, em 2015, sendo que 48% das medalhas brasileiras vieram de atletas militarizados;

- 2º lugar nos VI JMMS em Mugyoung, Coreia.
- No Rio em 2016, os militares foram responsáveis por 60% das 19 medalhas.

Tais resultados seriam ainda os responsáveis para que, no ano de 2016, o Ministério da Defesa lançasse o *Programa Sargento João do Pulo*, cujo real objetivo estaria ligado ao aumento da performance das Forças Armadas Brasileiras em competições nacionais e internacionais agora no universo esportivo do paralimpismo, repetindo, então, o mesmo sucesso alcançado no esporte olímpico por meio do PAAR.

Após os Jogos Rio/2016, o alto rendimento nacional vislumbraria um novo ciclo olímpico que terá como meta o Pan de Lima – Peru, em 2019 e os VII JMMs na China, no mesmo ano, como preparação da delegação brasileira para Tóquio em 2020.

Motivado pelo sucesso da forjada delegação militar brasileira, outro ator ganha visibilidade dentro do processo de reinserção do esporte militar, o *Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte – PROFESP*, instituído ao final do Governo FHC (2002) e iniciado, de forma mais sólida, no Governo Lula (2003), com a criação do Programa Segundo Tempo, trazendo como premissas básicas a integração social, os cuidados gerais com a saúde, a prevenção de situações de risco em crianças e jovens por meio da prática esportiva, o desenvolvimento da cidadania e a inserção no trabalho, além do desenvolvimento ético e moral dos futuros cidadãos (GUIRRA e CASTELLANI FILHO, 2014).

Na prática, essas metas não se materializaram, deixando transparecer que o “investimento” realizado nas crianças e jovens, muito mais do que oferecer atividades esportivas, sinalizaria para a formação de futuros atletas, fato que se intensificou após a realização dos JMMs. Somam-se a este, outro fato: de que por trás do discurso de inclusão e de desenvolvimento da cidadania, fica o entendimento dela associada ao conceito militar de “Disciplina”, o mesmo conceito que buscou moldar corpos obedientes e subservientes à compreensão da inserção no trabalho fabril e defesa da pátria.

E mesmo o sonho olímpico não se realizando ao final dos jogos Rio/2016, ficando o Brasil em 13º lugar, trouxe reflexos imediatos para o *PST – Forças no Esporte*. O Ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse em solenidade de premiação com o *Mérito Militar* aos atletas medalhistas no Rio que as Forças Armadas, ampliaria a preparação de crianças e adolescentes para o esporte, e que o PROFESP seria o responsável por esta formação.

Porém, a mudança no cenário político brasileiro, a partir do ano de 2016, ocasionado pelo golpe ao estado democrático brasileiro, por meio do impeachment da Presidenta Dilma Roussef, trouxe uma série de profundas e irreparáveis mudanças na vida sócio-político-econômica do Brasil.

Como não poderia ser diferente, o ME também foi drasticamente afetado pelos cortes, principalmente pela PEC 55. O Blog Olhar Olímpico, em matéria do dia 24 de novembro de 2017 intitulada *Com corte de 41%, Ministério do Esporte confirma que vai rever Bolsa Atleta*, já anunciava que [...] a *proposta de orçamento para o ano que vem, por enquanto, é de apenas R\$ 82 milhões, um corte de 41% na comparação com o orçamento deste ano, de R\$ 137 milhões*<sup>13</sup>.

Ressalta-se que após forte pressão da comunidade esportiva nacional, o Governo recuou na MP 841, preservando e aumentando o orçamento para o ano de 2018 para o COB e CPB. Porém, tais ações efetivaram-se como paliativas, quando durante o Governo de transição de Jair Messias Bolsonaro, foi anunciado o fim do ME. Como tragédia anunciada por ocasião da MP 841/2018, Michel Temer, no último dia útil de seu Governo, publicou no Diário Oficial da União, lista de contemplados do *Bolsa Atleta* de 2018 - e que receberão o incentivo neste ano de 2019 pelos resultados obtidos em 2017.

Aos olhares mais atentos, o fim ME, e sua inclusão como Secretaria dentro da pasta da Cidadania e Ação Social, nos remete ao pensamento de importante mudança de rumo, principalmente nos programas socioesportivos desenvolvidos pelo extinto Ministério, destacando aqui principalmente o *PROFESP*.

Outro fato nos chamou a atenção e aponta para novembro de 2017, quando em meio ao corte orçamentário para o ano de 2018 do ME, o Governo Federal lança o Programa *Esporte e Cidadania para Todos*, como parte do Programa Emergencial de Ações Sociais para o Rio de Janeiro, objetivando atender crianças de 06 a 21 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.<sup>14</sup>

No lançamento do Programa no CEFAN, o então Ministro do Esporte Leonardo Picciani afirmou que: [...] *a prática esportiva é uma das principais ferramentas de transformação de jovens*. O então Secretário

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2017/11/24/com-corte-de-41-ministerio-do-esporte-confirma-que-vai-rever-bolsa-atleta/>. Acesso em: 04 fev. 2019.

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/57875-com-enfase-no-esporte-como-desenvolvimento-social-governo-federal-lanca-programa-de-combate-a-violencia-no-rio>. Acesso em 28 jan. 2018.

Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do ME, Leandro Cruz, assim se pronunciou: *O programa é fundamental para o desenvolvimento social e para a segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. Ressalta-se que em apenas cinco meses, ou seja, em março de 2018, o Programa já havia lançado 84 núcleos no Rio de Janeiro.

As falas acima abrem caminho para uma análise acerca da contribuição da reinserção do esporte militar para a formação da juventude brasileira via *Profesp* e *Esporte e Cidadania para Todos*, e a conexão entre os dois programas.

Um primeiro ponto observado foi a participação dos militares nos programas, tendo como grande atrativo para o chamamento de crianças e jovens, o esporte. A partir dele, balizado pelos resultados conquistados a partir da militarização de atletas do alto rendimento nacional, os militares se revestiram do discurso de que para ser um campeão no esporte e na vida seria necessário desenvolver princípios, como disciplina, obediência, e respeito à hierarquia.

Sob esse pensamento, o *Profesp* e o *Esporte e Cidadania para Todos* passaram a utilizar duas lógicas: a primeira, detectar talentos para o esporte de representação nacional. A segunda, direcionando aqueles que não possuísem características e habilidades específicas exigidas para o esporte, para a carreira militar, vislumbrando nela possibilidades de ascensão social e sobrevivência.

Em entrevista ao *portalR3.com.br*, o General Jorge Antônio Smicelato, Diretor do Departamento de Desporto Militar, disse que *O Profesp [...] é um programa de soberania nacional, porque todos nós sabemos que um país sem educação, um país sem cidadania, não é um país que possa se dizer soberano*.<sup>15</sup>, corroborando o entendimento de que, para além do esporte, esses programas têm a finalidade de inculcar em seus participantes valores morais e éticos comprometidos com princípios caros à caserna.

Um segundo ponto de conexão, merecedor de nossa atenção, foi a implantação dos núcleos dos programas em áreas de grande vulnerabilidade social, com altos índices de violência e de desemprego. Ligando os pontos e trazendo para o debate a lógica apresentada na primeira parte deste estudo, a escolha por essas áreas não acontece por acaso, mas sim obedece à lógica de atendimento aos interesses do Governo Federal e de sua agenda rumo a militarização da educação.

---

<sup>15</sup> Programa Forças no Esporte contribui para inclusão social de crianças e jovens. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=EFMZugqei-c&fbclid=IwAR3wPv3a1y9\\_IBKOcE9Vw5z9e2owA8MotXKEol2sdNLF0R7aTykSMwh16k8](https://www.youtube.com/watch?v=EFMZugqei-c&fbclid=IwAR3wPv3a1y9_IBKOcE9Vw5z9e2owA8MotXKEol2sdNLF0R7aTykSMwh16k8). Acesso em: 25 jan. 2018.

Em discordância à formação da cidadania pautada pelo ensino militar, a Professora Rosária Boldarini, em entrevista ao *Portal Nova Escola*, ressalta que é necessário melhorar as condições de vida de uma população como um todo para enfrentar a violência de maneira sistemática. *Não adianta colocar a criança numa escola militarizada se quando ela volta para casa não há nada para ela. [...] uma escola também reflete o seu entorno e não é um local isolado da sociedade. [...] soluções simplistas para questões profundas levam a resultados muito ruins.*

Vale ainda ressaltar que tanto o *Profesp* quanto o *Esporte e Cidadania para todos*, surgem em momentos específicos. Em 2011, os JMMs aconteceram em meio ao processo de pacificação das favelas, no momento em que o Estado vivia uma guerra urbana, contra o domínio de grupos organizados pelo tráfico de drogas nas favelas do Rio, fato que deu àquela edição dos Jogos do Rio o nome de “Jogos da Paz”.

Nesse contexto, o *Profesp* teria então, como objetivo, levar às comunidades de tais localidades, o esporte como meio de pacificação. O *Programa Esporte e Cidadania para Todos*, surge no ano de 2017 com o mesmo propósito, diminuir a violência em áreas de grande vulnerabilidade social como as favelas cariocas, contra a criminalidade e o tráfico de drogas.

Assim, um corpo forte, acrítico, forjado nos padrões militares, advindos tanto dos programas sociais esportivos como o *Profesp* e o *Esporte e Cidadania Para Todos*, como também de uma educação pautada na desideologização e nos moldes do projeto Escola sem Partido, preparariam a juventude brasileira para o crescimento da nação, por meio da acriticidade e da negação da formação plena de sua cidadania, sendo o esporte, um caminho atrativo para tais ações.

### *E a coisa não para por aqui...*

Estamos chegando ao final do primeiro mês de Governo Bolsonaro. Começo, portanto. Não obstante, suficiente para ratificar o processo de militarização da sociedade brasileira a partir da ocupação do governo federal pelos militares, respaldada em processo eleitoral eivado de manobras, mas em certa medida, legitimado pela decisão dos setores progressistas de dele participarem.

Se no campo educacional as cartas estão na mesa, viradas para cima<sup>16</sup>, no campo da política esportiva elas estão por serem dadas. Mas quem está com o baralho na mão são as Forças Armadas...

Se até então nos surpreendíamos com atletas brasileiros batendo continência nos pódios esportivos, devemos nos preparar para ver crianças e jovens cantando o hino nacional em demonstração de civismo próprio ao por aqui vivido pelos idos do Estado Novo (1937/45) e por ocasião da ditadura civil-militar de 1964/84.

E, se depender do Ministro da Educação, o ensino superior será reduto dos “de cima” de nossa estratificação social, à medida que, para ele, ela não é para todos. Tudo coerente com a intenção de militarização da sociedade brasileira que embala o projeto societário de Jair Messias Bolsonaro. Afinal, não tem como haver Generais sem recrutas que os sustentem!

## Referências

BRASIL. Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 02 de jan. 2019. Edição: 1B, Seção: 1 Extra, p. 6.

BERMUDEZ, A.C. *No MEC, militares devem comandar financiamento, hospitais e ensino superior*. Disponível em: [https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/01/24/no-mec-militares-devem-comandar-financiamento-hospitais-e-ensino-superior.htm?utm\\_source=chrome&utm\\_medium=webale](https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/01/24/no-mec-militares-devem-comandar-financiamento-hospitais-e-ensino-superior.htm?utm_source=chrome&utm_medium=webale). Acesso em: 22 jan. 2019.

CAMPOREZ, P. *Número De Escolas Públicas “Militarizadas” no país cresce sob o pretexto de enquadrar os alunos*. Disponível em: <https://epoca.globo.com/numero-de-escolas-publicas-militarizadas-no-pais-cresce-sob-pretexto-de-enquadrar-os-alunos-22904768>. Acesso em: 25 jan. 2019.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. 3. ed. Campinas, Papirus, 1991.

GUIRRA, F.J.S. *V Jogos Mundiais Militares no Brasil e a reinserção do esporte militar na política esportiva nacional*. 2014. 231 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

GUIRRA, F.J.S., CASTELLANI FILHO, L. *V Jogos Mundiais Militares no Brasil: o esporte militar a serviço da agenda Rio 2016*. (2015). XIX Conbrace e VI Conice. 08 a 13 de setembro de 2015. Vitória – ES. ISSN 2175 5930.

---

<sup>16</sup> Ministro da Educação não obedece ordem de lista tríplice para reitor das IES. Disponível em: <http://bit.ly/2G14CCL>.



\_\_\_\_\_. *Programa João do Pulo: O Esporte Paralímpico Brasileiro na mira das Forças Armadas*. XVII Encontro Nacional XII Internacional de Investigadores em Educação Física y III Encontro de Extensión: La investigación, La Extensión e La Enseñanza. 17 a 19 de outubro de 2019. Montevideo, Uruguai.

\_\_\_\_\_. *Programa atletas de alto rendimento: o campo militar a serviço da comunidade olímpica nacional*. V Congresso - ALESDE – Associação Latinoamericana de Estudios Socio Culturales del Desporte. Puebla, México. 2016

\_\_\_\_\_. Segundo Tempo – Forças no Esporte: a expansão do esporte de alto rendimento como legado dos Jogos Mundiais Militares. *In*: LOPES, J. B. da S.; TELES, L. O. A. (orgs.). *Educação física, esportes e lazer numa perspectiva sociocultural e inclusiva*. ART LETRAS, 2016. p. 08 – 18.

JORDÃO, G. *Ministro da Educação já está nomeando interventores nas reitorias e institutos federais*. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/25/ministro-da-educacao-ja-esta-indicando-interventores-nas-reitorias-e-institutos/>. Acesso em: 10 fev. 2019.

LOPES, G. *Melhorias em 10 dias do governo Bolsonaro! O que é verdade e o que é mentira?* Disponível em: <http://www.e-farsas.com/melhorias-em-10-dias-do-governo-bolsonaro-o-que-e-verdade-e-o-que-e-mentira.html>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MELO, I. *O que se sabe sobre a militarização das escolas proposta por Bolsonaro*. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/01/o-que-se-sabe-sobre-a-militarizacao-das-escolas-proposta-por-bolsonaro-cjqh7ysdq0p9j01pixvus15oj.html>. Acesso em: 27 jan. 2019.

MENDES Jr, A. *Com ênfase no esporte como desenvolvimento social, Governo Federal lança programa de combate à violência no Rio*. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/57875-com-enfase-no-esporte-como-desenvolvimento-social-governo-federal-lanca-programa-de-combate-a-violencia-no-rio>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PASSOS, F. *Espaço vivo: 10 pontos sobre a militarização das escolas no DF*. Disponível em: <https://blogdopedrotatu.blogspot.com/2019/01/espaco-vivo-artigo-de-opiniao.html?m=1>. Acesso em: 28 jan. 2019.

PORTALR3. *Programa Forças no Esporte contribui para inclusão social de crianças e jovens*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=EFMZugqei-c&fbclid=IwAR3wPv3a1y9\\_IBKOcE9Vw5z9e2owA8MotXKEoI2sdNLF0R7aTykSMwh16k8](https://www.youtube.com/watch?v=EFMZugqei-c&fbclid=IwAR3wPv3a1y9_IBKOcE9Vw5z9e2owA8MotXKEoI2sdNLF0R7aTykSMwh16k8). Acesso em: 25 jan. 2019.

RICARDO, L. *GDF anuncia intervenção militar em quatro escolas públicas do DF*. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/gdf-anuncia-intervencao-militar-em-quatro-escolas-publicas-do-df/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

VECCHIOLI, D. *Bolsonaro escolhe general para comandar secretaria de Esporte*. Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2018/11/30/bolsonaro-escolhe-general-para-comandar-secretaria-de-esporte>. Acesso em: 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_ Com corte de 41%, Ministério do Esporte confirma que vai rever Bolsa Atleta. Disponível em: <https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2017/11/24/com-corte-de-41-ministerio-do-esporte-confirma-que-vai-rever-bolsa-atleta>. Acesso em: 04 fev. 2019.



# A globalização e o ocaso do esporte ou o fundo do poço e a água de esgoto

*André Malina  
Eduardo Reis Pieretti*

## Introdução

As políticas públicas de esporte e lazer fazem parte de um conjunto ordenado e previsto de políticas e ações governamentais que, por sua vez, estão pautadas em diversas e diferentes orientações subsidiárias às políticas. Por isso, há interferência direta e indireta na direção do processo histórico de construção global do, no caso do atual tempo histórico, capitalismo.

Ao centralizar-se a discussão em torno dos contornos assumidos pelo que se chama genericamente de processo de globalização, vamos encontrar necessariamente elementos para percorrer esses contornos nas relações sociais assumidas em decorrência da mundialização do capital, em especial na economia política, conforme Chesnais (2006) aponta. Nessa perspectiva, o mundo do trabalho está em debate em sua relação com a globalização, como no caso do incremento da economia de serviços, da virtualização de empresas e dos novos processos de gestão. Em tal debate, tentou-se apontar uma modificação no capitalismo e um esgotamento nos conceitos marxianos de crítica ao capitalismo. Por outro lado, quanto a isso, houve também, por parte de outros autores, uma crítica da crítica, demonstrando o equívoco da primeira (ALVES, 1999; ANTUNES, 1999; GORZ, 2005; KATZ, 1996; TEIXEIRA, 2010; LESSA, 2005).

Neste cenário de ascendente acirramento das contradições entre trabalho e capital, as crises daí decorrentes e suas diferentes formas de manifestação atingem amplo espectro da sociedade e incidem com alterações consideráveis nos mais diversos microcosmos. O “microcosmo” do esporte encontra-se inserido nesse processo de globalização e é afetado pelo espraiamento da lógica de produção do capitalismo, que pode, dessa forma, estar atrelada a uma correlação com o desenvolvimento dos países, ou seja, pela

direção que lhe é conferida. Essa direção pode nos dar pistas sobre como diferentes governos norteiam tal desenvolvimento. Muitos desses governos têm feito tentativas de se amoldar à globalização, de forma participativa, em meio a conferências, rodadas de participação e outras formas de incremento do processo global.

Assim, destacam-se instituições que são compostas por representações de diversos países, que possuem como missão precípua canais, aparentemente, distantes diretamente da política esportiva. Não significa isso, no entanto, que as análises e decisões tiradas nas rodadas de negociação, alterações de estatuto ou linhas de crédito, não guardem relação direta com a política esportiva, contrariando as aparências. Instituições como o Fundo Monetário Internacional, e rodadas como a de Doha, são exemplos desse contexto. Como síntese, vamos encontrar assim uma tríade de elementos que compõem novas formas de globalização e de reordenamento de blocos de países em conjunto com interesses permeados pela lógica do modo de produção:

1. Incremento de acordos de livre comércio baseados na lógica delimitada pela Zona do Euro;
2. Políticas educacionais integradas e de formação de mão-de-obra adequada aos países dominantes do bloco, em contrapartida à proletarização especializada dos indivíduos de países periféricos no bloco, visando escoimar e expropriar mão-de-obra mais barata;
3. Continuidades e discontinuidades cíclicas de apoios financeiros tendo como troca a parametrização da educação em níveis de alcance de todo o bloco via conferências, acordos ou iniciativas de interesse dos países dominantes do bloco.

A partir dessas três frentes de atuação é possível inferir como governos que almejam um lugar na globalização tendem a lidar com as políticas esportivas. Intenta-se aqui tecer indicações sobre: 1) a globalização e sua dimensão “transcendental” às orientações ideopolíticas dos recentes governos brasileiros, apresentando mais continuidades que discontinuidades; 2) as condições globais que permitem a adesão persistente à globalização por tais governos; e a 3) existência de certos bloqueios às transformações que procuram instituir alternativas às políticas de esportes.

## A globalização

A compreensão sobre o processo de globalização e adequação ao neoliberalismo por qual tem passado grande parte do mundo e também o Brasil, não é de fácil explicação. Um conjunto de autores faz análises sistemáticas sobre essa questão em paralelo aos acontecimentos. Nesse contexto, vamos tentar adaptar uma tipologia com base no texto de Costa (2008).

Costa (2008) compreende a globalização não como um fenômeno simples, mas fruto de um complexo processo que traz uma série de novos fenômenos “e, por isso mesmo, tem sido percebida e analisada de maneira diferenciada pelas diversas correntes de pensamento nas ciências sociais” (p. 41). O autor propõe uma divisão em blocos para expressar o conteúdo dessas correntes sobre o entendimento de globalização, compreendendo-a como: 1- uma defesa da globalização neoliberal; 2- um mito ou estratégia do grande capital no sentido de ampliação de sua influência, 3- um fenômeno antigo que nos remete à época das grandes navegações; 4- um processo de globalizar a produção e as finanças, iniciado após 1955, para reproduzir e acumular capital.

Tabela 1 – Tipologia sobre a Globalização

<b>Formas de compreensão</b>	<b>Pressupostos</b>	<b>Fundamentos</b>	<b>Teoria</b>	<b>Conceito</b>	<b>Tempo</b>
Perspectiva neoliberal	Integração da economia mundial	Mercado, iniciativa privada, Estado mínimo	Smith, Friedman	Mão invisível do mercado	1930 e welfare state
Mito ou estratégia do capital	Transnacionalização para domínio dos mercados periféricos	Ilusão da inexorabilidade do processo globalizante	Hirst e Thompson; Batista Júnior	Crítica a existência da globalização	Integração menor que 1870-1914

Colonia- lismo histórico	Conversão do Estado em instru- mento de expansão do capital	Negação da globalização	Singer, Petras, Amin	Ampliação das relações sociais, econômicas e políticas	Séc. XIII; XV, XVI
Fenômeno concreto do capi- talismo contempo- râneo	Reprodução do capital em escala in- ternacional.	Globalização como um dado da realidade	É a defesa do autor. Michalet	Sistema mundial completo nas esferas produtiva e financeira	Pós 1955

Fonte: Adaptado de Costa (2008).

A partir do estabelecimento da tipologia acima, podemos discorrer historicamente sobre como transcorre o processo de globalização em fricção com diferentes Estados. Nos anos dos assim chamados governos populares, a política esportiva apareceu como um projeto de desenvolvimento da nação. Em relação a isso, o Estado aparece como um impulsionador importante, com o governo formulando políticas públicas e sociais para capacitar o país a ingressar na “elite” dos países com desenvolvimento sustentável da economia sem desigualdades sociais significativas. É factível afirmar, entretanto, que tal projeto não conseguiu resolver o problema dessas desigualdades e, tampouco, catalisou uma visão de esporte predominantemente voltada a perspectivas distintas do rendimento.

Nos atuais tempos de categorias ou formas de organização e reorganização do sistema capitalista<sup>1</sup>, denominadas, por exemplo, como neoliberalismo e globalização<sup>2</sup>, o esporte mostra-se como um meio de fortalecer a noção equivocada e ilusória da tecnificação e disciplina da mão-de-obra e pressupostamente ainda produzir mobilidade social. Por outro lado, é formatada a ideia de formação de pessoas adequadas a esta maneira de pensar uma reorganização do sistema, via, por exemplo, a autonomia de trabalho com o empreendedorismo, e novas formas de autossustentação e trabalho criativo (ou economia criativa). Estas características seriam primariamente postas em uma sociedade, na qual, determinadas fórmulas de compreensão já não estariam encaixadas como anteriormente.

<sup>1</sup> Aqui, compreendemos o sistema capitalista como crivado de determinações, primariamente na produção de mercadorias de diversas ordens, para satisfação de necessidades, desejos e poderes vigentes. Sobre a ideia de modo de produção, além de Marx (1998).

<sup>2</sup> De forma diversa, Chesnais (1996), Alves (1999) e Mészáros (2002), recolocam a globalização como uma espécie de mundialização do capital.

## O esporte e os governos populares

Entre diferentes questões tratadas sobre o período em que os governos de corte populares estiveram com o poder político (liderados pelo Partido dos Trabalhadores - PT), em especial por Lula entre 2003 e 2010, e por Dilma – em conjunto com Lula - entre 2011 e 2016), pode-se afirmar que houve avanços no processo de democratização do esporte via políticas públicas, inclusive com a criação de um Ministério do Esporte, gerido pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Por outro lado, cabe ressaltar a aproximação progressiva com uma concepção de esporte aproximada com a visão de esporte de rendimento, em especial na medida em que prevaleceu a lógica de viabilização do Brasil como sede de Megaeventos Esportivos e, com isso, o ascenso de uma visão conservadora e economicista de esporte. Em outras palavras, na época:

É sintomático que tenha havido uma troca de ministro do Ministério do Esporte antes da realização de tais Megaeventos. O atual ministro, Aldo Revelo, do mesmo partido do anterior, Partido Comunista do Brasil (PC do B) formou sua equipe bastante distante de um viés técnico no sentido do esporte: trata-se de uma equipe composta de uma economista do Banco Mundial; um ex-embaixador e um almirante da Marinha reformado. No outro pólo o aspecto eminentemente econômico está ao encargo da Autoridade Olímpica nomeada pela Presidente Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT): trata-se do ex-Ministro da Fazenda do “governo Lula” Henrique Meirelles, vindo do mercado financeiro, outrora filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e atualmente filiado ao Partido Social Democrata (PSD) (MALINA e AZEVEDO, 2013, p. 24).

Por outro lado, pesquisadores também apontaram uma continuidade e, até mesmo, aprofundamento do neoliberalismo por parte dos governos desse período (MELO, HUNGARO e ATHAYDE, 2015). Em especial, como dito anteriormente, destaca-se o período que coincide com a candidatura do Brasil para ser sede da *Fifa World Cup* 2014 (Copa do Mundo) e dos Jogos Olímpicos Rio 2016, além dos Jogos Paralímpicos, Olimpíadas Militares, sendo chamados de Megaeventos Esportivos. Nesse período, todo o esforço governamental, em diferentes esferas, para as políticas esportivas, foi direcionado ao atendimento das demandas desses Megaeventos Esportivos. Para além disso, houve uma nova conformação das cidades que sediaram tais Megaeventos, iniciada desde os Jogos Panamericanos de 2007 (MASCARENHAS; BIENESTEIN; SÁNCHEZ, 2011).



Não houve uma análise mais aprofundada do governo sobre um auxílio a uma iminente guinada à direita. Tal análise, se fosse feita, poderia tecer críticas inclusive à participação do Brasil nos Megaeventos Esportivos, pois:

O esporte como mercadoria também aparentemente se apresenta para todas as classes sociais [...]. Muitas vezes é ouvido, visto e lido mensagens emblemáticas sobre as Olimpíadas fazendo referência à união dos povos e culturas, como se os interesses culturais e dos diferentes povos fossem os mesmos. O esporte, no meio de tais discursos, assume a função redentora de mediação entre culturas e povos por meio de valores como a alta competitividade, a sobrepujança, o rendimento máximo, a meritocracia e o individualismo, podendo ainda citar os casos de doping, o esquecimento midiático de atletas de países esportivamente sem expressão, a supervalorização dos vencedores, o completo esquecimento dos perdedores, dentre outras questões (COSTA, 2018, p. 210).

Se do ponto de vista microestrutural o viés eleitoral poderia ser um conteúdo relevante para explicar a disseminação de políticas esportivas, sob o aspecto macroestrutural parece que a lógica dos Megaeventos esportivos capitaneou a direção dada pelo governo ao esporte, sob os auspícios dos órgãos internacionais envolvidos (em especial a FIFA e o Comitê Olímpico Internacional). Nessa medida, observa-se que esses organismos internacionais têm influência, ainda que circunscrita, sob processos internos decorrentes de governos e Estados. Nesse sentido, a perspectiva de organismos globais difunde uma ideologia de Esporte, dando ênfase aos seguintes fundamentos ideológicos:

1. Esporte como fator de inclusão social;
2. Sufocamento de tensões provenientes da escassez de recursos materiais nos países atendidos;
3. Busca e manutenção da “paz” mundial;
4. Atendimento predominantemente por meio de políticas focais, traço recorrente do neoliberalismo;
5. Atuação dos organismos multilaterais globais com metas de desempenho e resultado materializados em dados estatísticos de alcance de políticas e de adequação às próprias metas dos organismos para desenvolvimento mundial;

É possível considerar que as políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer foram materializadas no Brasil em bases mais ou menos identificadas com a perspectiva dos organismos multilaterais globais. É,

entretanto, no entendimento das políticas educacionais que no Brasil aderimos formalmente a esses organismos, a partir de financiamentos e acordos firmados com outros Estados.

Outro aspecto a ser salientado é que existe uma forte demanda por financiamentos de uma outra perspectiva, também alinhada com a dos organismos na essência, mas divergente no contexto, a via da esportivização visando à formação de atletas. A intensificação da geração de eventos no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, com destaque para a Copa do Mundo e às Olimpíadas, traz à tona uma visão piramidal de esporte, definida por Lamartine Pereira Da Costa em 1971, portanto com 49 anos de existência, superada no ambiente acadêmico, mas implementada nas políticas gerais, especialmente no formato utilizado no Ministério do Esporte a partir da divulgação do Brasil como sede dos megaeventos citados.

A visão piramidal incorpora: Uma base, que é o desporto de massa, até uma elite desportiva no topo. No meio, de baixo para cima, teríamos um composto de necessidades, transcritas como equipamentos primários para Educação Física e desporto escolar; equipamento básico urbano para a população urbana; e organização desportiva comunitária. Sinteticamente, a tradução que foi feita do modelo piramidal é: Educação Física e Esporte Escolar na base; Desporto de Massa no meio e Elite Esportiva no topo da pirâmide. A visão piramidal na forma como é acoplada, além do desenvolvimento concreto, tem efeitos de marketing ou psicossociais em detrimento de efeitos práticos. A mídia tem colaborado para dar conta da massificação dessa visão, tornando regra ou um sonho possível uma mobilidade social via esporte, em especial com exemplos extremos, em casos de pobreza aguda para o “estrelato”.

Nos organismos esportivos nacionais, verifica-se a predileção por investimentos maciços no esporte chamado de olímpico em detrimento do esporte escolar ou universitário. O Comitê Olímpico Brasileiro, por exemplo, conforme descrito em Bueno (2008) mostra em suas contas que a partir dos recursos da Lei Agnelo-Piva pelo Comitê Olímpico Brasileiro, em 2006, só 15% dos recursos do Fundo Olímpico foram utilizados com o esporte escolar e o esporte universitário.

Por outro lado, entre 2003 e 2008, do total de recursos orçamentários do Ministério do Esporte mais os providos pela Lei Agnelo-Piva, o Esporte de Rendimento ficou com 67,4%, contra (14,7%) do esporte participativo e (14,2%) do esporte educacional. Um dos fatores para essa discrepância foi o quantum de gastos com os Jogos Pan-Americanos, que representam, entre 2003 e 2008, 65,4% do total dos gastos com Esporte de Alto Rendimento (EAR). Das “despesas com a preparação e realização

dos Jogos Pan Americanos do Rio de Janeiro em 2007, o que demandou a contenção de gastos em outras áreas de investimento dentro da própria categoria EAR” (BUENO, 2008, p. 286).

Criou-se a partir do que foi descrito acima, um fetichismo do esporte, pois se afirma que vai ser investido um montante significativo de recursos, sem transparência, a partir de uma perspectiva anacrônica, como o modelo piramidal, priorizando a formação do desporto de massa, mas somente no papel, pois o aporte financeiro real é muito aquém do propagado no ideário. Assim, os principais investimentos são feitos na infraestrutura de torneios e jogos, quadro “necessário” na perspectiva de incremento do alto rendimento. Nesse cenário, surgem condicionalidades que fundamentam as políticas esportivas, tal como ocorrera, por exemplo com o conhecido projeto “Amigos da Escola – Todos pela Educação”, que fora organizado e difundido pela Rede Globo, fruto de uma parceria com instituições privadas e públicas. Segue abaixo características dessas condicionalidades:

Condicionalidades da globalização/neoliberalismo sobre as Políticas de Estado

- Necessidade de adesão à globalização;
- Resultados desesperançosos dos encontros com os organismos multilaterais, quando analisados na profundidade necessária;
- Os controles das agências internacionais acabam por promover e/ou aprofundar as desigualdades sociais;
- Houve um incremento do terceiro setor, do voluntariado e da adesão à globalização com os últimos governos, em especial a partir dos anos de 1990;
- Condicionalidades da globalização/neoliberalismo sobre as Políticas Educacionais
- Os governos Collor, Itamar, Fernando Henrique Cardoso, e também Lula e Dilma optaram por adequar-se às políticas internacionais para a educação, com a adoção dos programas de organismos multilaterais como modelo
- As colocações dos órgãos governamentais são de aceitar financiamento da educação desde que atendidas algumas regras dos organismos multilaterais, podendo as regras serem resumidas em: a) racionalização dos gastos; b) aceite da hierarquização nos investimentos a partir dos pressupostos discutidos com os organismos

financiadores; c) compatibilidade com o capitalismo nos modelos vigentes neoliberais (ou então com a chamada terceira via) e com o *modus operandis* da mundialização do capital (globalização)

- Existe controle das agências internacionais em relação às políticas educacionais de nosso país, que repercutem para os trabalhadores da Educação Física, de forma negativa, uma vez que a preocupação em desenvolver uma reforma educacional existe com intuito de expandir a educação e promover a qualidade de ensino de forma desproporcional aos recursos investidos

Condicionalidades da globalização/neoliberalismo sobre as Políticas para a Educação Física, Esporte e Lazer

- Pressuposto que o esporte não pode ser financiado somente pelo Estado
- Na Educação Física, Esporte e Lazer identificam-se elementos de convergência com as políticas públicas educacionais

Um destaque especial quanto ao caso brasileiro trata-se da velocidade de expansão das Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos (FASFIL). Como pôde ser visto à época em Oliveira e Húngaro (2008), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1981 até 2002 “foram fundadas 19.720 fundações e associações ligadas ao esporte e a recreação” (p. 102). Compreendendo-se as FASFIL como partícipes do terceiro setor, clarifica-se o cunho político de expansão do que foi chamado de organização da sociedade civil. Ainda segundo os mesmos autores com base nos dados do IBGE, eram cerca de 80.000 empregados na área de esporte e recreação. Nas FASFIL como um todo, entre 1996 e 2002 foi aumentado o número de empregados na ordem de 500.000 novos trabalhadores. É um movimento de incentivo governamental desproporcional ao investimento na contratação e manutenção do quadro docente para atendimento ao público escolar.

Ainda que haja uma distância histórica de pouco mais de uma década entre os dados apresentados e o momento atual, eles ilustram o sentido predominante que assume a globalização quando pensada como um processo de alinhar ao máximo possível os “entes” globalizados. O ascenso do chamado terceiro setor na oferta de serviços, inclusive esportivos, soam um alerta quanto a um recuo do Estado na implementação de políticas públicas. O cenário brasileiro sofreu modificações não substantivas no período pós eleições 2002.

## Decorrências históricas

Pode-se dizer que em conjunto com o processo histórico delineado e circunstâncias históricas determinadas possibilitaram uma guinada à extrema direita no Brasil. Tal processo e tais circunstâncias acarretaram em uma reação motivada pelos erros e equívocos dos governos capitaneados pelo PT (que não foram poucos), mas também em razão dos seus acertos, em especial, o de dar voz aos movimentos sociais, mobilidade social precária e aprofundamento do processo democrático.

Não se trata, aqui, de aprofundar questões teórico-metodológicas e ideológicas, mas de constatar que os governos chamados populares sequer resvalaram em contestar o modo de produção capitalista<sup>3</sup>. Do ponto de vista da economia política, manteve-se aspectos determinantes da produção e circulação de mercadorias, validando a explicação da teoria valor-trabalho em Marx, inclusive em aspectos ligados à atividade profissional pedagógica em áreas como a Educação Física (PIERETTI, ORTIZ e MALINA, 2017).

Dessa forma, se são observáveis diferenças entre a esquerda reivindicada pelo governo capitaneado pelo PT nos costumes, valores e práticas ambientais, de gêneros, dentre outras, assim como há uma visão da sociedade de que isso seja comunismo; também se observa uma aproximação do ponto de vista da economia política entre posições de direita e de esquerda, no Brasil e no exterior<sup>4</sup>, verificável, por exemplo, desde os anos de 1980:

Na atualidade, no entanto, verifica-se no contexto social e político nacional algumas características diferenciadas do contexto dos anos 1980. No aspecto político, definem-se alguns fatores neste novo século, como uma perspectiva predominante de esquerda diferente dos moldes tradicionais, afeitas aos problemas ambientais e multiculturais, englobando problemas como questões de gênero e étnico-raciais. Faz parte desse movimento também, uma adequação à economia de mercado e à globalização associada a preocupações sociais nos campos estratégicos do

---

<sup>3</sup> István Mészáros (2002) compreendia que, historicamente, a construção de qualquer alternativa ao capitalismo em que não se sinalize a superação do capital e de seu sociometabolismo, e não só do capitalismo, tenderia a padecer. Por sua vez, Florestan Fernandes (2016), enxergava no processo de “interrupção das revoluções” pela América Latina, fossem elas revoluções “dentro-da-ordem” ou “contra-a-ordem”, fortes indícios de que a superação do capitalismo em suas formas específicas neocolonial e dependente resvala não só nas características comuns às sociedades capitalistas centrais e periféricas, mas também em bloqueios próprios às sociedades capitalistas periféricas de origem colonial.

<sup>4</sup> Francisco de Oliveira (2011) lança mão da metáfora do ornitotrinco para explicar o Brasil em sua especificidade, na qual o governo de um partido de origem popular não rompe, mas continua a promover a modernização do país, nutrindo-se do arcaísmo, alinhando-se com a tradição de manutenção da dualidade estrutural da formação social brasileira.

desenvolvimento social e nas questões de âmbito universal, como a erradicação da fome e do analfabetismo, e da paz mundial por órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU). Hoje, no entanto, notam-se, também, fenômenos de ascensão da extrema direita que podem ser observados em países como França, Alemanha, Estados Unidos e também o Brasil. Dessa forma, torna-se difícil distinguir nesse modelo, quais as diferenças fundamentais entre o modelo neoliberal, por exemplo, e o modelo adotado pela nova perspectiva predominante de esquerda. Esse encontro de posições da “economia de mercado”, antes antagônicas, tem marcado a segunda metade da década de 90 e o início do século XXI (MALINA e AZEVEDO, 2017, p. 31-32).

De outro modo, vista a análise em perspectiva histórica, chega-se a pressupostos semelhantes, dado o contexto:

O início do século XXI mostrava uma cena mundial diferente da que havia sido vista anteriormente. Desde os anos de 1990, os movimentos de esquerda não tinham mais como referência central a União Soviética e os outros países que compunham o chamado mundo socialista. O quadro hegemônico mostrava uma ampliação do capitalismo, que ocupava os espaços deixados pelo fim de tal mundo socialista. Na América Latina, os impactos das políticas implantadas por governos neoliberais levaram a um fortalecimento de projetos políticos progressistas, os quais resultaram na eleição de governos populares na Venezuela, na Argentina, no Brasil, na Bolívia, no Paraguai, no Uruguai e no Equador. Esses governos de corte popular prometiam formas de fazer política que, em tese, teriam a capacidade de conjugar participação popular, democracia e estancamento das desigualdades sociais (HENRIQUES, ADDOR, MALINA e ALVEAR, 2018, p. 9-10).

Assim, se é válido compreender o esporte como parte de um projeto de desenvolvimento social, pode-se qualificar desenvolvimento de várias formas, sendo uma delas pensar o desenvolvimento como “processo democrático e permanente de elevação do nível de bem-estar comum segundo os interesses da sociedade, e não do capital” (LAGO, 2018, p.160). Por outro lado, a ideia de um desenvolvimento uniforme a partir da ótica europeia e estadunidense não alcança elementos culturais cambiáveis em povos distintos. Portanto, “a ideia de desenvolvimento está atrelada a uma eurocentração a partir da qual tem-se uma tendência modelar e generalista de que, partindo de um modelo civilizatório, seria possível aos outros (que não possuem esse desenvolvimento) alcançá-lo” (MALINA, 2018, p. 167).

Dado esse contexto acima exposto, chega-se ao momento de uma onda de extrema-direita inclinada ao fascismo. As eleições recém realizadas no Brasil repetem características, ainda que com singularidades, de decorrências internacionais, em especial do processo norte-americano que culminou com a eleição de Donald Trump. Desse modo,

parece haver um consenso tácito de que um candidato antidemocrático pode concorrer às eleições e, com isso, tornar-se referência para uma agenda com essas características. Nesse sentido, o processo democrático burguês é atacado, sem romper, contudo, com pilares do capitalismo. O socialismo, no entanto, não parece um projeto próximo do ponto de vista eleitoral (HENRIQUES, ADDOR, MALINA e ALVEAR, 2018, p. 9).

São pouco favoráveis as condições para uma precisa avaliação das consequências do golpe para a política de esportes, ainda que esteja se desenhando um cenário de prováveis avanços de contrarreformas estruturais, na esteira de um processo histórico mais amplo de contrarrevolução em marcha (PIERETTI, 2017). A autocracia burguesa, que fora consolidada com o golpe empresarial-militar de 1964, em tese desvanescera com o surgimento da “Nova República”. Ainda assim, existem condições para se afirmar que fundamentos da autocracia burguesa foram preservados com a distensão “lenta, segura e gradual” para a democracia. A burguesia brasileira seguiu sendo sócia menor e subalterna do capital transnacional imperialista, mas ainda assim sócia, e continua preservando outra característica fundamental ao capitalismo dependente: a superexploração do trabalho. Dito isso, por não levar a cabo transformações estruturais (endogeneização dos centros decisórios do poder econômico sob controle popular, por exemplo), os assim chamados governos progressistas tiveram profundas dificuldades em conduzir reformas estruturais que atingissem um ponto de não retorno. Além disso, progressos alcançados com as políticas de esporte retrocederam gradualmente, desde que foi feita a opção por sediar os Megaeventos Esportivos e priorizar a perspectiva de rendimento.

Soma-se ao que foi descrito acima, a imprecisão de um “não-lugar” atribuído aos esportes no novo (des)governo, representado pelo desmantelamento do Ministério do Esporte. Sendo o pretendido legado dos Megaeventos Esportivos sediados pelo Brasil questionável, na medida em que os frutos de sediar esses eventos não foram colhidos como se esperava, é possível reiterar o caráter economicista dos referidos eventos, tendo em vista que funcionaram como uma “bomba” de acumulação de capital. Após a realização dos Megaeventos, pouco restou para a grande massa da

população, a não ser remoções forçadas, estrangulamento de investimentos públicos em áreas estratégicas para a população e deslocamento das políticas esportivas rumo a uma ótica balizada pelo alto rendimento.

### Considerações

O processo histórico mostra uma perspectiva pessimista em relação aos tempos atuais no que se refere às políticas públicas de diversas naturezas, em razão do avanço de formas anti-humanistas com poder de governo na América Latina, Estados Unidos e Europa. Os partidos de esquerda que emergiram e se popularizaram nos anos de 1980 e 90 no Brasil, o fizeram deslocando-se, após o final da União Soviética, para aceitação da economia de mercado e focaram em políticas de desenvolvimento social caracteristicamente reformistas. Um desses partidos foi o PT, que alçou a Presidente da República o líder popular Luiz Inácio “Lula” da Silva. Os anos de governo mostraram problemas e esgotamentos, além de forte pressão do grande capital, já em dúvida sobre os extraordinários ganhos em tempos anteriores dos governos do PT.

O avanço da xenofobia, homofobia, das perseguições às mulheres em contraste com os avanços resultantes de governos populares, geraram uma organização capitaneada pela extrema-direita em um processo de fascistização social, com culminância na eleição do Presidente Donald Trump. Os ataques aos governos populares na América Latina imiscuída à impopularidade e o fechamento do parco e tímido processo redistributivo tornaram o Brasil um ambiente fértil para o surgimento de lideranças de extrema-direita.

Nesse período, *vis-a-vis* aos Megaeventos esportivos, surgem manifestações populares que, ao fim e ao cabo, levaram a classe média ao adensamento de uma crise forjada, mas sentida, com um *happy end* travestido de impeachment. O golpe dado terminou de pavimentar uma candidatura obscura e, para espanto, vencedora, para um período com um governo de extrema-direita, de corte fascista, aliado ao mais perverso liberalismo econômico.

Ao longo desse processo, o Brasil passou por um “ápice” ao sediar Megaeventos Esportivos, para deleite do grande capital, da imprensa e grande parte da sociedade, inclusive de formuladores e analistas de políticas públicas. Após o “ápice”, chegamos à derrocada, via golpe. Agora, estamos no fundo do poço, só que tomado de água de esgoto não tratado.



## Referências

- ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COSTA, E. *A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- COSTA, T. Q. *O ensino do esporte e a racionalidade técnica contemporânea: possibilidades e limites*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: PPGTDS/NIDES/UFRJ, 2018, 371p.
- FERNANDES, F. Reflexões sobre as revoluções interrompidas. In: AUTOR,. *Poder e contrapoder na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HENRIQUES, F. C.; ADDOR, F.; MALINA, A.; ALVEAR, C. A. Pavimentando o campo da tecnologia para o desenvolvimento social. In: HENRIQUES, F. C.; ADDOR, F.; MALINA, A. e ALVEAR, C. A. (orgs.). *Tecnologia para o desenvolvimento social: Diálogos Nides-UFRJ*. Marília: Lutas Anticapital, 2018, p. 9-16.
- KATZ, C. Fim da Classe Operária? In: COGGIOLA, O.; KATZ, C. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996, p. 143-146.
- LAGO, L. C. do. Desenvolvimento “social”: precisamos qualificar o desenvolvimento? In: HENRIQUES, F. C.; ADDOR, F.; MALINA, A.; ALVEAR, C. A. (orgs.). *Tecnologia para o desenvolvimento social: Diálogos Nides-UFRJ*. Marília: Lutas Anticapital, 2018, p. 157-164.
- LESSA, S. *Para Além de Marx? Crítica da Teoria do Trabalho Imaterial*. São Paulo: Xamã, 2005.
- MALINA, A. Theotonio dos Santos – um homem do seu tempo ... e sempre um passo à frente. In: HENRIQUES, F. C.; ADDOR, F.; MALINA, A.; ALVEAR, C. A. (orgs.). *Tecnologia para o desenvolvimento social: Diálogos Nides-UFRJ*. Marília: Lutas Anticapital, 2018, p. 165-177.
- MALINA, A.; AZEVEDO, A. C. B. de. História da Perspectiva Sociocultural da Educação Física nos anos 1980 como Fundamento Crítico para a Educação Física Escolar: o tecnicismo na berlinda. In: TELLES, S.; TRIANI, F. *Educação Física Escolar: múltiplos olhares*. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2017, p. 28-50.
- MALINA, A.; AZEVEDO, A. C. B. de. O Esporte é um fator de Integração Social? Apontamentos sobre a relação entre os limites do esporte e o modo de produção capitalista e as possibilidades de uma Pedagogia do Esporte para a formação humana. In: MALINA, A.; CESÁRIO, S. (orgs.). *Esporte: fator de integração e inclusão social?* Campo Grande: UFMS, 2013, p. 23-50.

- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 1, livro primeiro, 1998.
- MASCARENHAS, G.; BIENESTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. (orgs.). *O Jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- MELO, M. P.; HUNGARO, E. M.; ATHAYDE, P. A. I Mandato Governo Lula da Silva - PT (2003-2006) e as Políticas de Esportes: aprofundando o projeto neoliberal. *Motrivivência*, v. 27, n. 45, p. 280-297, set. 2015.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- OLIVEIRA, B. A. de; HÚNGARO, E. M. O Chamado “Terceiro Setor”: implicações no esporte e lazer de um novo padrão de resposta a “questão social”. In: SOLAZZI, J. L.; RODRIGUES, J. P. (orgs.). *Neoliberalismo e Políticas de Lazer: apontamentos críticos: 5 anos de pesquisa do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esportes e Lazer do Grande ABC/GEPOSEF*. Santo André: Alpharrabio, 2008.
- PIERETTI, E. R. *A especificidade capitalista brasileira: capitalismo dependente, interrupção das revoluções e contrarrevolução burguesa em Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Dourados: PPGS/FCH/UFGD, 2017, 122p.
- PIERETTI, E. R.; ORTIZ, C. A.; MALINA, A. A Teoria Marxiana do Valor-Trabalho como Fundamento Explicativo do Trabalho do Professor de Educação Física: Das Determinações Históricas à Atividade Profissional em Educação Física. In: AZEVEDO, A. C. B.; MALINA, A. *Formação profissional e formação humana em educação física: apontamentos críticos*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2017, p. 17-43.
- TEIXEIRA, F.; FREDERICO, C. *Marx, Weber e o Marxismo Weberiano*. São Paulo: Cortez, 2010.



## Políticas públicas de esporte e lazer: muito para ensinar e mais ainda para aprender sobre democracia

*Ednaldo da Silva Pereira Filho  
Matheus Francisco Saldanha Filho*

### Introdução

Este ensaio visa exortar nossas reflexões para alguns elementos sobre a qualidade da democracia brasileira e latino-americana neste momento histórico de nítido “desperdício da experiência” – expressão alusiva a Santos (2002) – submerso num possível repuxo de final da 3ª onda de democratização. Transitamos por aspectos preliminares sobre as três ondas de democratizações privilegiando a leitura da América Latina como palco contraditório de ressurgimentos de autoritarismos, democraticamente, eleitos que nos fazem pensar sobre o caráter diversificado que a democracia tem sido implementada em diferentes países e as difíceis tarefas de não esconder as “promessas não cumpridas” diante dos cidadãos, mas também não baixar à guarda frente aos ferozes e implacáveis “poderes invisíveis” que tentam desqualificar a democracia. Abordamos também as vertentes culturalistas e institucionalistas nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer como exemplos de narrativas que precisam ser consideradas, concomitantemente, para melhor contribuírem na compreensão dos limites e potencialidades do “Estado em ação”. Prosseguimos com algumas “fotografias” da democracia na América Latina onde a mesma é ainda mencionada como o melhor sistema de governo em relação a todos os demais, no entanto - atualmente - está sendo percebido um gradual decréscimo desta percepção e o Brasil desponta como um dos países mais afetados. Adotamos as Conferências Nacionais de Esporte (CNE) como experiências ímpares na área do esporte e lazer por se caracterizarem como avanços reais de participação popular para a formulação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. E diante das três edições da CNE destacamos alguns trabalhos apresentados nos últi-

mos Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte, realizados pelo CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte), que analisam criticamente os limites desta experiência de democracia participativa. Para desfecho do ensaio chamamos atenção para a importância de construirmos uma Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer diante da profusão de dados empíricos na realidade das políticas públicas e o paradoxo de ainda dispendermos pouca atenção para este subcampo científico/acadêmico das Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

### **As três ondas de democratizações**

Esta data comemorativa dos 40 anos do CBCE (Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte) nos permite resgatar e refletir no âmbito das Políticas Públicas de Esporte e Lazer a teoria da 3ª onda de democratização do Huntington (1991), portanto estaríamos agora surfando o final desta última onda, ou melhor, lutando para não nos afogarmos no repuxo dela. Segundo esta teoria - conhecida na década de 70 do século passado como teoria da descompressão - o regime político da democracia passou a ser, mundialmente, concebido como um modelo qualificado e profissional de fazer política e gestão pública, apesar de apenas 30% dos países serem considerados democráticos. Os principais motivos pela simpatia na adoção da democracia são: a) no âmbito moral, a dificuldade de se aceitar os valores do autoritarismo frente às conquistas dos direitos humanos; b) no âmbito religioso, pela mudança de posição da Igreja Católica através do Concílio Vaticano II (iniciado em 1962 e concluído em 1965) que no propósito de promover maior atualização e abertura da Igreja deixou de lado as atitudes anteriores de apoiar medidas severas de doutrinação para adotar a misericórdia e a compaixão; c) no âmbito econômico, pela evidência de maior segurança nas negociações comerciais internacionais; d) no âmbito da comunicação, pela difusão de informações sem qualquer censura. A democracia se caracteriza, segundo este autor, pelo processo de participação na definição e adoção de regras de convivência social obrigatória para todos e que para salvaguardá-las são necessários a imprensa livre, a ausência de organizações militares, econômicas, religiosas ou de quaisquer outros tipos que interfiram neste processo a fim de o deformá-lo.

Outrossim, esta teoria chama atenção para os repuxos de desdemocratizações destas ondas que são motivados – em alguns casos - por períodos prolongados da democracia, porém sem respostas substanciais para as demandas sociais, o que leva a própria população dos mais jovens e associada aos mais velhos a adotarem uma postura “saudosista” pelo autoritarismo.

Isso nos leva aqui neste texto a alertar sobre a responsabilidade de uma formação permanente da consciência política através das ações do Estado nas gestões de suas Políticas Públicas.

As três ondas são, curiosamente, entremeadas por um período de reversão democrática e encrudescimento político que podem ser resgatadas historicamente nos seguintes episódios: a) De 1828 a 1926 – a primeira onda de democratização – durou quase um século e se caracterizou pelo término das Guerras Napoleônicas e o surgimento de novos países europeus até o pós 1ª Guerra Mundial. Logo em seguida, houve onda reversa (desdemocratização) no período de 1922 a 1942, momento histórico do surgimento de regimes autoritários como o nazismo, sob a liderança de Hitler, na Alemanha, e o fascismo, na Itália, que teve em Mussolini seu principal expoente; b) de 1943 a 1962 – a segunda onda de democratização – foi relativamente rápida, pois iniciou logo após a 2ª Guerra Mundial (1945) e foi até – entre outros fatos – o embargo econômico e financeiro imposto à Cuba, pelos EUA. Assim como aconteceu com a primeira onda, o refluxo da democratização também ocorreu entremecendo este período e se alargando, entre 1958 e 1975, abrangendo o período da Guerra Fria e parte do regime militar brasileiro; c) de 1974 até agora, baseado em Zavatto e Lagos (2005) – a terceira onda de democratização – inicia em 1974 com a Revolução dos Cravos, em Portugal, e que, em seguida, diversos países seguiram essa tendência e adotaram a democracia como regime de governo, sobretudo os países latino-americanos e africanos.

Estaríamos vivendo hoje o *refluxo*<sup>1</sup> da 3ª onda da democracia? Acho que estamos na boca do repuxo, ainda temos o pescoço e a cabeça para enfrentar. Para ilustrar este processo de ondas e refluxos de democratização e desdemocratização o qual podemos estar submetidos nos valem da lembrança da música “Eternas ondas” do Zé Ramalho:

Quanto tempo temos antes de voltarem  
Aquelas ondas  
Que vieram como gotas em silêncio  
Tão furioso

---

<sup>1</sup> Repuxo ou maré de retorno – onde o refluxo do volume da água retorna da costa terrestre para o mar por força gravitacional. Segundo informações técnicas o repuxo apresenta três componentes: a boca, o pescoço e a cabeça.

Derrubando homens entre outros animais  
Devastando a sede desses matagais  
Derrubando homens entre outros animais  
Devastando a sede desses matagais

Devorando árvores, pensamentos  
Seguindo a linha  
Do que foi escrito pelo mesmo lábio  
Tão furioso

E se teu amigo vento não te procurar  
É porque multidões ele foi arrastar

Para Zavatto e Lagos (2005) a América Latina é palco de ressurgimentos de autoritarismos não só por vias clássicas de golpes de Estado, mas sim – espantosamente – por mecanismos democráticos eleitorais. Para os autores estamos vivenciando uma onda de mal-estar onde – contraditoriamente - o povo no gozo da democracia com acesso à educação e liberdade de expressão opta por autocracias, ditaduras e populismos. Em 2018, seis países da América Latina (Costa Rica, Paraguai, Venezuela, Colômbia, México e Brasil) realizaram eleições presidenciais e legislativas e ainda duas consultas populares. Não obstante, nos chamam a atenção para o caráter diversificado que a democracia tem sido implementada em diferentes países da América Latina e alertam que não basta ter liberdade individual para exercer a democracia. Os autores sentenciam que a democracia liberal não se materializa na realidade, serve apenas como um marco conceitual sociológico.

Nesta mesma perspectiva Bobbio (1986) menciona as “promessas não cumpridas” para discorrer sobre as arestas entre a democracia ideal e prometida pelos seus fundadores e a democracia real que convive com o poder invisível (na ocasião italiana, a máfia, as lojas maçônicas e os serviços secretos), a permanência das oligarquias; a participação interrompida; a revanche das representações e os cidadãos mal-educados. Todos estes fatores parecem muito presentes no contexto atual brasileiro, portanto é importante entendermos que este fenômeno do repuxo da desdemocratização brasileira é recorrente e convivem - não mais invisíveis - no campo das realidades políticas e sociais.

## Qualidades de democracias

Mas afinal de contas, como mensurar a qualidade da democracia implementada, ou não, por determinados governos? Moisés (2008) nos lembra que as abordagens culturalista e institucionalista, em geral, são trazidas à baila e confrontadas para nos oferecer diferentes narrativas de avaliações das gestões públicas de governos.

É de praxe que as teorias institucionalistas da democracia privilegiem as avaliações a partir da realidade das informações empíricas das eleições, das competições entre os partidos, dos indicadores políticos de desempenhos dos governos e suas relações de eficácias com o legislativo e, até mesmo, com o judiciário. Em síntese, são avaliados os resultados institucionais.

Na realidade das Políticas Públicas de Esporte e Lazer esta característica institucionalista de democratização do Esporte está repleta nos diversos Relatórios do Ministério do Esporte que apontam indicadores satisfatórios sobre os Megaeventos, os projetos e programas da área.

Por outro lado - as teorias culturalistas - segundo Moisés (2008) privilegiam a cultura política oriunda das experiências e percepções dos cidadãos que, por mecanismos de controle social, serão capazes de avaliarem e julgarem os desempenhos de governos e de seus representantes. Isso mostra a responsabilidade educativa de ser governo, pois muitas expectativas, geralmente, são criadas em relação aos gestores públicos, democraticamente eleitos. A história tem nos mostrado os efeitos disso para as relações entre os cidadãos e o sistema político que se expressa em insatisfação política e desconfiança nas instituições, nos governos e em suas representações..

O que está em jogo é a cultura política, pois ela faz referência às atitudes, crenças e valores políticos – como orgulho nacional, respeito pela lei, participação e interesse por política, tolerância, confiança interpessoal e institucional – que afetam diretamente o processo de socialização e envolvimento das pessoas com a coisa pública. Portanto é primaz mencionar aqui a necessidade de se ensinar e aprender a cultura política nos mais diferentes e cotidianos lugares por onde se desabrocha a gestão pública, sejam eles os eventos, projetos e programas que, geralmente, traduzem as principais ações governamentais.

Moisés (2008) vai dizer que estrutura e cultura política são aspectos da mesma moeda e, mutuamente, se afetam para contribuir na continuidade ou mudança do regime político. Consideramos que é um processo de mão dupla entre instituição política e cultura política que contribui na aprendizagem política. Ressalta o autor que as pessoas têm experiências de participações políticas limitadas e que isso interfere em suas capacidades e



possibilidades de compreenderem e acompanharem o complexo e confuso funcionamento das instituições políticas o que acarretam distorções na democracia. É curioso como existem pessoas que se aproveitam e se apoderam destes ambientes para dificultarem, cada vez mais, o acesso e a aprendizagem do cidadão comum sobre as esferas governamentais.

Em sua tese de doutorado Araujo (2016) menciona Macpherson (1978) para alertar sobre a importância da ampliação da participação direta do cidadão a fim de materializar a chamada democracia participativa e, por conseguinte, superar as diferentes variantes da democracia liberal, sejam elas, a protetora, a desenvolvimentista e a de equilíbrio. Um dos grandes desafios para atingir os pressupostos da democracia participativa passam por dois requisitos: a mudança de postura de mero consumidor para um cidadão de atuação comunitária mais efetiva e a diminuição das desigualdades sociais. Neste sentido Macpherson (1978) citado por Araújo (2016) sugere como alternativa a criação de um sistema piramidal que teria na base a democracia direta e, em seus diferentes níveis subsequentes, a democracia por delegação. Isso implica a necessidade de partidos políticos, verdadeiramente, comprometidos e atuantes frente a estrutura parlamentar, assim como uma mudança fundamental entre a relação capital e trabalho, pois esta agudiza a pobreza oriunda das desigualdades sociais.

O oposto a isso afeta a qualidade da democracia e o pior de tudo é que legítima e banaliza a realidade do Brasil conviver – em pleno século 21 – com violações de direitos humanos, quando a justiça é seletiva e parcial, a violência é considerada apenas caso de polícia e – segundo Pinheiro (2003) citado por Moisés (2008) - a democracia se configura num “regime de exceção paralelo à legalidade constitucional existente”. É lamentável se convencer que o Brasil é cúmplice das desigualdades e injustiças sociais.

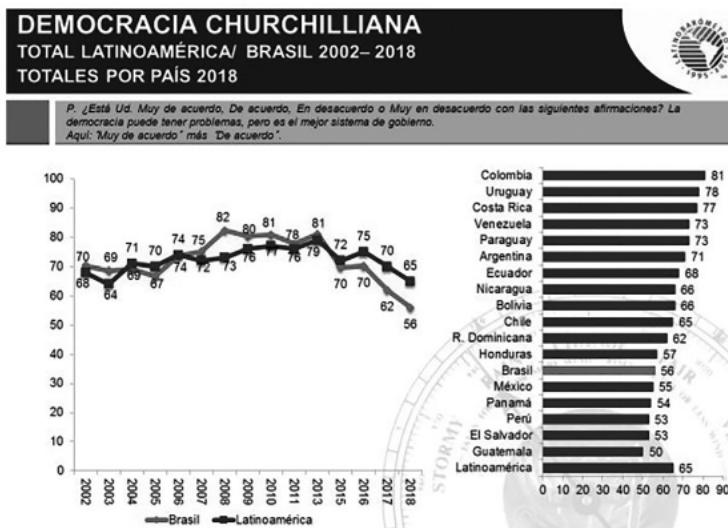
### **Algumas fotografias da democracia na América Latina**

A Corporação Latinobarómetro é uma organização não governamental (ONG) com sede em Santiago do Chile que estuda o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade latino-americana. O latinobarómetro é um estudo de opinião pública realizado anualmente - desde 1995 - em dezoito países da América Latina através de uma amostra de 20 mil questionários para a representação do universo de 600 milhões de habitantes.

Em 2018, o latinobarómetro apresentou que em toda a América Latina a democracia, ainda é considerada o melhor sistema de governo em relação a todos os demais, no entanto diminuiu em cinco pontos percentuais

entre 2017 e 2018, de 70% para 65%. Mas o agravante é que acumulou uma queda de catorze pontos percentuais desde 2013. O caso do Brasil é o mais gritante, pois caiu vinte e cinco pontos percentuais desde 2013, de 81% para 56%. Conforme o gráfico abaixo o Brasil chegou a alcançar o índice de 82% - o maior já registrado no estudo da América Latina – no ano de 2008 e agora atinge índice inferior à média do continente, sendo superado, negativamente, apenas por México, Panamá, Peru, El Salvador e Guatemala.

Gráfico 1 – Percepções dos cidadãos latino-americanos sobre a democracia em seu país



Fonte: Informe Latinobarómetro 2018 (Corporación Latinobarómetro, 2018).

Este estudo faz uma tipologia quanto as orientações das pessoas em relação à democracia. Neste sentido atribuiu como “democrata” aquela pessoa que afirma ser a democracia o melhor sistema de governo – mesmo com seus problemas – e esta é sempre preferível a qualquer outra forma de governo. Em contrapartida atribuiu como “autoritária” aquela que não concorda que a democracia seja o melhor sistema de governo e prefere um governo autoritário em algumas circunstâncias. Por fim, atribuiu como “ambivalente ou indiferente” aquela que também concorda que a democracia seja a melhor forma de governo, mas admite governos autoritários em algumas circunstâncias.

Nesta tipologia, o Brasil se caracteriza como um dos países da América Latina com menor número de “democratas”, sendo superado, negativamente - neste quesito, apenas por Equador e Paraguai. A média dos “autoritários” é relativamente baixa entre os países latino-americanos, com exceção também do Equador e Paraguai acrescido do Peru. O que é preocupante é o alto índice dos “ambivalentes” que na média da América Latina fica em 40%, enquanto no Brasil é de 54% e é o maior do continente. O perfil majoritário dos “ambivalentes” – com exceção dos países do Peru e da Bolívia - são mulheres, jovens, pouca escolaridade e desinteressados de política.

Estes dados são importantes para entender que os brasileiros não são assim naturalmente, mas aprenderam a ser assim a partir das experiências políticas. A conjuntura da América Latina é complexa e sujeita a inúmeras interveniências de potências mundiais – em especial os EUA – o que interfere na cultura política dos cidadãos latinoamericanos a ponto de considerarem que a democratização não está cumprindo com suas promessas e, por conseguinte, abre margem de debate e cobrança sobre a qualidade da democracia como regime político eficiente para resoluções dos problemas sociais.

Não podemos desconsiderar que o problema das desigualdades sociais gera conflitos sérios que a própria democracia (contestação pacífica do poder) tem limites, pois é um regime que apazigua as diferenças e não as combate. Além dos limites de diferentes expectativas ainda tem o agravante dos “sistemas deficientes da gestão”.

## As Conferências Nacionais de Esporte (CNE)

Neste ensaio, as Conferências Nacionais de Esporte (CNE) são tomadas como experiências ímpares na área do esporte e lazer por se caracterizarem como avanços reais de participação popular para a formulação de políticas públicas de esporte e lazer. E para tal selecionamos alguns trabalhos apresentados nos últimos Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte, realizados pelo CBCE, que analisam criticamente os limites desta experiência de democracia.

Araújo (2015), de imediato, desvela algumas contradições dos Governos do PT que pretendiam em suas experiências de governos absorver o Esporte numa política de Estado e concebê-lo como mecanismo de desenvolvimento humano e, efetivamente, assumi-lo como um direito social. A autora lembra que estes governos criaram grandes expectativas de

mudanças, ao mesmo tempo, que gerou inúmeras descrenças entre os setores da esquerda brasileira, tendo em vista as alianças constituídas para garantir os sucessos eleitorais numa “democracia de coalisão”.

As principais contradições aportam no campo econômico e social, onde o governo que se auto intitulou “democrático popular” optou - a princípio - pelo típico modelo incremental de política pública, pois manteve a economia liberal associando a expansão do consumo com aumentos de salários mínimos e investimentos públicos nas áreas sociais, numa flagrante tentativa de conciliar os interesses de classes antagônicas. Sem dúvida, uma estratégia ousada, mas também limitada de construir novas relações entre o Estado e a sociedade no processo de aprendizagem, ampliação e consolidação da democracia.

Os governos do PT realizaram de 2003 a 2010 em torno de 73 Conferências Nacionais em diferentes áreas sociais, com uma mobilização e envolvimento de mais de cinco milhões de pessoas. Na área do Esporte e Lazer foram três Conferências Nacionais de Esporte (CNE), conforme quadro analítico abaixo:

Quadro 1 – Indicadores numéricos das Conferências Nacionais de Esporte

	<b>I CNE</b>	<b>II CNE</b>	<b>III CNE</b>
<b>Ano</b>	2004	2006	2010
Participantes (estimativas)	83 mil	170 mil	220 mil
Municípios	873	2.100	3.340
Conferências Municipais	60	220	440
Conferências Regionais	116	120	350
<b>Delegados</b>	<b>861</b>	<b>876</b>	<b>1500</b>

Fonte: elaborado pelos autores a partir de consultas diretas dos links Notícias da página oficial do Ministério do Esporte, ainda disponível, em 08 de março de 2019.

De fato, as CNE colaboraram para a definição de uma agenda política desenvolvida no esporte, mas inúmeras lacunas foram identificadas entre as suas três edições. Castelan (2011), nos seus estudos identifica que as propostas mais recorrentes versam sobre: a) a ampliação e qualificação do monitoramento e da avaliação de resultados dos programas do Ministério do Esporte; b) a promoção e implementação de programas e ações que visem à prática de atividades físicas para a população em geral, respeitando a acessibilidade; c) a ampliação da transparência na gestão dos recursos públicos

feita pelas entidades esportivas e de um maior controle social dos gastos do alto rendimento; d) maior aporte financeiro para implementação dos programas e ações, bem como a criação de outras fontes de financiamento, em especial, um fundo nacional esportivo.

A autora reconhece que a Política Nacional do Esporte (Brasil, 2005) foi, substancialmente, constituída com as ideias e deliberações da I CNE, no entanto no campo orçamentário do esporte as deliberações das CNE muito pouco influenciaram para modificações no PPA (Plano Plurianual) de 2008/2011. O mais grave é que se identifica que o esporte de alto rendimento continua a receber – mesmo inconstitucionalmente – mais recursos de investimentos que – somados - os Programas Segundo Tempo (esporte educacional) e Esporte e Lazer da Cidade. Vale destacar que este último é considerado o programa que mais se aproxima com a democratização das práticas de esporte e lazer diante da sociedade brasileira. Neste mesmo sentido, Atháide (2011) citado por Araújo (2015), critica este lugar social da política de esporte quando constata que no critério de financiamento o chamado “maior programa socioesportivo do mundo” (Programa Segundo Tempo) não obteve o mesmo investimento que o esporte espetáculo ou de alto rendimento.

Em outro estudo Guedes et al (2011) também reconhecem que as conferências foram importantes instrumentos de democratização e participação popular, no entanto as implementações das resoluções sofreram inúmeras limitações, desde propostas inviáveis, incompletas e, até mesmo, sem maiores justificativas. Nesse sentido, percebem a fragilidade da gestão pública em oferecer melhor tratamento técnico e acadêmico, para subsidiar o estabelecimento de metas concretas de ações que possam ser implantadas e superem entraves para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas de esporte e lazer no Brasil.

Araújo (2015) lembra que não foram poucas as críticas que o Governo recebeu sobre os limites e ausências de execuções das deliberações das CNE e mais, contundentemente, sobre a controversa decisão para a realização de megaeventos esportivos no Brasil. A autora vai dizer que esta decisão política não tem respaldo popular democrático de qualquer CNE realizada, pois estas instâncias estavam mais voltadas à propositura da criação do Sistema Nacional de Esporte.

Bernabé e Starepravo (2015), em outro estudo, remontam historicamente as diferentes iniciativas para a criação de um Sistema Nacional de Esporte no Brasil, sendo elas: a) Sistema Desportivo Nacional (em

1975), tutelado e controlado pelo Estado através do Conselho Nacional de Desporto (CND); b) Sistema Brasileiro do Desporto (em 1993), c) Sistema Nacional do Desporto (em 1998).

Ratificam estes autores as mesmas considerações de que as duas primeiras CNE privilegiaram as discussões sobre a democratização do esporte e lazer e a importância para consolidá-la, através da construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer e da Política Nacional de Esporte; e - em total dissonância o advento da III CNE, que focou-se no esporte de alto rendimento, ao pautar a representação nacional em megaeventos esportivos a serem realizados no país, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 e a Copa do Mundo de Futebol Masculino da FIFA, realizada em 2014.

A IV CNE chegou a ser anunciada pelo Ministro do Esporte para o segundo semestre de 2011, numa das reuniões do Conselho Nacional do Esporte, mas isso nunca aconteceu, nem mesmo o funcionamento da também anunciada “Comissão de acompanhamento das resoluções da CNE” que teria o propósito de monitorar a implementação das deliberações e, fundamentalmente, zelar pelo Plano Decenal desenhado na III CNE. Ironicamente temos, até hoje, quase uma “década perdida” destas maiores experiências de motivações em prol da participação democrática, historicamente vistas, na área do esporte e lazer brasileiro.

### **Por uma Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer**

A despeito de todas estas fragilidades e limites diante do intento de radicalizar a democracia popular, Santos (2015) reconhece que os Governos do PT na presidência da república brasileira promoveram, de maneira ativa e estratégica, boas iniciativas de ações, programas e eventos que descentralizaram os recursos no intuito de estimular o desenvolvimento do esporte e lazer. Este autor lamenta e corrobora com perspectivas de Guedes et al (2011) que diante da tamanha profusão de dados empíricos na realidade das políticas públicas ainda tenha sido pequena a atenção dispendida pelos acadêmicos da Educação Física para este subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer. Santos (2015) elenca como alguns fatores restritivos para esta produção acadêmica: a) a não utilização de tradicionais modelos teóricos de análises de políticas públicas; b) ainda um número reduzido nos Programas de Pós-Graduações de linhas de pesquisa de Políticas Públicas. O que para ele distancia a área da Educação Física de uma possível “agenda de pesquisa em políticas públicas”, já consubstanciada nas Ciências Sociais, em especial, na Ciência Política.

Em contrapartida é destacado o histórico e importante papel do CBCE, através da criação de seu Grupo de Trabalho Temático (GTT) de Políticas Públicas que estimula as trocas de experiências acadêmicas e divulgam de maneira sistemática as produções científicas deste subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer. No entanto, segundo Santos (2015) ainda é necessário estimular a ampliação do número de pesquisadores com dedicação prioritária neste campo de investigação, a fim de evitar o endorreferenciamento e diversificar os modelos teóricos e metodológicos de análises de políticas públicas que qualifiquem as produções acadêmicas. Esta pendência leva ao “insulamento acadêmico” que é traduzido pelo autor pela ausência de relações com outras áreas de conhecimentos por não compartilhar da utilização de modelos teóricos já consolidados nas análises de políticas públicas e, por conseguinte, na inviabilidade de construir uma agenda de pesquisa. Julgamos importante a abertura deste debate no seio do CBCE, pois o tema das políticas públicas nas sociedades chamadas democráticas exige das instituições científicas leituras diversificadas e com densidade teórica que possam melhor compreender e descrever o chamado “Estado em ação”, a fim de colaborar com o ensino e aprendizagem da democracia em prol da cultura política.

## Referências

- ARAÚJO, S. M. de. *Controle democrático da Política Esportiva Brasileira: um estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte*. 2016 (316 p). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- ARAÚJO, S. M. de. Conferências Nacionais de Esporte: o debate sobre controle social. In: XVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE e V CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e V Congresso Internacional de Ciências do Esporte*. Brasília: CBCE, 2015. v. 1. p. 1-15.
- BERNABÉ, A. e STAREPRAVO, F. Reflexões a respeito da proposta de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer (SNEL) no Brasil. In: XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE e VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte*. Vitória: CBCE, 2015. v. 1. p. 1-14.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BRASIL. *Política Nacional do Esporte*. Ministério do Esporte. 2005. Disponível em: <http://esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CASTELAN, L. P. As Conferências Nacionais de Esporte na configuração da política esportiva e de lazer do governo Lula (2003-2010). In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE e IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte*. Porto Alegre: CBCE, 2011. v. 1. p. 1-10.

Corporación Latinobarómetro. *Informe Latinobarómetro*, 2018. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org>. Acesso em: 04 mar. 2019.

GUEDES et al. Reflexões sobre a 3ª Conferência Nacional de Esporte. In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE e IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte*. Porto Alegre: CBCE, 2011. v. 1. p. 1-8.

HUNTINGTON, S. *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, University of Oklahoma Press, 1991.

MOISÉS, J. Á. Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), v. 23 n. 66, fev. 2008.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, E. S. dos. Para pensar a análise de políticas públicas em Educação Física, Esporte e Lazer. In: SANTOS, Edmilson Santos dos e LEIRO, Augusto Cesar Rios (orgs.). *Políticas Públicas de Esporte e Lazer: diálogos*. Petrolina/PE: UNIVASF, 2015, p. 117-134.

ZAVATTO, D. e LAGOS, M. Gobernabilidad democrática: logros y desafíos. *Quórum: revista de pensamiento ibero-americano*, n. 13, p. 23-32, 2005. ISSN 1575-4227. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10017/7807>. Acesso em: 03 fev. 2019.





## Fetichismo do legado e legado do fetichismo: programa vilas olímpicas na cidade do Rio de Janeiro depois dos grandes eventos

*Marcelo Paula de Melo*

### Introdução

Uma das possíveis definições para o termo “Fetichismo” é: “Objeto a que é prestada adoração ou que é considerado como tendo poderes sobrenaturais”. Fetichismo também possui uma conotação de atração sexual, enquanto “Objeto, parte do corpo ou tipo de comportamento que provoca excitação sexual” (DICIONÁRIO AURÉLIO, 2019). Na primeira acepção fetichismo remete a feitiço, no sentido de poderes mágicos e/ou sobrenatural. Já na segunda remete a desejo sexual expresso que determinado objeto, pessoa ou conduta possa provocar.

Ao mesmo tempo, a expressão “Legado” assumiu contornos de um conceito quando esteve associado aos desdobramentos (positivos e/ou negativos) dos grandes eventos esportivos realizados em diversas cidades do mundo. Usamos esse título para indicar que a ideia de que os grandes eventos esportivos no Brasil trariam desdobramentos positivos foi por longo tempo um fetichismo, ou seja, uma ideia que se “presta adoração” ou “considerada com poderes sobrenaturais” de trazer melhorias em campos como geração de empregos, urbanização, melhoria nos sistemas de transportes, nos índices de saneamento básico, despoluição de lagoas e mares. Ao mesmo tempo, o legado do fetichismo já remete a noção de que a própria realização de grandes eventos esportivos foi um fetichismo - no sentido desejo intenso - de parte das classes dominantes brasileiras, cobertos de interesses ideopolíticos e financeiros bem concretos. Esse desejo expresso foi travestido num amplo aparato propagandístico que prometiam serem os grandes eventos a prova final da grandeza do país. As duas acepções de fetichismo, portanto, estão presentes.

A realização dos grandes eventos esportivos no Brasil (e no Rio de Janeiro) sempre, desde as candidaturas, veio acompanhada de uma promessa de um mundo novo. Sua concretização, diziam seus religiosos defensores, teria quase que natural e automaticamente resultados e desdobramentos que promoveriam melhorias em diversos aspectos da vida. Esses desdobramentos positivos ficaram conhecidos pelo imponente termo LEGADO. Essa expressão foi difundida de forma acintosa em discursos de governantes, dirigentes esportivos nacional e internacional, documentos de organismos internacionais ou menção de jornalistas e editoriais de jornais sobre a realização dos grandes eventos. Não houve menção a Copa do Mundo 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016 sem que viesse junto a expressão “Legado”, sobretudo, em face da demanda por vultosos investimentos estatais que esses eventos exigiram. Não por acaso, o documento de candidatura (BRASIL; PRESIDÊNCIA..., 2009) chega a mencionar, como veremos no texto, existência de um (suposto) legado social.

A cidade do Rio de Janeiro foi diretamente impactada pelos grandes eventos, sendo inclusive sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Nesse sentido, considerando as promessas e indicações da existência de um suposto legado social dos grandes eventos, esse texto pretenderá discutir sobre o principal programa de democratização, acesso e permanência aos esportes e outras práticas corporais da prefeitura do Rio de Janeiro - PROGRAMA VILAS OLÍMPICAS - após os grandes eventos. Especialmente, avaliaremos as condições efetivas de atendimento à população, a apropriação e materialização desse suposto legado social no cotidiano das Vilas Olímpicas na cidade maravilhosa nos de 2016 a 2018. É preciso levar em conta a troca de mandatário da Prefeitura em 2017, com a saída de Eduardo Paes (então no MDB e atualmente no DEM) e a entrada de Marcelo Crivella (PRB). De antemão anunciamos que a gestão desses equipamentos tem sido por meio de organizações (supostamente) sem fins lucrativos desde seu início em 2000 (MELO, 2005). A partir da lei municipal das Organizações Sociais em 2009 (lei 5026 e decreto 30780), a PMRJ iniciou processo o contínuo estabelecimento de contratos de gestão com organismos privados para poderem gerir equipamentos públicas em diversas áreas na execução de suas políticas sociais. A despeito da suposta novidade, produções do grupo de Pesquisa Coletivo de Estudos de Políticas de Esportes, Lazer e Educação Física (MELO, 2017; ANDRADE, 2018; MELO, ANDRADE E CUNHA, 2016) mostram que muitas entidades que venceram as seleções a partir da lei de 2009 já atuavam nesse campo, inclusive com fortes questionamentos de sua atuação por parte do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (MELO, 2017, ANDRADE, 2018).

## Esportes, políticas sociais e o debate do legado

Os esportes são parte relevante da vida nas sociedades capitalistas contemporâneas. Sejam vinculados à produção, circulação e consumo de produtos relacionados à prática esportiva propriamente dita, seja em relação à preparação estrutural de espaços necessários à sua prática, ou mesmo na venda de ingressos e/ou do espetáculo esportivo via televisão/internet, é possível dizer que ao redor dos esportes se consolidam atualmente imponentes ramos de valorização do capital.

É possível apontar que os grandes eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos e Copa do Mundo, são momentos especiais das abordagens burguesas no âmbito dos esportes. Mais do que isso, há uma precisa combinação de diversos elementos da nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005), tanto na apresentação dos projetos como na consecução e realização dos próprios eventos. Sua apresentação, divulgação e defesa perante o conjunto da sociedade não prescinde de elementos ditos sociais bem como de alegada preocupação ambiental e urbanística, mediante a menção constante a expressão “LEGADO”.

Essa concepção ganhou maior presença no cotidiano brasileiro com a realização dos Jogos Pan Americanos de 2007. Os questionamentos acerca dos vultosos custos vieram acompanhados da defesa de uma (suposta) herança positiva dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Como expresso num documento do Governo Federal nos anos Lula da Silva\PT (2003-2010):

[...] foi a formatação do conceito de legado social associado a grandes eventos esportivos em território brasileiro. Já tendo no horizonte a candidatura a outros eventos, especialmente os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, o Governo Federal introduziu o debate entre as partes envolvidas com a preparação dos Jogos Pan-Americanos visando a dar forma àquela ideia ainda incipiente no próprio Ministério do Esporte. A ideia central, em consonância com o ideário do Comitê Olímpico Internacional, é que os megaeventos esportivos sejam propulsores do desenvolvimento social ao catalisarem ações de amplo espectro, de diferentes origens e com diversos focos, voltadas para a melhoria das condições de vida da população das comunidades pobres da cidade-sede, em particular aquelas no entorno das instalações esportivas a serem utilizadas no evento (BRASIL; PRESIDÊNCIA..., 2009, p. 10).

Nesse sentido, a experiência do Pan-2007 representou uma espécie de teste não somente do ponto de vista organizacional para um grande evento, mas também da receptividade e das estratégias de convencimento para que parte considerável da população brasileira tomasse essa ideia de

legado associado aos grandes eventos como algo concreto. Para tal, torna-se indispensável associar à realização dos eventos com uma possível melhoria das condições de vida da população do país/cidade-sede. Essas melhorias estariam radicadas na geração de empregos diretos e indiretos com a realização dos mesmos, construção de instalações, projeção indireta da cidade e do país perante o mundo, implicando no incremento da atividade econômica em geral. Além disso, outra expressão precisa seria a apropriação posterior das modificações porque passaria a cidade. Mais ainda, essa menção ao suposto legado vem sempre acompanhado de sua relação direta com a melhoria em locais com pouca infraestrutura urbana, preferencialmente favelas, garantindo um impacto propagandístico maior. Como afirma Benedicto (2008) a ideia de sediar tais grandes eventos passa a justificar uma gama de modificações na estrutura urbana, fundiária, do aparato legal em diversas áreas que não seriam viáveis ao bloco no poder, não sem duras resistências, num contexto apartado da necessidade de preparar as cidades e o país para a realização desses eventos.

Esse ideal de legado social foi encampado pelo Governo Federal como substrato para “... alavanca de vários projetos já em andamento naquela ocasião, assumindo o compromisso de que aquelas iniciativas seriam o passo inicial para transformações sociais na cidade a partir da realização de eventos esportivos” (BRASIL; PRESIDÊNCIA..., 2009, p. 10).

A escolha da capital fluminense deu-se em 2009 e contando com amplo apoio do bloco no poder e de forças diversas na sociedade civil. O Dossiê de Candidatura é aberto com uma carta assinada conjuntamente pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o Governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (MDB), o Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (MDB, atualmente no DEM) e pelo presidente do COB Carlos Arthur Nuzman. A primeira frase da carta é uma reafirmação do “apoio total e firme do Governo do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e da cidade do Rio de Janeiro, junto com o COB, à candidatura do Rio para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016” (LULA DA SILVA, Et All citado COMITÊ ORGANIZADOR, 2009a, p. 5).

Nesta missiva é ratificado o apoio abrangente daquele bloco no poder a todas as etapas de realização dos Jogos, incluindo uma passagem digna de homenagear Nelson Rodrigues e seu Complexo de Vira Latas. Isso é perceptível na afirmação da “... intenção de mostrar todo o caráter do povo brasileiro nestes Jogos” (LULA DA SILVA, Et All citado COMITÊ ORGANIZADOR... 2009a, p. 6). Assim, novamente há uma aproximação do desempenho não somente dos selecionados esportivos tupiniquins, mas

agora de todo o povo brasileiro com a realização dos Jogos. Caso os mesmos não sejam (ou tivessem sido) bem-sucedidos terá sido comprovada uma (suposta) falha de caráter de todo o povo brasileiro.

Em diversos momentos do Caderno acerca do financiamento do evento encontra-se a defesa de que serão “financiados e inteiramente garantidos pelos três níveis de Governo (Federal, Estadual e Municipal) (...) (COMITÊ ORGANIZADOR... 2009a, p. 18). Isso vem acompanhado da defesa de que “... os Jogos Olímpicos do Rio 2016 contribuirão para estimular o crescimento contínuo da economia brasileira e trarão para o Brasil um novo reconhecimento internacional” (Idem). A busca por novo reconhecimento do país da divisão internacional do trabalho implicou na garantia ao capital nacional e internacional de que o acesso ao Fundo público como viabilizador da acumulação não haveria de ser bloqueado. É justamente isso que o caderno precisa deixar logo claro. Não por acaso, houve a menção explícita de que “... em todos os setores, será dada atenção prioritária aos clientes. As exigências de cada cliente serão satisfeitas, através de um compromisso genuíno de colaboração aberta e respeitosa” (idem).

Como a candidatura demandou vultosos investimentos estatais, o Caderno de Candidatura relacionou a consecução das obras com possíveis benefícios para a cidade e para o país. Não é por outra razão, seguindo uma diretriz que acompanha os grandes eventos esportivos no mundo, houve a menção da criação de um “... Comitê de Legado Olímpico Rio 2016- uma aliança composta pelo Governo, por empresas, pelo Comitê Olímpico Brasileiro e por grupos e organizações da comunidade” (COMITÊ ORGANIZADOR... 2009b, p. 20). Também será criado o chamado “Comitê de Legado Urbano, dirigido pelas autoridades municipais” (Idem). Com isso, reafirmaram que os Jogos promoverão (promoveram de fato?) uma

[...] transformação na cidade, através das instalações esportivas, de toda infraestrutura melhorada e já em funcionamento antes dos Jogos e com a garantia de legado sustentável para a cidade que se seguirá. Haverá significativos ganhos sociais, por exemplo, com os programas visando a integração de jovens e comunidades carentes (COMITÊ ORGANIZADOR... 2009b, p. 20).

A abertura do tópico acerca da suposta “Inserção Social” traz a mensagem de que os Jogos de 2016 iriam “... afetar diretamente os habitantes da cidade, que se beneficiarão da excelente experiência dos Jogos e de vantagens de longo prazo (...)” (COMITÊ ORGANIZADOR... 2009b, p. 22). No tópico intitulado “Desenvolvimento de Habilidades” é destacado o fato de

“48.000 adultos e jovens [receberem] um extenso programa de treinamento, financiado pelo Comitê Organizador Rio 2016, visando formar profissionais e voluntários em setores de importância estratégica para os Jogos” (Idem). Junto a isso, foi destacado que este programa auxiliaria “... os participantes a encontrar emprego após os Jogos” (Idem), bem como a lembrança que serão gerados “... 50.000 empregos temporários e 15.000 permanentes (...) nas áreas de grandes eventos, gestão de esporte, turismo e operações das instalações, além de um número considerável de empregos na construção civil (...)” (Idem). Por fim, ainda no tocante a suposta “Inserção Social”, é destacado que os bens para os Jogos serão adquiridos, “na medida do possível, [pelo] Comitê Organizador Rio 2016 (...) serviços e equipamentos para os Jogos nas comunidades locais e apoiará o licenciamento de produtos ambientalmente e socialmente responsáveis” (Idem). O resumo da chamada inserção social está radicado na defesa de que “os Jogos Rio 2016 se integrarão à sociedade através de programas de criação de empregos, de educação com ações de alcance de alcance social, como os programas de voluntários, de formação e reciclagem profissional” (COMITÊ ORGANIZADOR... 2009b, p. 36).

Esse conjunto de campos que fazem parte do item “inserção Social” representam a concretização dos pressupostos de uma intervenção burguesa ética, ambiental e socialmente responsável. A história mostrou ser isso mais inviável que a quadratura do círculo, com vigorosas investigações, denúncias e condenações com faturas de provas em torno de ações dos Jogos Olímpicos 2016. Não por acaso, é descrito que a candidatura brasileira e carioca prevê “um diálogo com as diversas comunidades brasileiras com grandes concentrações de jovens, através de projetos de ação social, incluindo programas de embaixadores, tanto educativos quanto esportivos” (COMITÊ ORGANIZADOR... 2009b, p. 26).

A perspectiva de educação política do projeto burguês demanda apresentar as mesmas questões repetidamente de forma diversa. Assim, são recorrentes nos documentos da Candidatura do Rio de Janeiro as menções acerca do chamado legado que os Jogos Rio 2016 deixariam para a cidade. Em geral, há uma divisão de que esse legado seria em três frentes: a) legado esportivo; b) legado social e c) legado urbano e ambiental.

Como dito, a segunda frente foi o chamado Legado Social. A perspectiva do Governo Federal é reunir o que chama de “projetos de inclusão e promoção das populações de menor renda, especialmente pela via do esporte educativo” (BRASIL. PRESIDÊNCIA..., 2009, p. 8). Mais espe-

cificamente, esse princípio terá, como alvo central os jovens, com foco “na sua qualificação profissional e formação cidadã através dos valores universais do olimpismo” (Idem).

Em função da tarefa política de difundir o conceito de “Legado Social” como substrato da intervenção estatal na realização dos grandes eventos esportivos, o Governo Federal produziu um caderno justamente com esse título, em que relacionou uma série de ações com a realização dos Jogos de 2016. Isso é definido como a clareza de que o (dito) “legado social dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro vai transcender a difusão de valores olímpicos como excelência, amizade, solidariedade, respeito e fair play” (BRASIL. PRESIDÊNCIA..., 2009, p. 7). A perspectiva é que as políticas públicas implementadas- e as que seriam em função dos Jogos- pelos três níveis de governo promoveriam “o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à qualificação profissional [que] significará, para milhares de jovens em situação de vulnerabilidade, o exercício do seu direito de cidadania e uma porta aberta para o futuro” (Idem). Esses são reconhecidos pelo documento da Presidência/Comitê de Gestão... como a parcela da população mais atingida pelo desemprego, “... em parte por causa da evasão escolar e pela ausência de formação profissional” (Idem). Por conta disso, é apontada como prioridade dos três níveis de governo a promoção de políticas com foco na juventude. Tais ações, em função dos Jogos de 2016, teriam “os projetos (...) potencializados para ampliar sua abrangência, aumentar seu público e diversificar suas atividades, sempre em parceria com a chamada sociedade civil e buscando apoio da iniciativa privada” (Idem). Menos do que o referido foco na juventude, mais central é a confirmação da incorporação desde primeira hora no projeto dos Jogos 2016 tanto do chamado terceiro setor como das ações de responsabilidade social empresarial. Essa conflagração dos pressupostos que orientam o projeto político do capitalismo neoliberal não somente se fez presente, como estrutura o marco das ações relacionadas aos Jogos de 2016.

### **Programas Vilas Olímpicas na cidade do Rio de Janeiro**

As políticas sociais de esporte e lazer também sofreram fortes incidências das consequências do projeto neoliberal e suas mudanças no funcionamento do Estado. Começam a ganhar força os chamados “projetos sociais” ou programas de Iniciação Esportiva para crianças e jovens, principalmente em bairros pobres. A discussão acerca dos chamados projetos sociais pode vir inebriada por uma nuvem supostamente solidária e garantidora e\ou promotora de cidadania. Sem desconsiderar eventuais contribuições em cada caso concreto, mas também sem generalizar como isso fosse uma to-



talidade do campo, posições louvadoras como redentores de uma cidadania perdida tendem a cegar sobre os condicionantes que envolvem os próprios projetos sociais.

O termo “Vila Olímpica” foi consagrado a partir da experiência da Escola de Samba Mangueira<sup>1</sup>. Vila Olímpica tornou-se sinônimo de projeto de esportes e lazer em bairros pobres e favelas. No imaginário coletivo presta-se a duas funções: a primeira, preparar as novas gerações de atletas do futuro, sendo uma espécie de “celeiro” de novos talentos; e a segunda, representaria uma forma de “afastar” os jovens da criminalidade e das drogas, através da prática esportiva (MELO, 2005). A noção de direito social a ser atendido pelo Estado parece não ser suficiente para justificar os investimentos governamentais.

No final dos anos 1990, a Prefeitura do Rio de Janeiro (PMRJ), na gestão de Luiz Paulo Conde 1997-2000 (PFL-DEM, depois PTB) classificou como “Vilas Olímpicas” os Centros Esportivos Culturais construídos em bairros pobres e/ou favelas na capital fluminense. Para a instalação desses equipamentos foram priorizadas as regiões que não tinham equipamentos de esporte e lazer. Em geral, a estrutura das Vilas Olímpicas consiste em:

piscina semi-olímpica, quadra poliesportiva coberta, pista de atletismo, campo de futebol de grama natural ou sintética, salas de atividades como balet, artes marciais, ginástica, atividades para idosos, além de parque infantil e churrasqueira. Algumas vilas possuem também quadras de tênis, de vôlei de praia e pista de skate. Há também espaços de apoio: administração, secretaria, vestiários, sanitários, salas de coordenação e de professores, auditório, departamento médico e depósitos<sup>2</sup>.

Os atendimentos são feitos a um público bem diversificado, englobando desde pessoas das comunidades locais e estudantes do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino a pessoas idosas e com deficiência.

Como já apontado, desde sua criação em 2000, o programa Vilas Olímpicas foi exemplo da privatização da ação estatal na execução de políticas sociais, sendo sua gestão realizada por entidades supostamente sem fins de lucro. Isso mostra que, a despeito de divergências, o bloco no poder

---

<sup>1</sup> A partir de 2011, a Vila Olímpica da Mangueira passou a fazer parte do programa da Prefeitura do Rio de Janeiro. Sua gestão ficou a cargo da OS Solazer- clube dos excepcionais vencedor do certame.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/vilas-olimpicas/>.

representado pelos prefeitos Cesar Maia (DEM, 2001-2008), Eduardo Paes (MDB, 2009-2016) e Marcelo Crivella (PRB, 2017-20) são parceiros da Reforma do Estado Neoliberal.

Inicialmente, a gestão desses equipamentos foi por meio de convênios com Federações Esportivas<sup>3</sup> para gerir cada Vila Olímpica. A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer repassava verbas a esses organismos que contratavam cooperativas para executarem as ações. A execução desse programa cabia a esses organismos, tendo o grupo da PMRJ/SMEL o controle político mediante a existência da figura da Coordenação Técnica, com cargos de confiança, responsáveis pela Coordenação pedagógica do programa, sendo esse o seu elo com o dia a dia dos projetos (MELO, 2005). A partir de meados da década de 2000, com fortes questionamentos de Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, a PMRJ, ainda no governo Cesar Maia, passou a executar o programa Vilas Olímpicas não mais por meio de convênios com Federações Esportivas, mas sim por meio de Organizações não governamentais- tecnicamente às Federações Esportivas também são ONGs- com aproximações com Universidades privadas- uma imensa parte delas também assentadas juridicamente como supostamente sem fins de lucro. Como mostra o estudo de MELO (2017), esse modelo de gestão configura-se na falácia do modelo neoliberal de gestão estatal como sinônimo de eficiência e eficácia.

Com a chegada do bloco no poder encabeçado por MDB (Eduardo Paes) em 2009 teve-se um incremento da relação Estado e Sociedade civil na gestão das políticas sociais em geral. A Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro transformou em lei um projeto enviado pelo Executivo municipal que “... dispõe sobre a qualificação de entidades [privadas sem fins de lucro] como Organizações Sociais e dá outras providências” (PMRJ-Câmara Municipal... 2009a, p. 1). Apenas 14 dias depois da aprovação, é publicado o decreto 30780-2009 (PMRJ- 2009b), que regulamenta a lei 5026 e explica em detalhes os conceitos e procedimentos de qualificação de OSs, elaboração do contrato de gestão, dos certames de escolhas de OSs, dos programas de trabalho e outros elementos da execução propriamente dita. Com isso, tornou-se possível o estabelecimento de relações de longo prazo entre o executivo municipal e organismos privados. No tocante especificamente ao contrato de gestão- nome dado ao tipo de convênio a ser estabelecido

---

<sup>3</sup> A Vila Olímpica da Maré (VOM) foi a primeira a ser administrada por uma ONG (União Esportiva Vila Olímpica da Maré-UEVOM- formada por moradores da Maré, membros de outras ONGs como VIVA Rio). Entretanto, a VOM conviveu por algum tempo com a truncada relação entre PMRJ x UEVOM e PMRJ x federações, quanto a seu funcionamento. Tal processo está analisado e descrito em detalhes em MELO (2005).

entre a municipalidade e a entidade qualificada como OS- o parágrafo 1 (§ 1) do artigo 8º do Decreto 30780 (PMRJ, 2009) afirma a necessidade de publicação no Diário Oficial do município (do Rio de Janeiro) à prestação de contas referentes ao exercício financeiro (anual), bem como o balanço e demais prestações de contas da OS.

Posterior à qualificação das entidades supostamente sem fins de lucro como Organização Social, essas estariam aptas a participarem dos chamados certames- nome dado à rodada de seleção das entidades para gerirem determinado equipamento público da PMRJ, não somente no campo do esporte e lazer, embora esse texto esteja restrito ao mesmo. Na atualidade (fevereiro de 2019) a PMRJ aponta em sua página na internet<sup>4</sup> a existência de 19 Vilas Olímpicas na cidade do Rio de Janeiro, com suas datas de inauguração ao lado: 1) Centro Esportivo Miécimo da Silva, 1982, no bairro de Campo Grande; 2) Vila Olímpica da Mangueira, 1987, (Mangueira); 3) Vila Olímpica da Maré (2000), no bairro de mesmo nome; 4) Vila Olímpica Carlos Castilho, 2002, no bairro de Ramos (Complexo do Alemão); 5) Vila Olímpica Mestre André, 2002, no bairro de Padre Miguel; 6) Vila Olímpica Clara Nunes, 2002, no bairro de Fazenda Botafogo; 7) Vila Olímpica Jornalista Ary de Carvalho, 2003, no bairro de Vila Kennedy; 8) CIAD Mestre Candeia, 2003 (Centro); 9) Vila Olímpica Oscar Schmidt, 2004, no bairro de Santa Cruz; 10) Vila Olímpica da Gamboa, 2004, no bairro de mesmo nome; 11) Vila Olímpica Professor Manoel José Gomes Tubino, 2010, no bairro de Mato Alto (Jacarepaguá); 12) Vila Olímpica Félix Mielli Venerando, 2011, (Honório Gurgel); 13) Vila Olímpica Arthur da Távola, 2012, (Vila Isabel); 14) Vila Olímpica Mané Garrincha, 2012, (Caju); 15) Vila Olímpica do Encantado, 2013. (Encantado); 16) Vila Olímpica Dr. Sócrates Brasileiro, 2014, (Pedra de Guaratiba); 17) Vila Olímpica do Vidigal (Vidigal); 18: Vila Olímpica Nilton Santos, na Ilha do Governador, inaugurada em 2015; 19) Grêmio Recreativo e Esportivo dos Industriários da Penha (GREIP), Penha, abarcada ao programa Vila Olímpica em 2009.<sup>5</sup>

Em janeiro de 2016, temos as seguintes entidades qualificadas no campo dos esportes:

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smel/vilas-olimpicas>.

<sup>5</sup> Desde sua criação a PMRJ considera os Parques das Vizinhanças Piscinão de Ramos e das Vizinhanças Dias Gomes/DEODORO, ambos nos bairros de mesmo nome, como parte do Programa Vilas Olímpicas. Essa informação deve ser considerada pelo leitor.

<b>ENTIDADE</b>	<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b>
MOVIMENTO CULTURAL SOCIAL – MCS	03.852.999/0001-95
CENTRO COMUNITÁRIO LÍDIA DOS SANTOS - CEACA-VILA	29.014.008/0001-99
CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL ALZIRA DE ALELUIA	06.065.394/0001-42
INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS E AVANÇADOS – IBEEA	04.641.617/0001-47
ASSOCIAÇÃO CRESCER COM META	05.515.363/0001-83
SOLAZER CLUBE DOS EXCEPCIONAIS	28.008.530/0001-03
ASSOCIAÇÃO TREINO LIVRE DE APOIO SOCIOCULTURAL – ATLAS	067.369.421/0001-65.
UNIÃO ESPORTIVA VILA OLÍMPICA DA MARÉ – UEVOM	03.139.962/0001-14
INSTITUTO RIO ESPORTE E LAZER	07.053.540/0001-82
INSTITUTO FAIR PLAY	10.489.688/0001-79
ASSOCIAÇÃO ECOS - ESPAÇO, CIDADANIA E OPORTUNIDADES SOCIAIS	02.539.959/0001-25
INSTITUTO MUDA MUNDO	07.148.342/0001-00
CENTRO BRASILEIRO DE AÇÕES SOCIAIS PARA CIDADANIA – CEBRAC	03.533.879/0001-25

Optamos por dar o marco temporal de 2016 por 2 razões: por ter sido ano de realização dos jogos e por não terem sido encontradas novas qualificações (ANDRADE, 2018) de organizações posteriores a essa data.

O atendimento precarizado é anterior à realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Já em janeiro daquele ano, algumas unidades cortaram lanches dos alunos, e iniciaram o atraso de salários dos seus trabalhadores (G1, 2016). Como mostra a reportagem de Rodrigo Bertolotto (2016), publicada exatamente no dia da abertura dos Jogos em 05 de agosto de 2016, a Vila Olímpica do Alemão esteve fechada desde julho de 2016, com fim do contrato de gestão de 5 anos entre a PMRJ e a Organização Social Movimento Cultural Social.

Tal quadro foi aprofundado após os Jogos em 2016 e, à medida que encerrou o ano, atingiu proporções mais aguçadas. Já em outubro de 2016, após o resultado do primeiro turno das eleições municipais, em que a candidatura de Pedro Paulo (MDB) ficou de fora do segundo turno disputado entre Marcelo Crivella (PRB) e Marcelo Freixo (PSOL), iniciaram

o encerramento de atividades de uma série de Vilas Olímpicas. A gestão Eduardo Paes (MDB) encerrou unilateralmente alguns contratos de gestão com Organizações Sociais, além de não aprovar- diferente de outros anos- nenhum aditivo, nem a realização de novos certames de seleção de Organização Social para garantir permanência das atividades. Claro que a própria administração municipal tem condições legais e administrativas para assumir a gestão desses equipamentos.

Ao mesmo tempo, a reportagem de Bertolotto (2016) traz um dado que indica como privatização das políticas sociais tem uma face perversa. Ao mencionar o contraste entre as Vilas Olímpicas precarizadas e outras que funcionaram em boas condições, o jornalista menciona um convênio de algumas Organizações Sociais com uma empresa de material esportivo- sem mencionar a duração desses contratos- fazendo com a precariedade não se apresente. Como mostra estudo de Melo (2018) sobre a lei da Organizações Sociais da cidade do Rio de Janeiro, o texto aprovado pelo legislativo carioca menciona expressamente a possibilidade de outras fontes de financiamento. Não obstante, temos a diminuição do fundo público como garantidor de direitos sociais- embora não haja garantia alguma que esses recursos advindos das empresas não sejam originários de renúncia e isenção fiscal, portanto estamos falando de fundo público e não parte do lucro das companhias destinados aos programas. Trata-se, no dito popular, do bom e velho pescar com a vara alheia, no caso, empresas privadas apresentando-se como apoiadoras do esporte, mas com recursos que deveriam ser destinados aos cofres públicos.

Ano de 2017 iniciou com 13 das 22 vilas Olímpicas fechadas sem atendimento ao público devido encerramento do contrato de gestão com organizações sociais. As unidades fechadas eram as Vilas Olímpicas localizadas nos bairros: Padre Miguel, Complexo do Alemão, Centro, Caju, Gamboa, Deodoro, Vila Kennedy, Campo Grande, Mangueira, Santo Cristo, Fazenda Botafogo, Vidigal e Vila Isabel (G1, 2017). Alguns desses equipamentos também funcionavam como espaço de treinamento de uma série de modalidades para atletas. O prejuízo social e esportivo é incalculável.

Se em janeiro de 2017 o número de unidades fechadas era 13, noutra reportagem de abril de 2017, há uma indicação de reabertura para maio do mesmo ano de 15 unidades fechadas. Mais ainda, houve o reconhecimento da gestão Crivella- então há apenas 5 meses à frente da PMRJ- que apenas 2 Vilas Olímpicas funcionavam plenamente (RODRIGUES, 2017). Não foi possível atestar a efetiva abertura de todas as unidades. Contrariamente, temos fortes indícios de uma lenta retomada. Em reportagem em sua página pessoal de autopromoção, o então vereador Carlos Caiado (DEM)

menciona encontro que teve com então subsecretária de Esporte e Lazer Patrícia Amorin em outubro de 2017 com entrega abaixo assinados de moradores pela reabertura (CAIADO, 2017). Menos que a autopromoção do vereador carioca, importa a informação que promoção de contratação para reabertura das unidades ainda estava em curso. Ou seja, seguiam fechadas em outubro de 2017.

## Conclusão

A comparação da realidade do atendimento nas Vilas Olímpicas na cidade do Rio de Janeiro com os documentos de 2009, presentes início desse texto, acerca do legado Olímpico dos Jogos 2016 soa no mínimo como escandalosa. Claro que as razões são várias, mesmo assim em nada isentam de responsabilidade aqueles que pregavam que a realização dos Jogos de 2016 seria a concretização de melhorias em muitos campos da vida social. A imensa fatura de dados oficiais e/ou jornalísticos coligidos por Melo (2017), Andrade (2018) mostram serem expressões do que esses estudos chamaram de “fracasso da Reforma do Estado neoliberal”.

O fetiche do legado, no sentido da atração físico- sexual pela ideia de que os grandes eventos trariam automaticamente benefícios à população segue operando em nosso cotidiano. Certamente encontraremos produções que justificarão que esses legados não se concretizaram por problemas de gestão, bem ao sabor das cínicas pregações neoliberais que justificam problemas na execução de suas políticas sociais apenas ao manejo das mesmas e jamais a forte contenção de recursos- como mostra o encerramento dos muito problemáticos contratos de gestão com Organizações Sociais no caso em tela. Por outro lado, o legado do fetiche salta aos olhos quando ocorrem privatizações em larga escala de equipamentos construídos com recursos do público, estando esses inacessíveis a atletas e população em geral, bem como o desdobramento de que esses processos têm nas políticas de esporte e na vida social. Parabéns aos envolvidos.

## Referências

ANDRADE, G. M. de. *Privatização indireta das políticas de esporte no município do Rio de Janeiro: o caso do Movimento Cultural Social*. 165 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BENEDICTO, D. B. de M. Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implantação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007. *Revista Esporte e Sociedade*, ano 4, n. 10, Nov. 2008.

BERTOLOTTO, R. *Vilas olímpicas do Rio sofrem com tiros, atrasos e lixo...* - Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/olimpiadas/2016/08/05/vilas-olimpicas-do-rio-sofrem-com-tiros-atrasos-e-lixo.htm>. Acesso em: 05 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Comitê de Gestão das Ações Governamentais Federais para a Candidatura Rio 2016. *Rio 2016: Legado Social*. Brasília: Presidência da República do Brasil: 2009.

BURLÁ, L. – *Na casa do Rio 2016, vilas olímpicas sofrem com descaso, lixo e atrasos salariais* – Jornal Extra, 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/esporte/rio2016/nacasadario2016vilasolimpicassofremcomdescasolixoatrasossalarias19806969.html>. Acesso em:

CAIADO, C. *Pelo Retorno das Vilas Olímpicas*. Disponível em: <http://carlocaiado.com.br/2016/pelo-retorno-das-vilas-olimpicas/>. Acesso em: 03 mar. 2019.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS RIO 2016. *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*. v. 1, Rio de Janeiro: COB- Comitê Organizador dos Jogos de 2016: 2009a.

\_\_\_\_\_. *Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016*. V. 2, Rio de Janeiro: COB- Comitê Organizador dos Jogos de 2016: 2009b.

DICIONÁRIO AURÉLIO. *FETICHE*. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/fetice>. Acesso em: 02 jan. 2019. GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 1, Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

G1. *Mais da metade das vilas olímpicas do RJ estão fechadas*: Prefeitura diz que está firmando contratos emergenciais para a manutenção dos locais. Pelo menos 13 das 22 unidades estão fechadas e abandonadas. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/mais-da-metade-das-vilas-olimpicas-do-rj-estao-fechadas.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2019.

MELO, M. P. *Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*, Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MELO, M. P; ANDRADE, G. M.; e CUNHA, M. B. - As Vilas Olímpicas na cidade do Rio de Janeiro e as chamadas organizações sociais: o neoliberalismo em campo - *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, p. 259-279 (2016).

MELO, M. P. de M. A lei das Organizações Sociais na cidade do Rio de Janeiro e a efetivação do projeto neoliberal: Uma análise crítica da Lei 50269 e do Decreto 30780. *Emancipação (online)*, Ponta Grossa, v. 18, p. 125-136, 2018.

\_\_\_\_\_. O programa Vilas Olímpicas na cidade do Rio de Janeiro no período 2000-2009: a gestão por organismos do chamado terceiro setor antes da lei das OSs (Lei 5026/2009). *Movimento*, v. 23, p. 1367-1380, 2017.

NEVES, L. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. São Paulo: Xamã; 2005.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. *Lei N.º 5.026 de 19 de maio 2009*. Dispõe sobre a qualificação de entidades como Organizações Sociais e dá outras providências. Rio de Janeiro: CMRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 30780, de 2 de junho de 2009*. Regulamenta a Lei Municipal nº 5026, de 19 de maio de 2009, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais (...). Rio de Janeiro: PMRJ, 2009.

RODRIGUES, R. Prefeitura anuncia para maio reabertura de 15 vilas olímpicas. 2017. *JORNAL O GLOBO*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-anuncia-para-maio-reabertura-de-15-vilas-olimpicas-21216429>. Acesso em: 05 mar. 2019.





# GTT de Políticas públicas do CBCE e as intersecções com o CBCE-DF e o Avante-UnB: memórias, histórias, lutas e produção do conhecimento

*Roberto Lião Junior*

*Edson Marcelo Húngaro*

*Fernando Henrique Silva Carneiro*

*Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo*

## Introdução

Em 2019 comemora-se quatro décadas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Ao longo desses 40 anos, o CBCE foi se consolidando como a principal entidade científica da área da Educação Física, embora não seja exclusiva dela. Nasceu com a finalidade de agregar pesquisadores de “Ciências do Esporte” e foi ampliando sua função social na mesma medida que o campo acadêmico-científico foi se desenvolvendo e se imbricando com a realidade sociopolítica do país.

Para atingir suas finalidades, o CBCE se organiza em torno de duas principais formas: em Secretarias Estaduais e Distrital, que procura atuar acadêmica, científica e politicamente nos respectivos territórios e nos Grupos de Trabalho Temático (GTT), que como o próprio nome enuncia, busca congregar e estimular a produção do conhecimento no âmbito das Ciências do Esporte.

A convocação para a escrita deste artigo, inicialmente ao professor Roberto Lião Junior, e posteriormente ampliado aos demais autores, se deveu à participação engajada na construção do GTT de Políticas Públicas ao longo da história do CBCE. O convite estendido aos coautores buscou os seguintes critérios: (1) unidade teórico-metodológico referenciada na tradição marxista, todos membros do Grupo de Pesquisa e Formação

Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer, denominado AVANTE, da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília (FEF/UnB); (2) Com história de participação e militância dentro do GTT de Políticas Públicas do CBCE e em Brasília – Distrito Federal, por meio da Secretaria Distrital do CBCE (CBCE-DF); (3) Com doutorado, visto o compromisso acadêmico-científico da entidade;

Delimitamos como objetivo deste artigo, em caráter de ensaio, problematizar a produção do conhecimento sobre políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer por pesquisadores do Distrito Federal - produção essa que se articula com o GTT de Políticas Públicas -, ao mesmo tempo em que buscamos resgatar as memórias, as histórias e as lutas travadas em território candango<sup>1</sup>, com o protagonismo do Avante-UnB, do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UnB (PPGEF-UnB) e do CBCE-DF -, sem deixar de lado outros sujeitos e coletivos importantes nessa construção – para o avanço progressista na linha das políticas públicas de esporte e lazer na capital do Brasil, em todo o país e para além dele.

## Resgate da memória, das histórias e lutas

A história da Educação Física no Distrito Federal remonta à própria fundação da capital. Anísio Teixeira, então presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) elaborou o “Plano de Construções Escolares de Brasília”, articulado ao plano urbanístico de Brasília, com destaque às Escolas-Parques, onde se têm os primeiros registros da atuação do professor de educação física em Brasília, que junto à educação artística, garantia o acesso às aulas de artes plásticas, visuais, cênicas e música, oficinas de artes industriais (tecelagem, cerâmica, artesanato em couro, etc.) e a educação física e diversas manifestações da cultura corporal (dança, lutas e esportes coletivos, atletismo e natação).

A tradição de luta política, à esquerda, dos professores de Educação Física no Distrito Federal, se deram, ao longo dessa breve história, no âmbito sindical (com destaque no Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO-DF), nas lutas gerais organizadas desde 1979 e nas Associações de Professores de Educação Física, APEF/DF, nos anos 80 e 90 do século passado, na gestão pública em âmbito federal e distrital, e dentro das universidades, no movimento estudantil e especialmente por meio da participação no CBCE.

---

<sup>1</sup> Candango é um termo pejorativo dado aos pioneiros imigrantes que vieram construir Brasília. Posteriormente a palavra foi ressignificada, na construção identitária, abrangendo os pioneiros e os nascidos na nova capital.

## Inserção do Distrito Federal no CBCE

Em março de 1982, em publicação intitulada “Boletim Brasileiro de Ciências do Esporte”, o CBCE comunicou o nome dos novos associados, admitidos em setembro de 1981, entre eles o de 12 professores(as) oriundos de Brasília<sup>2</sup>, com destaque a Mário Ribeiro Cantarino Filho<sup>3</sup> e Eliana de Mello Caram. Nesta altura, o CBCE já contava com 1.033 associados e 200 em fase de admissão (CBCE, 1982).

Outro registro demonstra a participação do DF no CBCE em 09 de 12 de dezembro de 1988, data em que foi realizado o 1º Congresso Regional de Ciências do Esporte - Centro-Oeste, com o tema: “Novos Horizontes em Ciências do Esporte. Precursor do Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte (CONCOCE)<sup>4</sup>, envolveu a maioria dos professores e estudantes do Departamento de Educação Física da UnB, sob a coordenação de Keila Elizabeth Fontana (UnB), Iran Junqueira de Castro (UnB), Vera Lúcia Costa (UnB) e Eliana Caram (CAPES/MEC).

Em 1989, Eliana Caram e Eron Beresford, aparecem como Secretária e Secretário Adjunto da CBCE-DF. Os dois, em conjunto com a professora Celi Taffarel, então Presidente do CBCE, formaram a Comissão Organizadora do 6º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) realizado no Centro de Convenções de Brasília (CBCE, 1989a, 1989b e 1989c)

Além da participação regular, porém modesta, de professores nos Conbraces, não há registros de uma participação mais orgânica do DF nas instâncias do CBCE na década de 1990. Mas, o CBCE estabelece uma zona de influência em parte dos seus associados, bem como em futuros associados que vão ser decisivos no fortalecimento da entidade nas décadas seguintes.

Nestas últimas quatro décadas, é crescente a participação dos estudantes no Movimento Estudantil de Educação Física, assim como nas lutas sindicais coordenadas pelo SINPRO-DF; Destacamos ainda o protagonismo de militantes do DF nas gestões dos governadores Cristovam Buarque

---

<sup>2</sup> Os recém associados ao CBCE, de Brasília, foram Beatriz Abreu Emediato, Zenor Costa Dias, Maria Terezinha Tofoli, Mauro Francisco Matos Marques, Cleuma Moreira Farinha, Antonio Carlos da Silva Carvalho, Maria Rute Jacome Cavalcante, Luiz dos Santos, Mário R. Cantarino Filho, Vilmar Baldissera, Eliana M. Caram (CBCE, 1982).

<sup>3</sup> Mario Ribeiro Cantarino Filho (1931-2012), fez Educação Física pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Foi professor da UFES (1962-1974) e da UnB (1974-1991), onde voltou algumas vezes como professor convidado. Foi atleta, treinador e dirigente da Federação Brasileira de Atletismo. Recebeu homenagem por sua carreira docente no CONBRACE de Goiânia de 1997 (CANTARINO FILHO, 2011).

<sup>4</sup> Brasília sediou ainda os CONCOCEs de 2010 e 2018.

(1995-1998) e Agnelo Queiroz (2011-2014), bem como no Governo Lula, em especial na sua primeira Gestão (2003-2006), todos eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 1998, foi realizado o Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, promovido pelo Centro Acadêmico de Educação Física da UnB (CAEDF), e pela Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (EXNEEF). Esse evento foi realizado nas dependências do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER), à época dirigido por Roberto Lião Junior, em uma ação articulada com o Centro de Educação Física e Desporto Escolar (CEFDE), que tinha Juarez de Oliveira Sampaio como Diretor. O DEFER e a CEFDE eram os órgãos públicos responsáveis por implementar as políticas de esporte e lazer e as políticas públicas de Educação Física e Desporto Escolar, respectivamente.

As próximas gerações de estudantes alçaram o fortalecimento do CAEDF, participando em sua extensão tanto no movimento estudantil geral (Diretório Central dos Estudantes da UnB e União Nacional dos Estudantes), quanto no movimento estudantil específico (EXNEEF e FENEX<sup>5</sup>), destacando-se na luta contra o neoliberalismo, contra a regulamentação profissional da Educação Física, contra as opressões e pela discussão curricular da área, principalmente no período de 1999 a 2009, com avanços e retrocessos, inerentes a todos os movimentos sociais, desde então.

Neste período destaca-se a realização em Brasília dos Encontros Regionais de Estudantes de Educação Física (EREEF's) da Regional V em 2002, 2006 e 2009 e do Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física (ENEEF) em 2004, onde ocorreu a ocupação do Conselho Nacional de Educação (CNE) por 700 estudantes de Educação Física de todo o Brasil, para discussão acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Física.

O Movimento Estudantil de Educação Física da UnB foi importante na reaproximação da instituição com o CBCE. Principalmente no contato com essa geração de estudantes engajados com a Professora Dulce Almeida, recém empossada na FEF-UnB e com o Professor Juarez Sampaio, professor da SEDF cedido à FEF-UnB. Ambos desenvolveram um projeto de extensão sobre Educação Física Escolar e Educação Ambiental, por meio do Núcleo de Estudos Corpo e Natureza (NECON/FEF-UnB).

---

<sup>5</sup> Fórum Nacional de Executivas e Federações de Curso.

Em 2005, Dulce coordenou a Secretaria Provisória do CBCE-DF, em conjunto com o Professor Daniel Cantanhede Behmoiras e Efrain Maciel, ambos recém-formados e advindos do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF). Entre as diversas ações realizadas destacam-se a realização do I Encontro Brasiliense de Ciências do Esporte com o tema “A produção do conhecimento em Educação Física e o papel do CBCE”, em 2006, e a organização dos estudantes e professores para a participação no CONCOCE de 2006 em Goiânia e nos Conbraces de 2005 e 2007.

Outro fator determinante para a inserção da Professora Dulce foi a coordenação no Distrito Federal, da Rede de pesquisa CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte e Lazer). Paralelamente, desde 2004, o Professor Juarez Sampaio coordenava o Coletivo de Formação de Brasília<sup>6</sup> que atuava na formação de gestores e agentes sociais de esporte e lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)<sup>7</sup>.

Cabe ressaltar, que em 2003, na primeira gestão do Governo Lula, Lino Castellani Filho foi designado à Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte e Lazer, onde Zezão e Roberto Lião, ocuparam a chefia de gabinete e a assessoria especial. Juntos a outros militantes de Brasília e do Brasil, foram responsáveis pela implementação do PELC e da Rede CEDES, entre diversas outras políticas.

Neste período, destacam-se a participação efetiva, política e científica do CBCE-DF, na I Conferência Nacional de Esporte em 2004, a organização da Reunião Regional Centro-Oeste do Programa Esporte e Lazer da Cidade, setembro de 2008, e do I Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer (SPPEL), novembro de 2008.

Neste mesmo período a Professora Dulce Almeida foi Diretora Financeira da Direção Nacional do CBCE (DN-CBCE) na gestão de 2007-2009 e eleita vice-presidente da DN-CBCE na gestão de 2009-2011, presidida pelo Professor Fernando Mascarenhas, que veio para a FEF-UnB em 2009, redistribuído da Universidade Federal de Goiás (UFG). Fernando Mascarenhas, em conjunto com Marcelo Húngaro (Ingressando na FEF/UnB em 2010 e vice-presidente da DN-CBCE na gestão 2011-2013), com Roberto Lião Junior e parte do Coletivo de Formação e estudantes e egressos do PPGEF-UnB criaram o AVANTE-UnB.

---

<sup>6</sup> O Coletivo de Formação de Brasília contou com a participação, dentre outros, dos professores Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo (Pedro Tatu), Júlio César Cabral Costa, Daniel Cantanhede, Leandro Casarin, Heberth Mustafa, Dori Alves Junior, Arthur Almeida e José Montanha.

<sup>7</sup> Vale aqui destacar a ação pioneira de formação do PELC no Distrito Federal, já citada em Lião Jr e Sampaio (2007) e Lião Jr (2010), para 300 gestores e agentes sociais de esporte e lazer do PELC, em 2004.

A criação do PPGEF-UnB em 2006, foi outro fator determinante para a ampliação e consolidação da participação de estudantes e professores do Distrito Federal no CBCE, especialmente no CBCE-DF. Com 3 egressos das duas primeiras entradas do PPGEF-UnB, a entidade local saiu da condição de Secretaria provisória (2008-2009), com Alexandre Resende, Pedro Athayde e Pedro Tatu para a efetivação da Secretaria Distrital. A Gestão de 2009 a 2011 (prorrogada até 2012) foi coordenada pelo Secretário Distrital Professor Pedro Athayde, Secretário Adjunto Pedro Tatu e Tesoureiro Arthur Almeida.

Neste período, o CBCE-DF cumpriu um papel ativo nas lutas políticas e pedagógicas ligadas à Educação Física, com ações permanentes com o SINPRO-DF, com o Sindicato dos Professores em Estabelecimento Particulares de Ensino do Distrito Federal (SINPROEP), Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF), CAEDF, EXNEEF e FEF-UnB. Foi umas das entidades organizadoras do Festival Popular de Esporte e Lazer dos Trabalhadores (2009). Participou da Comissão Organizadora da II Conferência Distrital de Esporte, com a realização de Conferências livres de Esporte e Lazer, entre elas a Conferência Livre de Esporte e Lazer do SINPRO-DF, com mais de 300 participantes que culminou com a participação de um conjunto de delegados na 3ª Conferência Nacional do Esporte.

Organizou o 1º Seminário de Educação Física Escolar do SINPRO-DF (2009), em conjunto com o sindicato, que ocorreu motivado a circular 140/2009 que tratava de colocar a Educação Física no contraturno. O evento foi um marco e cerca de 200 professores, além de discutiram as questões pertinentes da área, resolveram por rechaçar a proposta da Circular, bem como, participou do 9º Congresso de Trabalhadoras(es) em Educação Olga Benário, que tem como tema “PNE Educação para a sustentabilidade”, 13 a 16 de setembro de 2012.

Cabe ressaltar, que em 2011, esse mesmo grupo político, assumiu novamente a Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar (CEFDESC) da SEEDF, antiga CEFDE, com Zezão como coordenador, Pedro Tatu gerente de educação física e Héltton Carvalhedo como gerente de desporto escolar. Entre muitas ações, destaca-se o resgate o Programa Educação com Movimento que trata da inserção dos professores de Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na SEEDF, que tinha sido criado pela então CEFDE em 1997, mas que foi extinta em 1999, com a ascensão do Governo Roriz no GDF.

O CBCE-DF também contribuiu para a organização do II SPPEL, em 2010, o 1º Fórum de Ciência Candanga de Educação Física, Esporte e Lazer e organizou o V CONCOCE e I Congresso Distrital de Ciências do

Esporte (CONDICE), em 2010, com o tema: “Megaeventos Esportivos: Impactos para a Educação Física, Esporte e Lazer” de 22 a 25 de setembro de 2010.

Já na Gestão de 2012-2014 teve como composição Jonatas Maia, Pedro Tatu e Daniel Cantanhede, como secretário, secretário Adjunto e Tesoureiro, respectivamente, que teve como principal ação a organização e a realização do XVIII CONBRACE e V Congresso Internacional de Ciências do Esporte (CONICE) que teve como tema “Identidade da Educação Física e Ciências do Esporte em tempos de megaeventos” e foi realizado 02 a 07 de agosto de 2013.

De 2014 a 2016, com prorrogação para meados de 2017, assumiu como Secretário Daniel Cantanhede, Secretário Adjunto Wagner Matias e Tesoureiro Jonatas Maia, na ocasião, além da organização para participação do VI CONCOCE, em 2014 na cidade de Jataí-GO e do XX CONBRACE e VII CONICE, em 2017 na cidade de Goiânia-GO, participação e em audiências públicas e organização de palestras na UnB e nas faculdades particulares de Brasília, participou do “10º Congresso de Trabalhadores na Educação Paulo Freire: Educação, Democracia e Direitos” de 27 a 30 de agosto de 2015 promovido pelo SINPRO-DF.

Em conjunto ao o sindicato acima citado, organizou a segunda edição do Seminário de Educação física Escolar do SINPRO-DF que tratou, entre outros assuntos, da ingerência do Sistema CREF/CONFEP (Conselho Regional de Educação Física e Conselho Nacional de Educação Física) que por meio de uma liminar incluiu no edital público para seleção de professores de Educação Física na carreira do magistério a obrigatoriedade do credenciamento ao CREF para o exercício da docência na rede pública de ensino. Um documento síntese do seminário e uma nota de repúdio divulgada no CONBRACE de 2017 foram produtos resultados desse processo.

Nova gestão assume para o período de 2017-2019, tendo à frente Vitor Húngaro (Secretário), Roberto Lião Junior (Secretário Adjunto) e Carolina Moniz (Tesoureira), com participação destacada no debate sobre a Educação Física no 11º Congresso dos(as) trabalhadores(as) em Educação Chico Mendes com o lema “Você tem sede de quê? Água, soberania, direitos, democracia” em 16 a 18 de agosto de 2018. Essa gestão ainda realizou o VII CONCOCE com tema “Democracia e Emancipação: a Educação e a Educação Física na região Centro-Oeste em tempos de golpe” e ocorreu em



conjunto com o 3º Seminário de Educação Física Escolar do SINPRO-DF, no período 20 a 22 de setembro de 2018, que nesta edição homenageou o professor Rubens Memória<sup>8</sup>.

A trajetória do CBCE-DF se funde com a trajetória de seus militantes, professores e pesquisadores da área e caracteriza-se pelo trabalho coletivo referenciado socialmente, sem se descuidar com a dimensão acadêmico-científica.

Todos os dirigentes dessa última década, que perpassam várias gestões estiveram ligados à grupos de pesquisas circunscritas a Rede CEDES. Essa rede de pesquisa, primeiramente coordenado pela professora Dulce Almeida (2004-2015) e pelo professor Pedro Athayde (desde 2016)<sup>9</sup>, envolve os seguintes grupos: Grupo de Estudo em Educação Física e Saúde Coletiva, liderado pela professora Júlia Nogueira; Laboratório de Pesquisa sobre Corpo e Educação (IMAGEM-UnB) coordenado pela professora Ingrid Dittrich Wiggers e pelo professor Jonatas Maia; Grupo de Pesquisas, Núcleo de Estudos Corpo e Natureza (NECON-UnB) coordenado pela Professora Dulce Almeida; Grupo de Estudos Socioculturais e Pesquisa em Educação Física (GESPEF/UNIEURO), liderado pela professora Paula Chié e o AVANTE-UnB.

## Produção do conhecimento do Distrito Federal sobre políticas públicas

Antes de tratar especificamente da produção de conhecimento do Distrito Federal sobre políticas públicas é importante situar os elementos que antecederam este processo. A formação dos pesquisadores que deram direcionamento aos estudos sobre políticas públicas no Distrito Federal passou pelo Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer, da Unicamp, grupo liderado por Lino Castellani Filho. Fizeram parte deste, Fernando Mascarenhas, Edson Marcelo Húngaro, Dulce Maria Filgueira de Almeida e Roberto Lião Junior. Em relação ao referido grupo de pesquisa, Starepravo (2011, p. 92) afirma que “Se levarmos em conta a relevância dos trabalhos para a área de políticas públicas de esporte e lazer, poderíamos dizer ser esse o principal grupo de pesquisa sobre o assunto no país, especialmente em função de seus membros, e seu interesse central de pesquisa na área.”

---

<sup>8</sup> Professor de Educação Física da SEEDF, assassinado em 2018. Rubens foi diretor do SINPRO-DF e da APEF na década de 1990. Trabalhou no Centro de Iniciação desportiva (CID) Regionais de Ensino e na Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar. Também advogado de formação, contribuiu decisivamente no combate às ingerências do Sistema CREF/CONFEEF nas escolas.

<sup>9</sup> Pedro Athayde, além de ter sido Secretário Distrital do CBCE, foi coordenador do GTT de Políticas Públicas do CBCE (2015-2017) e atualmente é o Coordenador Nacional dos GTT, pela CBCE-DN.

Boa parte dos integrantes do Observatório de Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer acabou se radicando em Brasília, na FEF/UnB. A discussão sobre políticas públicas na instituição teve um primeiro impulso com a professora Dulce Almeida.

Um elemento importante para alavancar a produção sobre políticas públicas no Distrito Federal foi a criação do (PPGEF-UnB) em 2006, apenas com mestrado, em 2014 foi aberto o doutorado. A professora Dulce Almeida em um primeiro momento orientou trabalhos sobre políticas públicas, os de Figueiredo (2009) e Oliveira (2010), além de ter estado à frente da Rede CEDES do Distrito Federal ao longo de 2006 a 2015, este processo resultou na publicação de dois livros sobre políticas públicas: a) “Política e lazer: interfaces e perspectivas”, organizado por Suassuna e Azevedo (2007); e b) “Política, lazer e formação”, organizado por Almeida *et al.* (2010). Contudo, a produção sobre políticas públicas no Distrito Federal ganha novo impulso com a criação em 2010 do Avante-UnB, sob a coordenação de Fernando Mascarenhas e Edson Marcelo Húngaro (em 2016, Pedro Athayde integra à coordenação do grupo).

Tendo por base este processo, a seguir analisaremos a produção de pesquisadores do Distrito Federal sobre políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer. Para isso, teremos por base quatro tipos diferentes de produções: teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos publicados em periódicos e trabalhos apresentados nos Conbraces. As teses e dissertações foram aquelas produzidas sobre políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no PPGEF-UnB ou em outros programas sobre a temática por pesquisadores do Distrito Federal. O período de análise abrange o período que vai de 2003 a 2018<sup>10</sup>. As teses e dissertações da UnB foram coletados no Repositório Institucional da UnB, a dissertação e tese da Unicamp no Portal da Biblioteca Digital da Unicamp. Os artigos científicos foram coletados a partir de busca nos currículos lattes dos pesquisadores do Distrito Federal, seguido de coleta realizada nos portais dos periódicos. Os trabalhos apresentados nos Conbraces foram coletados nos anais online disponibilizados pelo CBCE, no período que vai de 2005 a 2017.

---

<sup>10</sup> No CONBRACE realizado na cidade Florianópolis/SC em 1999, identificamos dois trabalhos apresentados pelos pesquisadores “Lião Junior e Sampaio”, junto ao GTT 2: Educação Física/Esporte e Políticas Públicas, a saber: “A experiência do Distrito Federal: uma gestão democrática e popular”, “Projeto Núcleos de Educação com o Movimento; a experiência do Distrito Federal-uma gestão democrática e popular”; Já no Conbrace de 2001 realizado em Caxambú/MG, “Lião Junior” ministrou o Seminário Introdutório “Tendências da Pesquisa em Políticas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil”. Esses trabalhos publicados em anais.

Desde a criação do PPGEF-UnB até 2018, sobre a temática de políticas públicas foram defendidas 19 dissertações e 2 teses. Contudo, houveram egressos do mestrado, na referida instituição que foram para o Programa de Pós-Graduação em Política Social na UnB para fazer doutorado sobre a temática de políticas esportivas (ATHAYDE, 2014a; FIGUEIREDO, 2017). Além disso, Roberto Lião Junior, pesquisador do Distrito Federal, realizou sua dissertação de mestrado e tese na Unicamp (LIÃO JUNIOR, 2003a; 2013). Assim, totalizaram 5 teses e 20 dissertações. Foram identificados 49 artigos em periódicos científicos e 19 trabalhos apresentados nos Conbraces.

Na Tabela 1 pode ser visto como se deu o desenvolvimento da produção do conhecimento por pesquisadores em políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer do Distrito Federal ao longo de 2003 a 2018 por tipo de produção. Chama atenção que até 2008 houve uma incipiência dos diferentes tipos de produção. Há dois elementos da realidade que contribuíram para este processo, a criação do mestrado pelo PPGEF-UnB e a fundação do Avante-UnB. No que tange ao PPGEF-UnB, das 93 produções identificadas apenas 3 não conta com autoria de pesquisadores que estiveram vinculados ao referido programa, estes se referem a dissertação, a tese e um artigo de Roberto Lião Júnior.

Tabela 1 – Produção do conhecimento por pesquisadores em políticas públicas de educação física, esporte e lazer do Distrito Federal por tipo de produção - Série 2003-2018

Ano	Tese	Dissertação	Artigo	Conbraces	Total
2003	-	1	1	-	2
2007	-	-	-	1	1
2009	-	2	1	5	8
2010	-	2	1	-	3
2011	-	1	2	3	6
2012	-	-	3	-	3
2013	1	4	8	2	15
2014	1	-	6	-	7
2015	-	2	6	2	10
2016	-	3	6	-	9
2017	1	3	8	6	18
2018	2	2	7	-	10

Fonte: Diversas (Elaboração própria).

Em relação ao Avante-UnB, levando em conta que foi criado em 2010, consideraremos as produções a partir deste ano. Assim, de 2010 a 2018 foram 82 produções, destas apenas 4 não foram de integrantes do Avante/UnB, se referem a dissertação de Oliveira (2010) e três artigos - Almeida (2010); Oliveira, Suassuna, Trompieri Filho (2013) e Almeida, Wiggers e Neri (2014). Dessarte, desde a constituição do Avante-UnB a hegemonia da produção em políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Distrito Federal têm sido sua.

O intercâmbio de mestrandos e doutorando do PPGEF-UnB com o Programa de Política Social da UnB, sobretudo de membros do Avante-UnB, refletiu diretamente na ampliação da formação dos pesquisadores, tanto no que tange a referenciais teóricos, quanto à arcabouço categorial. Um destaque foi ter possibilitado a entrada em contato com o modelo de análise de políticas sociais desenvolvido por Boschetti (2009), tendo por base a perspectiva do materialismo histórico-dialético, em que busca articular as categorias totalidade, contradição e determinantes estruturais, com análise de indicadores empíricos. Embora seja um modelo, Boschetti (2009) aponta que cada objeto de pesquisa deve analisar os elementos a serem analisados a partir da sua especificidade, não devendo se prender a formulações apriorísticas.

O modelo de análise proposto por Boschetti (2009) foi utilizado por 12 das 20 dissertações - Athayde (2009), Carneiro (2013), Pimentel (2013), Flausino (2013), Reis (2015), Santos (2015), Nascimento (2016), Teixeira (2016), Pintos (2017), Pereira (2017), Belato (2018) e Rocha (2018) e 2 das 5 teses - Figueiredo (2017) e Carneiro (2018) - sobre política públicas de educação física, esporte e lazer no Distrito Federal. Estas dissertações e tese acabaram dando base as produções em artigos e textos para os Conbraces

Tendo por base as diferentes produções - teses, dissertações, artigos e trabalhos nos Conbraces - buscamos agrupá-las em diferentes temáticas, tendo se consubstanciado 9: a) programa/projetos de esporte e lazer; b) financiamento do esporte e lazer; c) política de esporte do Distrito Federal; d) megaeventos esportivos; e) discussões teóricas; f) futebol; g) Educação Física, Esporte e Lazer em políticas diversas; h) políticas de esporte no governo Lula e Dilma; e i) outros. O quantitativo das diferentes produções em relação às diferentes temáticas e tipos de produção é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Produção do conhecimento por pesquisadores em políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer do Distrito Federal por temática e tipo de produção

<b>Temas</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>	<b>Artigos</b>	<b>Anais Conbraces</b>	<b>Total</b>
Programas/projetos de esporte e lazer	-	8	9	8	25
Financiamento do esporte e lazer	1	2	8	3	14
Política esportiva do Distrito Federal	1	3	5	4	12
Megaeventos esportivos	1	1	8	-	10
Discussões teóricas	-	-	9	1	10
Futebol	1	1	4	2	9
Educação física, esporte e lazer em políticas diversas	-	4	2	-	6
Políticas de esporte no governo Lula e Dilma	1	-	3	-	3
Outros	-	1	1	1	3
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>20</b>	<b>49</b>	<b>19</b>	<b>92</b>

Fonte: Diversas (Elaboração própria).

A seguir, apresentaremos as diferentes produções a partir das 9 temáticas.

### **Programas/projetos de esporte e lazer**

Esta foi a temática que se fez mais presentes nas produções do Distrito Federal, foram 25. Essa temática está relacionada às produções que discutem e analisam programas/projetos de esporte e lazer, tem a ver com o processo materialização das políticas públicas de esporte e lazer.

Em relação a esfera governamental, os programas/projetos federais foram privilegiados. Sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade há a tese de Lião Junior (2013), além das dissertações de Figueiredo (2009) e Pintos (2017); já Athayde (2009) analisou o Programa Segundo Tempo (PST). Flausino (2013) tematizou o Plano Decenal de Esporte e Lazer, Reis (2015) discutiu a conjuntura das políticas de esporte educacional que

foi materializada por diferentes programas, Nascimento (2016) analisou o Programa Atleta na Escola e Belato (2018) avaliou a Política de Esporte Universitário da UnB.

Identificamos 9 artigos que tematizaram programas esportivos. Houve 5 artigos que focaram no PELC: Pintos, Athayde e Godoflito (2017); Pintos *et al.* (2016) - estes dois primeiros têm relação com a dissertação de Pintos (2017); Almeida, Wiggers e Neri (2014); Teixeira *et al.* (2014); e Almeida (2010). No que tange ao PST, há os trabalhos de Athayde e Mascarenhas (2009a) - texto fruto da dissertação de Athayde (2009) - e Matias (2013a). Já Teixeira *et al.* (2017) analisou o Programa Bolsa Atleta e Reis *et al.* (2015b) o Programa Atleta na Escola.

Encontramos dissertações, artigos e trabalhos nos Conbraces que analisaram programas esportivos no Distrito Federal, como é o caso de Carneiro (2013), Santos (2015), Carneiro e Mascarenhas (2014), Carneiro *et al.* (2016) e Freire, Figueiredo e Behmoiras (2013), estes foram contabilizados na temática específica sobre o Distrito Federal. Entretanto, outra unidade da federação contou com estudo no PPGEF-UnB foi o Ceará, pois Oliveira (2010) analisou o Programa Esporte na Comunidade de Fortaleza, a partir desta dissertação, Oliveira, Suassuna e Trompieri Filho (2013) discutiram o princípio acesso no Programa Esporte na Comunidade em Fortaleza-CE.

Os programas esportivos foi a temática que mais teve trabalhos apresentados nos Conbraces, foram 8. No que tange ao Esporte e Lazer da Cidade, há o trabalho de Lião Júnior e Sampaio (2007), o de Lião Junior, Sampaio e Behmoiras (2009) e o de Suassuna (2009). Em relação ao PST há os trabalhos de Athayde e Mascarenhas (2009b) e Athayde e Mascarenhas (2011) - ambos os trabalhos se articulam a dissertação de Athayde (2009). Ainda no âmbito federal, tiveram os trabalhos de Teixeira *et al.* (2017) sobre o Programa Bolsa Atleta e o de Belato (2017) sobre o Programa Bolsa Atleta Universitária da UnB. Neri e Suassuna (2011) discutiram a democracia participativa no PELC e no Programa Esporte na Comunidade em Fortaleza-CE.

## Financiamento do esporte e lazer

Nesta temática as produções tematizam diferentes aspectos do financiamento do esporte e lazer. Sobre a temática há a tese de Carneiro (2018) sobre o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma, anteriormente, houve a dissertação de Teixeira (2016) que tematizou os recursos orçamentários via emendas parlamentares e o estudo de Pereira (2017) sobre o financiamento via patrocínio das estatais - os dois últimos abarcaram os

governos Lula e Dilma. Entretanto, algumas dissertações já vinham discutindo sobre o financiamento de políticas esportivas, sobretudo os recursos orçamentários, embora este não fosse o foco dos trabalhos, no âmbito federal - Flausino (2013), Matias (2013b), Nascimento (2016), Pintos (2017) e Athayde (2014) - e no âmbito do Distrito Federal - Carneiro (2013) e Santos (2015).

Na produção de artigos foram identificados 8 com a temática de financiamento de esporte e lazer. Há artigos que tiveram origem em teses como é o caso de: Carneiro e Mascarenhas (2018) que apresentam uma proposta de metodologia crítica do financiamento do esporte, elemento presente em Carneiro (2018); Athayde (2014b) buscou entender a disputa pelo fundo público no financiamento esportivo brasileiros e Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) buscaram compreender o financiamento do esporte e lazer nos governos Lula, elementos destes dois artigos fizeram parte da tese de Athayde (2014a); Teixeira *et al.* (2018) buscou trazer de maneira sucinta aquilo que estava presente em Teixeira (2016). Além disso, há dois artigos que tematizaram o financiamento do esporte de alto rendimento para o ciclo olímpico dos Jogos de Londres 2012, foram Teixeira, Matias e Mascarenhas (2013; 2017). O artigo de Matias *et al.* (2015) discutiu a Lei de Incentivo ao Esporte e Mascarenhas (2016) analisou o orçamento do esporte dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma.

Os trabalhos que estiveram nos Conbraces sobre financiamento do esporte e lazer são recentes: há os de Mascarenhas, Teixeira e Matias (2015) apresentaram sobre os recursos financeiros para os Jogos de Londres 2012; o de Carneiro *et al.* (2017) discutiu a matriz de financiamento do esporte no Brasil nos governos Lula e Dilma, este é fruto da tese de Carneiro (2018); e o de Pereira, Carneiro e Mascarenhas (2017) sobre o patrocínio esportivo de empresas estatais no âmbito federal, texto derivado da dissertação de Pereira (2017).

Os estudos da temática do financiamento do esporte fizeram com que o Avante-UnB desenvolvesse a plataforma “Transparência no Esporte”<sup>11</sup> em que o foco tem sido disponibilizar os recursos federais para o esporte das suas diferentes fontes. Embora a temática do financiamento de esporte e lazer tenha surgido no Avante-UnB recentemente - as primeiras publicações se deram em 2013 -, chegou em 2018 sendo um dos principais grupos que debate o tema nacionalmente, elemento que levou a um crescimento quantitativo e qualitativo da temática.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.transparencianoesporte.unb.br>.

## Política esportiva do Distrito Federal

Na temática política esportiva do Distrito Federal foram colocadas produções que discutem políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer que foram realizadas no âmbito do governo do Distrito Federal. 3 dissertações lidaram com a temática, Liáo Junior (2003a) analisou a política esportiva no governo de Cristovam Buarque (1995-1998) no Distrito Federal, Carneiro (2013) discutiu os Centros Olímpicos no Distrito Federal e Santos (2015) empreendeu estudo sobre o Projeto Centro de Iniciação Desportiva desenvolvidos Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Sobre o âmbito da produção de artigos foram 5 sobre a temática. Liáo Junior (2003b) publicou artigo que é síntese da sua dissertação (LIÁO JUNIOR, 2003a). A dissertação de Carneiro (2013) se desdobrou em 3 artigos: Carneiro e Mascarenhas (2014) buscou compreender o direcionamento da política esportiva do Distrito Federal de 2008 a 2011 - antes houve publicação no CONBRACE (CARNEIRO; MASCARENHAS, 2013); Carneiro et al. (2016) analisou a política de esporte do Distrito Federal de 2008 a 2014; e Carneiro et al. (2018) discutiu a política dos Centros Olímpicos no Distrito Federal - também com publicação anterior no CONBRACE (CARNEIRO; MASCARENHAS, 2015). Na esteira destes estudos Athayde e Dalmas (2018) buscaram analisar a política distrital de esporte de 2008 a 2014.

Nos trabalhos apresentados nos Conbraces, há 4 que tematizaram políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Distrito Federal - dois foram apresentados no parágrafo anterior. Behmoiras et al. (2011) discutiu sobre Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer do DF; e Freire, Figueiredo e Behmoiras (2013) refletiram sobre o Projeto Educação com Movimento em 2012.

## Megaeventos esportivos

A temática dos megaeventos esportivos está relacionada com produções que discutiram a realização de megaeventos - Jogos Pan Rio 2007, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Rio 2016 - no Brasil. Eles passaram a o princípio organizador da agenda política de esporte e lazer no Brasil (MASCARENHAS et al., 2012).

No âmbito das dissertações e teses, há a tese de Figueiredo (2017) sobre o direito ao esporte e lazer na conjuntura da Copa do Mundo FIFA 2014 e a dissertação de Matias (2013b) sobre a configuração das políticas de esporte e de lazer do Ministério do Esporte no governo Lula no contexto dos



Jogos Rio 2016. Verificamos teses e dissertações que de maneira tangencial discutiram os megaeventos esportivos: Carneiro (2018), Teixeira (2016), Athayde (2014a), Flausino (2013) e Santos (2011).

Identificamos 8 artigos que tematizaram os megaeventos esportivos. Destes, 3 analisaram os megaeventos esportivos de maneira genérica, foram os de Mascarenhas (2012), Matias e Mascarenhas (2017) e Castellani Filho (2014). Minuzzi, Marin e Mascarenhas (2016) buscaram compreender os Jogos Olímpicos como espetáculo de entretenimento planetário, enquanto outros três artigos discutiram especificamente os Jogos Rio 2016: Athayde *et al.* (2013), Mascarenhas *et al.* (2012) e Matias e Mascarenhas (2015). Lages *et al.* (2015) foi o único texto que tematizou a Copa do Mundo FIFA 2014. Esta foi a única temática que não contou com trabalhos publicados nos anais dos Conbraces.

## Discussões teóricas

Sobre esta temática não houve nenhuma dissertação ou tese que tivesse o foco apenas de fazer um debate sobre questões conceituais/teóricas sobre políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer, contudo, todas as teses e dissertações analisadas contam com discussões teóricas.

Houve 9 artigos que buscaram realizar debates teóricos tematizando elementos que impactam diretamente as políticas públicas do setor. A maior parte dos artigos buscou discutir sobre o esporte e/ou lazer como direitos: Fernandes, Húngaro e Athayde (2013); Athayde *et al.* (2016a); Flausino e Mascarenhas (2012); Athayde *et al.* (2016b); e Athayde e Passos (2018). Além disso, houve estudos que partiram do debate sobre expressões da “questão social” e relacionaram com o direito ao esporte e lazer, foram Athayde, Passos e Húngaro (2017) e Athayde (2013). Em âmbito mais geral, Matias e Mascarenhas (2013) discutiram as características e a passagem do Estado de Bem-Estar Social para o Estado Schumpeteriano e Reis *et al.* (2015a) analisaram a produção acadêmico-científica sobre o esporte educacional.

Apenas Bonalume (2009) apresentou trabalho em um CONBRACE trazendo apenas debate teórico, o estudo teve como foco refletir sobre esporte e lazer na intersectorialidade das políticas públicas.

## Futebol

O futebol foi tematizado sob diferentes perspectivas em uma tese e uma dissertação, respectivamente, Matias (2018) buscou compreender a economia política do futebol e o lugar do Brasil no mercado mundo da bola e Santos (2011) tentou compreender o futebol na agenda do governo Lula.

Os artigos sobre a temática do futebol são desdobramentos da tese de Matias (2018) e da dissertação de Santos (2011). Em relação a primeiro há os artigos de Matias e Mascarenhas (2017) e Matias e Mascarenhas (2018), já no que se refere a segunda, há o artigo de Mascarenhas, Silva e Santos (2014) e Ribeiro *et al.* (2017).

No âmbito dos Conbraces há 2 trabalhos sobre o futebol: Santos e Mascarenhas (2011) discutiram o Estatuto de Defesa do Torcedor e Dantas e Matias (2017) procuraram identificar quais são os setores da economia que patrocinam os clubes da primeira divisão do futebol na Europa.

## Educação física, esporte e lazer em políticas diversas

Esta temática está relacionada as produções que não discutiram especificamente políticas públicas de educação física, esporte e lazer, mas analisarem a educação física, o esporte e/ou o lazer dentro de políticas públicas relacionadas à juventude, assistência social, política de pós-graduação e de formação de professores.

Constatamos quatro dissertações que realizaram estudos sobre a educação física, esporte e lazer em políticas diversas: Passos (2017) analisou a inserção/configuração do esporte na Política Nacional de Assistência Social; Kimura (2016) teve como foco entender a política nacional de pós-graduação, em especial em educação física, como expressão da decadência ideológica; Pimentel (2013) estudou a experiência da FEF-UnB na política Universidade Aberta do Brasil, tendo produzido artigo como desdobramento da dissertação (PIMENTEL *et al.*, 2013); e Bonalume (2010) avaliou a formulação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Além do artigo já citado na temática, houve o Carneiro, Mascarenhas e Matias (2017) sobre o esporte educacional na educação de tempo integral.

## Política de esporte nos governos Lula e Dilma

A única tese focada na política de esporte do governo Lula foi a de Athayde (2014a) que buscou compreender os determinantes econômicos, sociais e políticos sobre aquilo que foi priorizado na política esportiva do

governo Lula. Contudo, Identificamos outras teses e dissertações de outras temáticas que discutiram políticas de Educação Física, Esporte e Lazer dos governos Lula e/ou Dilma: Athayde (2009), Figueiredo (2009), Bonalume (2010), Santos (2011), Matias (2013), Pimentel (2013), Flausino (2013), Teixeira (2016), Kimura (2016), Nascimento (2016), Pereira (2017), Pintos (2017), Figueiredo (2017) e Carneiro (2018).

Há 3 artigos que tematizaram de maneira mais geral a política esportiva dos governos Lula e Dilma, enquanto Melo, Athayde e Húngaro (2015) e Athayde (2011) abarcaram apenas o governo Lula, Reis *et al.* (2018) se pautou pelos governos Lula e Dilma. Contudo, outros artigos em outras temáticas se referem a política esportiva de Lula - Matias (2013a), Teixeira *et al.* (2014), Pintos *et al.* (2016), Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015), Ribeiro *et al.* (2017) e Mascarenhas, Silva e Santos (2014) - ou aos governos Lula e Dilma: Teixeira, Matias e Mascarenhas (2013); Matias *et al.* (2015); Teixeira, Matias e Mascarenhas (2017); Mascarenhas (2016); Teixeira *et al.* (2018); e Carneiro e Mascarenhas (2018).

Nos Conbraces não existiram trabalhos que discutiram de maneira geral a política esportiva do governo Lula e Dilma, contudo, houve tematizando programas esportivos, financiamento do esporte e futebol, nesses governos. A temática da política esportivas nos governos Lula e Dilma foram tão importantes nos estudos do Avante-UnB que, em 2015, foi lançado o livro “Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma”, organizado por Wagner Matias, Pedro Athayde e Fernando Mascarenhas.

## Outros

Na temática outros, estão 3 produções que não guardam relação com nenhuma das 8 temáticas supracitadas. Assim, há a dissertação de Rocha (2018) que comparou as políticas esportiva do Brasil e da Espanha, derivado deste estudo há o trabalho apresentado em CONBRACE de Matias *et al.* (2017) que comparou os ordenamentos legais e políticos do esporte no Brasil e na Espanha. Além disso, há o artigo de Oliveira, Húngaro e Athayde (2011) que buscaram analisar o crescimento do “terceiro setor” no campo do esporte e lazer.

## Considerações finais

A constituição do CBCE-DF foi de fundamental importância para o debate local, regional e nacional sobre a educação física, o esporte e o lazer. Isso se deve a sua articulação com movimentos sociais na capital federal, com a UnB (FEF-UnB e PPGEF-UnB) e com diferentes pesquisadores. Esse

processo possibilitou que houvesse a organização e participação do CBCE-DF e dos professores de educação física em diferentes eventos e lutas sociais, tensionando a hegemonia do debate da área para uma perspectiva crítica.

Em relação a produção do conhecimento sobre políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer foi possível identificar a importância do PPGEF-UnB para alavancar a produção acadêmico-científica sobre a temática, isso foi possível pela presença no programa da professora Dulce Almeida e da chegada de professores - Fernando Mascarenhas e Edson Marcelo Húngaro -, bem como a formação de pesquisadores que passaram a contribuir de forma relevante com a referida produção nacionalmente - Pedro Athayde, Fernando Henrique Carneiro, Wagner Matias e Marcelo Teixeira. A fundação do Avante-UnB também foi fundamental para que houvesse o crescimento da produção do Distrito Federal sobre a temática das políticas públicas. Tanto o PPGEF-UnB, quanto o Avante-UnB contribuíram significativamente para as lutas sociais em relação à educação física, esporte e lazer no Distrito Federal.

A produção do conhecimento sobre políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Distrito Federal teve grande crescimento quantitativo e qualitativo na última década, em grande parte as discussões estiveram centradas no debate das políticas esportivas nacionais, tematizando programa/projetos, o financiamento, os megaeventos esportivos, o futebol e/ou os governos Lula e Dilma. Além disso, as produções contribuíram para o debate sobre as políticas esportivas no Distrito Federal e sobre a problematização de diferentes discussões teóricas. Uma questão importante é que grande parte das produções em artigos e apresentações nos Conbraces são fruto das teses e dissertações, sendo também que boa parte do que foi apresentado nos Conbraces se consubstanciou posteriormente na publicação em formato de artigo.

Tendo por base a luta social que o CBCE-DF fez parte, bem como a produção acadêmico-científica sobre as políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer por pesquisadores do Distrito Federal, fica claro o compromisso de transformação da realidade, isto é, houve um comprometimento histórico, político e social de lutar para possibilitar que o esporte e o lazer fossem garantidos como direitos.

## Referências

- ALMEIDA, D. F. Estatização, políticas sociais e lazer. *Licere*, v. 13, n. 4, p. 1-19, 2010.
- ALMEIDA, D. F. et al. (orgs.). *Política, lazer e formação*. Brasília: Thesaurus, 2010.

ALMEIDA, D. F.; WIGGERS, I. D.; NERI, A. A. trabalhadores do lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade: uma aproximação à definição do perfil. *Movimento*, v. 20, n. 1, p. 215-238, 2014.

ATHAYDE, P. F. A. *Programa segundo tempo: conceitos, gestão e efeitos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

ATHAYDE, P. F. A. A disputa pelo fundo público no âmbito do financiamento esportivo brasileiro. *RBCE*, v. 36, n. 2, supl., S636-S651, 2014b.

ATHAYDE, P. F. A. O “lugar do social” na política de esporte do governo Lula. *SER Social*, v. 13, n. 28, p. 184-209, 2011.

ATHAYDE, P. F. A. O direito ao lazer e as novas expressões da “questão social” frente à (ir)realidade brasileira. *Licere*, v. 16, n. 2, p. 1-31, 2013.

ATHAYDE, P. F. A. *O ornitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte e lazer do governo Lula e suas implicações sociais*. 2014. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política social, Universidade de Brasília, Brasília, 2014a.

ATHAYDE, P. F. A. et al. Panorama sobre a constitucionalização do direito ao esporte no Brasil. *Motrivivência*, v. 28, n. 49, p. 82-98, 2016b.

ATHAYDE, P. F. A.; DALMAS, L. C. Políticas de esporte do Distrito Federal: uma análise sobre a legislação, gestão e o financiamento entre os anos de 2008 a 2014. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 26, n. 2, p. 114-128, 2018.

ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Descentralização de políticas sociais: limites para a consolidação de uma gestão democrática do Programa Segundo Tempo. In: XVII CONBRACE e IV CONICE, 2011, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: CBCE, 2011. p. 1-14.

ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal. In: XVI CONBRACE e III CONICE, 2009, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: CBCE, 2009b. p. 1-14.

ATHAYDE, P. F.; MASCARENHAS, F. Políticas sociais esportivas: uma análise da gestão do Programa Segundo Tempo e alguns de seus reflexos no Distrito Federal. *Lecturas Educación Física y Deportes*, n. 137, 2009a.

ATHAYDE, P. F. A. et al. O esporte como direito de cidadania. *Pensar a Prática*, v. 19, n. 2, p. 489-500, 2016a.

ATHAYDE, P. F. A. et al. O agendamento dos Jogos Rio 2016: temas e termos para debate. *Pensar a Prática*, v. 16, n. 3, p. 794-816, 2013.

ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F.; SALVADOR, E. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. *RBCE*, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.

ATHAYDE, P. F. A.; PASSOS, F. B. Esporte e políticas sociais no Brasil: uma discussão sobre cidadania e emancipação humana. *Pensar a Prática*, v. 21, n. 3, p. 701-712, 2018.

ATHAYDE, P. F. A.; PASSOS, F. B.; HUNGARO, E. M. “Questão social” na realidade brasileira: reflexões sobre as atuais políticas sociais esportivas. *SER Social*, v. 19, n. 40, p. 186-206, 2017.

BEHMOIRAS, D. C. *et al.* Fórum popular e permanente de esporte e lazer: a luta pela hegemonia e a perspectiva da socialização da política no DF. In: XVII CONBRACE e IV CONICE, 2011, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: CBCE, 2011. p. 1-11.

BELATO, A. K. M. S. Análise do Programa Bolsa Atleta Universitária UnB (2011-2015). In: XX CONBRACE e VII CONICE, 2017, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: CBCE, 2017. p. 1-7.

BELATO, A. K. M. S. *Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília – UnB (2009-2016)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BONALUME, C. R. Esporte e lazer na intersectorialidade das políticas públicas. In: XVI CONBRACE e III CONICE, 2009, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: CBCE, 2009. p. 1-12.

BONALUME, Cláudia Regina. *O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersectorial para a juventude: a experiência do PRONASCI*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 575-593.

CANTARINO FILHO, M. Imagens e Homenagens. *Motrivivência*, n. 37, 2011.

CARNEIRO, F. H. S. *A política de esporte no Distrito Federal: Centros Olímpicos, “terceiro setor” e focalização*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CARNEIRO, F. H. S. *O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma*. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CARNEIRO, F. H. S. et al. A política de esporte do Distrito Federal do Brasil: uma análise de sua configuração, abrangência e gasto público entre 2008 e 2014. *Educacion Fisica y Deporte*, v. 35, n. 1, p. 1-23, 2016.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. A política dos Centros Olímpicos no Distrito Federal. In: XIX CONBRACE e VI CONICE, 2015, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: CBCE, 2015. p. 1-3.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. O direito ao esporte no Distrito Federal: entre o planejado e o executado. In: XVIII CONBRACE e V CONICE, 2013, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: CBCE, 2013. p. 1-17.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. O direito ao esporte: análise do planejamento e execução de políticas públicas no Distrito Federal no período 2008-2011. *Licere*, v. 17, n. 2, p. 86-123, 2014.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 11, p. 119-140, 2018.

CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F.; MATIAS, W. B. O esporte escolar na educação de tempo integral: o Plano Nacional de Educação 2014-2024. *Caderno de Educação Física e Esporte*, v. 15, n. 2, p. 25-36, 2017.

CARNEIRO, F. H. S. *et al.* Os Centros Olímpicos do Distrito Federal: um caso de desresponsabilização do estado e descentralização das políticas de esporte e lazer em direção ao “terceiro setor”. *Licere*, v. 21, n. 2, p. 136-169, 2018.

CARNEIRO, F. H. S. *et al.* A matriz de financiamento público do esporte no Brasil. In: XX CONBRACE e VII CONICE, 2017, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: CBCE, 2017. p. 1-7.

CASTELLANI FILHO, L. Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. *Motrivivência*, v. 26, n. 42, p. 98-114, 2014.

CBCE. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. *Boletim Brasileiro de Ciências do Esporte*, v. 4, n. 2 mar. 1982. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/119519/02.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. *Boletim Brasileiro de Ciências do Esporte*. n. 17 e 18, mai., jun. 1989a. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/130749/Boletim12.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. *Boletim Brasileiro de Ciências do Esporte*. nº 19. 20, 21, jul., ago., set. 1989b. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/130736/Boletim13.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. *Informativo CBCE: 6º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte*. “Esporte e Mudança na América Latina”. Brasília, 1989c. Disponível em: <https://docplayer.com.br/91148567-6-congresso-brasileiro-de-ciencias-do-esporte.html>. Acesso em: 02 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. *Programação do 6º Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte: esporte e mudança na América Latina*. Brasília, 5 a 9 de setembro de 1989d. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/119304/06.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 fev. 2019.

DANTAS, L.; MATIAS, W. B. O patrocínio máster e esportivo dos clubes de futebol da Europa. In: XX CONBRACE e VII CONICE, 2017, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: CBCE, 2017. p. 1-2.

FERNANDES, E. R.; HUNGARO, E. M.; ATHAYDE, P. F. A. Lazer, trabalho e sociedade: notas introdutórias sobre o lazer como um direito social. *Lecturas Educación Física y Deportes*, n. 155, 2011.

FIGUEIREDO, P. O. F. N. *O (não) direito ao esporte e lazer e a mercantilização do futebol: copa para quem?* 2017. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

- FIGUEIREDO, P. O. F. N. *Política e formação: o programa esporte e lazer da cidade no Distrito Federal e entorno*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- FLAUSINO, M. S.; MASCARENHAS, F. O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação. *Licere*, v. 15, n. 2, p. 1-16, 2012.
- FLAUSINO, M. S. *Plano decenal: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- FREIRE, J. O.; FIGUEIREDO, P. O. F. N.; BEHMOIRAS, D. C. Educação física nos anos iniciais no Distrito Federal: da elaboração política ao trato pedagógico. In: XVIII CONBRACE e V CONICE, 2013, Brasília. *Anais [...]* Brasília: CBCE, 2013. p. 1-3.
- KIMURA, A. P. M. S. *A política nacional de pós-graduação como expressão da decadência ideológica: incidências na educação física*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- LAGES, C. E. D. M. *et al.* A Copa do Mundo de Futebol em Belo Horizonte-MG: impactos e legados. *Motrivivência*, v. 27, n. 44, p. 79-92, 2015.
- LIÃO JUNIOR, R.; SAMPAIO, J. O. Consórcio Brasília: espaço de construção e intervenção de uma política pública de esporte e lazer no Distrito Federal e região do entorno. In: XV CONBRACE e II CONICE, 2007, Recife. *Anais [...]* Recife: CBCE, 2007. p. 1-10.
- LIÃO JÚNIOR, R.; SAMPAIO, J. O.; BEHMOIRAS, D. C. Controle social na perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade. In: XVI CONBRACE e III CONICE, 2009, Salvador. *Anais [...]* Salvador: CBCE, 2009. p. 1-9.
- LIÃO JUNIOR, R. *Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de Esporte e Lazer: a experiência do Consórcio Brasília*. 2013. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2013.
- LIÃO JÚNIOR, R. *Políticas públicas de educação física, esporte e lazer no governo do Distrito Federal, 1995-1998: tensões e desafios de um projeto contrahegemônico*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003a.
- LIÃO JUNIOR, R. Políticas públicas de educação física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no Distrito Federal, 1995-1998. *RBCE*, v. 24, n. 3, p. 39-52, 2003b.
- MASCARENHAS, F. Megaeventos e educação física: alerta de tsunami. *Movimento*, v. 18, n. 1, p. 39-67, 2012.
- MASCARENHAS, F. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 30, n. 4, p. 963-980, 2016.
- MASCARENHAS, F. *et al.* O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. *Revista da ALESDE*, v. 2, n. 2, p. 15-32, 2012.
- MASCARENHAS, F.; SILVA, S. R.; SANTOS, M. R. Lulismo e futebol: os discursos de um torcedor presidente. *Movimento*, v. 20, n. 2, p. 495-517, 2014.



- MASCARENHAS, F.; TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. O esporte olímpico no Brasil: recursos financeiros para os Jogos Londres 2012. *In: XIX CONBRACE e VI CONICE*, 2015, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: CBCE, 2015. p. 1-18.
- MATIAS, W. B. *A economia política do futebol e o “lugar” do Brasil no mercado-mundo da bola*. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- MATIAS, W. B. *O enigma olímpico: o controverso percurso da agenda e políticas esportivas no Governo Lula*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2013b.
- MATIAS, W. B. A política esportiva do Governo Lula: o Programa Segundo Tempo. *Licere*, v. 16, n. 1, p. 1-23, 2013a.
- MATIAS, W. B. *et al.* A Lei de Incentivo Fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. *Movimento*, v. 21, n. 1, p. 95-110, 2015.
- MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. (orgs.). *Políticas de esporte nos anos Lula e Dilma*. Brasília: Thesaurus, 2015.
- MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. A constituição do programa de modernização da gestão e de responsabilidade fiscal do futebol brasileiro (PROFUT): atuação parlamentar e grupos de pressão. *Motrivivência*, v. 30, n. 53, p. 190-208, 2018.
- MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. As influências dos megaeventos esportivos na agenda e políticas esportivas: planejamento, arranjo institucional, ordenamento jurídico e financiamento. *Pensar a Prática*, v. 20, n. 1, p. 88-98, 2017.
- MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. As transformações da atuação do Estado e as políticas sociais contemporâneas. *Argumentum*, v. 5, n. 1, p. 120-134, 2013.
- MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. Caracterização histórica e a legislação sobre o futebol no Brasil. *Licere*, v. 20, n. 4, p. 372-400, 2017.
- MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. Jogos Olímpicos Rio 2016: vencedores e perdedores. *Motrivivência*, v. 27, n. 45, p. 230-246, 2015.
- MATIAS, W. B. *et al.* Concepção e abrangência das políticas públicas de esporte: análise comparada entre Brasil e Espanha. *In: XX CONBRACE e VII CONICE*, 2017, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: CBCE, 2017. p. 1-5.
- MELO, M.; HUNGARO, E. M.; ATHAYDE, P. F. A. I mandato governo Lula da Silva/PT (2003-2006) e as políticas de esportes: aprofundando o projeto neoliberal. *Motrivivência*, v. 27, n. 45, p. 280-297, 2015.
- MINUZZI, E. D.; MARIN, E. C.; MASCARENHAS, F. Jogos Olímpicos: espetáculo de entretenimento planetário. *Licere*, v. 19, n. 1, p. 21-50, 2016.
- NASCIMENTO, E. L. *Políticas públicas e esporte educacional: adeus ao atleta na escola?* 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- OLIVEIRA, A. A.; SUASSUANA, D. M. F.; TROMPIERI FILHO, N. Do direito ao lazer: o princípio acesso no Programa Esporte na Comunidade. *Licere*, v. 16, n. 4, p. 1-20, 2013.

NERI, A. A.; SUASSUNA, D. Notas acerca da democracia participativa e as políticas de esporte e lazer. *In: XVI CONBRACE e III CONICE*, 2009, Salvador. *Anais [...]* Salvador: CBCE, 2009. p. 1-7.

OLIVEIRA, A. A. N. *Democracia participativa e políticas públicas de esporte e lazer: o Programa Esporte na Comunidade (Fortaleza/CE)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, B. A.; HUNGARO, E. M.; ATHAYDE, P. F. A. O crescimento do “Terceiro Setor” no campo do esporte e lazer: apontamentos críticos. *Lecturas Educación Física y Deportes*, n. 153, 2011.

PASSOS, F. B. *Análise do esporte na política de assistência social*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PEREIRA, C. C. *As empresas estatais e o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PEREIRA, C. C.; CARNEIRO, F. H. S.; MASCARENHAS, F. Patrocínio esportivo das empresas estatais: o protagonismo do futebol e das entidades de administração do esporte. *In: XX CONBRACE e VII CONICE*, 2017, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: CBCE, 2017. p. 1-2.

PIMENTEL, F. C. *et al.* Expansão do ensino superior e formação profissional em educação física: um mapeamento dos cursos na modalidade de educação a distância. *Pensar a Prática*, v. 16, n. 4, p. 1187-1201, 2013.

PIMENTEL, F. C. *A experiência da Universidade de Brasília no contexto de expansão da licenciatura em educação física por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PINTOS, A. E. S. *Análise da experiência em monitoramento e avaliação de políticas públicas do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PINTOS, A. E.; ATHAYDE, P. F. A.; GODOFLITE, M. S. Municipalização do Esporte e do Lazer. *Licere*, v. 20, n. 3, p. 424-448, 2017.

PINTOS, A. E. *et al.* O direito ao esporte e ao lazer no contexto da política nacional do esporte. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 3, n. 1, p. 38-52, 2016.

REIS, N. S. *Políticas de esporte educacional nos governos Lula e Dilma: avanços, limites e anacronismos*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

REIS, N. S. *et al.* A política esportiva brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores - PT (2003-2016). *Revista ComCiência*, v. 3, n. 1, p. 77-89, 2018.

- REIS, N. S. *et al.* Programa de formação esportiva na escola - Atleta na Escola: fundamentos lógicos e circunstâncias históricas. *Motrivivência*, v. 27, n. 44, p. 190-206, 2015b.
- REIS, N. S. *et al.* O esporte educacional como tema da produção de conhecimento no periodismo científico brasileiro: uma revisão sistemática. *Pensar a Prática*, v. 18, n. 3, p. 1-16, 2015a.
- RIBEIRO, M. *et al.* A agenda do futebol no Governo Lula: ações rumo à Copa do Mundo FIFA 2014. *Revista Motrivivência*, v. 29, n. 50, p. 90-103, 2017.
- ROCHA, C. C. *Políticas públicas e organização esportiva: estudo comparado Brasil-Espanha*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- SANTOS, S. A. *O Projeto Centro de Iniciação Desportiva e as políticas esportivas no Distrito Federal: uma análise à luz dos direitos de cidadania*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- SANTOS, M. R.; MASCARENHAS, F. Estatuto de Defesa do Torcedor (consumidor) um novo dispositivo político e legal na era do esporte espetáculo. *In: XVII CONBRACE e IV CONICE*, 2011, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: CBCE, 2011. p. 1-7.
- SANTOS, M. R. *O futebol na agenda do governo Lula: um salto de modernização (conservadora) rumo a Copa do Mundo FIFA 2014*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- STAREPRAVO, F. A. *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- SUASSUNA, D. M. F. A. O Programa Esporte e Lazer da Cidade: a política de formação para o trabalho e o papel dos agentes sociais. *In: XVI CONBRACE e III CONICE*, 2009, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: CBCE, 2009. p. 1-11.
- SUASSUNA, D. M. F. A.; AZEVEDO, A. A. (orgs.). *Política e lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus, 2007
- TEIXEIRA, M. R. *Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (r)emendado*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- TEIXEIRA, M. R. *et al.* E o Bolsa Atleta?! *In: XX CONBRACE e VII CONICE*, 2017, Goiânia. *Anais [...]*. Goiânia: CBCE, 2017. p. 1-5.
- TEIXEIRA, M. R. *et al.* Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Licere*, v. 17, n. 3, p. 134-161, 2014.
- TEIXEIRA, M. R. *et al.* Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (r)emendado. *Movimento*, v. 24, n. 2, p. 593-606, 2018.

TEIXEIRA, M. R. et al. O Programa Bolsa Atleta no contexto esportivo nacional. *Motrivivência*, v. 29, n. especial, p. 92-109, 2017.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. O esporte olímpico no Brasil: recursos financeiros disponibilizados para Olimpíadas Londres 2012. *RBCE*, v. 39, n. 3, p. 284-290, 2017.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012). *Revista de Ciências Sociais*, n. 31, p. 86-110, 2013.



## PARTE 2

### Apresentação

#### OS MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES E A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Se os movimentos sociais podem apresentar-se de natureza progressista, conservadora ou reacionária, a depender das forças sócio-políticas a que estão articulados, como destaca Gohn (1997), podemos assegurar que eles são movimentos que influenciam a conjuntura e as estruturas sociais.

Os dados da realidade e um número considerável de investigações evidenciam que, ao longo da última década, o campo progressista assistiu perplexo, atropelado e inativo a reorganização e o fortalecimento de uma onda conservadora nas diversas dimensões da vida social brasileira, emoldurada de discursos reacionários, explosão de movimentos neopentecostais e sua teologia da prosperidade, bem como o recrudescimento do poder das Forças Armadas e seu vínculo orgânico com o passado ditatorial, e ainda, a instrumentalização do medo como mecanismo de controle, como podemos verificar na atuação do Poder Judiciário de configuração classista. Essa onda conservadora de efeitos desastrosos para a classe trabalhadora, além de instaurar a culpa, o medo e a intolerância, conforma e confirma uma síntese da sociedade brasileira: classista, autoritária, racista, misógina e homofóbica (SAFLATE, 2018).

No Brasil, desde a invasão dos portugueses, em 1.500, os movimentos sociais foram, majoritariamente, resultados de alianças conservadoras entre segmentos das classes dominantes. Entretanto, sempre houveram resistências organizadas materializadas pelas camadas exploradas da população, como podemos verificar na experiência dos quilombos e diversas outras formas de luta e resistência, como a Confederação dos Tamoios (1562), a Insurreição Pernambucana (1645), a Inconfidência Mineira (1789), a Guerra de Canudos (1896-1897), a Guerra do Contestado (1912-1916), as Ligas Camponesas (1950-1960), dentre outras. Nos últimos 40 anos, os movimentos sociais se intensificaram a partir da organização dos trabalha-

dores na luta contra a Ditadura Militar com destaque para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Na luta pela reforma agrária, um problema estrutural do Brasil, foi criado formalmente em 1984 o Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que se tornou um dos principais movimentos sociais do Brasil. Tais movimentos, a despeito de exporem a crueldade do sofrimento da grande massa de trabalhadores, vêm contribuindo com o necessário e imprescindível processo de democratização da sociedade brasileira.

A Educação Física e as Ciências do Esporte estiveram, até os anos 1980 no Brasil, organicamente vinculados aos projetos conservadores e reacionários que balizavam a sociedade brasileira até aquele momento. A partir de então, esse campo do conhecimento vem, paulatinamente, conquistando relevância social a partir de sua, ainda modesta, interlocução orgânica com movimentos sociais populares.

Em um país em que as conquistas sociais são sistematicamente aviltadas, torna-se imprescindível que todos os campos do conhecimento dialoguem com os movimentos sociais populares que, por sua vez, vêm apontando, de forma dramática, para as necessidades mais candentes da maior parte da população. A Educação Física não deve e nem pode abdicar desse desafio permanente de dialogar organicamente com esses movimentos, compreender as suas contradições internas em meio às divergências e aos conflitos, e com isso construir conhecimento útil, de relevância social, para a maioria da população.

O GTT Movimentos Sociais do CBCE iniciou suas atividades em 1997, no Conbrace, realizado em Goiânia, quando muitos pesquisadores da entidade propagavam o discurso de que fazer ciência era fazer política, sob o argumento de que o simples fato de conhecer a realidade não garantiria, como de fato não garante, a sua transformação.

Nessa obra de comemoração dos 40 anos do CBCE, integrantes do Comitê Científico do GTT Movimentos Sociais apresentam, em quatro textos, sínteses argumentativas que problematizam a atual conjuntura sociopolítica brasileira e internacional, caracterizada, grosso modo, pela destruição, em largo espectro, dos direitos sociais, pela despolitização das massas populares, pelo culto ao mercado como regulador máximo das relações sociais. Em síntese, apontam que o embaralhamento de informações esvaziadas historicamente e o recrudescimento de movimentos neofacistas, amalgamados por uma brutal ofensiva neoliberal ultraconservadora, capturaram o Estado e vêm contribuindo a passos largos para o sucateamento dos serviços de saúde, educação, previdência etc (SOUZA, 2017).

O primeiro texto, ‘Movimentos sociais populares: desafios e perspectivas na conjuntura atual’, de Leni Hack e Dinairan Dantas Souza, traça um panorama acerca da caracterização e historicização dos movimentos sociais no Brasil, seus desafios e perspectivas diante do contexto atual, em que se verifica uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais, sindicais e populares.

O segundo texto, ‘Democracia e corporativismo estatal no Brasil: os desafios das organizações populares nas lutas sociais’, de Nair Casagrande versa acerca das raízes sociopolíticas da frágil democracia brasileira. Problematisa o atual papel dos partidos políticos e o crescente descrédito na representatividade política.

O terceiro texto, ‘A educação do campo no Brasil: do golpe de 2016 à Base Nacional Comum Curricular’, de Ailton Cotrim Prates, versa sobre a política de Educação do Campo, na perspectiva da classe trabalhadora do campo, a partir da análise do financiamento do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), apontando os limites e os avanços, bem como denuncia a ocultação da Educação do Campo na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e, diante dos fatos, aponta para a sua revogação imediata.

Por fim, o quarto texto, ‘A Educação física nas escolas básicas do campo: em defesa da socialização e da apropriação do saber escolar’, de Tiago Nicola Lavoura, apresenta sínteses argumentativas acerca do necessário compromisso de toda a sociedade com a Educação do Campo, chama a atenção para a dívida histórica para com esse grupo social na luta pela superação do *déficit* educacional que o assola. Afirma a Pedagogia Histórico-Crítica como ferramenta estratégica para auxiliar a Educação do Campo, e por extensão a Educação como um todo, incluído obviamente a Educação Física, já que a escola não pode ser tratada apenas como uma instituição meramente reprodutora das relações sociais capitalistas.

No prólogo do livro, O ódio como Política, Gregório Duvivier é categórico quando diz: “Se tem uma coisa que o Brasil não precisa é de moral cristã e ordem militar. Tudo o que a gente teve até hoje é porrada e missa. E a gente é a prova viva do fracasso de ambos” (DUVIVIER, 2018, s/p.). Os movimentos sociais populares certamente contribuem para enfrentar, em diferentes campos de luta e com as armas da crítica, essa realidade, eivada de ilusões e devaneios. Com isso, contribuem significativamente para a construção da contra-hegemonia com base nas reivindicações da classe trabalhadora e no projeto histórico socialista. A Educação Física, por seu turno, não pode se furtar de um diálogo orgânico com esses movimentos



sociais populares, com uma crítica permanente e radical de suas atividades, programas e ações, sob o risco de se tornar irrelevante no processo, urgente e necessário, de edificação de um outro mundo possível.

Goiânia, abril de 2019.

*José Luiz Cirqueira Falcão*

## Referências

DUVIVIER, G. Prólogo. *In: GALLEGO, E. S. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boi Tempo, 2018.

GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

SAFLATE, W. Sobre o ódio como política. *In: GALLEGO, E. S. (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boi Tempo, 2018.

SOUZA, J. J. F. *A elite do atraso: da escravidão à lava-jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

## Movimentos sociais populares: desafios e perspectivas na conjuntura atual

*Leni Hack*

*Dinairan Dantas Souza*

*[...] não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la  
melhor,*

sem esperança e sem sonho. A esperança é necessidade ontológica  
[...].

Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico.

Paulo Freire (2003, p. 10)

### **Apresentação**

Movimentos sociais são fenômenos que apresentam diversas facetas, acompanham a história das diferentes sociedades, portanto, é mais apropriado tratar no plural, ou seja, como movimentos sociais, relacionando-os ao contexto social do qual emergem. Como objeto de análise, os movimentos sociais estão inseridos num campo teórico que os descolam, ao menos parcialmente, das realidades diversas às quais estão vinculados e, desta forma, é possível ultrapassar as singularidades e particularidades de cada movimento social e abranger, num mesmo conceito, fenômenos empíricos muito variados.

No entender de Camacho (1987, p. 218) “os movimentos sociais têm duas grandes manifestações: por um lado, aqueles que expressam os interesses dos grupos hegemônicos, e, por outro lado, os que expressam os interesses dos grupos populares. Os movimentos sociais do segundo tipo, são os que conhecemos como movimentos populares”.

A terminologia ‘Movimentos Sociais Populares’, de acordo com Viana (2016), tem sido utilizada de forma corrente, para designar um conjunto social mobilizado, cuja composição predominante é oriunda das classes sociais desprivilegiadas, ou seja, “destituídas de qualquer privilégio e geralmente sofrem processos de dominação, exploração, subordinação e marginalização. Esse é o caso do proletariado, campesinato, lumpemproletariado, serviçariado”.

Procuramos abordar neste texto, os Movimentos Sociais Populares, a partir da conjuntura brasileira atual, discutir os desafios e analisar as perspectivas no intuito de vislumbrar possibilidades para o restabelecimento do estado democrático. Consideramos necessária e fundamental a reflexão sobre a objetividade e as subjetividades que afetam o povo brasileiro e, especificamente, a comunidade científica, a partir do golpe institucional parlamentar, jurídico e midiático que culminou com o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016.

Desde então, o país tem vivenciado uma avalanche de ataques, que afetam as classes populares, para além de nossas fronteiras nacionais, no mundo todo, e redirecionam as políticas públicas e o próprio imaginário social sobre a compreensão da realidade, atingindo frontalmente os direitos da Classe Trabalhadora. Configurando uma retomada do modelo neoliberal, de forma avassaladora, beirando a barbárie, afetando a soberania dos povos, de seus territórios, suas culturas, suas liberdades.

## **Discussões preliminares sobre a história dos movimentos sociais no Brasil**

Partimos do pressuposto de que o conceito de movimento social compreende tanto os movimentos sociais de caráter histórico, como os da Antiguidade e Idade Média: revolta de escravos, heresias e seitas sociais, levantes camponeses e outros, como os movimentos milenários do século XIX (HOBSBAWM, 1981); os motins rurais do século XVIII (HOBSBAWM e RUDÉ, 1982); os movimentos socialistas e trabalhistas pós-Revolução Industrial (HOBSBAWM, 1981, 1988; THOMPSON, 1987; CARONE, 1979); os movimentos de bairro ou populares urbanos, já na segunda metade do século XX, acentuadamente após 1960 (SINGER, 1986; CAMACHO, 1987; BOSCHI, 1987; GOHN, 1994, 1995, 1997); os movimentos rurais brasileiros destas últimas décadas (GRZYBOWSKI, 1987, 2004; MARTINS, 1986, 2000; MEDEIROS, 1989); os denominados novos movimentos sociais, de mulheres, pacifistas, ecológicos e étnicos

das últimas décadas do século XX (SCHERER-WARREN & KRISCHKE, 1987; OFFE, 1994; MELUCCI, 2001), bem como os Movimentos Sociais Populares (CAMACHO, 1987; VIANA, 2016).

Por estarem presentes, de diversas formas, no decorrer da história de diferentes sociedades, pode-se afirmar que os movimentos sociais não são fenômenos extravagantes ou excepcionais, ao contrário, são centrais, estão no cerne da vida social. Segundo Grzybowski (2004, p. 286) “constituem-se concretamente em diferentes conjunturas e suas ações têm incidência direta na conjuntura”.

Os temas e as questões que envolvem o estudo sobre movimentos sociais ocupam um lugar privilegiado na teoria sociológica clássica e contemporânea. Basta lembrar que um dos aspectos essenciais na Sociologia, desde a sua origem, é a análise das manifestações coletivas, sob forma de movimentos de massa, das revoltas, enfim, é a análise da multidão<sup>1</sup>. Cada corrente de pensamento sociológico procura compreender, explicar, exorcizar, dinamizar ou controlar a multidão, este fenômeno que “impressiona, desafia, assusta ou entusiasma” (IANNI, 1988, p. 22).

Tais correntes teóricas apresentam uma variedade de conceitos sobre movimento social que quase nunca são comparáveis entre si, seja pelos próprios antagonismos e diferenças entre as correntes, seja porque os movimentos sociais se constituem objetos que envolvem interesses e paixões (MELUCCI, 2001).

Gohn (1997b) realiza uma análise importante sobre teorias dos movimentos sociais, afirma tratar-se de uma práxis, pois, os movimentos sociais referem-se à ação dos seres humanos na História; uma ação que envolve o fazer e o pensar, por meio de estratégias procedimentais e um conjunto de ideias motivadoras da ação. Formula, ainda, a seguinte conceituação:

Movimentos sociais são ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país,

---

<sup>1</sup> “A multidão surge na sociedade civil, urbano-industrial, burguesa, capitalista. Aparece nas manifestações de camponeses, operários, populares, desempregados, miseráveis, fanáticos. Desde os começos da sociedade nacional, quando se rompem as relações, os processos e as estruturas que organizam o feudo, o grêmio, o convento, a aldeia, o vilarejo, desde então ela irrompe na sociedade, com a sociedade. Nos campos e cidades, nas casas de negócios e fábricas, nas ruas e praças, ela se torna uma realidade viva, forte, surpreendente, assustadora, deslumbrante. [...] São muitos os estudos que registram, descrevem ou interpretam os acontecimentos: protestos, greves, revoltas e revoluções; banditismo social e messianismo; movimento social e partidos políticos, jacobinismo, blanquismo, anarquismo, socialismo e comunismo. Todos estão atravessados pela presença da multidão, plebe, turba, malta, patuléia, ralé, massas trabalhadoras, classes populares, coletividades em busca da cidadania, povo em luta pela conquista de direitos políticos e sociais” (IANNI, 1988, p. 22, 23).

criando um campo político de força social na sociedade civil. [...] As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade [...] Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país, e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sócio-políticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que se constroem em suas ações (GOHN, 1997b, p. 251-252).

Podemos fazer um exercício interessante se destacarmos aspectos do cenário social e político, do Brasil, no período correspondente ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerado atualmente, um dos maiores movimentos sociais, em capacidade de organização e organicidade.

Os governos instituídos no Brasil, por intermédio do golpe militar de 1964, exerceram violenta repressão às lutas e movimentos sociais populares. Nos governos militares de Médici (1969-1974), Geisel (1974-1979) e Figueiredo (1979-1985), ocorreram os momentos de maior centralização das decisões políticas no país e de repressão aos movimentos sociais populares por parte do Estado. Este período também preparou o caminho para uma abertura gradativa, controlada, como obra das lutas populares, de elites progressistas e da própria cúpula do governo de então. O processo de liberalização ocorreu como exigência da sociedade civil e com o planejamento do governo militar. Nestes anos ocorreram movimentos populares e trabalhistas, que simbolizaram a luta pela reconquista da cidadania.

No âmbito dos conflitos pela demarcação e posse da terra, um instrumento adotado pelo governo militar para o controle e a desarticulação dos mesmos, foi o Estatuto da Terra<sup>2</sup>, decretado pelo então presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que se configurava como a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil. Tinha em seu bojo um viés progressista com possibilidade de mexer na estrutura fundiária do país, mas jamais foi implantado. Algumas ações foram implementadas e poucas desapropriações realizadas para a execução de projetos de colonização, principalmente na região amazônica.

---

<sup>2</sup> Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, “Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências”. In: CONTAG. *Questões Agrárias*. Brasília/DF: CONTAG, p. 24-86, 1979. Documento 8.

No final dos anos 1960 e início da década de 1970, os discursos sobre a reforma agrária foram substituídos pelos projetos de colonização. A palavra de ordem na época da chamada integração nacional era “homens sem terra para terra sem homens”. No fundo, a “integração” da Amazônia permitiu contornar, temporariamente, o problema estrutural da reforma agrária.

Segundo Mattoso (1999), apesar de o Brasil ter sido capaz de assegurar elevadas taxas de crescimento econômico e ter apresentado condições de gerar mais empregos do que a maioria dos países do mundo no pós-Segunda Guerra mundial, isto não resultou em melhor distribuição da renda no país. Para tanto, aponta quatro fatores que podem nos fazer compreender melhor este processo, os quais são resultantes de uma sólida aliança conservadora entre os novos ricos, oriundos da industrialização do campo e da cidade, e os velhos ricos da grande propriedade fundiária.

Inicialmente, é preciso reconhecer que esta herança social vem de longe, do escravismo, de uma estrutura vigente de grande propriedade rural e da solução conservadora historicamente dada à questão agrária no país. Ou seja, a ausência de uma reforma agrária somente reforçou a concentração da propriedade privada e o atraso produtivo.

Assim, a partir dos anos de 1960, a combinação da ausência de reforma agrária com um processo de modernização agrícola levou à reprodução da pobreza, de baixos salários e à desintegração econômica e social dos pequenos produtores. Mesmo com o intenso processo de migração para as cidades, num primeiro momento, o imigrante rural encontrou espaços de inserção econômica nos grandes centros urbanos, inicialmente na construção civil e posteriormente na indústria e nos serviços. Porém, intensificou-se o “inchaço” das cidades, de forma precária, devido à intensa concorrência entre trabalhadores, resultante de um processo rápido de urbanização e de acentuados movimentos migratórios, ocasionando, assim, uma crescente taxa de desemprego e a consequente precariedade de vida, nos grandes centros urbanos.

Um segundo aspecto apontado pelo autor está relacionado com o lento processo de organização dos trabalhadores que pudesse exercer maior pressão social em prol da democratização das condições e relações de trabalho e por uma melhor distribuição de renda, o que teria sido dificultado ou mesmo anulado pela repressão político-militar. Esta conjuntura demonstrava que os mesmos setores conservadores, que historicamente impediram a transformação da estrutura agrária no país, buscaram o apoio militar para impedir que uma organização sindicalista e social pudesse impulsionar a distribuição da renda e a constituição de uma sociedade democrática.

O terceiro fator responsável pela degradação das relações sociais no Brasil, nesta virada de milênio, pode ser percebido no fato de que as políticas sociais foram tardiamente desenvolvidas de modo pouco universalizante, favorecendo, assim, a desigualdade no acesso às necessidades básicas de bem-estar como a educação, saúde e a previdência ou assistência social.

Em quarto lugar, afetando diretamente a classe trabalhadora, o salário mínimo sofreu um rebaixamento bastante significativo a partir da década de 1960, promovendo-se uma acentuada diferenciação entre os salários e colocando o Brasil como vencedor de mais um dos índices indicadores da desigualdade social.

Assim, o país se caracteriza hoje por ter um dos mais altos diferenciais entre os salários mais altos e os salários mais baixos, demonstrando serem comuns as diferenças salariais superiores a 1 para 100, no interior de uma mesma empresa. Com isso, a maior desigualdade entre os assalariados veio somar-se à já intensa desigualdade entre rendimentos e lucros ou entre proprietários e não-proprietários.

Ainda, acerca das transformações ocorridas, Antunes (2000, p. 38) destaca que:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (ANTUNES, 2000, p. 38).

E é neste contexto que os movimentos sociais populares, especialmente até meados da década de 1980 do século XX, surgiram com características novas, propondo uma relação menos clientelística com as agências do Estado e, por isso mesmo, desafiando a capacidade deste de atender ou incorporar as suas reivindicações, vindo a provocar o aumento das fissuras no sistema político e econômico de então.

Um marco importante da década de 1980 foi o movimento das Diretas-Já (1984), em prol da Emenda Constitucional que versava sobre eleições diretas para presidente. No entanto, foi derrotada na votação do Congresso Nacional. Apesar do movimento, houve a passagem indireta do governo militar para o civil. Somente em 1989, 25 anos depois de instalado o regime militar, a população elegeu diretamente o Presidente da República.

Em 1988, após um processo constituinte que volta a mobilizar setores organizados da sociedade civil, é elaborada a nova Constituição. Nela estão inscritos avanços consideráveis em relação aos direitos sociais e políticos. Entretanto, para o Brasil e para um grande número de países, para Avelar (1994, p. 53) esta década foi marcada “por forte recessão econômica, empobrecimento do Estado e de amplas camadas da população” e segundo Telles (1994, p. 7) apesar da década de 1980 ter sido “vívuda sob o signo da esperança democrática, encerrou-se, no entanto, com o espetáculo de uma pobreza talvez jamais vista em nossa história republicana”.

Inclusive no mundo capitalista desenvolvido, problemas como pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade, que pareciam ter sido eliminados há uma geração, reapareceram depois de 1973 e, na avaliação de Hobsbawm (1995, p. 396-397), “na década de 80 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão...”. Entramos nos anos 1990, findando o segundo milênio da era cristã, e segundo Telles (1994, p. 7) “vivendo o paradoxo de uma democracia consolidada nas suas instituições e nas regras formais do jogo político, mas que convive cotidianamente com a violência, a violação dos direitos humanos e a incivilidade nas relações sociais”. Neste quadro, a alternativa que mais obteve repercussão, junto à parte da população e à elite política, foi a propagada pelos ideólogos do neoliberalismo.

Neste período, os movimentos populares, principalmente os protagonizados por operários e suas representações de classe, passam por um período de menor expressividade pública. Têm maior visibilidade pública e na mídia os novos movimentos sociais, tais como os que se movem nas questões de gênero, étnicas e do meio ambiente, relacionados à diversidade identitária, cultural e biológica. De acordo com Melucci (2001, p. 77) os movimentos que emergem e ganham expressividade nas sociedades complexas são os movimentos ligados aos setores “juvenis, ecológicos, feministas, pacifistas”.

No Brasil, o Movimento pelo *Impeachment* do Presidente Collor, o Movimento da Cidadania contra a Fome, o Movimento pela Ética na Política, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), por exemplo, ocorridos na década de 1990, se inscrevem no rol destes novos movimentos com a característica peculiar de que, em nossa realidade, não é possível deixar de acrescentar às novas demandas, às lutas sociais por novos direitos, as reivindicações de direitos sociais tradicionais: habitação, alimentação, segurança, saúde e educação.



Perpassando este contexto, com origem que antecede de longa data os atuais conflitos, está a luta pela terra. Segundo Grzybowski (2004, p. 290) “A quase totalidade dos movimentos populares rurais atuais no Brasil surgiu como resistência a um processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura”. A partir de vários movimentos e momentos específicos desta luta, foi criado o MST. O marco de sua fundação como organização foi em janeiro de 1984, no primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel – PR, que teve como lema: “A terra para quem nela trabalha e vive” e, destaca-se entre os movimentos sociais populares devido ao grau de organicidade construído ao longo de sua história.

Em suas publicações, o MST afirma que a essência de sua existência está na luta para garantir a terra para o trabalho e o sustento das famílias rurais sem terra, bem como lutar pela construção de uma sociedade justa e igualitária, que se dará a partir da implementação de uma reforma agrária que modifique a estrutura da propriedade da terra, dando-lhe um caráter socialista e que seja feita a partir das deliberações e sob o controle dos trabalhadores.

Podemos inferir que o MST é um movimento social do campo que organiza suas lutas em diferentes espaços geográficos e atua em diversas frentes, justamente por entender que a conquista da terra não se consolida se for estanque ao processo histórico e social. A organização de uma ocupação acontece de modo similar em todas as regiões do país, ou seja, faz-se um levantamento das pessoas, de preferência ex-camponeses que vivem nas cidades, e as mesmas são convidadas para uma reunião de apresentação do Movimento e de seus objetivos. O trabalho de base caracteriza-se pelas reuniões de grupos como forma de chamamento à luta.

Nessa trajetória, de amplitude nacional, conforme Stédile e Görgen (1993) o Movimento se organizou, em diferentes níveis, através de setores nas diversas frentes consideradas pertinentes, para garantir a existência orgânica do Movimento, tais como: setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente; setor de Direitos Humanos; setor de Gênero; setor de Saúde; setor de Cultura e setor de Educação. E é pelo viés dos movimentos sociais populares que a educação do campo está sendo pensada e discutida no contexto político da educação brasileira. Esta é uma luta contra o processo de exclusão social e de direitos da população camponesa, na tentativa de se estabelecer novas políticas públicas que garantam o acesso à educação, na perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

## As lutas sociais, os desafios e perspectivas

No Brasil, considerando as tensões entre o projeto popular e os interesses explícitos na política de alianças com os partidos políticos representantes das oligarquias, foram 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), cujas características estavam mais para um governo progressista, com políticas de Estado que apresentavam possibilidades para algumas mudanças sociais e econômicas e apontavam para um nível razoável de soberania nacional e popular.

Podemos citar a promoção de políticas para mulheres, negros, índios, juventude, idosos, LGBTs, inclusão de pessoas com deficiências, defesa dos povos do campo e comunidades tradicionais – indígenas, ribeirinhos, quilombolas; vimos crescer investimentos na saúde, na educação, na assistência social, na moradia, houve geração de emprego, defesa da promoção dos direitos humanos, entre as quais, de certa forma, políticas públicas que favoreceram articulações amigáveis entre os movimentos sociais e o governo federal.

Desde o ano de 2013, foram crescendo/construídos movimentos de rua combinados com movimentos partidários, midiáticos, empresariais e jurídico/legislativos, para desestabilização da possibilidade de fortalecimento de um programa popular e democrático para o país. Mesmo assim, o PT foi reeleito à presidência, sob a direção da presidenta Dilma Rousseff.

Em 2016 foi oficializado o impedimento da presidenta, em uma articulação bastante visível dos donos do capital (sobretudo os capitalistas internacionais, que visam explorar as riquezas do Brasil, sem o devido retorno ao país) e instituições nacionais, como Ministério Público Federal - MPF, Polícia Federal - PF, Judiciário com o Supremo Tribunal Federal - STF, a Mídia e o Parlamento brasileiro.

Tem-se assim, a retomada de um modelo em que o mercado é o protagonista. Sem respeitar a Constituição Federal e o processo eleitoral, as elites dominantes exploram o povo brasileiro para manter os seus privilégios.

O Brasil governado pelo PT promoveu a quebra da agenda neoliberal imposta pelas agências financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Vale lembrar ainda que mesmo assumindo uma política mais progressista, para os padrões até então vividos no Brasil, os governos do PT não ofereceram ameaças estruturais ao capitalismo. Apenas adotou políticas públicas que favoreceram o acesso da classe trabalhadora empobrecida aos bens de consumo industrializados e às condições mais favoráveis de habitação, bem como a outros direitos sociais.

Com a retirada da presidenta Dilma da presidência da República, por crime de responsabilidade, que nunca antes fora considerado crime, os setores que se articularam para derrubá-la, começaram imediatamente a implementar suas pautas ultraliberais na economia, que atinge diretamente todas as responsabilidades do Estado em garantir direitos aos cidadãos brasileiros. Neste caso, cada setor teve que executar um papel: a mídia tratou de aliviar as pautas que falavam de crise econômica, substituindo-as por uma suposta retomada do crescimento econômico; o parlamento, em sua maioria, aliados ao governo de Michel Temer (PMDB) encaminhando reformas ultraliberais e o MPF, a PF e o Judiciário legitimando o golpe parlamentar e midiático.

Oliveira (2016, p. 217) descreve a ofensiva ultraliberal como as contrarreformas que regulamentaram a terceirização das atividades laborativas em que:

A perda de direitos sociais, uma vez que, sob o aspecto político, os trabalhadores terão muito mais dificuldades para organizar suas reivindicações coletivas, já que sua relação contratual ficará diluída entre a empresa contratante final e a intermediária. Não por coincidência, e alinhado com esta agenda, no dia 16 de abril [2016] o STF decidiu desarquivar um processo de 1998, decidindo por permitir que escolas públicas, universidades, hospitais, unidades de saúde, museus, entre outras autarquias, fundações e empresas estatais possam prescindir de concursos públicos e ter sua gestão entregue às chamadas “Organizações Sociais” sem fins lucrativos. Na prática, isso significa um processo de terceirização dos serviços públicos em áreas como educação, ciência e tecnologia e saúde (OLIVEIRA, 2016, p. 217).

Os serviços públicos passaram a ser desmontados pelo Estado, o que sinaliza benefício direto aos capitalistas, nacionais e estrangeiros, em detrimento dos trabalhadores e consolida o interesse dos grupos articulados em prol do golpe de 2016. Para Souza (2016) o golpe de Estado foi desencadeado para a obtenção de lucro/dinheiro para poucos, e nunca para combater a corrupção. O argumento de combate a corrupção foi apenas um argumento para convencer a classe subordinada e “imbecilizada” a agir contra seus próprios direitos e interesse de classe.

O cenário social e político brasileiro invadido pela prioridade absoluta de “reformas” liberais que atinge principalmente, a organização do trabalho, o sistema educacional e a previdência social, aprofunda a mercantilização por intermédio das parcerias público-privadas e da adoção de cartilhas, produzidas com o intuito de padronizar a formação como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, até mesmo as

propostas de mudança da Constituição Federal, mexem com a sociedade de forma tão profunda e drástica que pode transformar-se em potencial para a luta, em uma perspectiva de transformação.

No entanto, Oliveira (2016) chama atenção para o golpe de 2016 como aniquilação do debate político, e de como se tornou possível a aprovação de tantas contrarreformas que atingem a classe trabalhadora de forma gravíssima, mas que ainda assim, a elite conseguiu ludibriar a população com um toque de verniz de legalidade e discurso do mal necessário, ao tentar aprová-las no Congresso Nacional, mesmo que tais votações tivessem sido negociadas com a compra de votos.

Como resultado dessa conjuntura, culminou a eleição, em 2018, de um candidato representante do conservadorismo e ultraliberalismo de extrema direita, ao cargo máximo do país. Cujas campanhas presidenciais foram marcadas pela ausência do debate político, da discussão do plano de governo e, sobretudo, pela difusão midiática de slogans direcionados para diferentes grupos sociais, abrindo espaço para a violência de todos os tipos e gêneros, ampliando as estatísticas de homicídios, feminicídios, assédios e tantas outras manifestações que desumanizam o ser humano.

Os desafios pelos quais a classe trabalhadora e, em consequência, os movimentos sociais populares vivem são imensos, mais um momento intenso de necessidade de reconstituição, tanto porque os sujeitos da classe trabalhadora não se reconhecem como classe, bem como, por causa da criminalização da educação política e dos movimentos sociais que lutam por direitos da sociedade brasileira e contra os privilégios da classe dominante.

Como nos lembra Oliveira (2016, p. 228):

Também não devem ser desconsideradas as permanentes tentativas de criminalização dos movimentos sociais e da ação e do pensamento críticos. Movimentos sociais como o MST e o MTST, por exemplo, continuam a sofrer uma vigilância incisiva por parte das forças de repressão, assim como se verificou a perseguição a movimentos surgidos em 2013, como os black blocs, ainda no governo anterior. Além das práticas e propostas de velha data que tentam enquadrar os movimentos sociais como organizações criminosas, pululam nas casas legislativas de todo o país projetos que tendem a impedir o avanço de direitos de minorias e da liberdade de pensamento e construção do conhecimento, como a obscurantista lei elaborada pelo movimento “Escola sem Partido” (OLIVEIRA, 2016, p. 228).

Apesar dessa dura realidade, esse momento constitui, como destaca Freire (2005) uma possibilidade de humanização, já que a desumanização, mesmo sendo um fato concreto na história, não é destino dado, mas resulta da injustiça e violência da classe dominante sobre os dominados. E, mais que falar das possibilidades convoca os oprimidos à consciência de que é possível vencer os sentimentos de revanchismo, que polarizam os debates políticos, desqualificando-os e que pode condenar a todos.

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos - libertar-se a si e aos opressores. Estes que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos (FREIRE, 2005, p. 33).

A humanização é, portanto, necessária ao oprimido e ao opressor, tocando ao primeiro o poder de libertar a si mesmo e ao segundo. Em uma ação de constituir relações que não sejam de violência e nem de exploração.

Os desafios são imensos, mas para a classe trabalhadora não há outro caminho a ser trilhado. A reorganização em movimentos sociais populares é necessária e precisa ser cuidadosa, planejada, orquestrada a partir da compreensão da realidade, pois vivemos um momento político de muita influência da mídia, que representa os interesses da classe dominante. O compromisso social com os oprimidos é orgânico dos movimentos sociais populares, mas o que se apresenta como desafio inicial é organizar a classe trabalhadora, nas palavras de Freire (2005) os oprimidos, que hospedam o opressor (o admiram e desejam ser igual), para que estes venham a dar conta de ler a realidade ora vivida por todos.

Para essa reorganização há de se vencer essa fase de perplexidade anulante, essa letargia reinante, onde grande parte das pessoas não compreende que estamos vivendo um momento de avanço das forças ultraliberais e, para transformar esta realidade, precisamos nos unir para combatê-la. Focar em ações educativas em instituições formais e fora delas, com as pessoas socialmente excluídas, e que viveram, no passado recente, melhores condições de vida, mais digna e justa é fundamental entender que, a manutenção dos direitos da classe trabalhadora depende da luta contra as políticas propostas pelo governo atual. Dentro dessa perspectiva os sindicatos e movimentos sociais populares precisam atuar com pautas comuns e urgentes. Vencer as polarizações é um caminho para fomentar e ampliar a participação em sindicatos, partidos políticos e outras organizações populares.

Reorganizar os movimentos sociais populares no momento em que estes, os sindicatos e a própria educação são criminalizados e o conservadorismo liberal ocupa destaque e predominância, exige uma luta pela produção social do conhecimento de forma amorosa, como nos lembram Freire (2005) e Gramsci (1982) na tentativa de libertar os oprimidos hospedeiros dos opressores e construir hegemonia de classe.

## Referências

- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, 2000 – p. 35-48. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101010020526/gentili.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- AVELAR, L. M. *Mudanças Estruturais, Crise Política e Eleições*. São Paulo em Perspectiva: *Revista SEADE*, 8 (2): abril-junho, 1994.
- BOSCHI, R. R. *A arte da associação política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
- CAMACHO, D. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (org.). *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005
- GOHN, M. G. *Movimentos sociais e educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOHN, M. G. *História dos movimentos e lutas sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.
- GOHN, M. G. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.
- GRZYBOWSKI, C. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, J. P. *A questão agrária na década de 90*. 4. ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.
- HOBSBAWM, E. *Os trabalhadores*. Estudo sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBSBAWM, E.; RUDÉ, G. *Capitão Swing*. A expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

- HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho*. Novos estudos sobre história operária. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*. O breve século XX. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- IANNI, O. *A sociologia e o mundo moderno*. São Paulo: EDUC, 1988.
- MARTINS, J. S. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, J. S. *A Reforma Agrária: o Impossível Diálogo*. São Paulo: Editora da USP, 2000.
- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
- OLIVEIRA, T. B. O golpe de 2016: breve ensaio de história imediata sobre democracia e autoritarismo. *Historia*. Rio Grande, 7 (2): 191-231, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/download/6726/4414>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. (org.). *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SINGER, P. *A formação da classe operária*. 3. ed. Campinas/SP: Atual, 1986.
- STÉDILE, J. P.; GÖRGEN, F. S. *A luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.
- SOUZA, J. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- TELLES, J. *O movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1994.
- THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VIANA, N. Os Movimentos Sociais Populares. In: VIANA, N. (org.). *Movimentos Sociais: questões teóricas e conceituais*. Goiânia: Edições Redelp, 2016. Disponível em: <http://informecritica.blogspot.com/2017/09/os-movimentos-sociais-populares.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

# Democracia e corporativismo estatal no Brasil: os desafios das organizações populares nas lutas sociais

*Nair Casagrande*

## Introdução

A vitória do campo da extrema direita no recente pleito eleitoral no Brasil, de outubro de 2018, reflete o núcleo do golpe parlamentar ocorrido no país em 2016. Este núcleo significa a aliança do capital alinhado à burguesia interna que expressa sua consolidação nas urnas, diante de uma manipulação midiática através de falsas notícias (*fake news*).

Neste contexto, o grande capital<sup>1</sup> vem se beneficiando das novas formas de acumulação de capital nacional praticado através da pressão e consolidação de medidas governamentais dos últimos dois anos sob o con-

---

<sup>1</sup> Trata-se da elite financeira mundial, formando oligarquias econômicas, constituídas por setores como banqueiros, grandes empresários, grandes rentistas, proprietários de multinacionais, proprietários de mídia, especuladores financeiros, do setor petrolífero, constituindo a alta burguesia mundial. Em todos os setores temos assistido o aumento da concentração de propriedades de empresas em um menor número de proprietários. O exemplo do setor de produção e distribuição de alimentos no mundo mostra que este está nas mãos de um número cada vez menor de conglomerados transnacionais, sendo um fenômeno nacional e global. Segundo a Atlas do Agronegócio (2018, p. 11), “(...) algumas corporações globais agora estabelecem os padrões mundiais de agricultura e consumo de alimentos. Elas são incrivelmente duradouras: muitos dos atuais líderes mundiais dessa indústria foram fundadores do complexo agroindustrial moderno, como a Cargill (comerciante de grãos), a John Deere (máquinas agrícolas), a Unilever (alimentos processados e, no passado, plantações), a Nestlé (produtos lácteos e chocolate), o McDonald’s (*fast food*) e a Coca-Cola (refrigerantes). Dois adventos – o domínio do capital financeiro e o impacto das biotecnologias – resultaram em uma onda de fusões e aquisições desde a década de 1980, mudando a cara do setor”.



trole econômico dos gastos sociais, da exploração e precarização da força de trabalho materializada através da reforma trabalhista<sup>2</sup>, da desvalorização dos salários<sup>3</sup>, da exploração da biodiversidade etc.

Podemos ainda observar um ataque à oposição ao atual governo, a partir das mudanças e enrijecimento de leis repressoras, aos partidos de esquerda, tais como o Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), bem como às organizações populares<sup>4</sup> da classe trabalhadora. Isto se dá num contexto onde 274 novos deputados tomam posse pela primeira vez em Brasília, e deste total 70% deles são militares, empresários ou evangélicos (DIAP, 2019).

No campo brasileiro destaca-se a tendência do atual governo, de intensificar a concentração de terra e o fim das desapropriações destinadas às políticas de assentamentos rurais destinados aos sem-terra ou às demarcações de terras. Isso se soma ao aumento do apoio ao agronegócio e ao latifúndio. Evidencia-se o avanço sobre as terras indígenas, quilombolas, áreas reformadas e de preservação ambiental, além da concentração de terras públicas.

---

<sup>2</sup> A Reforma Trabalhista foi aprovada em 2017 sob a Lei 13.467/17, sob o principal argumento de que a antiga lei trabalhista atrapalhava a geração de novos trabalhos e a flexibilização da lei poderia potencializar o crescimento do mercado de trabalho. Segundo Bárbara Vallejos, integrante do Grupo de Trabalho sobre a Reforma Trabalhista do Instituto de Economia da Unicamp, “Essa é uma tese infundada. A geração de emprego dos anos 2000, com carteira assinada, foi muito expressiva e não tivemos alterações significativas nos direitos do trabalho porque havia um cenário de crescimento econômico. Esse é o determinante” (SODRE, 2018). Entre os meses de novembro de 2017 e julho de 2018, foram gerados apenas 50.545 postos de empregos formais, evidenciando um impacto muito pouco significativo na realidade da economia brasileira.

<sup>3</sup> Conforme Alves (2013, p. 04), em notícia publicada pelo jornal ‘O Estado de São Paulo’ de 30/06/2013, “(...) o salário médio mensal dos trabalhadores com mais anos de escolaridade recuou entre 2002 e 2011 no Brasil. A média de salário dos profissionais com 12 anos ou mais de estudo caiu 8% nesse período, de R\$ 3.057 para R\$ 2.821 (a variação já desconta a inflação do período). Isso significa que o poder aquisitivo desse grupo caiu em 10 anos”.

<sup>4</sup> Nos referimos às organizações de classe, da classe trabalhadora. Porém, utilizamos o termo “organizações populares”, para diferenciar das organizações que são da classe trabalhadora, mas que tem tido internamente a hegemonia de um projeto de classe da burguesia, em sua teoria e em suas práticas. Assim, consideramos ‘organizações populares’ aquelas que são formadas por trabalhadores no interior da estrutura social do capitalismo, e que permanecem hegemonicamente defendendo os interesses de sua classe, em teoria, projeto e em ações, balizadas por um projeto de sociedade no qual a hegemonia seja o interesse da classe trabalhadora, do campo e da cidade, predominando as necessidades coletivas sobre os interesses de grupos minoritários ou do grande capital.

Já nas organizações populares, na luta social, observamos uma adesão às forças sociais voluntárias que se somaram à campanha do vira voto contra o fascismo, no último pleito eleitoral, vinculadas às ações como o Congresso do Povo<sup>5</sup>, o chamado Comitê Lula livre<sup>6</sup>, bem como possíveis lutas de massas frente às contradições da realidade social.

Nesta correlação de forças sociais, assistimos a tendência à criminalização<sup>7</sup> destas organizações populares passando pelo incremento da investigação, repressão, julgamento e condenação de qualquer resistência ao programa do atual governo eleito, colocando em prática a lei de organização criminosa contra os movimentos populares. Este contexto impõe a necessidade de construção de forças de resistência e de unidade.

As medidas tomadas após o presidente eleito assumir o cargo claramente prejudicam a classe trabalhadora na sua totalidade. Dentre estas podemos citar a redução do valor do salário mínimo que já estava aprovado pelo congresso, a extinção da Secretaria da Diversidade, Alfabetização e Inclusão do Ministério da Educação; extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que orientava o combate à fome e o Programa Bolsa Família; extinção dos ministérios do Trabalho, da Cultura, das Cidades, dos Esportes e da Integração Racial; anúncio da liberação da posse de armas; proibiu a Fundação Nacional do Índio (Funai) de demarcar áreas indígenas editando medida provisória que determina a responsabilidade de realizar a reforma agrária, demarcar e regularizar terra

---

<sup>5</sup> O Congresso do Povo Brasileiro foi convocado por cerca de 80 entidades populares que compõe a Frente Brasil Popular, buscando construir um processo pedagógico das massas populares, bem como politizarem o debate na sociedade referente ao momento político vivido de um ano eleitoral. (FRENTE BRASIL POPULAR. Disponível em: <http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/entenda-o-que-e-o-congresso-do-povo-1a5d/>. Acesso em: 05 fev. 2018.) “O Comitê de solidariedade internacional em defesa de Lula e da Democracia no Brasil é um grupo amplo e plural de entidades nacionais, internacionais e personalidades que defendem a restauração da democracia no país e o direito de Lula a um julgamento justo e imparcial.” Lula Livre Comitê internacional. Disponível em: <https://comitelulalivre.org/>. Acesso: 06 fev. 2018.

<sup>6</sup> “O Comitê de solidariedade internacional em defesa de Lula e da Democracia no Brasil é um grupo amplo e plural de entidades nacionais, internacionais e personalidades que defendem a restauração da democracia no país e o direito de Lula a um julgamento justo e imparcial”. Lula Livre Comitê Internacional. Disponível em: <https://comitelulalivre.org/>. Acesso em: 06 fev. 2018.

<sup>7</sup> Segundo a Folha de São Paulo, de 06 de dezembro de 2018, o governo de Jair Bolsonaro pretende ampliar o texto do Projeto de Lei (PL) 272, aprovada pela então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, antecedendo as Olimpíadas do Rio de Janeiro. Para tanto, tramita no senado o texto proposto pelo senador Lasier Martins (PSD-RS) que pretende ampliar a abrangência desta lei, alterando a legislação contra práticas terrorista. O texto visa disciplinar com maior precisão as condutas que podem ser consideradas como ato de terrorismo, prevendo um endurecimento que poderia enquadrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). BALLOUSSIER, Anna Virginia. Movimentos temem que até ‘like’ baste para virarem terroristas no governo Bolsonaro. São Paulo, Jornal Folha de São Paulo, dez. 2018 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/movimentos-temem-que-ate-like-baste-para-virarem-terroristas-no-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 05 fev. 2019.

indígenas bem como áreas remanescentes dos quilombos para o Ministério da Agricultura, reunidas na nova Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, etc.

O presente texto trata de uma breve revisão bibliográfica e análise do debate da democracia, movimentos da luta social e corporativismo estatal, no atual momento histórico pelo qual passa o Brasil, considerando a necessidade de contribuímos para transformações da realidade brasileira, sob a qual também a Educação Física, Esporte e Lazer está imersa.

Inicialmente abordaremos o debate sobre a democracia brasileira nos anos recentes para, a seguir, refletir sobre o corporativismo estatal no Brasil frente às lutas sociais. Posteriormente destacamos os elementos sobre os desafios da esquerda brasileira e das organizações populares nas lutas sociais. Finalmente, desenvolvemos as considerações finais.

## A democracia no Brasil – as raízes sociopolíticas da crise democrática brasileira nos anos recentes

Os sistemas políticos<sup>8</sup> caracterizados como democráticos tem enfrentado grandes desafios às portas do século XXI, frente às rápidas transformações da estrutura política e econômica, banhadas pelos processos do veloz desenvolvimento tecnológico e reconfigurações midiáticas.

Dentre os desafios dos sistemas políticos democráticos localizamos a tese defendida por Urbinati (2013), na qual a autora destaca que

[...] na democracia contemporânea, os partidos políticos, atores essenciais do sistema representativo desde seu surgimento na Inglaterra [...] mudaram sua função, mas não perderam importância ou acabaram, como se frequentemente se ouve dizer; a esta mudança deles correspondeu uma transformação da democracia de representativa em plebiscitária, com os esclarecimentos de que o plebiscitarismo contemporâneo não é feito de massas mobilizadas por líderes carismáticos (...). O novo plebiscitarismo é o de *audience*, o aglomerado indistinto de indivíduos que compõe o público, um ator não coletivo que vive no espaço pri-

---

<sup>8</sup> Os sistemas políticos aqui são entendidos, conforme Almond & Powell (1980, p. 17), como “(...) todas as interações que afetam ou ameaçam o uso da força física legítima. Os sistemas políticos incluem não somente organizações governamentais como os legislativos, cortes de justiça e órgãos administrativos, mas todas as estruturas, inclusive grupos familiares e sociais, em seus aspectos políticos. Não estamos, portanto, afirmando que o sistema político só se relaciona com a força, a violência ou a obediência compulsória. Ao contrário, sua relação com a força é sua qualidade distintiva. A preocupação do político com metas tais como expansão ou segurança nacional, bem-estar social e outras, relaciona-se a ações compulsórias – quando a obediência precisa ser exigida – como os impostos, a elaboração de leis e a política de defesa. O sistema político não é o único que elabora regras e as impõe, mas suas regras e imposições incluem a obediência e o desempenho compulsórios”.

vado da domesticidade e, quando é agente sondado de opinião, atua como receptor ou espectador de um espetáculo encenado por técnicos da comunicação midiática e recitado por personagens políticos. A personalização do poder e da política é um sintoma e um sinal tanto da transformação dos partidos quanto da formação da democracia da audiência (URBINATI, 2013, p. 85-86).

Para a autora, esta erosão do partido-organização não significou o fim do partido em si, mas o fim daqueles que buscavam a inserção na sociedade aspirando construir um consenso e obter uma afirmação, não apenas numérica, mas também de projeto. Assim, o declínio dessa forma de partido teve correspondência ao crescimento proporcional do partido eleitoralista, exclusivamente dedicado à reprodução de si mesmo, enquanto organismos internos às instituições, isto é, à reprodução da classe política.

Segundo Urbinati, “(...) Os partidos da democracia ‘dos’ partidos encontram-se bem-instalados na estrutura do Estado e longe de estar em declínio; estão encerrados no Estado e são capazes de fortalecer a própria capacidade de controle dos acessos ao poder institucional (...)” (2013, p. 88). Assim, assistimos o declínio dos partidos organizacionais e programáticos, especialmente na Europa, e a emergência dos ‘partidos leves’, resultando em uma tendência geral de perda e na crença da qualidade da política representativa.

De tal configuração emerge a ‘democracia de público’ atravessada pelo plebiscitarianismo, destacando a grande importância adquirida pelos grandes meios de comunicação, com seus monopólios, que reforçam a versão plebiscitária da democracia de audiência. A autora destaca um importante efeito antidemocrático expresso na perda dos eleitores de sua possibilidade de formar juízos críticos, visto que ocupam o posto de espectadores, tornando a política mais vulnerável e a democracia menos democrática.

Poderíamos atualizar estes efeitos passíveis de análise para a realidade brasileira correspondente às últimas eleições relativas ao pleito de 2018, especialmente em relação à disputa da vaga presidencial, com fatos análogos a perspectiva de uma dominação midiática e tecnológica intensa.

A partir da análise crítica a teoria das elites e à tese da ‘democracia concorrencial’ de Joseph Schumpeter, se tornou uma corrente dominante da teoria democrática. Miguel (2013) destaca que esta corrente teórica está tão carregada de valores quanto suas demais teorias adversárias.

Segundo o autor,

Ao aplicar o rótulo, politicamente prestigioso de ‘democracia’ aos regimes eleitorais do Ocidente, ao virar do avesso o conceito de democracia para adequá-lo a tais regimes e ao negar a possibilidade de qualquer avanço em direção a um regime mais participativo, ela cumpre um relevante papel legitimador do status quo. Isto é, possui um inocultável caráter político conservador (MIGUEL, 2013, p. 59-60).

Na sua análise crítica, o autor enfatiza que

O significativo é que essa teoria da democracia, hoje predominante, tenha adotado, como visto, os pressupostos de uma corrente de pensamento destinada precisamente a combater a democracia: o elitismo. O principal ideal da democracia, a autonomia popular, entendida no sentido preciso da palavra, a produção das próprias regras, foi descartado como quimérico. No lugar da ideia de poder do povo, colocou-se o dogma elitista de que o governo é uma atividade de minorias. A descrença na igualdade entre os seres humanos – que, tradicionalmente, era vista como um quase sinônimo da democracia – levou, como corolário natural, ao fim do preceito do rodízio entre governantes e governados (MIGUEL, 2013, p. 60).

Para exemplificar tais reflexões na realidade brasileira podemos nos valer da análise do autor acerca da democracia brasileira a partir do processo de redemocratização fixado no ano de 1985, no retorno dos civis ao cargo presidência; bem como em 1988, com a promulgação da nova Constituição do país, e ainda do ano de 1989 quando ocorreram eleições diretas para o cargo de presidente da república.

No debate, Miguel (2017, p. 52) destaca que a disputa política não se limita à sua expressão dentro das instituições, e que, nos últimos anos no Brasil, estamos percebendo que a democracia eleitoral não é a única opção de ação política. A partir desta afirmação, destaca três constatações.

Inicialmente o autor evidencia que, para entender a dinâmica do conflito político no país, é necessário considerar as forças sociais bem como os interesses que não se expressam nos canais institucionalizados. Estas forças e interesses sociais, às vezes, não tem potência suficiente para serem ouvidos por meio destes canais; outros têm força demasiada para aceitar serem contidos por eles (MIGUEL, 2017, p. 52).

O autor sublinha o peso da frustração de amplos setores populares para os quais o modelo lulista, iniciado desde a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva, no ano de 2002, se mostrava insuficiente. Tal expressão desta frustração teria seu auge nas manifestações de junho de 2013.

O desafio central colocado para a esquerda brasileira é entender o que são estes movimentos, e como podem se articular numa ação transformadora. Por outro lado, diante dos interesses do capital, a sua relação com o poder político nunca é contido completamente pelas regras vigentes da institucionalidade. O agravamento das tensões políticas dos últimos anos evidenciou que, para as classes dominantes do país, os pequenos avanços dos governos do PT já se mostravam excessivos. Ou seja, para entender a política e o funcionamento das instituições, é necessário considerar, centralmente, a relação do Estado com as classes dominantes (MIGUEL, 2017).

A segunda constatação na análise do autor destaca a necessidade de levar em conta o controle da informação<sup>9</sup>, já que as narrativas da história política do Brasil tendem a ignorar a mídia ou dar-lhe um papel secundário. Mesmo frente à importância das novas tecnologias de informação e comunicação na formação de redes e disseminação de formas alternativas de lutas políticas, a mídia tradicional coloca agenda e à leitura de mundo social em marcha com grande força. Assim, “(...) isso tem implicações tanto do ponto de vista da análise quanto da ação política: o controle da informação por um punhado de grupos privados permanece sendo um dos principais gargalos para a democracia no Brasil. Se conseguirmos restaurar os procedimentos democráticos mínimos e quisermos avançar um pouco a partir deles, essa é uma questão que não pode ser ignorada” (MIGUEL, 2017, p. 53).

A terceira conclusão é de que as instituições são, de forma simultânea, resultados, arenas e partícipes da luta política. Isto é, o mundo da política não pode ser visto como balizas fixas da disputa de projetos e interesses, alheias às disputas do complexo social. O golpe parlamentar que derrubou

---

<sup>9</sup> Segundo a Organização Não Governamental Repórteres Sem Fronteiras (RSF), as 50 maiores empresas de comunicação pertencem a 26 grupos econômicos. Ainda, políticos são proprietários de veículos de comunicação, mesmo diante da proibição constitucional. Segundo a matéria, o mercado da mídia no Brasil é dominado por ‘dinastias familiares’, que concentram poder político e econômico, detendo uma rede de poder em uma malha estendida por todo o território nacional. O relatório da ONG afirma que mesmo a tecnologia digital ou avanço da internet, ou mesmo esforços regulatórios pontuais limitaram a composição de oligopólios midiáticos. O relatório afirma que “Assim como os ruralistas, antes chamados de latifundiários, os proprietários dos meios de comunicação possuem um vasto território nas ondas das TVs e das rádios, combinando interesses econômicos e políticos com o controle rigoroso da opinião pública.”. *Mídia no Brasil ainda é controlada por poucos, diz estudo*. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/midia-no-brasil-ainda-e-controlada-por-poucos-diz-estudo,d3f0e0330108eb3944b6ed9fe681066b94j2hbbv.html>. Acesso: 25 fev. 2019.

a presidenta Dilma Rousseff<sup>10</sup> em 2016 mostra como o sistema de freios e controles não o preveniu ou o barrou, mostrando o que o sistema político pode alavancar frente a uma institucionalidade que é desigualmente porosa, ou seja, sensível a alguns interesses e quase impermeável a outros.

Segundo Miguel, desconsiderar este fator “(...) é abolir do nosso horizonte algo central que permite entender a política como uma disputa de interesses, vinculada aos grupos sociais que buscam reforçar ou contestar os mecanismos de dominação que atravessam a sociedade (MIGUEL, 2017, p. 54).

Nesta perspectiva, questionamos se a democracia no Brasil existe na sua qualidade. Conforme Moisés (2008, p. 13), “(...) vários autores definiram a democracia em termos de competição, participação e contestação pacífica do poder”. Desta forma, um regime democrático deveria implicar nas seguintes condições: “1. Direito dos cidadãos escolherem governos por meio de eleições com a participação de todos os membros adultos da comunidade política; 2) eleições regulares, livres, competitiva e aberta; 3) liberdade de expressão, reunião e organização, em especial, de partidos políticos para competir pelo poder; e 4) acesso a fontes alternativas de informação sobre a ação de governos e a política em geral.” (MOISÉS, 2008, p. 13).

Esta compreensão tem como vantagem deixar claro que qualquer sistema político que não tem como base o processo competitivo de escolha de representantes, capazes de torná-los dependentes do voto da massa de cidadãos, não pode ser considerado como uma democracia. Por outro lado, esta visão pode tornar-se refém do que os autores classificam como ‘falácia eleitoralista’, ou seja, a tendência de que o processo de eleições se torne prioritário, e às vezes exclusivo, sobre as outras dimensões da democracia.

Segundo Dahl (1971 apud MOISÉS, 2008, p. 14), para que o princípio da contestação do poder possa ser assegurado, é necessário assegurar a participação dos cidadãos na escolha de governos, incluindo a possibilidade de eles próprios serem escolhidos. Destaca que a característica central

---

<sup>10</sup> Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), a primeira mulher eleita presidente no Brasil, teve seu primeiro mandato entre 2011 e 2014. Na eleição de 2014, a então presidenta reconduziu sua candidatura a um segundo mandato tendo sido reeleita em números absolutos com 54,5 milhões de votos, totalizando o percentual 51,64% do montante válido. O candidato de oposição, já no segundo turno das eleições, era Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira), o qual obteve em números 51,04 milhões, representando 48,36% dos votos. O segundo mandato da presidenta deveria estender-se de 2015 a 2018. O golpe parlamentar decorrido ao longo deste segundo mandato a depôs em 31 de agosto de 2016. GLOBO. Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno. Edição de 27/10/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

da democracia é a exigência de contínua responsividade dos governos às preferências dos cidadãos. Tais condições implicam na garantia relativa às liberdades individuais e ao direito de organização e representação da sociedade civil, especialmente em partidos políticos sob os quais a pluralidade de concepções e interesses em disputa pode se expressar.

Neste debate dos elementos que qualificam uma verdadeira democracia, Moisés (2008) destaca oito dimensões a partir das quais a qualidade da democracia pode ter variação. Estas são:

[...] o primado da lei, a participação e a competição política, e as modalidades de *accountability*<sup>11</sup> (vertical, social e horizontal); as duas seguintes são essencialmente substantivas de um lado, o respeito por liberdades civis e os direitos políticos e, de outro, como consequência do anterior, a progressiva implementação da igualdade política e de seus correlatos, a igualdade social e econômica; por último, (...) a responsabilidade de governos e dos representantes, por meio do que os cidadãos podem avaliar e julgar se as políticas públicas, assim como o funcionamento prático do regime (leis, instituições, procedimentos e estrutura de gastos públicas) correspondem aos seus interesses e as suas preferências (DIAMOND; MORLINO, 2004 apud MOISÉS, 2008, p. 15).

Podemos perceber que, com base nestas características definidoras da qualidade da democracia, de sua natureza, confrontadas aos dados da realidade brasileira, o país se encontra intensamente distante de um real sistema político democrático, mesmo frente às amarras capitalistas. Os limites e perspectivas da democracia brasileira, frente a estes referenciais, se colocam como grandes desafios.

Entendemos que as experiências recentes das duas últimas décadas no Brasil, que pela primeira vez elegeu um presidente oriundo e representante da classe trabalhadora a partir de 2003, colocaram à tona as contradições presentes no âmago desta sociabilidade e da história do país.

---

<sup>11</sup> Trata-se da responsabilização, da prestação de contas frente a processos públicos. Exemplo “*Public companies have an accountability towards society.*” (Empresas públicas têm responsabilidade perante a sociedade.).



As contradições de classe, o fosso da desigualdade social em suas várias dimensões como saúde, educação, moradia e concentração de renda, concentração da terra<sup>12</sup>, da concentração de riquezas<sup>13</sup>, mostram as entranhas de uma sociedade desigual organizada sob uma falsa democracia, sob uma sociabilidade de relações capitalistas de exploração.

Diante destas contradições, como analisarmos as perspectivas e limites da democracia brasileira? Como avaliar efetivamente um período caracterizado por presidentes oriundos de organizações partidárias construídas pelos trabalhadores brasileiros? E que perspectivas se colocam ao Brasil num período pós-golpe parlamentar que sucumbiu os 54,5 milhões de eleitores que elegeram a presidenta deposta em 2016, bem como pós o pleito eleitoral de 2018, no qual o PT foi derrotado nas urnas em prol da eleição de um candidato representante de um setor político de extrema direita?

Enfim, quais as perspectivas e desafios para a esquerda brasileira, para as organizações populares da luta social, de retomada de ações efetivas balizadas por um projeto de popular para o Brasil, de uma sociedade igualitária; humanista; que valorize os interesses coletivos acima dos interesses individualistas ou vinculados ao mercado capitalista; da valorização do tra-

---

<sup>12</sup> Segundo o Atlas do Agronegócio (2018), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de desigualdade ao acesso à terra. Conforme o documento, “O Brasil possui 453 milhões de hectares sob uso privado, que correspondem a 53% do território nacional. Segundo dados do Atlas da Agropecuária Brasileira, um projeto do Imaflora em parceria com o GeoLab da Esalq/USP, 28% das terras privadas têm tamanho superior a 15 módulos fiscais. Os latifúndios brasileiros seriam o 12º maior território do planeta, com 2,3 milhões de km<sup>2</sup> se formassem um país. Apenas com nossas terras improdutivas poderíamos ainda formar outro país de dimensões continentais: os 66 mil imóveis declarados como “grande propriedade improdutiva”, em 2010, totalizavam 175,9 milhões de hectares. Sozinho, este estoque de terras seria suficiente para suprir a demanda por reforma agrária e conceder títulos aos 809.811 produtores rurais sem-terra.” (SANTOS & GLASS, 2018, p. 14).

<sup>13</sup> A matéria do Jornal El País, de 14 de dezembro de 2017 destacava que o “Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico”, afirmando que quase 30% da renda do Brasil está nas mãos de apenas 1% dos habitantes do país, apresentando a maior concentração do tipo no mundo, a partir de dados sobre o Brasil entre o período de 2001 a 2015. Já a Agência de Notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) noticiou em 11 de abril de 2018 que “Em 2017, os 10% da população com os maiores rendimentos detinham 43,3% da massa de rendimentos do país, enquanto a parcela dos 10% com os menores rendimentos detinha 0,7% desta massa. As pessoas que faziam parte do 1% da população brasileira com os maiores rendimentos recebiam, em média, R\$ 27.213, em 2017. Esse valor é 36,1 vezes maior que o rendimento médio dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 754). Na região Nordeste essa razão foi de foi 44,9 vezes e na região sul, 25 vezes. (...) No Brasil, o rendimento médio mensal real domiciliar per capita foi de R\$ 1.271 em 2017 e de R\$ 1.285 em 2016. As regiões Norte (R\$ 810) e Nordeste (R\$ 808) apresentaram os menores valores e a Região Sul, o maior (R\$ 1.567).” (IBGE. PNAD Contínua: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>. Acesso em: 25 fev. 2019.)

balho humano frente à exploração do mesmo; do acesso amplo e coletivo aos bens materiais gerais como alimentação, saúde, moradia, saneamento básico, educação, esporte e lazer, emprego, luz, comunicação, etc.?

Estas questões podem ser refletidas a partir da análise do recente histórico da relação entre o Estado brasileiro e as organizações populares apresentada a seguir.

### **As lutas sociais na relação com o corporativismo estatal no Brasil**

O corporativismo estatal se refere a um conjunto particular de políticas e disposições institucionais que permitem estruturar a representação dos interesses. Em Estados onde predominam estas disposições, se concedem privilégios ou criam-se grupos de interesse, visando regular o seu número e dando aparência de um monopólio quase representativo com prerrogativas especiais (STEPAN, 1980).

Conforme Stepan (1980), a retribuição por estas prerrogativas e monopólios, o Estado, através de seu sistema político, passa a exigir o direito de controlar os grupos representativos, através de uma variedade de mecanismos visando desencorajar exigências conflitantes ‘estritas’ que tem base de classe. Assim, muitas elites do estado, passadas e presentes, têm usado essas políticas corporativas para estruturar a representação dos seus interesses.

O autor destaca quatro questões sobre o corporativismo estatal, dentre as quais considera que o corporativismo expressa a reação de uma elite à crise envolvendo a tentativa desta elite, que controlam o aparelho do Estado, de reestruturar as relações entre os setores da sociedade civil e o próprio Estado.

Outro aspecto em relação ao corporativismo passa pela alegação, por diferentes autores, que o padrão corporativista de representação de interesses é um reflexo da forma pela qual algumas sociedades civis estão naturalmente organizadas. Stepan (1980) defende que os padrões corporativistas de representação de interesses não constituem tanto um insumo social, mas o resultado de uma política, consequência de estruturas impostas conscientemente pelas elites políticas à sociedade civil.

No caminhar desta análise, destacamos as reflexões de Araújo Filho (2016). Para o autor o Brasil apresenta uma tendência histórica do corporativismo estatal, visto que

No Brasil, o Estado Novo instituiu um amplo sistema de representação política controlada, e a síntese sociopolítica desse corporativismo foi a cidadania regulada, em que os direitos sociais eram partes de uma

cidadania funcional, posta como prerrogativa do Estado. Este passou a atuar como ente organizador da nação e lugar de definição do interesse público, em um espaço de filiação compulsória, estratificado de acordo com as clivagens da ordem do trabalho. O corporativismo estatal não apenas se antecipou à consolidação do sistema político representativo, como também contribuiu para consolidar mecanismos políticos que ultrapassaram sua gênese autoritária e estimularam práticas não republicanas nas fases democráticas. O corporativismo possibilitou ao Estado organizar a sociedade de acordo com a estratificação social da ordem econômica, redefinir o poder dos grupos sociais e criar um sistema de lealdade paraestatal. A força política de suas organizações burocráticas e a sua funcionalidade como mecanismo de mediação dos conflitos entre capital e trabalho, consolidaram esse modelo nos regimes posteriores. Quando a Nova República surgiu, parte da dinâmica da participação que se desenvolveu após o processo de democratização ocorreu sob arenas herdadas do corporativismo, mesmo durante o pretendido desmonte estatal que foi deflagrado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (ARAÚJO FILHO, 2016, p. 02-03).

Para Araújo Filho (2016), o corporativismo de Estado possibilitou a este organizar a sociedade conforme a estratificação social da ordem econômica, redefinindo o poder dos grupos sociais e criando um sistema de lealdade paraestatal. Sob esta tendência a longo curso, herdada desde o Estado Novo no Brasil, a partir de 2003 quando o governo do PT assume o governo, desencadeia-se o múltiplo sistema de integração sociopolítica, das organizações populares, passando a apresentar uma seletividade política ancorada em três pilares centrais.

O primeiro foi observado na gestão das políticas e programas sociais, através da estruturação de um sistema participativo, com colegiados participativos, comissões técnicas e grandes conferências públicas articuladoras desta burocracia estatal com as organizações populares. Para o autor,

O desenho institucional dessas políticas passou a contemplar mecanismos decisórios de repasses de fundos, de serviços e de equipamentos públicos nas políticas de saúde, educação, assistência social e nos diversos programas sociais focalizados. Com esses requisitos administrativos, os movimentos sociais foram impulsionados a se transformarem em organizações com *status* de pessoa jurídica, capazes de satisfazerem os requisitos sistêmicos e jurídico-administrativos do universo estatal (ARAÚJO FILHO, 2016, p. 02).

Este tipo de relação entre o Estado brasileiro e as organizações populares, sindicatos, etc., pode evidenciar um processo de cooptação ou arrefecimentos das lutas sociais destas diferentes entidades por suas reivindicações e demandas.

Nesse contexto, numa segunda ação política atrelada à trajetória histórica do Estado Brasileiro, conforme o autor, o governo reforçou e renovou o modelo tradicional corporativista estatal através dos colegiados gestores de fundos de pensão das estatais. Desta forma, o governo solidificou uma aliança entre o grande empresariado nacional e as lideranças políticas da elite operária bem como da alta tecnocracia das estatais integradas às federações e às centrais sindicais, amarradas por incentivos estatais e pela contribuição sindical compulsória.

O terceiro pilar deste tripé, para Araújo Filho (2016), foi composto pelo reforço das agências reguladoras enquanto um modelo de relações do Estado com os grupos empresariais os quais possuíam concessões estatais de serviços públicos, tais como telecomunicações, energia, transportes e saúde suplementar. Neste modelo de regulação o direito positivo é substituído por processos de negociação entre empresas prestadoras de serviços diretamente com as agências reguladoras, caracterizando-se como um processo de tratativas sobre lucros, investimentos e a qualidade dos serviços de forma restrita em relação ao escrutínio público.

Conforme Braga e Bianchi (2017) os primeiros sinais que o ciclo do PT poderia estar se encerrando foi visível em 2005 com a crise do Mensalão. Porém o PT superou tal crise e venceu a seguir três eleições presidenciais consecutivas.

Os autores analisam o período a partir de 2013, especificamente as chamadas ‘Jornadas de Junho’ ocorridas naquele ano, como um novo ciclo de lutas sociais, associadas

(...) à espoliação do espaço urbano e, assim ao direito dos trabalhadores à cidade, somado à maior onda grevista da história brasileira que revelou o aprofundamento da mercantilização do trabalho, destacando a importância da defesa dos direitos trabalhistas. Entendemos que a articulação entre os diferentes modos de mercantilização do espaço urbano e do trabalho oferece indícios mais sólidos a respeito de como interpretar a nova configuração histórica descortinada em junho de 2013, para além dos reducionismos politicamente interessados (BRAGA e BIANCHI, 2017, p. 72).

Nesta perspectiva, as manifestações de junho de 2013, na análise dos autores, se apresentam como um convívio do novo com o velho, no qual novos sujeitos, sob diferentes tipos de reivindicações, convivem com estruturas tradicionais, tais como movimentos, partidos e sindicatos. Nas análises das várias manifestações massivas, nas principais capitais, os autores destacam (...) a presença massiva do precariado nos protestos e a ausência dos partidos políticos tradicionais à frente desse ciclo de mobilizações” (BRAGA e BIANCHI, 2017, p. 82).

Estes fatos caracterizam, para os autores, o fim de um ciclo político do PT como forma de imaginação da esquerda. Para eles,

Em seus tempos heroicos, esse partido expressou um classismo prático, aquele bom senso das classes subalternas presente numa intrincada justaposição de elementos que se apresentam em um conjunto de práticas políticas aparentemente fragmentárias, incoerentes e contraditórias, tal como são as greves, manifestações, formas de sindicalismo e associativismo as mais diversas etc. Explicitamente o PT recusou-se, em seus primeiros anos, a traduzir esse classismo em um programa político que expressasse uma concepção de mundo própria. Preferiu, reiteradamente, apresentar-se no terreno das reivindicações imediatas, adiando ou mesmo rejeitando a definição de uma orientação hegemônica (BRAGA e BIANCHI, 2017, p. 83).

Desta forma, as ‘Jornadas de Junho’ de 2013 avisavam um incêndio, pois as formas tradicionais da política, segundo os autores, chegavam ao seu limite e passaram a se decompor, demonstrando a inquietação do precariado nas grandes capitais explicitando a distância da esquerda em relação aos grupos sociais ativos politicamente. Tomaram as ruas, das grandes capitais, os jovens trabalhadores sem vínculos com sindicatos ou sem experiências prévias de organização ou treinamento político do movimento estudantil.

Na análise dos autores, a agitação política ocorrida em 2013 prosseguiu de forma subterrânea nos no período subsequente. Segundo Braga e Bianchi, tal inquietação do precariado<sup>14</sup> reemergiu posteriormente nas “(...) explosões de fúria nos canteiros de obras; nas manifestações dos sem-teto; nas mobilizações contra os gastos com a Copa do Mundo; na revolta da juventude nas escolas; nas greves de professores.” (2017, p. 884), ocorrendo à margem da esquerda partidária.

Para Alves (2013), a espinha dorsal dos protestos nas 353 cidades brasileiras que ocorreram em junho de 2013 foi constituída pelo precariado, ao qual se juntaram outras camadas sociais, frações e categorias de classe que ocuparam as ruas na medida em que as manifestações foram explodindo midiaticamente. Segundo o autor,

É importante salientar que o cerne da radicalidade do precariado é a contração visceral entre ‘ideal de classe média’, impulsionados pela educação do capital; e a condição de proletariedade que caracteriza a situação existencial da juventude rebelde. Por isso, os protestos de rua no Brasil não dizem respeito a revolta da ‘classe média’. Na verdade, a pobreza heurística do conceito de ‘classe média’ tende a ocultar a condição existencial de classe da multidão insatisfeita das ruas, multidão de jovens-adultos proletários altamente escolarizados insatisfeitos socialmente e carentes de uma vida plena de sentido.

A seguir abordaremos os desafios atuais colocados às organizações populares frente ao acirramento da luta social no Brasil atual.

---

<sup>14</sup> Conforme Giovanni Alves (2013), o precariado não se trata de uma nova classe social, mas uma nova camada da classe social do proletariado que possui demarcações categóricas bastante precisa no viés sociológico, isto é, “(...) precariado é a camada média do proletariado urbano precarizado, constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social.” (ALVES, 2013, p. 03). Na análise do autor, “(...) é importante observar, no plano cultural, que o corte geracional, torna a camada social do precariado susceptível à utilização das redes sociais (face book e Twitter). O precariado é constituído pelos proletários nascidos na era digital. Ao mesmo tempo, tendo em vista que o precariado assumiu dimensões expressivas na era do neoliberalismo, que aprofundou nas últimas duas décadas, a imbecilização cultural, a despolíticação e o irracionalismo social na sociedade brasileira, o precariado tornou-se bastante susceptível às atitudes anarco-liberais, anarco-punks, neofascistas e esquerdistas *tout court*, isto é, atitudes ‘extremistas’, manipuladas tanto à esquerda como à direita, principalmente numa conjuntura social instável e polarizada politicamente. Na verdade, partidos e sindicatos que representam as camadas organizadas do proletariado urbano têm dificuldades em absorver as insatisfações sociais, demandas radicais e formas de organização do precariado” (ALVES, 2013, p. 06).

## Os desafios da esquerda brasileira e das organizações populares nas lutas sociais<sup>15</sup>

É urgente refletir criticamente os dilemas da esquerda brasileira, das organizações populares da classe trabalhadora, enfrentando o fim de um ciclo político no qual as esquerdas se enfrentam com seus limites no sindicalismo e no eleitoralismo. Estes limites impuseram uma cisão entre a tática e a estratégia, com a predominância da primeira. E, assim, a política, resumiu-se à técnica voltada à escolha de palavras de ordem e escolha de candidatos. Para Braga e Bianchi (2017), a dimensão estratégica da política foi sufocada.

A primazia da tática, ao mesmo tempo, expressa o primado do presente e do imediato sobre o passado e o futuro, sobre a memória e a utopia. Ao mesmo tempo, a crise das esquerdas no Brasil, evidencia a necessária justificativa de sua própria existência, de forma que esta encontre novos lugares, novos espaços políticos e sociais, rompendo com os limites geográficos que se impõem e reconhecendo a inquietação do jovem precariado nos espaços nos quais ela se manifesta. Dessa forma, necessita fundir a inquietação às lutas políticas e sociais na totalidade das classes subalternas, ultrapassando os limites sindicais e parlamentar (BRAGA e BIANCHI, 2017).

Segundo esta análise, para restituir a perspectiva ao futuro, é necessário recriar a relação entre a imaginação e a ação política, pois o primado da tática e do presente sucumbiu o pensamento crítico, já que

[...] O anti-intelectualismo predominante impede pensar o futuro e afirmar uma imaginação estratégica. Ele impõe o primado da prática sobre a teoria. Submetida, a teoria se confunde com uma hermenêutica de textos sagrados e instrumentos de legitimação dos grupos dirigentes. Livre da imaginação utópica a política reproduz indefinidamente o tempo presente, o tempo da sujeição. Uma nova relação entre o ativismo social e atividade intelectual se torna necessária (BRAGA e BIANCHI, 2017, p. 85).

---

<sup>15</sup> Nossa análise se baseia e tem acordo com Marta Harnecker que, ao citar Lenin, enfatiza que “Para comprender una situación política y conducir correctamente al movimiento revolucionario se debe “comenzar por pasar revista, con la mayor exactitud y tan serenamente como sea posible, a las fuerzas que se enfrentan”, opina Lenin y agrega que es necesario preguntarse: ¿Cuáles son esas fuerzas? ¿Cómo están agrupadas unas contra otras? ¿Qué posiciones ocupan en el presente? ¿Cómo actúan? Sólo cuando la vanguardia sepa “apreciar estas fuerzas correctamente y con absoluta serenidad”, independientemente de sus “simpatías y deseos”, podrá extraer las conclusiones correctas en cuanto a su “política en general” y a sus “tareas inmediatas en particular” (HARNECKER, 1989, p. 04).

A reinvenção da esquerda se evidencia como uma necessidade e, neste momento, uma possibilidade. Uma nova prática política necessita abandonar o velho modelo que limita a ação política das classes subalternas aos sindicatos e aos comitês eleitorais. Para Braga e Bianchi, “O primado da tática<sup>16</sup>, o do presente e o da prática podem dar lugar a novas formas nas quais a estratégia<sup>17</sup>, o futuro e a teoria reencontrem sua dignidade” (2017, p. 85).

Para Alves (2013, p. 6),

A tarefa política da esquerda radical é constituir a aliança interna das camadas sociais do proletariado urbano – o que não ocorre nem na Europa onde as novas dimensões da luta de classes alcançaram maior desenvolvimento social. De um lado, os movimentos sociais do precariado; e de outro, as manifestações das centrais sindicais e sindicatos do proletariado organizado com deformação burocrática. Por um lado, as misérias do esquerdismo, e por outro lado, a miséria do burocratismo impedindo a unidade política do proletariado como classe social capaz de fazer história. *Divide et impera* torna-se hoje, mais do que nunca, nas condições da proletariedade universal, o lema da ordem sociometabólica do capital.

Soma-se a isso, segundo Miguel (2017), a necessidade de “(...) observar que a democracia, ao se realizar em determinadas instituições, cristaliza uma forma de dominação” (p. 60). Frequentemente parte-se do pressuposto de que a democracia e a dominação se situam em lugares diametralmente opostos, não podendo haver dominação onde há democracia, já que no debate do contexto de um ordenamento político democrático, a categoria ‘dominação’ se torna inútil.

---

<sup>16</sup> Conforme Marta Harnecker, baseada nos estudos de Vladimir Ilyich Ulyanov (1870-1924), conhecido através de seu pseudônimo Lenin, a tática “(...) desde el punto de vista militar, la táctica está constituida por las distintas operaciones o medidas concretas que se adoptan para llevar a cabo el plan estratégico. Hemos examinado también un concepto que es básico para determinar la táctica a seguir: el de la correlación de fuerzas.” (1986, p. 46). Sobre este conceito, aplicado desde o ponto de vista político, citando Lenin, a autora expressa que “Las tareas políticas concretas deben plantearse en una situación concreta”, expresa Lenin en 1905, polemizando contra quienes pretenden aplicar en forma estereotipada los mismos métodos a realidades manera directa e inmediata “las condiciones de la acción y las tareas de la acción.” (HARNECKER, 1986, p. 46).

<sup>17</sup> Segundo Marta Harnecker, estratégia diz respeito ao caminho, ao horizonte a seguir enquanto sociedade, um projeto de sociedade a ter como horizonte diante da luta de classes existente no modo de produção capitalista. Para a autora, “Del análisis de cuáles son las clases o fuerzas sociales que se enfrentan en el terreno de la lucha política, cómo están agrupadas y cuál es su dinámica de desarrollo, la vanguardia política debe obtener una apreciación de la revolución en marcha y, definir la **vía o el camino a seguir** para lograr conducir la revolución a la victoria decisiva. (...) la definición del **camino a seguir**, es decir, de **la forma cómo hay que proceder** para que el cauce de la revolución sea mayor, nada tiene que ver con las facilidades o dificultades que se pueden encontrar al transitar por ese camino. (...) Ahora, **esta orientación general o camino a seguir** no cambia, si no cambia la **correlación** fundamental entre las clases.” (HARNECKER, 1986, p. 19).



Mas qualquer institucionalidade institui seu próprio regime de dominação, visto que mesmo as relações democráticas ainda se caracterizam como relações de poder e, como tal, são continuamente recriadas. Este fato ocorre porque se aborda uma democracia, não em abstrato, mas em regimes concretos, os quais organizam formas de distribuição de poder, bem como de atribuição de direitos e da regulação da intervenção política.

Miguel (2017), em nossa análise, reforça que os argumentos apresentados por Braga e Bianchi (2017), acima expostos. Para o primeiro autor, uma das armadilhas da democracia limitada que o Brasil possui passa pelo fato de que a luta política deva sempre ser canalizada para as eleições.

Em sua avaliação, Miguel (2017) destaca que os últimos acontecimentos no Brasil, nos anos recentes, evidenciam que não há transformação possível sem o investimento na luta extrainstitucional. Segundo o autor, o Estado capitalista não é neutro, tanto na sua lei como em seus aparelhos. Assim,

[...] A pressão pela mudança pode até ingressar nele, introduzindo contradições, mas só tem condições de triunfar se estiver fortemente ancorada do lado de fora. Para ajudar nessa compreensão, precisamos de uma teoria da democracia que seja capaz de incorporar os antagonismos sociais profundos que não se acomodam na institucionalidade (MIGUEL, 2017, p. 62).

Estas questões se colocam como desafios não apenas para a esquerda brasileira, mas também às particularidades das organizações populares da classe trabalhadora. Soma-se ainda o enfrentamento da retomada, por estas organizações, da democracia na realidade brasileira desde a sua natureza, nas várias dimensões.

## Considerações Finais

Buscamos aqui um esforço de síntese da análise da realidade brasileira atual, frente à erosão de nossa chamada democracia, diante das lutas sociais e do corporativismo estatal, a partir de autores do campo das ciências sociais. Os limites do trabalho podem perpassar pela necessidade de amplitude de referenciais, bem como pelo tamanho limítrofe imposto por um capítulo de livro.

Porém, as contribuições para a área de Educação Física, Esporte e Lazer perpassam pela aproximação ao debate deste tema, que envolve a teoria das lutas sociais, bem como pela análise atual do contexto brasileiro

que impacta diretamente na área, em diferentes dimensões da formação de professores, da prática pedagógica, das políticas públicas e da produção do conhecimento.

Na análise, percebemos que as sociedades se constituem como um corpo social em constante processo de transformação. Fatores específicos como o grau de rebatimento de crises externas, tensões políticas históricas internas de conflitos entre as elites políticas locais, bem como frente ao grau de pressão da sociedade civil, em busca de suas demandas, influenciam nas transitoriedades históricas, que podem ser lentas ou bruscas.

Enfim, os sistemas e estruturas políticas de cada país apresentam suas particularidades, suas formas de organicidade interna, que são resultantes de um processo histórico geral e, ao mesmo tempo, particular em cada Estado nação, em relação com uma totalidade social que perpassa seu território geográfico, político, econômico, dentre outras dimensões.

No caso do Brasil, o corporativismo estatal se mostra como um dos limites para uma real democracia, destacando-se que não há transformação possível sem o investimento na luta extra institucional. Além disso, destaca-se como fundamental a retomada da estratégia como horizonte, como baliza para a tática e ação política coletivas, além de referenciais teóricos, explicativos da realidade que balizem a prática crítica e transformadora, já que a prática revolucionária requer uma teoria revolucionária. As organizações populares requerem o constantemente o tripé da organização, formação e lutas.

Estes limites estão postos na realidade do país, acentuados pela estrutura das contradições da sociabilidade capitalista, nas suas várias dimensões e possibilidades, não apenas ao sistema político. Entendemos que a qualidade, a natureza da perspectiva democrática necessita ser retomada e garantir a igualdade de condições comuns a toda a população brasileira.

Talvez seja esta uma possibilidade de fio condutor para o enfrentamento deste intenso afastamento das instituições tradicionais em relação às massas populares; às demandas das organizações populares no enfrentamento das lutas sociais; ao precariado brasileiro que se apresenta como tentativa de se tornar sujeito de construção, ou reconstrução, radical da história brasileira a partir das portas que se abrem ao século XXI.

## Referências

ALMOND, G. A. & POWEL Jr., B. *Uma Teoria de Política Comparada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

ARAÚJO FILHO, V. F. A Crise da Democracia Brasileira e os Limites dos Padrões de Incorporação Política Vigentes Durante o Governo do Partido dos Trabalhadores. In: *Anais do 56º Congresso Internacional de Americanistas*. Salamanca, Espanha, 15 a 20 de julho de 2018.

ALVES, G. *O que é precariado?* Campinas, Blog Boitempo, 2013.

BRAGA, R. e BIANCHI, A. *Depois de Junho*: qual futuro para uma esquerda pós-pe-tista? In: MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. (orgs.). *Encruzilhadas da Democracia*. Porto Alegre, Zouk, 2017, p. 65-87.

DIAP. *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Novo Congresso Nacional em Números 2019-2023*. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/viewcategory/100-novo-congresso-nacional-em-numeros-2019-2023>. Acesso em: 06 fev. 2019.

HARNECKER, M. *Estrategia y táctica*. Análisis sobre estos conceptos em las obras completas de Lenin. Argentina, Editorial Antarca, 1. ed., 1986,

MIGUEL, L. F. A Democracia Elitista. In: MIGUEL, L. F. *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo, Unesp, 2014, p. 27-61.

MIGUEL, L. F. Democracia Fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade da ciência política. In: MIGUEL, L. F. e BIROLI, F. (orgs.). *Encruzilhadas da Democracia*. Porto Alegre, Zouk, 2017, p. 45-63.

MOISÉS, J. A. *Cultura política, instituições e democracia*: lições da experiência brasileira. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, Vol. 23, n. 66, 2008.

SANTOS, M. & GLASS, V. *Altas do Agronegócio*: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2018.

SODRE, L. *Ministério do Trabalho confirma*: a reforma trabalhista é um desastre - Dos 50 mil empregos formais criados até julho, cerca de 80% correspondem a contratos intermitentes ou parciais. Jornal Brasil de Fato. São Paulo, 19 de Set. de 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/19/ministerio-do-trabalho-confirma-a-reforma-trabalhista-e-um-desastre/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

STEPAN, A. O Corporativismo e o Estado. In: STEPAN, A. *Estado corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 71-98.

URBINATI, N. Da Democracia de Partidos ao Plebiscito da Audiente. *Lua Nova*, v. 89, p. 85-105, 2013.

# A educação do campo no Brasil: do golpe de 2016 à base nacional comum curricular

*Ailton Cotrim Prates*

## Introdução

Moradia, direito à terra (reforma agrária), saúde, transporte, saneamento e educação são reivindicações históricas dos povos do campo (agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outras populações que vivem no campo, e do campo). No Brasil a Educação do Campo surge na conjuntura de luta de classes, onde se opõem os trabalhadores do campo, que vivem na e da terra, e os grandes empresários do agronegócio (UFBA, 2010, p. 15). Nosso texto discute a relação do Golpe de 2016 e sua relação com as políticas públicas para a educação do campo no Brasil, que se expressa também na omissão dessa temática na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O embate entre os empresários do agronegócio e os trabalhadores do campo é levado às últimas consequências via violência física e silenciamento dos trabalhadores, haja vista o assassinato de lideranças de movimentos sociais do campo<sup>1</sup>. Outro exemplo é o ataque midiático, como o ocorrido ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Programa Domingo Espetacular<sup>2</sup>, focando a crítica no 1º Encontro Nacional dos Sem Terrinha, apoiada por parte do judiciário que busca criminalizar os movimentos sociais, principalmente o MST. A reportagem não respeitou as premissas de um jornalismo isento quando não apresentou a defesa do MST, organizador

---

<sup>1</sup> Ver reportagem em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4569-aumento-dos-assassinatos-no-campo-ameacas-contr-orgaos-fiscalizadores-do-meio-ambiente-e-investidas-contr-o-territorio-campones-marcam-periodo-pre-e-pos-eleitoral>. Acesso em: 26 fev. 2019.

<sup>2</sup> Reportagem disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mq7ZmlCsKgk>. Acesso em: 20 fev. 2019.

do evento<sup>3</sup>. Apresentou uma visão idealizada da sociedade, de suas classes e de suas diversas frações de classe, ao não mencionar o contexto em que vivem os trabalhadores e trabalhadoras do campo e seus filhos e filhas. Lutar por terra, por educação, por saneamento, por saúde, transporte, etc, não é algo que esses trabalhadores fazem apartados do seu cotidiano, não sendo possível aos pais e mães não incluir seus filhos e filhas nessa luta. A falta de políticas públicas efetivas que levem em consideração as especificidades da educação do campo; a tentativa de criminalização dos movimentos sociais do campo; o fomento de um ideário na sociedade civil que apresente esses movimentos e suas reivindicações como danosos à “paz social”, só reproduzem as desigualdades históricas do país.

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2012 (BRASIL, 2013), temos “12,4% do total de matrículas da Educação Básica, correspondendo a 6,3 milhões de matrículas no campo” (PRATES, 2018, p. 14). Apesar desses números expressivos, a Educação do Campo tem sido historicamente posta em segundo plano, quando apontamos as condições de infraestrutura nas escolas e a formação dos profissionais da educação do campo no Brasil. O que não nos impede de reconhecer os avanços dos governos progressistas do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2014.

No Brasil, tem-se dado ênfase na formação do trabalhador flexível, adaptável à instabilidade do mercado, frente à crise estrutural do capital e que culmina com a imposição da BNCC, encampada por setores do empresariado da educação, que tem sua expressão máxima no movimento Todos Pela Educação. A BNCC silencia-se quanto à Educação do Campo, e esse silenciamento é intencional.

O avanço do conservadorismo, com a retirada brutal de direitos dos trabalhadores nos preocupa. O Golpe de 2016, o impeachment de Dilma Rousseff; a instituição do governo ilegítimo de Michel Temer, que adotou medidas severas como a PEC do Teto dos Gastos (EC 95), congelando os gastos em políticas públicas de educação e saúde por vinte anos; aprovação da reforma trabalhista, que precariza as condições de trabalho; a aprovação da terceirização irrestrita, o que aprofundou-se com a eleição de Jair Bolsonaro<sup>4</sup>, e a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), responsável pelas políticas, dentre outras, de Educação do Campo, indígena e quilombola, do Ministério da

---

<sup>3</sup> Ver reportagem do site Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/11/tv-record-ignora-criterios-jornalisticos-e-ataca-criancas-sem-terra/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

<sup>4</sup> Isso se deu numa conjuntura onde o candidato líder das pesquisas, Luís Inácio Lula da Silva, foi impedido de se candidatar, sendo preso num processo com sérios questionamentos de não seguir os ritos democráticos de ampla defesa e falta de isenção do juiz responsável pelo processo.

Educação, apontam que os avanços, com grandes limites, dos governos progressistas de Lula e Dilma, estão seriamente ameaçados e que entramos num processo de declínio de políticas públicas de Educação do Campo.

Nesse texto, defendemos a tese de que só avançaremos na garantia do direito à educação de qualidade, a partir da efetivação de um Sistema Nacional de Educação (SNE), e da instituição de um Fundo Nacional de Educação, que dêem conta de garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as especificidades locais, regionais, étnicas, geográficas, etc, apontadas num Plano Nacional de Educação (PNE), com um referencial curricular comum, que contemple a diversidade da sociedade brasileira, notadamente a do campo, amplamente discutido com a sociedade, com a comunidade escolar, com os movimentos sociais, com os pesquisadores, da Educação do Campo, que represente e dê conta de garantir o acesso a toda a população da produção cultural mais avançada, o que perpassa pelo enfrentamento político e económico. A exposição está organizada em três eixos: 1) a Educação do Campo no contexto da luta pelo direito à educação; 2) o financiamento da Educação do Campo no Brasil; 3) a BNCC e o ocultamento das especificidades da Educação do Campo; 4) Considerações Finais.

### **A Educação do Campo no Brasil no contexto da luta pelo direito à educação e o Programa Nacional para a Educação do Campo (PRONACAMPO)**

Historicamente, os trabalhadores e trabalhadoras do campo defendem a necessidade de apropriação do “conhecimento socialmente acumulado” na medida em que lutavam por terra, por trabalho e melhores condições de trabalho (ARAÚJO e D’AGOSTINI, 2012, p. 8). A educação escolar se consolida como uma necessidade e passa a integrar o rol de sua reivindicações. Em relação à Educação do Campo, é possível situar o projeto de escola no polo de:

[...] potencializar as contradições da sociedade atual para vincular esta instituição educativa ao desafio de construção de novas relações sociais ou da formação de seres humanos capazes de se assumir como sujeitos concretos da luta social na direção de outro modo de produção, de outra forma de sociedade. [...] É neste polo, que encarna os interesses dos trabalhadores como classe portadora de futuro, que nos inserimos (CALDART, 2012, p. 26).

Albuquerque (2011) faz um balanço da educação no Brasil, da primeira década do século XXI, início do governo Lula e defende a Educação do Campo em contraposição à educação rural, aponta que houve um aumento geral dos programas e projetos, criação de universidades, concursos públicos, dentre outras ações, sem aumento proporcional de recursos (aumento do percentual do fundo público). E, dentro dessa lógica, foi dada a ênfase aos processos de avaliação de resultados balizados pelo produtivismo e à sua filosofia mercantil, em nome da qual os processos pedagógicos são desenvolvidos mediante a pedagogia das competências (ALBUQUERQUE, 2011, p. 39).

Em contrapartida, defende-se a Educação do Campo no Brasil no sentido de apontar a necessidade da apropriação, pela classe trabalhadora, da base técnica e científica do trabalho, num período de transição de modo de produção. Seguindo a autora:

[...] o aspecto estruturante de uma proposta educacional para a classe trabalhadora em luta que almeja a transformação social radical para além do capital (o que inclui os trabalhadores do campo) se relaciona com a educação escolarizada de acesso a todos e o objetivo/avaliação e conteúdo/método desta escolarização estejam organizados e centrados na apropriação da base técnica e científica do trabalho e das relações sociais que o determina (ALBUQUERQUE, 2011, p. 52).

Apontamos o PRONACAMPO como uma possibilidade de garantia de acesso à Educação do Campo, uma vez que foi elaborado, também, com participação dos movimentos sociais do campo, mesmo reconhecendo seus limites e suas possibilidades de garantia de acesso dos/das trabalhadores/trabalhadoras do campo à educação.

O PRONACAMPO se propõe a articular um conjunto de medidas para melhoria do ensino do campo ou no campo, e fazer a articulação das políticas de formação dos professores, produção de material didático e recuperação de infraestrutura na Educação do Campo em todas as modalidades (PRATES, 2018). Foi elaborado por um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC/SECADI), composto por: Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), MST, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (Resab), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na intenção de atender às demandas dos sistemas de ensino e dos movimentos sociais.

O Programa está dividido em quatro grandes eixos: (a) Eixo I – Gestão e Práticas Pedagógicas (Programa Nacional do Livro Didático - PNLD Campo; 2) Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE Temático; 3) Mais Educação Campo; e 4. Escola da Terra.(b) Eixo II - Formação de Professores (Formação Inicial, Continuada e Pós-Graduação); (c) Eixo III – Educação de jovens e adultos e Educação Profissional e Tecnológica (Pronatec Campo; EJA Saberes da Terra; e (d) Eixo IV - Infraestrutura Física e Tecnológica (Construção de Escolas; Inclusão Digital; PDDE Campo – Programa Dinheiro Direto na Escola; PDDE Água e Esgoto Sanitário; Luz para Todos na Escola; e Transporte Escolar.

Como impacto positivo direto temos diversas leis que se desdobraram em ações concretas de fortalecimento da Educação do Campo, fruto das reivindicações dos movimentos sociais do campo. (1) no 12.695, de 25 de julho de 2012, que viabiliza assistência financeira à oferta da Educação do Campo, contemplando a proposta pedagógica por alternância, a educação de jovens e adultos, permitindo o cômputo dos alunos no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, (BRASIL, 2012); e (2) Lei no 12.960, de 27 de março de 2014 para garantir que, antes de se fechar uma escola do campo, indígena ou quilombola, seja ouvido o Conselho Municipal de Educação, com avaliação de impacto e a justificativa do fechamento, pela secretaria municipal de educação (BRASIL, 2014).

Reconhecemos que a proposição de organizar e intersectorializar a política de Educação do Campo oferecida pelo Estado, num grande programa tem sentido, uma vez reconhecida a sua especificidade e o reconhecimento de seu ‘esquecimento’ na política educacional brasileira. Isto se faz urgente, pois defendemos a criação do SNE). Isto se faz urgente, pois defendemos a criação do SNE e da instituição de um Fundo Nacional de Educação, onde as demandas resultantes dessa intersectorialização poderiam ser melhor atendidas. O financiamento da educação do campo é objeto de discussão do próximo tópico.

## **O Financiamento da educação do campo no Brasil**

A política de financiamento da Educação do Campo se dá principalmente através do PRONACAMPO (BRASIL, 2013) e está inserida na política de financiamento da Educação Básica brasileira, e esta, por sua vez é financiada FUNDEB e passa pelas mesmas problemáticas. Apesar da CF 1988 (BRASIL, 1988, artigo 214) já determinar a construção dos Planos Nacionais de Educação e como ele deveria subsidiar a articulação SNE,



o que ainda não foi efetivado; a elevação da proporção de investimento atrelada ao Produto Interno Bruto (PIB), apontada no PNE 2014- 2024 (BRASIL/MEC, 2014), dos recursos da exploração do Pré-sal, foi completamente comprometida pela EC 95 e pela mudança na lei de partilha, feita pelo governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2018). São questões que apontam o impasse no financiamento da Educação Básica brasileira.

Também destacamos como problemáticas: (1) Descumprimento das metas do PNE 2014-2024 (BRASIL/MEC 2014); (2) Fragilidade do controle social dos investimentos públicos e a transparência na aplicação desses recursos; (3) Criação de taxas que burlam o artigo 212 da CF 1988, que define os percentuais mínimos de aplicação da arrecadação dos entes federados em educação. (4) Definição questionável de quais gastos são de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE); e (5) Desequilíbrio regional, devido à arrecadação. Uma opção que vem sendo discutida é a instituição do custo aluno-qualidade inicial (CAQi), que desloca o eixo do Fundo, que é de caráter contábil, quantitativo para o eixo de perspectiva qualitativa, não deixando o financiamento da educação pública sujeito às variações de arrecadação entre os entes federativos, abrindo uma perspectiva de ampliar o financiamento da educação do campo, uma vez que suas especificidades deverão ser contempladas.

O FUNDEB é composto por 20% da arrecadação dos Estados, Distrito Federal e Municípios, mais 10% desse total, responsabilidade da União (complementação). Há também o Salário-educação, que representa 2,5% da folha de pagamento das empresas e é arrecadado nos Estados, Distrito Federal e municípios e rateado com a União. Cada unidade escolar recebe os recursos, tanto do FUNDEB, quanto do Salário-educação, de acordo ao número de matrícula do Censo Escolar do ano anterior. O cálculo do Fundo, tanto para os Estados e Distrito Federal quanto para os municípios, levando-se em contas os vários segmentos da Educação Básica.

O financiamento da Educação do Campo, majoritariamente, está inserido nessa lógica de financiamento, o que dificulta a determinação de quanto se gasta com Educação do Campo na Educação Básica brasileira. Só há discriminação do valor mínimo nacional específico do campo para o Ensino Fundamental (exceto Ensino Fundamental em tempo integral), Educação Indígena e Quilombola e parte do Ensino Médio, ficando as outras modalidades computadas juntamente com as matrículas urbanas, não sendo possível discriminá-las, sendo uma quantidade significativa de alunos, pois nessa situação estão a Educação Infantil, a Educação Especial, a EJA, Ensino Médio em Tempo Integral, Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

As ações, programas e projetos vinculados, direta ou indiretamente à Educação do Campo agregadas ao PRONACAMPO disputam recursos não vinculados ao FUNDEB, os recursos oriundos dos créditos suplementares. Esses recursos não estão garantidos permanentemente, ficando portanto a maioria das políticas públicas para a Educação do Campo à mercê da disponibilidade de recursos orçamentários não obrigatórios. Portanto, em momentos de crises econômicas, ou de mudanças de governo, essa política pode ficar ‘esquecida’ ou simplesmente deixada de lado, como ocorreu após o Golpe de 2016, a destituição do Governo Dilma Rousseff, a assunção de Michel Temer à presidência, e a publicação da BNCC, em 2018, a qual não contempla a Educação do Campo, que discutiremos no próximo tópico.

### **A construção da BNCC e a ocultação da Educação do Campo**

Desde o início a BNCC foi criticada, tanto por pesquisadores da educação (FREITAS, 2018; MARSIGLIA, et al., 2017; SAVIANI, 2016), bem como por entidades ligadas a setores educacionais (ANPAE, 2018; ANPED, 2015; 2019). A BNCC tem seu principal fomentador o Todos Pela Educação (Fundação Bradesco, Itaú Social, Instituto Unibanco, Fundação Telefônica/Vivo, Fundação Lemann, Instituto Pennsula), que por sua vez é resultado do Movimento Pela Base (MBNC), criado em 2013.

O processo de construção da BNCC inicia-se em outubro de 2015, virtualmente, via ‘consulta pública’, ficando até março de 2016 para acesso com mais de 12 milhões de contribuições, que compuseram a segunda versão, de maio de 2016 (AGUIAR, 2018, p. 11). Audiências públicas foram realizadas, organizadas pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), entre junho e agosto de 2016. A terceira versão ficou pronta em abril de 2017, apenas com a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, ficando de fora o Ensino Médio, sem mais explicações do Ministério.

Inferimos dessa “pressa” para concluir o documento como uma estratégia de aprovação ainda no governo ilegítimo de Michel Temer e a retirada do texto referente ao Ensino Médio devido à resistência a reforma do Ensino Médio, feita sem discussão com setores educacionais, nem com a sociedade, inicialmente por media provisória (MP 746/2016), e depois como lei (Nº 13.415/2017). Pronta a terceira versão (abril de 2017), o Conselho Bicameral do Conselho Nacional de Educação (CNE) decidiu realizar cinco audiências públicas nas regiões do país, entre junho e setembro. Em outubro de 2017 o Conselho Bicameral encaminha ao MEC documento, com 10 itens, apontando questões e proposições de alterações

na BNCC. Destaque para que fossem inclusas questões voltada às populações indígenas, quilombolas e afro-brasileiras, computação, tecnologias digitais, dentre outras. Em dezembro de 2017 foram realizadas reuniões pelo Conselho Bicameral, tendo pedidos de vistas dos pareceristas ignorados, a terceira versão é aprovada sem sequer ocorrida a inclusão das propostas indicadas pelo próprio Conselho organizador das reuniões (Conselho Bicameral) tornando-se a versão final, homologada em dezembro de 2018.

Apesar da homologação a legitimidade da atual BNCC é questionável, tanto quanto pelo processo paralelo de discussão e aprovação da Reforma do Ensino Médio, bem como a reconfiguração do CNE, excluindo entidades ligadas aos movimentos sociais e a educação.

## O que é a BNCC e o que não diz sobre a educação do campo

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação” (BRASIL, 2018, p. 5).

A ausência de reflexão sobre à Educação do Campo nos preocupa, uma vez que o documento tem pretensões audaciosas, tanto na perspectiva de inserção e abrangência (redes municipais, Estaduais e da União, e toda a Educação Básica, com suas etapas e modalidades, diretamente, e indiretamente, a Educação Superior. Nas seiscentas páginas do documento não há espaço de discussão sobre a Educação do Campo<sup>5</sup>, apenas a sua menção na página 17:

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2018, p.17).

---

<sup>5</sup> O documento também não contempla outras modalidades da educação, mas nesse espaço, pela temática do texto e limitação espacial, não faremos a alises dessas ausências.

A BNCC é a culminância do projeto de educação do neoliberalismo econômico para os países da América Latina. É o resultado de quase cinco décadas de políticas educacionais que procuram alinhar a educação desses países às exigências capitalistas, ou seja, na esteira da reestruturação produtiva mundial, há a necessidade de formação de um trabalhador flexível, apto a se adequar às exigências do mercado, o que, na realidade significa aceitar salários menores, condições de trabalho precárias, jornadas maiores e extenuantes, etc., para concorrer no mercado, livres, e essa concorrência seria a garantia de uma sociedade melhor, o que Freitas (2018, p. 31) chama de reforma empresarial da educação. Esse processo levou décadas para tomar a configuração da atual BNCC. Malanchen (2016), analisando as políticas públicas nacionais para o currículo escolar das últimas décadas, aponta que a ideologia que domina os pressupostos defendidos por esses organismos, giram em torno da:

[...] formação do indivíduo flexível, criativo, adaptável e empreendedor, formação para a cidadania, o trabalho, a adaptação ao meio sociocultural imediato, bem como a formação para a tolerância, a paz e o respeito à diversidade cultural e, como síntese de tudo, o desenvolvimento no indivíduo da capacidade de aprender a aprender. (MALANCHEN, 2016, p. 12).

Nos documentos produzidos no Brasil são frequentes questões relacionadas ao “pluralismo de ideias” e “diversidade cultural” (LDBEN, 1996; Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, BRASIL, 1997; Planos Nacionais de Educação, - PNE, 2001 e 2014; Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN, e novas DCN, 2006 e 2016 respectivamente), referências teóricas fundamentadas no neoliberalismo, no pós-modernismo e no multiculturalismo, e:

[...] resultam em um relativismo cultural e epistemológico, que acabam também por relativizar a função da escola e do professor. O resultado é o caos na formação de professores e na formação ofertada pelos novos currículos. As consequências, para os novos sujeitos, é uma formação que não permite a compreensão da realidade objetiva para além das questões cotidianas imediatas e da superfície dos acontecimentos. (MALANCHEN, 2016, p. 12).

As reformas neoliberais refletem no campo do conhecimento um discurso pós-moderno e o pós-modernismo é a legitimação da globalização da sociedade, que restringe o conhecimento a fatos ou dados perceptivos, puramente individual, estreita a percepção da realidade apenas à realidade imediata, ao saber tácito, cotidiano, induzindo ao individualismo e natu-

realizando o social nas teorias pedagógicas, não diferenciando o pensamento não cotidiano (científico, filosófico, artístico, político) e o pensamento cotidiano.

A Base tem como conceitos basilares as “aprendizagens essenciais” e “competências” (gerais e específicas), tendo a definição de competência como a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 9).

A BNCC aponta a educação integral como meta, mesmo não estando claro, no documento, qual o seu conceito. Defende o respeito à igualdade, a diversidade e equidade, sem apontar quais serão as estratégias para considerar as diferenças regionais, estruturais e econômicas, características da sociedade brasileira. Centraliza a avaliação em âmbito federal, apesar de Estados, municípios e Distrito Federal serem responsáveis por sua implantação, como destacamos no excerto a seguir.

Compete ainda à União, como anteriormente anunciado, promover e coordenar ações e políticas em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à avaliação, à elaboração de materiais pedagógicos e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018, p. 21).

Arelado à BNCC está o sistema de avaliação externa da Educação Básica (Avaliação Nacional de Alfabetização - ANA; Prova Brasil; Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM), que deverá reestruturado a partir do Decreto Nº 9.432-29/06/2018<sup>6</sup>.

As contra-reformas anunciadas a partir da BNCC atingirão todos os âmbitos educacionais: estrutura administrativa e pedagógica formação de professores; conteúdos; fundamentos teóricos; modelo de gestão; e o trabalho docente. Este precisará se adequar “às novas exigências profissionais advindas das inovações tecnológicas e da consequente mudança do mundo do trabalho apregoado pelos princípios de flexibilidade e eficiência” (MALANCHEN, 2016, p. 15), sendo necessário, dessa forma, flexibilizar o trabalho do professor e o currículo, expressando, na verdade, o esvaziamento do currículo.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9432.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9432.htm). Acesso em: 28 fev. 2019.

Outro destaque é sobre o anúncio no texto de que a BNCC é democrática, que respeitas as diferenças, que a partir dela todos os estudantes do Brasil terão os mesmos direitos de aprendizagem, que base igual (comum) significa igualdade de oportunidades. Consideramos incoerente qualquer documento que faça essa defesa sem considerar o contexto social tão diverso, pra dizer o mínimo, da sociedade brasileira. Como não considerar a EC que congela investimentos em saúde e educação por vinte anos; a reforma trabalhista; reforma da previdência; reforma do Ensino Médio; os projetos de “Escola Sem Partido”, que cerceia o direito de cátedra do professor; a política nacional de avaliação da Educação Básica, alinhada as avaliações dos organismos internacionais?, alinhada as avaliações dos organismos internacionais; e a Residência Pedagógica que possibilita estudantes em início de formação assumam classes como docentes, são duros golpes no direito à educação e não vão avançar no sentido de garantir uma educação de qualidade aos trabalhadores e trabalhadores. Considerando a ausência de referência aos conteúdos, e ênfase nas necessidades imediatas da vida cotidiana, segundo Marsiglia, et al (2017, p. 107 ), a BNCC é “um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil”, em última instância, o esvaziamento do currículo e o rebaixamento da formação da classe trabalhadora, da cidade e do campo, com o predomínio do pragmatismo e do utilitarismo; ênfase nas competências necessárias para a resolução de demandas da vida cotidiana e do mundo do trabalho (mercado).

Em todos os aspectos analisados aqui, identificamos que a implantação da BNCC, se efetivada, será o desmantelamento da Educação Básica. É o “[...] projeto da classe dominante brasileira em sua marca anti-nacional, antipovo, anti-educação pública, que “condena gerações ao trabalho simples e nega os fundamentos das ciências que permitem aos jovens entender e dominar como funciona o mundo das coisas e a sociedade humana” (MOTTA & FRIGOTTO, 2017, p. 269, grifos nossos). Uma base nacional curricular que esteja a serviço da classe trabalhadora brasileira necessita levar em conta as especificidades/necessidades educacionais tanto dos trabalhadores do campo quanto os da cidade.

### **Considerações Finais**

Reconhecemos que os período dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff foram de ascensão da Educação do Campo, com programas e projetos que proporcionaram o aumento do investimento na infra-estrutura das escolas; no transporte escolar em geral; na formação inicial e continuada de professores, com criação de cursos de licenciaturas, pós-graduações (lato sensu, especializações e stricto sensu, mestrado) em Educação do Campo; na

publicação de diretrizes curriculares nacionais para a área; na diferenciação nos valores do FUNDEB para as matrículas em Educação do Campo; na implantação de cursos profissionalizantes em nível médio, dentre outras políticas da área. Nesse período avançou também a discussão sobre o conceito da própria Educação do Campo, em contraponto à educação rural, apesar da tendência de rebaixamento da formação da classe trabalhadora, apontada pelas políticas de reformulação das DCN, tendo como última expressão desse rebaixamento a publicação da BNCC.

Quanto ao financiamento da Educação do Campo, apontamos como insuficiente o acréscimo de recursos para garantir a educação de qualidade. As mudanças proporcionadas pelo FUNDEB se caracterizaram em realocação de verbas não se configurando como fonte adicional de recursos.

Defendemos que uma proposta de base nacional curricular da Educação Básica brasileira orientada para garantir a qualidade da educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo precisa estar inserida numa articulação maior, através de um SNE, articulado com um PNE e com suporte financeiro, do Fundo Nacional de Educação (FNE), pautado no CAQi, na perspectiva de superação da desigualdade de investimentos apresentada de acordo às peculiaridades de cada unidade da federação, bem como nos municípios dentro de um mesmo Estado.

Como contraponto à BNCC, propomos o currículo como projeto de escolarização para a aquisição do que a humanidade produziu de mais avançado na ciência, na arte e na filosofia. Defendemos um currículo para a educação da classe trabalhadora do campo, que objetive a possibilidade do aluno constatar, interpretar, compreender e explicar a realidade brasileira, que entendemos complexa e contraditória, na perspectiva da transformação radical da sociedade de classes. A partir dessas considerações, defendemos a revogação da BNCC e a retomada das discussões sobre a educação brasileira, considerando a participação ativa dos movimentos sociais do campo, das entidades representativas da classe trabalhadora do campo.

## Referências

AGUIAR, A. M. Relato da resistência à instituição da BNCC pelo Conselho Nacional de Educação mediante pedido de vista e declarações de votos. In: AGUIAR, A. M.; DOURADO, L. F. (orgs.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2014*. Recife: ANPAE, 2018.

ALBUQUERQUE, J. de O. *Crítica à produção do conhecimento sobre a educação do campo no Brasil: teses e antíteses sobre a educação dos trabalhadores no início do século XXI*. 2011. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ANPAE. AGUIAR, A. M.; DOURADO, L. F. (orgs.). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2014*. Recife: ANPAE, 2018.

ANPED. *Ofício n.o 01/2015/GR à Presidente da Comissão Bicameral da Base Nacional Comum Curricular (CNE)*. Assunto: Exposição de motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular. Novembro, 2015. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of\\_cio\\_01\\_2015\\_CNE\\_BNCC.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/resources/Of_cio_01_2015_CNE_BNCC.pdf). Acesso em: 02 mar. 2019.

ANPED. *A Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. S/D. Disponível em: [http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/a\\_anped\\_e\\_a\\_bncc\\_versao\\_final.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/a_anped_e_a_bncc_versao_final.pdf). Acesso em: 02 mar. 2019b.

ARAÚJO, L. G. de.; D'AGOSTINI, A. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: materiais teórico-metodológicos referentes à luta pela terra e pela educação. In: VENDRAMINI, C. R.; AUED, B. W. (orgs.). *Temas e problemas no ensino em escolas do campo*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p.135-154.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a Base*. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Ministério da Educação. Brasília: 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019a.

BRASIL. *Lei n. 12.960, de 27 de março de 2014*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm). Acesso em: 04 mai. 2014.

BRASIL. *Conferência Nacional de Educação 2014: Documento-Referência*. Disponível em: [http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc\\_referencia\\_conae2014.pdf](http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia_conae2014.pdf). Acesso em: 04 mai. 2014a.

BRASIL. *Censo da Educação Básica 2012: Resumo Técnico*. Brasília: Inep, 2013. p. 33-34. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf). Acesso em: 20 abr. 2014.

BRASIL. *Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO: documento orientador*. Brasília: MEC/Secadi, 2013.

BRASIL. *Lei n. 12.695, de 25 de julho de 2012*. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm). Acesso em: 04 mai. 2014.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988*. Brasília, 1988.



BRASIL/MEC. *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acesso 02 fev. 2019.

CALDART, R. S. Caminhos para a transformação da escola. In: VENDRAMINI, C. R.; AUED, B. W. (orgs.). *Temas e problemas no ensino em escolas do campo*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 23-57.

FREITAS, L. C. de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MALANCHEN, J. *Cultura, conhecimento e currículo: contribuições da pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

MARSIGLIA, A. C. G.; et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. *Germinal: Marxismo e educação em debate*. Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.

MOTTA, V. C. da; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória no 746/2016 (LEI no 13.415/2017). *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 38, no. 139, p. 355-372, abr.-jun., 2017.

PRATES, A. C. *Educação do campo no Brasil: política e financiamento da educação do campo no Governo Dilma Rousseff (2010-2014)*. Beau-Bassin, MU: NEA, 2018.

SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. *Movimento: revista de educação*, a. 3, n. 4, p. 54-84, 2016.

UFBA. Financiamento da educação do campo. In: TAFFAREL, C.; SANTOS JÚNIOR, C.; ESCOBAR; M. O. (orgs.). *Cadernos didáticos sobre educação do campo*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 71-116.

## A educação física nas escolas básicas do campo: em defesa da socialização e da apropriação do saber escolar

*Tiago Nicola Lavoura*

A escola [...] é o local por excelência para o desenvolvimento do processo de transmissão-assimilação do conhecimento elaborado. Isto é: a escola é o local onde o indivíduo estaria se instrumentalizando para atuar no meio social ao qual pertence. [...] Desse modo estaria sendo possibilitada a apropriação, por todos os indivíduos, de ferramentas culturais imprescindíveis para a luta social que visa a transformação das estruturas. A contribuição da prática educativa escolar torna-se, desse modo, tanto mais eficaz quanto mais se consegue identificar e efetivar os elementos mediadores (os vínculos) entre escola e sociedade, entre prática educativa e prática social (OLIVEIRA, 1990, p. 92-93).

### Introdução

Estou defendendo, neste texto, uma concepção de trabalho educativo nas escolas do campo cuja formação destes indivíduos seja verdadeiramente humana, uma formação que permita a todos os sujeitos do campo a apropriação das produções humanas historicamente acumuladas, tendo acesso ao acervo e ao patrimônio cultural já constituído pela humanidade.

Entendo que esta defesa não se contrapõe aquilo que vem sendo defendido pelas próprias populações camponesas e pelos movimentos sociais do campo em termos de luta por uma educação do campo pública e socialmente referenciada. A dívida social e o *déficit* da educação acumulados historicamente em nosso país para com os povos do campo, bem como, o movimento nacional desencadeado por um novo projeto de educação do campo, vinculado a outro projeto de campo brasileiro, apontam a necessidade desta defesa por mim apresentada.

O conjunto de reivindicações dos povos do campo expressa a busca pela formação humana plena de sentidos, o que requer, também, um conjunto de pressupostos teóricos e metodológicos os quais estejam fundamentando o trabalho educativo nas escolas do campo possibilitando esta formação.

Em meio às diferentes teorias pedagógicas as quais integram a história das ideias pedagógicas da educação brasileira (SAVIANI, 2011), é possível reconhecer que o trabalho educativo da educação do campo do nosso país vem se pautando em um conjunto de teorias pedagógicas intituladas de tendências contra-hegemônicas da educação. No próximo item deste texto, pretendo desenvolver uma análise sobre como uma destas teorias pedagógicas contra-hegemônicas da educação brasileira, nomeadamente a pedagogia histórico-crítica, pode contribuir com esta busca dos povos do campo por uma educação humanizadora.

### **A pedagogia histórico-crítica e a educação do campo: em defesa da escola, do saber escolar e da humanização dos indivíduos**

O desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica se deu nos marcos da tentativa de Dermeval Saviani em desenvolver uma teoria da educação fundamentada no marxismo, contrapondo-se tanto as pedagogias não-críticas da educação – pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista – quanto aos evidentes limites das teorias crítico-reprodutivistas, as quais reconheciam os condicionantes político-econômicos da educação, não obstante, situavam a prática pedagógica como mera inculcação ideológica e reprodução das relações de produção, faltando-lhes, portanto, a análise dialética.

A pedagogia histórico-crítica é, portanto, uma teoria pedagógica a qual vem buscando aglutinar a luta pela superação dos problemas específicos da educação – neles inseridos os problemas fundamentais da educação do campo – com a luta mais geral da superação da sociedade de classes. Isto porque esta teoria pedagógica entende ser a educação escolar um campo estratégico de luta importantíssimo, em especial, ao afirmar que a luta pela escola pública coincide com a luta pelo socialismo.

Esta teoria pedagógica assume o posicionamento da luta pela efetivação da especificidade da escola, em defesa, portanto, dos interesses da classe trabalhadora. Tomando como referência e elemento central a questão do saber objetivo, parte em defesa da socialização do conhecimento e do trabalho organizado e sistematizado dos professores como forma de produzir, direta e intencionalmente, em cada aluno singular, o domínio dos conhe-

cimentos plenamente desenvolvidos pela humanidade ao longo da história. Com efeito, ela vem lutando “[...] para que se efetivem ao máximo, ainda nessa sociedade, as possibilidades de ensino e aprendizagem dos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos” (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 4). Isto porque “[...] a escola tem a ver com o saber universal. Portanto, se o saber escolar, em nossa sociedade, é dominado pela burguesia, nem por isso cabe concluir que ele é intrinsecamente burguês” (SAVIANI, 2008, p. 55).

O saber escolar é para esta teoria pedagógica a organização sequencial e gradativa do saber objetivo e universal disponível e acumulado socialmente, o qual foi – e é – construído historicamente conforme determinada etapa da humanidade. Para efeito de cumprimento de sua função social, cabe ao processo de escolarização a transmissão e a assimilação deste conhecimento objetivo convertido em saber escolar.

Já no início da formulação desta teoria pedagógica, Saviani (2009) a coloca na perspectiva da defesa intransigente pelo aprimoramento do ensino destinado às classes populares. Os debates acerca da Educação do Campo apontam a necessidade de as práticas escolares, as metodologias e os conteúdos de ensino dialogar com o conjunto de valores, de saberes e de práticas culturais das populações camponesas. Sugerem, também, que o trabalho pedagógico escolar e seus currículos não devam tratar como marginais os saberes populares camponeses.

Formuladores de pressupostos teóricos da Educação do Campo em nosso país vêm postulando a necessidade de se reconhecer outras práticas – para além das práticas formativas escolares - como processos integralizadores da formação dos povos do campo. Assim, os processos de trabalho, de luta social, de valores camponeses, festividades e a mística, a organização coletiva e a atuação política são formativos. A pedagogia histórico-crítica não discorda desta afirmação. Concorde-se que os valores camponeses, próprios da vida no campo, bem como, suas práticas, formas de organização coletiva e de luta pela terra produzem conhecimentos, saberes e processos formativos.

Entretanto, o que é preciso é reconhecer o papel central da educação escolar na formação dos indivíduos, sendo um equívoco secundarizar e, no limite, abrir mão da educação escolar, sobretudo quando se pensa na especificidade do trabalho educativo na escola e sua importância para o acesso ao conhecimento elaborado e sua contribuição à luta mais geral pela modificação da sociedade.

Esta teoria pedagógica não compartilha da ideia posta por alguns intelectuais da educação e por determinadas organizações sociais de que a escola não poderia contribuir para a luta revolucionária da classe trabalhadora, visto que ela seria uma instituição meramente reprodutora das relações sociais capitalistas.

A concepção de que a educação escolar estaria provida de todos os males e vícios da classe dominante e, mais do que isto, ser considerada por si só e integralmente uma instituição burguesa responsável por inculcar conhecimentos também burgueses e valores, hábitos e comportamentos elitistas e conformadores me parecem expressões acabadas dos teóricos crítico-reprodutivistas da educação escolar, como já explicitara Saviani (2008, 2009).

Reciprocamente, advogar a educação não-escolar ou não-formal enquanto um tempo e espaço desprovido das contradições e interferências da sociedade capitalista, como se fora da escola os indivíduos estivessem livres das relações sociais alienantes e alienadoras, me parece também uma lógica de pensamento muito pouco dialética.

Longe de buscar descontextualizar as atividades formativas em meio à educação escolar nas escolas do campo, a pedagogia histórico-crítica coloca a prática social como questão central do processo educativo. A prática social é o ponto de partida e o ponto de chegada, não obstante, tendo em vista a perspectiva da transformação social. A relação entre educação e transformação social perpassa decididamente toda a formulação teórica desta teoria pedagógica: o papel mediador da educação no processo de transformação social.

Tratar do papel mediador da educação na transformação social é muito diferente de assumir uma posição idealista na qual a educação pode transformar imediatamente a sociedade. Com relação a isto, Oliveira (1996) afirma: “[...] o processo de transformação que se dá pela educação refere-se não ao processo de transformação no plano das condições materiais da estrutura social em que vivemos, mas no plano da transformação das consciências” (p. 57).

Mediante tais considerações, como poderia ser desenvolvido um trabalho pedagógico nas escolas básicas do campo pensando-se no ensino da Educação Física na Educação do Campo?

## **A educação física nas escolas básicas do campo**

Pesquisas as quais se propuseram a investigar a construção dos conhecimentos e a sistematização dos conteúdos relacionados às práticas corporais da Educação Física em áreas de reforma agrária, como Casagrande

(2001), Nonato e Taffarel (2011), Santos Júnior *et. al.* (2009), Taffarel *et. al.* (2008) Teixeira (2009), dentre outros, vêm apontando a falta de uma política cultural para a apropriação e a vivência de práticas corporais as quais se diferenciem da perspectiva utilitarista e hegemônica de Educação Física.

Ao mesmo tempo, Dalmagro (2011), D'Agostini (2011), Araújo (2007) e Vendramini (2007) reconhecem certo distanciamento entre a educação escolar e as práticas sociais subjacentes nas áreas de reforma agrária. Entendo que a educação escolar pode desempenhar um papel importante nesta construção de uma política cultural envolvendo as diferentes práticas da cultura corporal na Educação do Campo, articulando diferentes saberes e práticas.

Algumas pesquisas, como Lavoura (2013), Taffarel, Schneider e Nonato (2008) e Teixeira (2009) constatam que os professores das escolas do campo também têm tido dificuldades de acesso às produções teóricas e aos materiais pedagógicos da área de conhecimento da Educação Física, o que acaba por dificultar o trabalho dos mesmos com este componente curricular nas escolas do campo.

No trabalho investigado por Teixeira (2009) relativo ao desenvolvimento da cultura corporal num assentamento do MST localizado na região do Recôncavo Baiano, o mesmo encontra um acervo considerável de práticas da cultura corporal as quais são realizadas e vivenciadas diariamente, destacando-se a dança (com a quadrilha, o samba de roda e o maculelê), o esporte (com a manifestação hegemônica do futebol) e a capoeira. Uma quantidade variada de jogos e brincadeiras infantis (como pega-pega, brincadeiras de roda, jogos de tabuleiros, jogos com bola e aros – em que pese todo o material escasso e precário) também ocorre, em especial, em virtude da presença de crianças no assentamento.

Para além de problemas relativos à infraestrutura, em decorrência das condições materiais do assentamento, o que traz empecilhos para a manifestação da cultura corporal, por ausência de espaços e materiais, o autor destaca que não há na escola do assentamento a presença do componente curricular Educação Física, não ocorrendo, portanto, uma sistematização, organização e desenvolvimento dos conteúdos da cultura corporal com os indivíduos daquele local.

Evidencia-se aqui a importância da educação escolar enquanto mediadora da transmissão do conhecimento elaborado, neste caso, o conhecimento da cultura corporal, na prática social da vida destes indivíduos, com o trabalho educativo pautado em uma determinada teoria pedagógica a qual possibilite a apropriação, por parte de cada indivíduo singular, de um

conjunto de conhecimentos acerca da cultura corporal os quais perspectivem com a emancipação humana enquanto fundamentais para a vivência do tempo livre para além da lógica do capital.

Por sua vez, Nonato e Taffarel (2011), ao realizarem pesquisas em três diferentes assentamentos do interior da Bahia, buscando explicitar a situação das escolas do campo e, no interior delas, o desenvolvimento da cultura corporal, ressaltam:

1) as condições impostas ao jovem do campo, no que diz respeito à educação e à realização de práticas corporais, estão diretamente vinculadas ao trabalho e às práticas festivo-religiosas; 2) a ocupação do tempo livre está destinada, quando existe material, quase exclusivamente ao esporte futebol, impregnado de valores como a individualização e a sobrepujança; 3) o tempo livre não está sendo utilizado de forma autônoma e criativa para o desenvolvimento das diversas potencialidades do ser humano, mas na maior parte dos casos é preenchido pela televisão; 4) a separação das práticas esportivas por gênero é evidente – raramente há times femininos (prática quase exclusiva do futebol) e quando há sofre o processo de discriminação e exclusão, pois a realização da atividade está condicionada à disponibilidade de materiais e espaço pelo não uso dos times masculinos; 5) outras práticas como a capoeira, a dança e a natação (em comunidades ribeirinhas) estão presentes na vida de alguns assentados, porém, de forma esporádica; 6) outros conteúdos como espetáculos de dança, de teatro, de música etc., estão totalmente ausentes da vida destas pessoas (NONATO; TAFFAREL, 2011, p. 3).

Evidencia-se que a cultura corporal se faz presente nestas áreas de reforma agrária, tal qual evidenciou Teixeira (2009), não obstante, necessita-se de uma intervenção pedagógica, sobretudo no âmbito escolar, com intuito de possibilitar a sistematização destas práticas corporais intencionalmente, de maneira organizada e planejada, as quais não estejam à deriva da espontaneidade da vida cotidiana destes indivíduos e, mais do que isto, estejam atreladas à perspectiva da emancipação humana.

Em estudo realizado por Taffarel, Schneider e Nonato (2008) por intermédio de práticas de visitação e a oes curriculares em áreas de reforma agrária no Recôncavo Baiano, foi possível evidenciar que, embora seja o futebol a prática da cultura corporal predominante nestes assentamentos, existem elementos os quais podem caracterizar contradi es acerca da consciência que alguns integrantes dos assentamentos possuem em termos da necessidade de se apropriarem de outras objetiva oes culturais.

As autoras evidenciaram o interesse e a vontade dos assentados em estarem organizando um grupo de samba de roda, mas os mesmos encontravam inúmeras dificuldades, em especial, com relação à aquisição dos instrumentos musicais, como pandeiro, cavaquinho, timbau e surdo. Constataram também a mobilização de alguns assentados para que os integrantes dos assentamentos pudessem se apropriar das artes de modo geral, em especial, a dança.

As referidas autoras questionam de que maneira a educação escolar sistematizada pode contribuir para que estes integrantes da classe trabalhadora que, historicamente, vêm sendo impedidos de ter acesso aos bens produzidos pela própria humanidade, possam se apropriar deste conjunto do patrimônio cultural.

A transmissão e socialização dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos nas suas formas mais desenvolvidas, historicamente produzidos pela humanidade, se constituem nesta contribuição, a qual não poderia ser diferente, pois, esta é a tarefa e a função social da educação escolar.

Após todo este conjunto de trabalhos os quais apontam para a importância da escola na sistematização de conhecimentos da Educação Física nas escolas do campo, penso ser importante discutirmos as possibilidades de organização do trabalho pedagógico desta disciplina curricular à luz da pedagogia histórico-crítica.

### **A organização do trabalho pedagógico com a educação física nas escolas do campo**

O acúmulo de discussões, debates e produções acadêmico-científicas acerca das possibilidades de realização da Educação Física na educação escolar levou à configuração de diversas tendências pedagógicas e metodologias de ensino, as quais expressam diferentes intencionalidades políticas, teóricas e ideológicas, calcadas em diferentes pressupostos teórico-filosóficos os quais delineiam, por sua vez, diferentes concepções de homem, de corpo, de educação e de sociedade.

No ano de 1992 é publicada a obra *Metodologia do Ensino da Educação Física*, de autoria de Carmen Lúcia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht. Esta obra deste coletivo de autores, como também é conhecida, procurou pensar e sistematizar o ensino da Educação Física a partir de uma metodologia de ensino – denominada de crítico-superadora – tendo como alicerce teórico alguns fundamentos da pedagogia histórico-crítica.



Nesta referida obra, os autores delimitam o objeto de estudo da disciplina Educação Física a partir do conceito de *cultura corporal*, entendida enquanto uma dimensão da cultura humana.

Neste sentido, o coletivo historiciza o conceito de cultura recuperando seu significado real de resultado da vida e da atividade do homem em busca do atendimento e superação de suas necessidades vitais. Parece-me que isto se torna importante quando relacionado ao ensino da Educação Física na Educação do Campo, na medida em que se recupera a compreensão da relação dos homens com a natureza e dos homens entre si, na construção da corporalidade do homem possuindo como centralidade a atividade prática – o trabalho – bem como seu desenvolvimento histórico e o entrelaçar de suas relações sociais.

O entendimento da expressão cultura corporal não pode se dar sem a apreensão do conceito mais amplo de cultura, tal qual exposto por Escobar (1995). O coletivo buscou demarcar um posicionamento propositivo de ensino da Educação Física na escola tratando o conceito de cultura corporal numa dimensão histórica, com centralidade no ato da produção e reprodução da existência humana, o qual foi propiciando o desenvolvimento de uma cultura mais ampla, bem como, uma cultura corporal de forma específica:

O objeto de estudo da Educação Física é o fenômeno das práticas cuja conexão geral ou primigênia – essência do objeto e o nexos interno das suas propriedades –, determinante do seu conteúdo e estrutura de totalidade, é dada pela materialização em forma de atividades, sejam criativas ou imitativas, das relações múltiplas de experiências ideológicas, políticas, filosóficas e outras, subordinadas a leis histórico-sociais. O geral dessas atividades é que são valorizadas em si mesmas; seu produto não material é inseparável do ato de sua produção e recebe do homem um valor de uso particular por atender aos seus sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, agonísticos, competitivos e outros relacionados à sua realidade e às suas motivações. Elas se realizam com modelos socialmente elaborados que são portadores de significados ideais do mundo objetal, das suas propriedades, relações e nexos descobertos pela prática social conjunta (ESCOBAR; TAFFAREL, 2009, p. 173-174).

Do conjunto de conhecimentos os quais foram sendo produzidos historicamente pela humanidade, em decorrência da atividade prática do homem, têm-se aqueles os quais estão circunscritos à esfera da cultura corporal, aquele acervo de representação do mundo o qual o homem produz no decorrer da história: os jogos, a dança, a ginástica, o esporte, as lutas o malabarismo, a capoeira, dentre outros (TAFFAREL; ESCOBAR, 2008). Assim é que:

Nesse acúmulo de conhecimentos gerais alcançados através da atividade prática do homem, também se tornam visíveis hoje, resultantes da construção histórica da nossa corporeidade, um acervo de atividades expressivo-comunicativas com significados e sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, místicos, agonistas – ou de outra ordem subjetiva – que apresentam como traço comum serem fins em si mesmas, serem consumidas no ato da sua produção. Entre elas podemos citar os jogos, a ginástica, a dança, a mímica, o malabarismo, o equilibrismo, o trapezismo e muitas outras. Cabe reconhecer que elas não indicam que o homem nasceu saltando, arremessando, jogando. Essas atividades foram construídas como respostas a determinadas necessidades humanas. [...] O termo “cultura corporal”, expresso pela proposta crítico-superadora, na área da Educação Física, é utilizado para designar o amplo e riquíssimo campo da cultura entendida sob o conceito materialista histórico dialético (TAFFAREL; ESCOBAR, 2008, p. 13).

Notadamente, este conhecimento histórico possui sua gênese na própria necessidade do homem primitivo de se manter vivo, obrigando-o a desenvolver sua corporalidade na relação metabólica com a natureza e com os outros homens. Assim é que construir abrigos, lascar a pedra e arremessar o machado, correr e saltar, nadar nos rios e mares, lançar a flecha etc. resultam da necessidade da existência e constituem a base para a satisfação de novas necessidades humanas no plano da cultura corporal. Notadamente, as atividades corporais se davam nas sociedades primitivas à luz da necessidade imediata de subsistência.

Assim, “[...] o homem, simultaneamente ao movimento histórico da construção de sua corporeidade, foi criando outras atividades, outros instrumentos e através do trabalho foi transformando a natureza, construindo a cultura e se construindo” (SOARES *et. al.*, 1992, p. 39).

Sob a égide do capital, não é necessário muito esforço para constatar-mos que a cultura corporal passa a estar hegemonicamente subsumida aos interesses deste modo de produção de gerar mais-valia e lucros. É evidente o processo de mercantilização e exploração – pelo capital – de grande parte do conjunto das práticas da cultura corporal as quais potencializam a impossibilidade de desenvolvimento pleno dos indivíduos nesta forma de metabolismo social. Entretanto, tal constatação não significa que tenhamos que negar o acesso à cultura corporal, ao contrário, nossa luta é pela sua socialização dando-lhe outro direcionamento político-ideológico.

A importância do acesso ao que de mais avançado a humanidade já construiu, em termos de conhecimento científico, artístico e filosófico, inclusive da cultura corporal, se constata quando se considera a necessidade

e a possibilidade de ruptura com sociedade de classes organizada pelo capital e, se visualiza a construção de uma sociedade sem classes com indivíduos autodeterminados, plenamente desenvolvidos no âmbito de suas capacidades produtivas, de consumo, de gozo e de prazer – homens omnilaterais.

Taffarel (2009) evidencia que o trabalho pedagógico com a Educação Física nas escolas do campo e da cidade – com ênfase acentuada nas escolas do campo – não estão possibilitando o aprendizado dos conteúdos essenciais os quais devem ser transmitidos pela educação escolar nesta disciplina curricular, comprometendo o desenvolvimento da formação dos indivíduos.

Conforme já salientado, a pedagogia histórico-crítica entende que a educação escolar possui uma contribuição estratégica importantíssima na luta pelo socialismo, na medida em que ela defende a efetivação do trabalho pedagógico escolar de transmissão do conhecimento científico, artístico e filosófico nas suas máximas possibilidades de desenvolvimento, possibilitando a elevação do pensamento e da consciência dos indivíduos para além da esfera da vida cotidiana.

A pedagogia histórico-crítica pode contribuir para o desenvolvimento das vivências da cultura corporal no âmbito escolar e comunitário no campo, na medida em que se compreende o papel da educação escolar e sua função de mediação na prática social global.

Isto porque, pensando-se nas possibilidades do vir-a-ser dos homens e da realidade, o trabalho educativo fundamentado nesta teoria pedagogia busca “[...] exaurir ao máximo, de modo intencional, as possibilidades do próprio processo de transmissão-assimilação do saber sistematizado na sala de aula, a fim de contribuir o mais possível com esse máximo de possibilidades para a efetivação do fim último da prática social global” (OLIVEIRA, 1990, p. 63). Conforme prossegue a autora:

Sendo este fim último o fio condutor do processo de transmissão-assimilação do saber sistematizado, já se vai garantindo, dentro da própria sala de aula (levando-se em consideração a especificidade deste processo), alguns aspectos básicos que são comuns tanto à especificidade da prática educativa quanto à prática mais ampla (e que são imprescindíveis a esta) para que nela se concretize de modo efetivo a transformação da situação de exploração na sociedade (OLIVEIRA, 1990, p. 63-64).

É desta maneira que penso a possibilidade do trabalho pedagógico da Educação Física nas escolas do campo, organizado com base nos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, podendo contribuir para os processos de formação dos indivíduos do campo sem desconsiderar suas culturas, seus saberes, seus valores e suas particularidades, mas, ao mesmo

tempo, enriquecendo-os ainda mais com conhecimentos essenciais para os processos de luta social do campesinato brasileiro na edificação de seu projeto de campo e sociedade, notadamente nesta nova conjuntura ideopolítica do ano de 2019 que se abre com uma ofensiva guinada à direita, chegando ao governo uma extrema-direita que abertamente declara “guerra” aos movimentos sociais de luta popular.

### Considerações Finais

Quando se defende a tese de que, por meio da educação escolar, pautada numa teoria pedagógica crítica e transformadora, pode-se contribuir para o processo de transmissão-assimilação dos conteúdos da cultura corporal no interior da disciplina curricular Educação Física nas escolas do campo, e que tais conteúdos poderão refletir na prática social mais ampla destes indivíduos, possibilitando-os vivências na educação escolar e nas comunidades como um todo, é porque:

[...] se a prática educativa é parte integrante da prática social global e aí se dá a luta pela transformação das estruturas, alguns aspectos dessas transformações, que também fazem parte do processo de transmissão-assimilação do saber elaborado, já se efetivam nesse processo, considerando-se os limites de sua especificidade, isto é, já se dão na própria prática educativa (OLIVEIRA, 1990, p. 64).

Dito de outra forma, o saber elaborado e sistematizado pela educação escolar tende a contribuir enquanto ferramenta cultural na vida dos educandos em sua prática social mais ampla, de modo que eles possam agir conscientemente na luta pela transformação social. A tarefa da Educação Física escolar em transmitir os conteúdos historicamente construídos e socialmente acumulados acerca da cultura corporal possibilita que os sujeitos do campo busquem as vivências e lutem pelo acesso às práticas da cultura corporal de maneira consciente e crítica no âmbito mais geral da prática social em que estão inseridos.

De acordo com Oliveira (1990, p. 44) “[...] a ação especificamente pedagógica, tanto na sua produção (dentro da sala de aula), como nos seus efeitos (mais imediatos ao ato pedagógico, ainda dentro da prática educativa da sala de aula, como nas demais modalidades da prática social global), cumpre uma função política”.

Tal dimensão política da ação especificamente pedagógica – a qual se efetiva com a transmissão-assimilação do saber elaborado, mesmo não se resumindo a ela – é intrínseca ao próprio ato educativo, mas, extrapola esta ação, pois, tem implicações na prática social dos indivíduos. Conforme a

autora, “[...] ela *extrapola os limites do pedagógico quando o educando passa a agir nas demais modalidades da sua prática social global*” (p. 39) (destaque meu).

Portanto, a escola não deve ser menosprezada, tampouco o trabalho educativo deve ser secundarizado, sobretudo pelos movimentos de luta social do campo, já que os mesmos levantam as bandeiras mais amplas de luta contra o modo de produção capitalista e de defesa de novas formas de relações sociais e de produção da vida.

Não obstante, há que se definir conscientemente qual é a teoria pedagógica a qual fundamenta o trabalho educativo dos movimentos de luta social do campo, já que somente por intermédio de uma ação pedagógica intencionalizada e dispendo de meios adequados, tendo em vistas os fins a atingir e o vir-a-ser da realidade, é que a dimensão política específica do trabalho pedagógico poderá se concretizar, contribuindo para a transformação social.

Tendo-se a prática social como ponto de partida e ponto de chegada de qualquer atividade humana, o trabalho educativo e a apreensão do conhecimento também estão no seu interior. Como alerta Oliveira (1990, p. 91), “[...] toda atividade e conhecimento do homem, desde as formas mais simples de criação e reprodução da realidade até as formas mais elaboradas do conhecimento como a ciência e a arte” estão na prática social global.

Acontece que, como já observei, algumas destas modalidades de objetivações humanas se especificam de tal forma que tendem a criar uma espécie de autonomia relativa frente às esferas da vida cotidiana, não estão disponíveis ao seu acesso de forma imediata e espontânea. “Seus efeitos, porém, voltam a essa cotidianidade, influenciando-a” (Ibid., p. 92).

O conhecimento sistematizado pela educação escolar, sobretudo o conhecimento científico, artístico e filosófico, se sobrepõe à esfera da vida cotidiana – adquire esta autonomia relativa – não sendo possível o acesso a estas formas de conhecimento espontaneamente. Porém, seus efeitos se voltam à vida cotidiana, sendo que a prática social exige dos indivíduos estes tipos de conhecimento, sobretudo para a construção de uma individualidade livre e universal.

## Referências

ARAÚJO, M. N. R. *As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto da luta pela terra*. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007

CASAGRANDE, N. *O processo de trabalho pedagógico no MST: contradições e superações no campo da cultura corporal*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

D'AGOSTINI, A. A importância e a necessidade da teoria para a construção da escola do MST. In: VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, I. F. (orgs.). *Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 161-182.

DALMAGRO, S. L. A escola no contexto das lutas do MST. In: VENDRAMINI, C. R.; MACHADO, I. F. (orgs.). *Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 43-78.

ESCOBAR, M. O. Cultura Corporal na escola: tarefas da Educação Física. *Motrivivência*, ano VII, n. 8, p. 91-102, dez. 1995.

ESCOBAR, M. O.; TAFFAREL, C. N. Z. A cultura corporal. In: HERMIDA, Jorge Fernando (org.). *Educação física: conhecimento e saber escolar*. João Pessoa: EDUFPB, 2009, p. 173-180.

LAVOURA, T. N. Cultura corporal e tempo livre em áreas de reforma agrária: notas acerca da educação escolar e da emancipação humana. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

NONATO, S. M. G. S.; TAFFAREL, C. N. Z. Educação Física e educação do campo: análise da produção do conhecimento. *Anais: V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo*. Florianópolis: UFSC, 2011, p. 1-17.

OLIVEIRA, B. A. *O trabalho educativo: reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro*. Campinas: Autores Associados, 1996.

OLIVEIRA, B. A. A prática social global como ponto de partida e de chegada da prática educativa. OLIVEIRA, B. A.; DUARTE, N. (orgs.). *A socialização do saber escolar*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990, p. 91-104.

SANTOS JÚNIOR, C. L. *et. al.* Mutirões e círculos populares de educação, cultura, esporte e lazer no campo. In: COLAVOLPE, C. R.; TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. L. *Trabalho pedagógico e formação de professores / militantes culturais: construindo políticas públicas para a Educação Física, esporte e lazer*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 57-68.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. São Paulo: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (orgs.). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012.

SOARES, C. L. *et. al.* *Metodologia do ensino de educação física*. São Paulo: Cortez, 1992.

TAFFAREL, C. N. Z. O “letramento” na Educação Física. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TAFFAREL, C. N. Z.; ESCOBAR, M. *Educação Física e movimentos de luta sociais*. Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: <http://www.rascunhodigital.faced.ufba.br>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TAFFAREL, C. N. Z.; SCHNEIDER, M. C.; NONATO, S. M. G. S. *Formação de professores e militantes culturais: uma reflexão teórica a partir das atividades curriculares nas áreas de reforma agrária*. 2008. Disponível em: <http://www.gepeto.ced.ufsc.br/index.php/producao/artigos/view.download/23.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TAFFAREL, C. N. Z. *et. al.* Oficina de construção de conhecimentos sobre a cultura corporal em movimentos de lutas sociais da classe trabalhadora do campo no Brasil. *Revista Agora para la EF y el Deporte*, n. 6, 2008, p. 19-42.

TEIXEIRA, D. R. *A necessidade histórica da cultura corporal: possibilidades emancipatórias em áreas de reforma agrária – MST/BA*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. *Cad. Cedes*. Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, mai/ago. 2007.

## Sobre os Autores

### **Ailton Cotrim Prates**

Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Estudante de doutorado em Educação pela UFBA. Professor do Curso de Educação Física Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), *Campus* Arapiraca. Coordenador do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Esporte e Lazer da Rede CEDES Alagoas. Membro do Grupo de Pesquisa *Linha de Estudo e Pesquisa em Educação Física & Esporte e Lazer* (LEPEL UFAL). Membro do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Movimentos Sociais do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Interesse nos campos de formação de professores e prática pedagógica, na abordagem Crítico-Superadora e psicologia do desenvolvimento humano.

### **André Malina**

Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD/Dep. de Lutas). Pós-Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pelo PPFH/UERJ supervisionado por Theotonio dos Santos (in memorian) e Zacarias Gama. Doutor em Educação Física pela Universidade Gama Filho orientado por Vitor Marinho de Oliveira. Atua nos cursos de Educação Física e no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, Linha Trabalho e Formação Politécnica (PPGTDS/UFRJ). Autor, dentre outros, do livro “Gramsci e a questão dos Intelectuais”. Coordenador Adjunto do Grupo de Estudos e Pesquisas Vitor Marinho. Participou como membro do comitê científico, coordenador adjunto e coordenador, do GTT de Políticas Públicas do CBCE entre 2009 e 2015.

### **Dinairan Dantas Souza**

Graduada em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB e Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT. Professora na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus Universitário “Jane Vanini” de



Cáceres/MT. Tem experiência no campo de formação de professores de educação física e na formação de professores na perspectiva da educação integral.

### **Ednaldo da Silva Pereira Filho**

Graduado em Educação Física pela Universidade Católica do Salvador (1985), Especialista em Programação de Ensino pela Faculdade de Educação da Bahia (1986), Mestre em Educação (2000) e Doutor em Ciências Sociais (2011), ambos, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Atua como professor (desde 1990) e gestor (desde 2000) na UNISINOS. É pesquisador do Grupo OTIUM, coordenador REDE CEDES-Núcleo UNISINOS e integrante do Comitê Científico do GTT Políticas Públicas do CBCE. Experiências nos temas: formação profissional em educação física, educação física escolar, políticas públicas de esporte e lazer, da infância, adolescência e juventude.

### **Edson Marcelo Húngaro**

Pós-Doutorado em Educação pela Unicamp (2015) e professor na Faculdade de Educação Física (FEF) da UnB. Coordenador e pesquisador do AVANTE-UnB. Direção Nacional do CBCE por duas gestões (2009-2011 e 2011-2013). Coordenador do Comitê Científico do GTT de Políticas Públicas do CBCE (Gestão 2003-2005).

### **Eduardo Reis Pieretti**

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campus Nova Andradina. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Vitor Marinho. Atua como professor de Educação Física nos cursos Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e no Programa de Pós-Graduação em Educação para a Educação Profissional e Tecnológica.

### **Felipe Canan**

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. É Professor do curso de Educação Física da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Secretário Estadual do CBCE-PR (Gestão 2018-2020) e membro do Comitê Científico do GTT de Políticas Públicas do CBCE.

### **Fernando Augusto Starepravo**

Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, coordena o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer (GEPPOL/CNPq), foi membro do Comitê Científico (2009-2017) e coordenador do GTT de Políticas Públicas do CBCE (2011-2013).

### **Fernando Henrique Silva Carneiro**

Doutor em Educação Física pela UnB (2018) e professor de Educação Física no Instituto Federal de Goiás. Pesquisador AVANTE-UnB. Editor executivo da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE). Membro do Comitê Científico do GTT Políticas Públicas do CBCE (2017/2019).

### **Frederico Jorge Saad Guirra**

Doutor em Educação Física, pela FEF/Unicamp (2014), e Mestre em educação Física pela FEF/Unicamp (2009). Membro do GTT de Políticas Públicas do CBCE, e Professor Adjunto da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Pontal de Araguaia – MT. Atualmente é Membro do Conselho Universitário do Araguaia – CONSUA, e Coordenador do Curso de Educação Física, tendo experiência nas áreas de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, Educação Física escolar e Formação de Professores.

### **Leni Hack**

Licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora Adjunta na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Campus Universitário “Jane Vanini” de Cáceres/MT. Tem experiência nos campos de formação de professores/as de Educação Física, formação de professores para o Mercosul/Cone Sul; Educação do Campo e Movimentos Sociais.

### **Lino Castellani Filho**

Doutor em Educação, FE/Unicamp (1999); Professor Livre-Docente (aposentado) - FEF/Unicamp; Professor-Visitante - FEF/UnB (2011/13; 2016/17); Presidente da Adunicamp – Sindicato dos Docentes da Unicamp

(1997/98); Presidente do CBCE (1999/2002); Secretário Nacional - Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer - SNDEL/ Ministério do Esporte (2003/06).

### **Nair Casagrande**

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (UFRGS); Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Graduação em Educação Física pela Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou pós-doutorado na *Loughborough University*. Atualmente atua como professora no Departamento de Educação Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência na área de Educação e Educação Física, atuando nos seguintes temas: formação de professores, prática pedagógica, natação, movimentos sociais, educação popular, educação do campo.

### **Marcelo Paula de Melo**

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011) e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2004). É atualmente membro da direção da Secretaria Estadual do CBCE-RJ. Professor da EEFD e PPGE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena o grupo de Pesquisa Coletivo de Estudos em Políticas de Esportes, Lazer e Educação Física. Tem experiência nos campos de Políticas Públicas, Lazer e Epistemologia, especialmente nos seguintes temas: privatização das políticas sociais via atuação de FASFILs, financiamento das políticas de esporte e lazer e teoria social marxista, Educação Física e Estudos do Lazer. [Marcelaomelo@gmail.com](mailto:Marcelaomelo@gmail.com)

### **Matheus Francisco Saldanha Filho**

Graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Ciência do Movimento Humano pela UFSM. Atualmente é professor aposentado da UFSM. Pesquisador da REDE CEDES-Núcleo UFSM. Sócio do CBCE e integrante do GTT de Políticas Públicas. Tem experiência na área de Políticas

### **Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo**

Doutor em Política Social pela UnB (2017) e professor da SEDF. Pesquisador do AVANTE-UnB. Secretário-Adjunto do CBCE-DF (2009/2011 e 2011/2013). Membro do Comitê Científico do GTT Políticas Públicas do CBCE (2017/2019).

### **Roberto Lião Junior**

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2013) e professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF). Pesquisador do AVANTE-UnB. Secretário-Adjunto do CBCE-DF(2017/2019). Membro do Comitê Científico do GTT de Políticas Públicas do CBCE (2009/2011) e (2011/2013).

### **Taiza Daniela Seron Kiouranis**

Doutora em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). É pós-doutoranda em Políticas Públicas de Esporte na Universidade Federal do Paraná (UFPR), tendo como objeto de estudo os Jogos Escolares Brasileiros. Atualmente, é professora adjunta do curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Tem experiência na área de ginástica, dança, formação de professores, sociologia do esporte, políticas públicas de esporte e esporte escolar/educacional.

### **Tiago Nicola Lavoura**

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Ciências da Motricidade Humana pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - Rio Claro). Realizou pós-doutoramento em Educação Escolar na UNESP-Araraquara e em Educação e Psicologia na Universidade de Aveiro (UA), Portugal. Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Humana e Educação Física (GEPEFEF). Trabalha com temas afetos aos Fundamentos da Educação e da Educação Física.

### **Wanderley Marchi Júnior**

Doutor e Mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com pós-doutorado em Sociologia do Esporte pela West Virginia University (WVU, USA). É Professor Titular da Universidade

Federal do Paraná (UFPR) atuando nos programas de pós-graduação do Departamento de Educação Física e do Departamento de Ciências Sociais. Foi Presidente da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte (ALESDE) de 2014-18 e Editor Chefe do Journal of the Latin American Socio-Cultural Studies of Sport (JLASSS) de 2011-14. É membro do Board Extend da International Sociology of Sport Association (ISSA) e Corresponding Editor da International Review for the Sociology of Sport (IRSS). Atua em pesquisas com os temas sociologia do esporte, história do esporte e políticas públicas de esporte.

# Sobre os Organizadores

## **Silvana Martins de Araujo**

Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Licenciada em Educação Física também pela UFMA. É professora associada do Departamento de Educação Física da UFMA e tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, Educação Física Escolar, Formação Profissional e Epistemologia. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Pedagógicas em Educação Física (GEPPEF), vinculado ao DEF/UFMA desde 1998. Foi coordenadora do Núcleo da Rede CEDES na UFMA de 2005 a 2011 e do Centro da REDE CEDES no estado do Maranhão de 2012 a 2019. Coordena o Sub-Projeto da Educação Física PIBID/UFMA, desde abril de 2017. É integrante do Observatório de Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, desde outubro de 2016. Foi coordenadora do GTT de Políticas Públicas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte-CBCE (Gestão 2017-2019) e atualmente integra o Comitê Científico. Organizou os livros Esporte e Lazer na cidade de São Luís-MA: elementos para a construção de uma política pública e Conselhos Estaduais de Esporte e Lazer no Nordeste Brasileiro: participação popular e controle social em questão.

## **José Luiz Cirqueira Falcão**

Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2004). Pós-doutorado pela Universidade Federal do Espírito Santo (2017). Mestre em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994). Licenciado em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília (1982). Pesquisador do Labpyisis - Laboratório Physis de Pesquisa em Educação Física, Sociedade e Natureza, e do Grupo de Pesquisa Coletivo 22, ambos da UFG. Professor Associado IV da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em ca-

poeira, lutas e fundamentos socioculturais da prática pedagógica, atuando principalmente nos seguintes temas: capoeira, Educação Física, Educação, cultura e relações interétnicas.

### **Larissa Michelle Lara**

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2004) e mestre em Educação Física pela mesma instituição (1999). Realizou o Estágio Sênior Pós-doutoral (2017) na Universidade de Bath, Reino Unido (Bolsista CAPES/Programas Estratégicos-DRI). É professora Associada no Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM-UEL e do Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROEF). É líder do Grupo de Pesquisa Corpo, Cultura e Ludicidade (DEF/UEM/CNPq), editora-chefe da Editora da Universidade Estadual de Maringá (Eduem) e Diretora Científica do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE).

### **Pedro Fernando Avalone Athayde**

Doutor em Política Social e mestre em Educação Física pela Universidade de Brasília (UnB). É atualmente vice-presidente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), professor e coordenador do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UnB. Coordena o Grupo de Pesquisa e Formação em Educação Física, Esporte e Lazer (AVANTE/UnB). Tem experiência na área de políticas de esporte e lazer, sobretudo nos seguintes temas: políticas públicas, orçamento e financiamento, direito e legislação esportiva, análise e avaliação de projetos e programas esportivos e estudos comparados sobre políticas nacionais de esporte.







Este livro foi produzido com a supervisão  
técnica da EDUFRRN, em maio de 2020.



# Ciências do Esporte, Educação Física e Produção do Conhecimento em 40 Anos de CBCE

Volume 8

Políticas públicas e movimentos sociais

O volume 8 – *Políticas públicas e movimentos sociais* – que compõe a coleção *Ciências do Esporte, Educação Física e produção do conhecimento em 40 anos de CBCE*, expõe a produção de pesquisadores/as acerca do debate atual sobre políticas públicas e movimentos sociais a partir de diversos referenciais teóricos, múltiplos objetos de estudo e metodologias, bem como aponta para proposições de políticas públicas estratégicas para a construção de uma sociedade efetivamente democrática. Almejamos que nossos textos possam contribuir para reflexões e ações cada vez mais aprofundadas e necessárias ao desenvolvimento de políticas públicas eficazes para atender às necessidades mais prementes da população brasileira, especialmente dos mais explorados.

ISBN 978-65-5569-032-3



9 786555 690323 >

SECRETARIA ESPECIAL DO  
ESPORTE

MINISTÉRIO DA  
CIDADANIA



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL